



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de  
violência sexual intrafamiliar

Viviane Amaral dos Santos

Brasília, 2010



VIVIANE AMARAL DOS SANTOS

As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de  
violência sexual intrafamiliar

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do  
título de Doutora em Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura  
do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Liana Fortunato Costa

Brasília, 2010

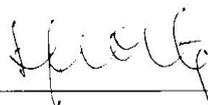
As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar.

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília sob a orientação da Professora Doutora Liana Fortunato Costa.

Aprovada por:

Presidente:

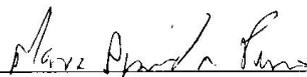
Dra. Liana Fortunato Costa



Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília

Membros:

Dra. Maria Aparecida Penso



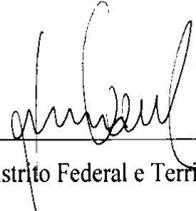
Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília

Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição



Professor Adjunto da Universidade de Brasília

Dr. Anderson Pereira de Andrade



Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Dra. Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira



Professora Associada da Universidade Federal de Goiás

Suplente:

Dra. Maria Izabel Tafuri

Professor Adjunto da Universidade de Brasília

Brasília, 2010.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho àquelas pessoas que figuram como sujeitos principais da minha história no processo de aquisição de um pouco mais de conhecimento: a todas as crianças e adolescentes vítimas que me ensinam que nenhum conhecimento basta para dar conta do que elas enfrentam, e que conhecimento sem sensibilidade e sabedoria é letra vazia.*

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e sempre, obrigada Deus - meu pai, amigo e conselheiro. Nas voltas que a vida dá, eu sempre me deparo com seu grande cuidado, infinito amor e eterna paciência.

Larissa, Rafael e Marina, vocês fazem da minha vida a melhor vida que se pode viver. Obrigada pelo amor, pela confiança e pela paciência.

Robson, meu querido companheiro, com você aprendi que tudo pode ficar ainda melhor. Obrigada!

Liana, minha gratidão a você que acreditou e confiou e que dispensou horas de orientação competente, dedicada e interessada. Para mim, pesquisar é navegar em mar aberto, mas suas orientações sempre foram muito valorizadas e me indicaram o porto de chegada.

Aos Professores, Dra. Maria Aparecida Penso, Dra. Maria Inês Gandolfo, Dra. Izabel Tafuri, Dra. Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira e Dr. Anderson Pereira de Andrade, agradeço por terem aceitado fazer parte da Banca Avaliadora, com a paciência e dedicação que essa tarefa requer.

Ao Juiz Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF, Dr. Renato Rodovalho Scussel, agradeço a confiança em nosso trabalho junto às famílias e por aceitar com coragem os desafios que os casos impõem.

À Diretora da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF, Simone Resende Costa, obrigada pelo apoio diário e constante na construção de alternativas que garantam o cumprimento da missão da Instituição.

Agradeço nosso Assessor Técnico, Eustáquio Coutinho, por fazer do trabalho uma missão de responsabilidade social e por nos apoiar como equipe.

À Claudia Souza Mello, querida Claudinha, supervisora da Seção de Atendimento à Situação de Risco da 1ª VIJ/DF, que me recebeu de forma acolhedora, sem reservas e sem vaidades.

Aos colegas do Centro de Referência para Violência Sexual – 1ª VIJ/DF –, obrigada por compartilharem comigo de maneira tão dedicada o interesse em tornar a vida das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual uma vida realmente cidadã. Vocês são referência de compromisso e competência, parabéns!

À *equipe de acompanhamento* do Centro de Referência para Violência Sexual – 1ª VIJ/DF, Maria Helena Quirino, Gabriella Bessoni, Vanessa Ramos Abreu e Bruna Capobianco pelo carinho dedicado às famílias. Enquanto eu me desdobrava em leituras e teorias, vocês assumiram os desafios de se desdobrarem em dedicação e ações que tornaram o acompanhamento uma ferramenta viável para o devido resgate dos direitos das famílias atendidas.

Ao colega Reginaldo, pelas horas de discussão e compartilhar de ideias, curiosidades e intervenções.

À estagiária, Aline Xavier Silva, por atuar como profissional e oferecer ajuda muito competente.

Aos amigos Júnior e Maíra, obrigada pela disposição de sempre, pelo companheirismo e pelos sumários e gráficos coloridos, lindos! Essa baianidade é linda.

Às colegas de doutorado, Cláudia Cantelmo e Vanessa Cardoso, pelo apoio e troca de experiências.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>xii</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>xiii</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>18</b>
1.1. Paradigma sistêmico	18
1.2. O conceito de rede	21
<b>2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>26</b>
2.1. Direitos humanos – uma construção social	26
2.1.1. Direitos humanos e infância	31
2.1.2. O percurso do Brasil na regulamentação legal em defesa aos direitos da criança	32
2.2. A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes - definição e classificações	37
2.3. A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes na sociedade	38
2.4. A dinâmica relacional interpessoal na violência sexual contra crianças e adolescentes	41
2.5. O contexto das relações familiares na violência sexual contra crianças e adolescentes	43
2.6. A revelação – porta de saída da violência sexual e porta de entrada para outras violências	45
2.7. A rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes	48
<b>3 – MÉTODO</b>	<b>55</b>
3.1. A pesquisa-ação	55
3.1.1. No percurso da investigação	58
i. Primeira etapa – Identificação da situação	58
ii. Segunda etapa – Definição dos objetivos da pesquisa	58
iii. Terceira etapa – Planejamento metodológico da pesquisa	59
a. Identificando as atividades da pesquisa	59
b. Identificando os instrumentos da pesquisa	60
c. Identificando as famílias participantes da pesquisa	62
- Família Giovana	63
- Família Yolanda	65
- Família Beatriz	68
- Família Luíza	71
- Família Ariane	72
d. Cuidados éticos	76
iv. Quarta etapa – Realização da pesquisa	76
v. Quinta etapa – Análise e avaliação dos resultados	77
3.1.2. No percurso da ação	81
i. Primeira etapa – Identificação da situação	81
ii. Segunda etapa – Definição dos objetivos da ação	84
iii. Terceira etapa – Planejamento metodológico da ação	87
iv. Quarta etapa – Realização das atividades previstas	88
v. Quinta etapa – Avaliação dos resultados alcançados	89

<b>4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO</b>	<b>90</b>
<b>4.1. A estrutura da apresentação dos resultados</b>	<b>90</b>
<b>4.2. A organização das informações</b>	<b>90</b>
<b>4.3. Os procedimentos da análise</b>	<b>91</b>
<b>4.4. Uma análise sócio-histórica</b>	<b>93</b>
- O ponto de partida das famílias	93
<b>4.5 - Início do acompanhamento</b>	<b>102</b>
4.5.1 A intervenção legal como proteção	104
4.5.2. O sofrimento e a insegurança que permanecem mesmo depois do fim da violência sexual	109
4.5.3. Necessidade de negar o abuso e o desejo de esquecer	116
4.5.4. O papel de mãe vivenciado com sentimento de culpa, de impotência e de confusão	120
4.5.5. A relação materno-filial	123
4.5.6. Ambiguidade na relação com as instituições de proteção	128
4.5.7. Necessidade de relações sociais de apoio	133
<b>4.6. A colagem no início do acompanhamento</b>	<b>137</b>
4.6.1. Ariane	137
4.6.2. Geraldo	140
4.6.3. Mãe de Beatriz	142
4.6.4. Mãe de Luíza	143
4.6.5. Mãe de Yolanda	147
<b>4.7. Fim do acompanhamento</b>	<b>149</b>
4.7.1. A narrativa dos sujeitos participantes e sua interpretação a respeito das medidas protetivas e de seu percurso na rede	150
Mudança de um contexto inicial de violência para um contexto de superação	151
Superação de sofrimento emocional para um estado de bem-estar emocional	158
Superação de dificuldades na relação materno-filial	161
Construção de outro modelo de relações sociais	164
4.7.2. Quadro de análise dos significados construídos pelos participantes: os alcances e as limitações das medidas protetivas	167
4.7.3. Reinterpretações e reflexões sobre as informações contidas nas narrativas e nas experiências dos sujeitos da pesquisa.	169
O duplo movimento: mudar e permanecer	174
<b>4.8. A colagem no fim do acompanhamento</b>	<b>182</b>
4.8.1. Mãe de Giovana	182
4.8.2. Mãe de Beatriz	184
4.8.3. Pai de Yolanda	187
4.8.4. Ariane	190
<b>5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA AÇÃO</b>	<b>192</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>218</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>243</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>256</b>

## QUADROS E TABELA

<b>Quadro 1:</b> Percurso, etapas e ações da pesquisa-ação .....	57
<b>Quadro 2:</b> Cronograma de desenvolvimento das atividades de pesquisa .....	59
<b>Quadro 3:</b> Configuração familiar de Giovana no início da pesquisa .....	63
<b>Quadro 4:</b> Configuração familiar de Yolanda no início da pesquisa .....	65
<b>Quadro 5:</b> Configuração familiar de Beatriz no início da pesquisa .....	68
<b>Quadro 6:</b> Configuração familiar de Luíza no início da pesquisa.....	71
<b>Quadro 7:</b> Configuração familiar de Ariane no início da pesquisa .....	72
<b>Quadro 8:</b> Cronograma de atividades da ação.....	88
<b>Quadro 9:</b> A medida protetiva como proteção .....	108
<b>Quadro 10:</b> O sofrimento e a insegurança que permanecem mesmo depois de interrompida a violência sexual .....	115
<b>Quadro 11:</b> Necessidade de negar o abuso e o desejo de esquecer .....	120
<b>Quadro 12:</b> O papel da mãe vivenciado com sentimento de culpa, de impotência e de confusão.....	122
<b>Quadro 13:</b> A relação materno-filial .....	127
<b>Quadro 14:</b> Ambiguidade na relação com as instituições de proteção.....	132
<b>Quadro 15:</b> Necessidade de relações sociais de apoio .....	136
<b>Quadro 16:</b> Mudança de um contexto inicial de violência para um contexto de superação .....	156
<b>Quadro 17:</b> Superação de sofrimento emocional para um estado de bem-estar emocional	160
<b>Quadro 18:</b> Superação de dificuldades na relação materno-filial .....	163
<b>Quadro 19:</b> Construção de outro modelo de relações sociais.....	165
<b>Quadro 20:</b> Quadro de análise dos significados construídos pelos participantes, os alcances e as limitações das medidas protetivas .....	167
<b>Tabela 1:</b> Quantidade de contatos por iniciativa do profissional/pesquisador e da família no período de nove meses.....	196
<b>Quadro 21:</b> Resultados alcançados com o acompanhamento em termos de acesso a ações e serviços e natureza das instituições .....	206
<b>Quadro 22:</b> Cumprimento ou não cumprimento das medidas protetivas.....	213

## FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Primeira colagem de Ariane _____	138
<b>Figura 2:</b> Primeira colagem do pai de Yolanda, Geraldo _____	140
<b>Figura 3:</b> Primeira colagem da mãe de Beatriz _____	142
<b>Figura 4:</b> Primeira colagem da mãe de Luíza – 1ª parte _____	144
<b>Figura 5:</b> Primeira colagem da mãe de Luíza – 2ª parte _____	146
<b>Figura 6:</b> Primeira colagem da mãe de Yolanda – 1ª parte _____	147
<b>Figura 7:</b> Primeira colagem da mãe de Yolanda – 2ª parte _____	148
<b>Figura 8:</b> Última colagem da mãe de Giovana _____	183
<b>Figura 9:</b> Última colagem da mãe de Beatriz – 1ª parte _____	184
<b>Figura 10:</b> Última colagem da mãe de Beatriz – 2ª parte _____	185
<b>Figura 11:</b> Última colagem da mãe de Beatriz – 3ª parte _____	187
<b>Figura 12:</b> Última colagem do pai de Yolanda _____	188
<b>Figura 13:</b> Última colagem de Ariane _____	190
<b>Figura 14:</b> Número de contatos realizados com as famílias no período de nove meses ____	195
<b>Figura 15:</b> Total dos contatos com as famílias quanto à iniciativa _____	197
<b>Figura 16:</b> Total de contatos com instituições/profissionais _____	201
<b>Figura 17:</b> Distribuição dos contatos por instituições/profissionais _____	202
<b>Figura 18:</b> Distribuição dos contatos segundo a natureza da instituição _____	204
<b>Figura 19:</b> Quantidade de contatos com as famílias e instituições da rede _____	208

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I – Autorização do Comitê de Ética

ANEXO II - Termo de Consentimento Esclarecido

ANEXO III – Quadro de Registro de Dados Básicos da Pesquisa Documental

ANEXO IV – Quadro de Registro de Contatos Realizados com a família/instituições

## RESUMO

Santos, Viviane Amaral dos (2010). *As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília. Brasília, DF.

A violência sexual é um fenômeno complexo que se faz acompanhar não apenas da violação do direito ao desenvolvimento sexual saudável, mas também de vários outros direitos decorrentes do próprio abuso sexual e do contexto que se instala após a revelação. As medidas protetivas elencadas na Lei 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente – são instrumentos que visam ao resgate dos direitos violados e à garantia das condições necessárias para o saudável desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes vítimas. Esta pesquisa tomou como base o paradigma sistêmico e buscou conciliar dois objetivos: de *investigação* e de *ação*. No âmbito da *investigação* tomou-se como objeto de estudo a compreensão e significados que as famílias atribuem a essas medidas e ao percurso que realizam na rede de proteção e garantia de direitos. No âmbito da *ação* estabeleceu-se como objetivo geral garantir que os direitos violados fossem resgatados e as condições para o desenvolvimento das crianças e adolescentes fossem satisfatoriamente oferecidas, por meio do acompanhamento temporário das famílias durante o seu percurso na rede de proteção pelo período de *até* doze meses. Para esse fim, utilizou-se o método da Pesquisa-Ação proposta por Dionne. A pesquisa foi realizada no contexto do Centro de Referência para Violência Sexual da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal - CEREVS, com a participação de cinco famílias em situação de violência sexual intrafamiliar. Os instrumentos utilizados na investigação foram: entrevistas semi-abertas e técnica projetiva de colagem. A pesquisa foi devidamente autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas da Universidade de Brasília e pelo Juiz Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. As famílias foram contatadas depois de terem participado de estudo psicossocial no CEREVS, quando manifestaram livremente a intenção de participar da pesquisa e forneceram autorização consciente e esclarecida para esse fim. As informações foram analisadas por meio do método da hermenêutica de profundidade, conforme proposto por Thompson. Os resultados revelaram que as medidas protetivas têm natureza paradoxal, pois assumiram o significado de possibilidade de mudanças e de proteção em relação à interrupção da violência, porém não ocorreram sem gerar um alto custo emocional pelas novas situações, dores e constrangimentos que podem provocar. Revelaram também que medidas protetivas não podem se confundir com proteção integral, apesar de serem parte dela, sob o risco de se transformarem ações emergenciais e paliativas em ações básicas de proteção integral e de se manter um círculo vicioso de não efetivação de direitos que, por sua vez, demandarão sempre novas ações legais de proteção. Conclui-se que as medidas protetivas não podem ser compensatórias, mas devem oferecer as condições para a superação da vulnerabilidade, promovendo o empoderamento dos sujeitos e fortalecimento das habilidades pessoais e relacionais.

Palavras-chave: violência sexual, família, rede, proteção integral, infância e juventude.

## ABSTRACT

Santos, Viviane Amaral (2010). Protective measures and the guarantee of rights from the perspective of families in a situation of sexual abuse within the family. Doctoral Thesis. Graduate Program in Clinical Psychology and Culture. University of Brasilia. Brasília, DF.

Sexual abuse is a complex phenomenon that is accompanied by the violation not only of the right to healthy sexual development, but also of many other rights resulting from the sexual abuse itself as well as from the context that is installed after its revelation. The protective measures listed in the Law 8069 - Statute of Children and Adolescents - are instruments that seek to rescue the rights violated and to ensure the necessary conditions for the healthy psychosocial development of the victimized children and adolescents. This research, based on the systemic paradigm, attempted to reconcile two objectives: research and action. The investigation process took as its object of study the comprehension and the meanings that the families attach to these protective measures and to the route they must follow in the network of protection and guarantee of rights. In the action process, the objective was to ensure that the rights violated were rescued and the conditions for the development of the victims were satisfactorily provided. The specific objective of action was to accompany the families during their journey in the protection network. To this end, we used the method of action-research proposed by Dionne. The survey was conducted in the context of the Reference Center for Sexual Abuse of the First Court of Childhood and Youth of the Federal District - CEREVS, with the participation of five families in situation of sexual abuse within the family. The instruments used in research were: semi-structured interviews and the projective technique of collage. The research was authorized by the Ethics Committee in Research in Humanities Field of the University of Brasilia and by the Head Judge of the 1st Court of Childhood and Youth of the Federal District. The families were contacted after they had been part of a psychosocial study in CEREVS. They freely expressed their intent to participate in this study and provided informed consent for this purpose. The data were analyzed by the method of deep hermeneutic, as proposed by Thompson. The results revealed that the protective measures are paradoxal in nature. They were seen as a possibility of change and protection in relation to the cessation of the sexual abuse. However, they did not occur without generating a high emotional cost with the new situations, suffering and embarrassment they can inflict. The results also revealed that protective measures cannot be taken as integral protection, even though these measures are a part of it. This understanding turns emergency and remedial actions into basic and integral protection, which would maintain a vicious circle of non-realization of rights that will always require new legal actions for protection. It concluded that protective measures cannot be compensatory, but should provide the conditions for overcoming vulnerability by promoting the empowerment of the citizens and the strengthening of personal and relational skills.

Keywords: sexual abuse, family, network, integral protection, infancy and youth.

## APRESENTAÇÃO

A ideia desta pesquisa nasceu do sentimento de urgência para com nossas crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que não podem esperar para que seu direito de proteção integral seja garantido. Como “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” elas requerem mais do que avaliações e discursos institucionais e políticos. Requerem políticas públicas e medidas sociais urgentes, eficazes e capazes de lhes propiciar as condições necessárias para uma vida digna e para o exercício de sua cidadania.

O sentimento de urgência responde ainda a outras três necessidades: a de fazer cessar a situação de uma das mais violentas formas de subjugação do corpo, do desejo e da liberdade; a de evitar que o ciclo de violência se perpetue nas ações das instituições envolvidas no atendimento jurídico, social e de saúde; e a dos profissionais que enfrentam, dia a dia, o sentimento de impotência diante da complexidade e das dificuldades que marcam a situação de violência sexual contra crianças e adolescentes e que desejam ver resultados positivos e efetivos de suas intervenções.

O trabalho com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no contexto da Justiça tem se revelado uma tarefa desafiadora e conscientizadora. O desafio está em reconhecer que apenas uma instituição ou área do conhecimento é insuficiente para dar conta da situação em toda a sua complexidade (Faleiros, 2000; Ferrari & Vecina, 2002; Furniss, 1993). Os casos que se apresentam aos profissionais de toda a rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência não são apenas casos ou processos, são constituídos por pessoas doadoras de sentido e significado às suas experiências (Gergen & Kaye, 1998; Grandesso, 2000; Maturana, 1998; Maturana & Varela, 1997; McNamee, 1998), inseridas em uma cultura e em um contexto socioeconômico e que demandam muito mais do que uma decisão judicial, a responsabilização do agressor ou o tratamento psicológico das vítimas. O desafio está também em vencermos as vaidades, dificuldades e limites pessoais, profissionais e institucionais e em avançarmos rumo à descompartmentalização do saber e à integração do pensamento científico, reconhecendo nossas competências e especificidades de forma inclusiva e não exclusiva (Furniss, 1993; Santos, 1999, 2000).

Durante os dez anos de trabalho no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFTT com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes temos constatado que a essência do trabalho jurisdicional se perde com a fragmentação de uma

rede institucional de proteção, tornando-se restrito e limitado ao processo legal e deixando de se *efetivar* no mundo social e real (Santos, 2007). Pela falta de ações complementares, concretas, conexas e efetivas que dêem cumprimento a uma decisão judicial, a Justiça perde sua função de interdição e de proteção como autoridade máxima. A prestação jurisdicional, o trabalho técnico dos profissionais de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia e a palavra do magistrado se perdem e se anulam ao sair do âmbito da Justiça. Nesse contexto, levantamos a seguinte questão: Qual o significado conferido pelas famílias em situação de violência sexual às medidas protetivas que lhes foram judicialmente determinadas?

O trabalho do psicólogo junto às famílias em situação de violência sexual que buscam a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – 1ª VIJ/DF é o de assessorar o magistrado, por meio da realização de um estudo psicossocial abrangente, que propiciará uma melhor compreensão da situação apresentada e que pode requerer uma medida judicial. A realização do estudo coloca o profissional diante de necessidades e sofrimentos humanos intensos, especialmente quando a vítima direta é uma criança ou adolescente ainda em condição de desenvolvimento, dependendo dos adultos para sua proteção e para que tenham sua dignidade, sua liberdade, e sua saúde mental e física preservadas. Lidar com essas famílias levanta uma questão ética e moral decorrente do conhecimento que se constrói sobre a situação: estabelecemos um vínculo, ainda que de curto prazo, com as pessoas envolvidas no estudo, oferecemos uma sugestão ao magistrado que poderá ser acolhida e poderá provocar profundas mudanças na organização familiar das pessoas para, depois, não termos qualquer conhecimento dos efeitos da intervenção e se a proteção que se buscou foi realmente efetivada.

Quando crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual, a urgência de uma ação que interrompa a violência se faz premente (Faleiros, 2008; Furniss, 1993), mas também se fazem urgentes ações que garantam o seu saudável desenvolvimento e a minoração dos prejuízos e consequências da violência sofrida. No entanto, o que temos observado nos processos que correm na 1ª VIJ/DF é que, em grande número de casos, a decisão judicial que determina o cumprimento de uma medida protetiva (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) não é cumprida, deixando crianças e adolescentes em um processo de revitimização continuada (Santos, 2007). Essa revitimização se dá pela ausência do poder público no Distrito Federal que, apesar de ter conhecimento da gravidade, parece não se dar conta da complexidade que envolve o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, e que, portanto, demandam ações complexas e complementares que garantam

o fortalecimento da cidadania, o empoderamento e a garantia da dignidade das pessoas envolvidas.

Esse cenário vivenciado em nossas atividades profissionais diárias indicou a necessidade de conhecermos melhor o que acontece com as famílias atendidas na 1ª VIJ/DF, que tem a missão de “garantir os direitos das crianças e adolescentes, por meio da prestação jurisdicional, e assegurar condições para o pleno desenvolvimento individual e pessoal, possibilitando um futuro mais justo.” No intuito de pensarmos uma estratégia de ação que garantisse o efetivo cumprimento das medidas protetivas, optamos por realizar uma pesquisa-ação já que esta permite a aproximação entre a teoria e a prática e serve como “instrumento de ‘intervenção’ na realidade circundante dos pesquisadores, em parceria com os atores implicados em determinadas situações problemáticas. Juntos vão promover ações para transformar a situação inicial em uma situação desejada” (Dionne, 2007). Assim, na investigação tomamos como **objeto desta pesquisa** *o significado conferido por essas famílias às medidas protetivas e ao seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual no Distrito Federal*. A ação proposta na pesquisa foi o acompanhamento das famílias pelo período de até doze meses. O acompanhamento objetivou vincular as pessoas às instituições executoras das medidas, evitando que estas se “perdessem” no percurso entre essas instituições ou que fossem alvo de repetidas intervenções de mesmo cunho.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco famílias em situação de violência sexual intrafamiliar contra suas crianças e adolescentes que receberam a aplicação judicial de medidas protetivas. As cinco famílias receberam a ação de acompanhamento e seis de seus membros - quatro mães, um pai (autor da violência sexual) e uma adolescente - participaram do processo de investigação. Como instrumentos de pesquisa foram utilizadas entrevistas semi-abertas e técnica projetiva de colagem com o objetivo de permitir a expressão dos sentimentos e das significações das medidas recebidas e de seu percurso na rede. Além disso, foi realizada pesquisa documental nas Pastas Especiais que tramitam na 1ª VIJ/DF, cujo objeto de intervenção judicial são as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Pastas Especiais são procedimentos de acompanhamento de crianças e/ou adolescentes em situação de risco, com vistas à aplicação dos artigos 101, 129 e 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa documental objetivou um maior conhecimento do contexto sócio-histórico dos sujeitos por considerarmos a sua importância na formação dos significados atribuídos às suas experiências, pois a constituição da

subjetividade é uma conjugação entre o novo que se vivencia e os conteúdos subjetivos configurados em todo o processo de viver.

Como fundamentação teórica, adotamos o paradigma sistêmico (Vasconcellos, 2002) e o conceito de rede (Capra, 2004; Sanicola, 2008). Para melhor compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, realizamos uma revisão da bibliografia sobre o tema quando ocorre no contexto familiar e sobre os prejuízos pessoais, interpessoais e sociais que promove. Em consonância com várias pesquisas realizadas sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes (Azevedo & Guerra, 1988 e 1997; Faleiros & Faleiros, 2001, 2003; Faleiros, 2008, entre outros), tomamos como base o entendimento de que a violência sexual é uma violação de direitos e ratificamos a conclusão desses mesmos autores e pesquisadores sobre a relevância de uma intervenção para fazer cessar o abuso e proteger a criança ou o adolescente. No entanto, ressaltamos que não basta cessar o abuso para garantir sua proteção integral, uma vez que o contexto pós-revelação pode ser marcado por outras consequências que também se configuram uma violação de direitos.

Por fim, na construção deste texto, abordamos o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva da construção do paradigma dos direitos humanos e sua influência na compreensão do fenômeno e do contexto pós-revelação do abuso, nas ações políticas de atenção e proteção à infância e à juventude, em especial no que concerne o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

# 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1. Paradigma sistêmico

Pensar e agir de forma sistêmica e que contemple a complexidade dos fenômenos da vida social, das interações humanas e da natureza é uma tarefa desafiadora no momento de desenvolvimento atual da humanidade. Segundo Morin (1998), “a problemática da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico” (p.175). Influenciados por três séculos de conhecimento baseado na racionalidade e na cientificidade somos levados a considerar que a complexidade é elemento inalcançável e de difícil definição e utilização. A complexidade pode ser entendida por muitos como o inimigo da ordem e da clareza ou como uma procura da obscuridade. No entanto, segundo a proposta de Morin (1998), a complexidade é o esforço para conceber “a articulação, a identidade e a diferença” (p. 176) de todos os aspectos de uma dada situação, é a tendência ao reconhecimento multidimensional. Segundo esse autor e também de acordo com Vasconcellos (1995), Santos (1999) e Grandesso (2000), a complexidade luta contra a mutilação do pensamento, do conhecimento e do objeto do conhecimento, respeitando suas diversas dimensões.

A realidade antropossocial é multidimensional; ela contém, sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social, e uma dimensão biológica (...) as categorias disciplinares especializadas são as diferentes faces de uma mesma realidade; são aspectos que, evidentemente, é preciso distinguir e tratar como tais, mas não se deve isolá-los e torná-los não comunicantes. Esse é o apelo para o pensamento multidimensional. (Morin, 1998, p. 189)

Nessa mesma linha, pensar de forma sistêmica é ter “consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais” (Capra, 2006, p. 259). Segundo o paradigma sistêmico de segunda cibernética (Vasconcellos, 1995), a natureza e o homem não podem ser comparados a uma máquina que possui um conjunto de mecanismos, cujas leis podem e precisam ser descobertas. Os fenômenos não podem ser compreendidos a partir de uma ideia de causalidade linear, na qual um indivíduo provoca efeitos sobre um segundo e a explicação de um fenômeno só é possível através da busca de uma causa primeira, origem do transtorno atual. Santos (1999) questiona o que é a normalidade, já que a ideia de normalidade ou

padrão de comportamento está estreitamente relacionada aos processos históricos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Assim, a proposta sistêmica busca contemplar a complexidade e a totalidade dos processos humanos e sociais.

Esse pensamento foi motivado pelas novas descobertas no campo da geometria não-euclidiana, da física quântica, bem como nos domínios da microfísica, da química e da biologia dos últimos vinte anos que propiciaram uma profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento científico (Bertalanffy, 1975; Capra, 2004, Capra, 2006, Santos, 1999). Essas descobertas colocaram em questão a visão do homem como ser individual, intrapsíquico, passando para a ênfase na rede de interações entre os indivíduos e entre estes e o meio ambiente. Alguns aspectos da cibernética e da teoria dos sistemas trouxeram à tona certos conceitos que promovem uma reflexão sobre os fenômenos humanos e sociais e desencadearam grandes e importantes mudanças na visão e abordagem destes. O objeto de investigação deixa de ser o indivíduo intrapsíquico e passa a ser o que acontece entre os indivíduos e as normas que organizam suas relações. O fenômeno é sempre observado dentro do contexto em que ocorre, pois ele reflete o comportamento adaptado ao contexto social do indivíduo (Bertalanffy, 1975; Boscolo, 2000; Vasconcellos, 1995).

Os fundamentos desse pensamento levam à compreensão de que os “os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às partes menores” (Capra, 2004, p. 46). As propriedades essenciais do todo são diferentes das propriedades das partes, porém são geradas pelas relações de organização estabelecidas entre as partes. Assim, podemos considerar que as propriedades de um sistema se perdem quando este é dissecado em elementos isolados.

Esse princípio de inter-relação leva diretamente a outro, o de que os sistemas vivos não podem ser compreendidos fora do seu contexto, pois as propriedades das partes não são intrínsecas, mas fazem parte de um contexto maior. Assim, o pensamento sistêmico é um pensamento contextual e, “uma vez que explicar coisas considerando o seu contexto significa explicá-las considerando o seu meio-ambiente, também podemos dizer que todo pensamento sistêmico é pensamento ambientalista” (Capra, 2004, pp. 46-47). Podemos afirmar, de acordo com esse autor, que não há partes isoladas e em absoluto, pois o que denominamos parte é apenas um padrão numa teia inseparável de relações. Em contraposição à visão cartesiana e mecanicista na qual o mundo é uma coleção de objetos e as suas relações são secundárias, na visão sistêmica os objetos são teias de relações,

embutidas em outras redes de relações, tornando as relações elementos fundamentais nessa visão.

Considerando, então, a relevância das relações intrínsecas de qualquer sistema e deste com o meio, não podemos deixar de ressaltar o fato de que o próprio processo de conhecimento está incluído na descrição dos fenômenos naturais. De acordo com essa premissa, entendemos que as descrições de um objeto ou fenômeno a ser conhecido não são objetivas, mas vinculadas ao observador e ao processo de conhecer. As nossas classificações dependem de nossas percepções, de nossos métodos de observação e de medição e do que escolhemos enfatizar ou desconsiderar. E, conforme aponta Demo (2001), “os instrumentos de captação nem de longe são escolhidos inocentemente, como se não tivessem pelas costas uma história própria, pretensões de interferência na realidade, manipulações mais ou menos explícitas da realidade e compromissos ideológicos” (p.25).

A inclusão da subjetividade do observador no processo do conhecimento levanta vários questionamentos acerca da realidade, da experiência e do próprio conhecimento. Tal inclusão implica, ainda, a inserção de outras dimensões no processo de conhecer, anteriormente negligenciadas, tais como a ideologia, ética, afetividade e construção de significados (Santos, 1999). Nesse sentido, podemos dizer que o conhecimento se torna mais humanizado, reconhecendo-se a co-construção do conhecimento dos fenômenos naturais, com a mútua participação: do objeto-sujeito que se dá a conhecer e do sujeito que busca o conhecimento.

Nesse sentido, não podemos deixar de considerar que a construção de significados é característica primordial dos sistemas humanos, pois estes são orientados pela linguagem. Os construcionistas Anderson e Goolishian (1998) ressaltam que o homem não é uma mera máquina de processamento de informações, mas um ser gerador de sentido. Considerar que estamos continuamente conferindo sentido às nossas experiências nos leva a uma “posição mais hermenêutica e interpretativa que enfatiza os sentidos à medida que eles são criados e vivenciados pelos indivíduos nas conversações” (p.36). Segundo esses autores, os sistemas em movimento só existem no discurso, na linguagem e na conversação.

Grandesso (2000), por sua vez, enfatiza que são as realidades narrativas, construídas socialmente, que conferem sentido e organização aos indivíduos e aos sistemas de linguagem. Segundo essa mesma autora, “o significado de um dado evento envolve a configuração do qual ele é parte. Como seres humanos, vivemos emaranhados em múltiplos

sistemas simbólicos com diferentes lógicas de significados e organização” (Grandesso, 2000, p. 146).

A compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, do contexto de vida dos sujeitos desta pesquisa, de sua experiência e percurso na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual segue esta proposta epistemológica. No entanto, gostaríamos de reforçar nossa posição como profissionais e como pesquisadoras de que ao tomarmos como pano de fundo esta proposta paradigmática, consideramos que estamos apenas tratando de pontuações da realidade. Precisamos, por isso, nos aplicarmos à

difícil tarefa de não nos inclinarmos pela substituição de uma forma de conhecimento por outra, mas de trabalharmos pela integração do conhecimento e das várias formas de se conhecer que, ao mesmo tempo em que não elimina as diferenças, também não as unifica, apenas complementa (...) uma teoria não é o conhecimento, ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema. (Morin, 1998, p.335)

Ainda considerando a influência do paradigma sistêmico no entendimento de que fenômenos naturais ou sociais não podem ser compreendidos fora de seu contexto e que qualquer sistema humano está envolvido em uma rede de relações com outros sistemas humanos e sociais, passamos a considerar, a seguir, o padrão organizativo dessas relações em rede.

## **1.2. O conceito de rede**

A figura da rede é uma imagem utilizada para designar ou caracterizar sistemas, estruturas e organizações em que participam uma grande quantidade de elementos dispersos espacialmente, porém com alguma ligação entre si. Podemos falar de redes celulares, de redes neurais artificiais, de redes organizacionais, de marketing-de-rede, rede de redes, redes sociais ou sociedade de redes. Outros serviços que sustentam a modernidade contemporânea também são apresentados como redes, tais como as malhas rodoviárias, os serviços de telecomunicação, serviços de saúde, entre outros (Martinho, 2003). Sanicola (2008), citando Boccacin (2001), diz que “o conceito de rede, tanto no singular quanto no plural, é usado para definir sistemas que se encontram conectados, malhas de comunicação, estratégias empregadas por indivíduos ou a ‘forma’ das relações sociais” (p. 13). A mesma autora

continua, afirmando que o conceito de rede indica a criação de uma relação entre pontos por meio de ligações que, ao se cruzarem, criam uma malha de maior ou menor densidade. Considerando que esta pesquisa aborda a rede de proteção e garantia de direitos e parte da premissa de que os sistemas humanos estão em constante interação com outros sistemas, abordaremos o conceito de redes sociais, isto é, um grupo de sujeitos autônomos, que unem ideias e recursos em torno de valores e objetivos compartilhados. O que diferencia as redes sociais das outras redes é a intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns compartilhados (Sanicola, 2008).

Capra (2004) afirma que é possível identificar um padrão comum em todos os seres vivos: o padrão em rede. Segundo o autor, “onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arranjados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes” (p.77-78).

Apesar de os vários tipos de rede se diferenciar quanto aos seus objetivos ou formatos, todas compartilham algumas propriedades que estão presentes no padrão de redes e são fundamentais para a real compreensão do que se constitui o conceito de redes. Capra refere-se à não-linearidade da rede, isto é, a rede se estende em todas as direções e a vários pontos que a constituem. Assim, compreendemos que as relações num padrão de redes são relações não-lineares.

Outra propriedade destacada por Capra (2004) é a existência de laços de realimentação que, por sua vez, promovem a auto-regulação da rede. Ou seja, uma informação proveniente de um componente da rede pode favorecer a mudança ou a reorganização de toda a rede. O conceito de auto-organização permite compreender que as redes podem criar “novas estruturas, novos modos de comportamento nos processos de desenvolvimento, de aprendizagem e de evolução” (Capra, 2004, p. 80). Essa emergência de novas estruturas e de novas formas de comportamento, por sua vez, ocorre especialmente quando o sistema está afastado do equilíbrio e quando há elementos de alimentação e realimentação.

Martinho (2003) ressalta outras características do padrão de organização e de atuação em rede que entendemos ser importante destacar, pois são elas que dão as diretrizes para uma melhor compreensão do que significa atuar em rede:

- **capacidade de relacionamentos horizontais** – segundo Martinho (2003), a capacidade de operar sem hierarquia é uma das mais importantes propriedades distintivas da

rede. É comum observarmos que a pirâmide é o desenho institucional padrão e a hierarquização parece ser o "modo natural" da organização dos relacionamentos humanos. O funcionamento das redes sociais, porém, revela "a emergência de fenômenos organizativos não-verticais, isto é, não-hierárquicos, funcionando produtivamente na sociedade. A rede teria como propriedade organizacional mais característica a horizontalidade" (p. 16).

- **a primazia das linhas** – Um diagrama representativo de rede apresentará sempre pontos e linhas. Os pontos representam as unidades que compõem a rede; as linhas representam as *relações* entre esses elementos. Assim, as linhas são mais importantes do que os pontos num desenho de rede, porque *são as conexões que fazem a rede*. Há que se ressaltar que a existência de vários elementos dispersos no espaço como pontos espalhados sem linhas que os conecte não representa nada. *É necessário que haja conexões entre os pontos, pois o relacionamento entre estes é que dá qualidade de rede ao conjunto*. A dinâmica da rede se realiza pela produção de conexões - a conectividade. Uma rede só pode existir se houver conexões contínuas entre os pontos. Um ponto desconectado pode ser considerado fora do sistema. Para realizar a integração desse ponto perdido ao conjunto será necessário conectá-lo, isto é, estabelecer com ele uma ligação. *"Sem ligação não há rede"* (Martinho, 2003, p. 17).

No entanto, se uma linha une dois pontos, estes, por sua vez, podem manter uma infinidade de linhas que se projetam dele; podem existir tantas linhas quantos forem os demais pontos pertencentes à rede a qual eles estiverem ligados.

*O poder da rede advém dessa propriedade de multiplicação inerente ao processo de fazer conexões*, representado aqui pelo fato de que cada linha pressupõe dois pontos e de que cada ponto pode estar na origem de uma infinidade de linhas. Tal capacidade de multiplicação das linhas pelos pontos é o que produz a aparência intrincada de malha da rede e confere complexidade ao seu desenho. Porém, de nada adianta para a rede a existência de um grande número de pontos sem que estejam acompanhados de um considerável número de linhas. Muitos pontos pouco interligados têm menos qualidade de rede do que poucos pontos profundamente conectados. *A medida da rede é o número de conexões, não de pontos*. (Martinho, 2003, p. 19)

- **Densidade: a trama das conexões** – essa característica tem íntima conexão com o item anterior, pois a densidade da rede se identifica pela quantidade de linhas (ou conexões) que mantém interligado um conjunto de pontos e não pela quantidade de pontos existentes. Isso faz com que a compreensão de rede ultrapasse a mera soma de seus elementos, mas

atente para sua coesão, integração e organicidade que ocorrem pelo número de conexões existentes.

- **Um sistema aberto** – as redes são sistemas abertos em constante relacionamento com o meio. Novos pontos podem ser conectados a qualquer momento, sendo fundamental para sua sobrevivência esse intercâmbio com o meio.

- **Uma estrutura sem centro** - a morfologia da rede não comporta um centro porque cada ponto conectado pelo emaranhado de linhas pode vir a ser centro.

Redes são sistemas descentrados por definição. Entre outros motivos, isso acontece porque a dinâmica que rege as redes está sustentada não na existência ou posição de um ponto, mas na ocorrência e no acionamento das conexões. Como o princípio de organização se baseia na conexão e na relação, e não no ponto (no elemento, no participante), deixa de haver possibilidade de centralização. Se redes não têm centro, não têm também "periferias". Elas se misturam. (Martinho, 2003, p. 26)

- **Transitividade** – apesar de as redes se multiplicarem, se desdobrarem e se misturarem de forma dinâmica pela ação de inúmeros pontos que disseminam suas conexões de maneira aleatória, tudo é resultado de uma ação pequena e pontual: uma conexão. Uma única conexão, entre milhares possíveis, pode acionar a organização da rede. Redes são sistemas ponto-a-ponto não-lineares. “A ligação de um ponto a outro é, portanto, sua unidade genética” (Martinho, 2003, p. 28). Essa conexão é responsável pela reprodução de toda a dinâmica do sistema pelo simples fato de ligar a rede a outro ponto desconectado de qualquer um dos possíveis nós participantes do sistema e porque pode vincular uma rede à outra rede até então também isolada. No momento em que liga pontos proximalmente situados, essa conexão mobiliza toda a rede, pois ao fazê-lo, reconfigura o sistema em função da nova ponte estabelecida entre dois pontos. Esse processo é denominado de *transitividade*. “Um nó da rede é via de passagem para outro nó. As conexões de um ponto servem como conexões de segundo grau ao ponto imediatamente anterior” (Martinho, 2003, p. 28-30).

Essas propriedades do padrão de rede refletem a mudança de paradigma no entendimento do mundo, das relações e dos fenômenos humanos, guardando nítida aproximação com o novo paradigma sistêmico. Em contraposição a um modelo linear, hierárquico e funcional, o padrão em rede ressalta a importância das relações e a interdependência como natureza dessas relações. E como aponta Capra (2004), “entender a interdependência ecológica significa entender relações. Isso determina as mudanças de

percepção que são características do pensamento sistêmico – das partes para o todo, de objetos para relações, de conteúdo para padrão” (p.232).

No entanto, a compreensão das redes como um padrão de organização vai além de ser um modelo teórico de se compreender a vida social, tem sido considerado também como modelo de intervenção. O padrão de rede ajuda os atores sociais a empreenderem, obterem resultados e promoverem transformações na realidade. O padrão de relacionamento em redes vem se revelando como uma das principais alternativas de organização dos movimentos sociais. Conforme ressalta Martinho (2003), a organização em rede chama a atenção para

as práticas e princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político, inclusivos do ponto de vista social, sustentáveis do ponto de vista ambiental, abertos e polifônicos do ponto de vista cultural. A rede, objeto de estudo aqui, é aquela que se apresenta como um projeto deliberado de organização da ação humana. (Martinho, 2003, p. 13)

Sanicola (2008) também destaca a existência de modelos teóricos que propiciam ações de intervenção social em rede, tais como a terapia de rede, a terapia de apoio, a rede terapêutica, o trabalho de território, a *social networking*, o *community care*, o *case management* e a intervenção de rede. Segundo Sanicola, esses modelos de ação vêm sendo teorizados, sistematizados e experimentados como forma de intervenção. Apesar de cada modelo ter diferentes campos de exploração e diferentes instrumentos, todos eles partem da compreensão de que a rede é um padrão de organização da sociedade, marcado pelas dimensões relacional e simbólica. E esse padrão “ajuda os atores sociais a empreenderem, obterem resultados e promoverem a transformação da realidade – padrão e modo de operação que (...) já trazem embutidos em seus princípios e procedimentos o exercício dessa transformação” (Martinho, 2003, p. 13).

É a partir desse paradigma e do conceito de relações sociais em rede que buscaremos orientar nosso processo de compreensão interpretativa do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e da proteção legal a elas oferecida. É também a partir deles que buscaremos desenvolver a proposta de ação de acompanhamento das famílias durante seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos.

## 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. Direitos humanos – uma construção social

Por que falar sobre direitos humanos em uma pesquisa de psicologia que aborda o fenômeno da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? A resposta a essa pergunta está no fato de que é nossa opção abordar o tema da violência sexual do ponto de vista sistêmico, como anteriormente explicitado, concebendo *o fenômeno* e *a sua interdição social* como elementos socialmente construídos e como parte de um processo histórico e cultural. Apesar de reconhecermos a presença de fatores que dizem respeito ao indivíduo e às questões intrapsíquicas na prática da violência sexual, assumimos o ponto de vista a partir das relações familiares e com o meio social.

Segundo a literatura (Ariès, 1981; Azevedo, 1993; Azevedo & Guerra, 1988; Badinter, 1985; Rizzini 1997, entre outros), várias formas de violência contra a criança e o adolescente, entre elas a violência e a exploração sexual, sempre estiveram presentes na história da humanidade. A violência sexual ocorre desde tempos remotos em todas as sociedades e em todas as classes sociais, apesar de ser mais visível, por ser mais denunciada, nas classes menos favorecidas. O entendimento de que a violência sexual contra crianças e adolescentes reflete a condição histórica e social de um povo é também ressaltada por Azevedo e Guerra (1988), uma das precursoras no estudo do fenômeno no Brasil. Essa autora alerta que

desde que o mundo é mundo, a criança tem sido vítima de toda sorte de explorações, inclusive e principalmente de natureza sexual (princípio nº 9 da Declaração) no entanto, sua denúncia tem tido pouco eco, abafado pelo ‘complô do silêncio’ com que a sociedade em geral e os especialistas, em particular, têm procurado encobrir ‘temas impertinentes’. Por sua vez, a própria ideia de exploração sexual da infância é conquista recente, na medida em que se assenta em um duplo reconhecimento – o da existência de um padrão assimétrico de relações sociais entre gerações – o padrão adultocêntrico e o da concepção da criança como cidadão, sujeito de direitos, e não como menor de idade, passível de ser objeto do prazer adulto. (Azevedo e Guerra, 1988, pp. 5-6)

No desenvolvimento do processo civilizatório a construção do conhecimento sobre a infância e a adolescência vem permitindo vislumbrar suas necessidades e características específicas, o que promove novas formas de lidar com essa “nova” categoria social. Daí, o entendimento de que o desenvolvimento da sexualidade na infância e na adolescência deve

ser preservado de toda e qualquer sedução, dominação ou coerção de um adulto. O envolvimento sexual de um adulto com uma criança passa a ser “tanto uma questão normativa e política quanto clínica” (Furniss, 1993, p. 5). Segundo Azevedo e Guerra (1988), Faleiros (2000), Furniss (1993) e Save the Children (2006), foi só recentemente no contexto dos movimentos sociais, mais especificamente do movimento feminista na segunda década do século XX, que se passou a ter uma concepção de emancipação da mulher e proteção dos direitos da criança. Como consequência, o relacionamento sexual adulto-criança vem sofrendo uma reconceituação, na qual a violência sexual passa a ser concebida como vitimização da criança – mais específica e frequentemente da mulher-criança – por um adulto quase sempre do sexo masculino. Apesar de os referidos autores ressaltarem a vitimização de meninas, destacamos a ocorrência do fenômeno também em relação a crianças do sexo masculino, conforme aponta Pinto Junior (2005).

O foco desta pesquisa é, portanto, a garantia de direitos das pessoas envolvidas em situação de violência sexual, por meio da prestação jurisdicional e da aplicação de medidas protetivas e pela atuação de toda a rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento do fenômeno no Distrito Federal. Por isso, não podemos deixar de abordar o tema dos direitos humanos, ainda que sem aprofundá-lo, uma vez que ele está diretamente ligado ao fenômeno da violência sexual que hoje, mais do que nunca, é visto como uma violação de direitos básicos das crianças e adolescentes. Para isso, seguimos essa mesma linha de pensamento, entendendo que não podemos deixar de considerar que a ideia dos direitos humanos é uma construção social no tempo e na história, envolvida pelos simbolismos, relações interpessoais e pelas demandas e padrões de cultura.

A nossa cultura ocidental e nossa era são marcadas pela discussão em torno dos direitos humanos. Embora ainda encontrem fortes resistências em atos arbitrários arraigados em nossa sociedade, movimentos internacionais e regionais, governamentais e da sociedade civil organizada têm chamado a atenção para a importância de se construir relações sociais pautadas no respeito, na dignidade e na liberdade e na garantia de direitos. Esses pressupostos, segundo Lopes (2006) e Arcelo (2008) são centrais no projeto moderno de direito, porém eram “pouco conhecidos na Antiguidade e em grande parte da Idade Média” (Lopes, 2006, p.165). De acordo com Lopes (2006), a história mostra que foi somente na Idade Média que os teólogos da Igreja Católica formaram as bases para o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana, concebida, a partir daí, como um indivíduo apartado da sociedade. Foi também influenciado pelo pensamento humanista renascentista, cuja visão

de mundo é antropocêntrica, que o tema da dignidade da pessoa humana ganhou volume e no século XVI passou-se a reconhecer “a figura dos direitos subjetivos ligados à pessoa humana, como resultado de tal racionalização da dignidade do homem” (Lopes, 2006, p. 166).

Hannah Arendt (1979) e Bobbio (1992) ressaltam que o direito humano é um construto social, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução, e a sua existência e a definição do que se constituem os direitos têm íntima relação com as relações sociais. Disso decorre que não existem direitos fundamentais por natureza. Bobbio (1992) ressalta que, por estarem ligados à história, à construção de valores, à cultura, à ética e à moral, os direitos humanos são uma classe variável, isto é, o que parece ser fundamental numa época e numa determinada civilização não o é em outras épocas e culturas. Conforme aponta o autor,

o elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes de poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. (Bobbio, 1992, p. 19)

Para que possamos compreender, então, a construção da ideia de direitos humanos, sua constituição atual e seus efeitos, é importante considerarmos sua inscrição nas relações sociais. Segundo Weber (1922/2004), a relação social é constituída por condutas de vários agentes reciprocamente orientadas e às quais se atribuem conteúdos significativos. São também os sentidos conferidos por vários agentes que constituem e conferem legitimidade às estruturas sociais, tais como o Estado, a Igreja, a família, entre outras. Assim, as condutas, as normas e os valores sociais podem ser regidos por sentidos comuns a um grupo específico, modelados por interesses ou por convenções. Os agentes podem, então, se deixar orientar por sua crença na validade das regras que lhes impõem modelos de conduta. Quando uma regra se torna válida para os agentes, ela passa a ter legitimidade e se justifica por si mesma. Nesse caso, aquele que atuar de forma divergente à regra dominante poderá sofrer a reprovação de todos e se tornar vítima de coação física ou moral no intuito de se preservar a observância à ordem vigente ou de punir a transgressão.

Weber concebe a sociedade em esferas distintas, tais como a jurídica, a social, a cultural, a religiosa, a econômica, todas elas regidas por sentidos e normas particulares. Tais normas, cujo sentido é compartilhado, modelarão a conduta de um indivíduo que, ao agir socialmente, articula sentidos relativos a cada esfera. Cada uma dessas esferas se atualiza

nas ações e no sentido que os indivíduos lhes conferem (Weber, 1922/2004). Por sua vez, para que se possa compreender uma ação de um agente é necessário atentar para o contexto significativo da ordem na qual a ação está inserida. Por exemplo, se existe a probabilidade de alguns homens considerarem válidos os direitos humanos, sua conduta será orientada de acordo com esses direitos.

Segundo Elias (1990), as mudanças de normas, condutas e sentimentos são movidas para uma direção específica, porém não planejadas, deliberadas ou pré-estabelecidas. Ocorrem na dinâmica do processo histórico de civilização da humanidade, numa cadeia de acontecimentos que geram novas organizações sociais, condutas, sentimentos e formas de ser. Desses movimentos nasceram as sociedades, suas instituições, e suas respectivas funções e responsabilidades, os primeiros códigos morais e legais que regem suas condutas. Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que os direitos humanos não são naturais, sendo sua concepção um construto da era moderna, alinhada com a concepção iluminista e individualista da sociedade.

Bobbio (1992), ao defender a tese da historicidade do direito humano, ressalta as várias fases desde sua proclamação e sua transformação em direito positivo, isto é, normativo, em cada Estado, até o direito que hoje ocupa seu lugar no sistema internacional. Dada essa condição de historicidade, os direitos continuam e sempre continuarão em expansão, pois, os direitos são históricos, ou seja, nascidos em circunstâncias específicas, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascem gradualmente, em processos, “não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (p.5). Como afirma esse mesmo autor,

o elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes de poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. (Bobbio, 1992, p.18)

Contrário à tese de que os direitos humanos são naturais, Bobbio lembra que “a liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser” (Bobbio, 1992, p.29). Nessa mesma linha de compreensão, Arendt (1979) destaca que os direitos humanos compõem um constructo axiológico, são fruto de nossa história, de nosso passado, de nosso presente, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social.

Bobbio (1992) distingue três fases dos direitos humanos na era moderna. A primeira na Declaração de Direitos dos Estados Norte-Americanos e da Revolução Francesa, momento em que a afirmação dos direitos humanos se torna o ponto de partida para a instituição de um autêntico sistema de direitos. O segundo momento é por ele definido como a Declaração dos Direitos do Homem, em que os direitos passam a ser válidos somente no interior do Estado que os reconhece, isto é, não são mais direitos do homem, mas do cidadão, ou são direitos do homem somente enquanto direito do cidadão deste ou daquele Estado particular. A terceira fase tem início com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na qual a afirmação dos direitos se torna ao mesmo tempo universal – relativa a todos os homens, a toda a humanidade - e positiva – os direitos não devem ser apenas proclamados e reconhecidos, mas *efetivamente protegidos*, até mesmo contra o Estado que os violar.

Essa terceira e atual fase dos direitos humanos surgiu no período pós-guerra, na primeira metade do século XX. Os direitos contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos referem-se aos valores daquele momento específico. Por essa razão, com todas as mudanças históricas, tecnológicas e de concepções sobre o homem, bem como dos novos valores, a Declaração vem sendo ampliada, como forma de não se enrijecer em fórmulas estáticas, mas de evoluir conforme evolui o próprio homem.

Assim, como resultado de vários movimentos sócio-históricos, outros documentos vieram se somar à perspectiva inicial. E, pela própria evolução desses movimentos, os direitos humanos referidos nesses documentos resultam de um pacto social, um acordo firmado entre os indivíduos, grupos ou instituições que têm a responsabilidade por fazê-los cumprir, e focalizam as demandas de uma determinada época. Pautam-se “no respeito pela dignidade e valor de todo e qualquer ser humano, tanto como indivíduo como na condição de membro da sociedade como um todo” (Save the Children, 2006, p.19). Portanto, envolvem toda e qualquer experiência humana. Uma vez que não são direitos naturais, implicam a responsabilidade pela garantia de direitos, ou seja, *a responsabilidade conferida ao Estado e a todos os membros da sociedade de garantir que os direitos sejam respeitados, protegidos e exercidos*.

É nessa esteira de conceitos e normas que a natureza especial da infância e os direitos inerentes a essa fase da vida ganham espaço de reconhecimento político e social, inicialmente, em 1924, na Declaração sobre os Direitos da Criança; em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos; em 1959, na Declaração dos Direitos da Criança e,

posteriormente, em 1989 na Convenção sobre os Direitos da Criança (Save the Children, 2006). Este último documento passou a orientar as diretrizes de proteção dos direitos humanos aplicáveis também às crianças. A partir de então, o Estado e toda a sociedade (família, cidadãos, sociedade civil organizada) são convocados a reconhecer e proteger os direitos da infância, conforme será discutido a seguir.

### **2.1.1. Direitos humanos e infância**

No desenrolar da história da humanidade a criança somente alcançou um lócus privilegiado de atenção do Estado e da sociedade no final do século XX, quando assumiu o status de sujeito de direito em âmbito internacional. Até então, vítima de várias formas de violências, abandono, infanticídio e objeto de intervenção do Estado e dos adultos para correção e controle (Ariès, 1981; Badinter, 1985; Postman, 1999), a criança passa a ser contemplada como sujeito de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, em 194 países (Save the Children, 2006).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) veio selar uma luta que se iniciou no início do século XX. Em 1924, a Liga das Nações adotou a Declaração sobre os Direitos da Criança, redigida por Eglantyne Jebb, fundadora da instituição Save the Children, numa primeira tentativa de codificar os direitos básicos da criança. O texto continha cinco artigos que enfatizavam a importância de se oferecer *proteção especial* à criança.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos “reconheceu a natureza especial da infância e da maternidade, e em 1959 a Organização das Nações Unidas - ONU adotou a Declaração dos Direitos da Criança” (Save the Children, 2006, p. 22). O documento passou a orientar as diretrizes de proteção dos direitos humanos aplicáveis também à infância. A partir de então, o Estado e toda a sociedade são convocadas a reconhecer e proteger esses direitos.

Em 1979, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas organizou um grupo composto por 43 países, que traçou os princípios relativos à infância, culminando, dez anos depois, em 20 de novembro de 1989, na Convenção sobre os Direitos da Criança. O documento foi adotado pelas Nações Unidas e ratificado por 192 dos 194 países signatários, inclusive o Brasil, conferindo-lhe status legal e internacional (Azambuja, 2004; Save the Children, 2006).

A Convenção sobre os Direitos da Criança contém 54 artigos e pauta-se nos seguintes princípios:

- Não discriminação – os direitos valem para todas as crianças, sem exceção
- Interesse superior da criança – diz respeito a qualquer processo decisório que a envolva: seus interesses devem estar entre os primeiros aspectos a serem levados em consideração e devem preceder o interesse dos adultos.
- Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento – a criança tem direito aos bens e condições que permitirão o desenvolvimento máximo de seu potencial.
- Direito de ser ouvida – em todas as decisões que lhe digam respeito, e suas opiniões devem ser consideradas. As crianças são atores sociais, tanto em relação ao seu desenvolvimento, como em relação ao desenvolvimento da sociedade em que vivem (Save the Children, 2006).

Algumas críticas são endereçadas à Convenção por se basear em princípios da cultura ocidental, porém, apesar da relevância cultural em sua interpretação e aplicação, essa recomendação faz parte do preâmbulo do documento. No entanto, a Convenção também entende que a violação dos direitos da criança por meio de práticas danosas não pode ser justificada por práticas culturais prejudiciais ao seu saudável desenvolvimento. Todos os países que ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança têm a obrigação legal de desenvolver medidas legais, orçamentárias, administrativas e outras para implementá-la. É responsabilidade do Estado

criar legislação, quadro de políticas e de fornecer recursos, de forma a garantir que os direitos da criança sejam exercidos. A CDC considera pais, famílias e comunidades como os principais responsáveis pelo cuidado das crianças e, por vezes, a legislação nacional transforma essas responsabilidades em obrigações legais e morais. (Save the Children, 2006, p. 25)

### ***2.1.2. O percurso do Brasil na regulamentação legal em defesa aos direitos da criança***

Vários estudos sobre temas específicos da infância, tais como educação, trabalho infantil, abandono e adoção, violência física e sexual, aspectos legais, assistência social, entre outros, abordam a trajetória do Brasil na garantia dos direitos da criança (Abreu & Martinez, 1996; Alencar, 1984; Azambuja, 2004; Faleiros, 2000; Nunes, 2003; Rizzini, 1997).

Segundo Abreu e Martinez (1996), o termo criança surgiu pela primeira vez no contexto da construção do Estado Brasileiro, pós-colônia, em 1823, em documentos que referenciavam a importância da difusão do ensino e da instrução no país. Segundo Abreu e Martinez (1996), naquela época os problemas relativos à infância no Brasil, tais como a

ilegitimidade dos nascimentos, o infanticídio, o enjeitamento de crianças e a negligência para com os cuidados básicos da infância ainda não haviam sido endereçados. Em 1854, foi redigido um Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro, do Ministério do Império, que delimitava o perfil do público a ser atendido nas escolas públicas: crianças livres e pobres, entre cinco e quatorze anos, destituídas de moléstias contagiosas. Para educar e abrigar as crianças pobres seria criado um asilo, onde permaneceriam até os 21 anos (Abreu & Martinez, 1996).

Com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, as crianças livres tornaram-se um problema social, pois tanto os descendentes de escravos libertos como os provenientes das camadas mais pobres constituíram-se objeto das atenções do país a partir dessa data. Como resposta a essa parcela da população foram criadas várias instituições de instrução e asilo que objetivavam conter e educar os “menores vagabundos e desamparados” (Abreu & Martinez, 1996, p. 25). A criança era, então, considerada como o homem de amanhã, a base fundamental para a construção da nação.

Com a Proclamação da República, deu-se início a uma pauta repressiva. Em 1890, o Código Penal baixou para *nove anos* de idade o limite da responsabilidade penal. A repressão e o internamento das crianças ganharam legitimidade. Em 1920, foi criado no Rio de Janeiro o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinvente. E, em 1923, foi criado o primeiro Código de Menores. O código objetivava organizar as formas de trabalho, a educação, a prevenção e a recuperação de *criminosos e delinquentes*, por meio da internação das crianças em instituições para esse fim. A partir disso, foram criadas mais instituições como asilos, educandários, penitenciárias e reformatórios para menores. Segundo Abreu e Martinez (1996), “de forma cada vez mais notória, as distinções e ambiguidades entre os conceitos de criança e menor despontavam na política assistencial do Estado e da sociedade, expressando os diversos ‘olhares sobre a criança’” (p. 29).

Notamos a influência do processo histórico de redimensionamento da política de reconstrução do Estado e de redefinição da nação no discurso sobre a criança, “ainda que pese a continuidade da força dos discursos jurídicos e as tentativas sempre presentes de criminalização da infância pobre, a ênfase na assistência social caracterizaria as décadas de 1930 e 1940” (Abreu & Martinez, 1996, p. 30). Foi somente uma década depois, em 1936, que as discussões médicas sobre a criança passaram a incorporar os problemas sociais mais amplos, entre eles, a escravidão, o crescimento urbano descontrolado, a pobreza e mendicidade, doenças epidêmicas, insalubridade das moradias e condições de trabalho.

Além disso, várias teses foram desenvolvidas enfocando temas como a exploração sexual infantil, o abandono dos neonatos e a mortalidade das crianças de classes populares. As autoridades compunham seus discursos em torno da necessidade de o Estado tomar alguma providência em relação às “crianças pobres, vadias e vagabundas” que circulavam nas cidades e encaminhá-los para as casas de correção.

Em 1940 o Código de Menores sofreu uma atualização, conferindo um caráter mais preventivo e assistencialista do que punitivo. Foi, então, criado o Serviço de Assistência a Menores – SAM (1941). O Serviço teria como função organizar o atendimento e realizar estudos sobre os menores para indicar as formas de tratamento. Porém, com ele instituiu-se um verdadeiro sistema penitenciário para a população menor, seu sistema baseava-se em internatos nos quais eram acomodados tanto adolescentes autores de infração penal como menores carentes e abandonados.

No ano de 1964, na vigência da ditadura militar, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, diretamente subordinada à Presidência da República. O órgão detinha autonomia técnico-judiciária e pretendia promover a uniformização e centralização da política do bem-estar do menor. O discurso ainda era marcado pela prevenção à criminalidade e pela marginalização do menor e, apesar de vários movimentos sociais voltados para a defesa das crianças e das famílias, foi criado em 1979 o Novo Código de Menores que reafirmava a concepção de anormalidade dos menores “criminosos e delinquentes.” O Novo Código veio dar continuidade à condição de sub-cidadãos dos menores, haja vista que um grande número de adolescentes e até crianças em tenra idade eram retiradas de forma arbitrária da companhia de seus pais para colocação em adoção sem justa causa.

Como se pode observar, o caráter autoritário e excludente das políticas públicas para a infância marcou os anos 60 e 70 do século XX. Foi somente a partir da década de 80, com a abertura política, que questões tais como as altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo e violência que caracterizavam a infância Brasileira assumiram proeminência. Iniciou-se um movimento e uma discussão sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre as responsabilidades do Estado. “O estigma da denominação ‘menor’, até então utilizada para caracterizar uma distinção social e classista, além das conhecidas situações preconcebidas ‘de risco’, foi altamente criticado, predominando a reivindicação do reconhecimento social da criança como um sujeito de direitos – um cidadão” (Abreu & Martinez, 1996, p. 32). A Constituição Federal Brasileira de 1988 avança um grande passo

nesse sentido ao reconhecer e afirmar o direito da criança e do adolescente à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados.

Em 1989, o Brasil ratifica a Convenção sobre os Direitos da Criança e em 13 de julho de 1990 sanciona a Lei 8.069 que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que passa a vigorar em doze de outubro daquele ano. O Estatuto legitima a cidadania como um direito da criança e do adolescente e torna o Estado e a sociedade responsáveis pela promoção dos direitos básicos dessa população. Esse processo de elevação do status da criança como sujeito de direitos se deu ao longo da marcha civilizatória pelo reconhecimento e afirmação dos direitos humanos que, por seu caráter igualitário, considera as diferentes classes, conferindo-lhes tratamento compatível com suas especificidades.

É nesse contexto que situamos a violência sexual contra crianças e adolescentes: uma violação de direitos, mais especificamente o direito ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável, como vem sendo apontado por vários autores. Porém, não podemos ignorar que a situação de violência sexual, na maioria das vezes, é acompanhada pela negligência de vários outros direitos da criança, do adolescente, de seus familiares e dos autores da violência (Azambuja, 2004; Azevedo, 1993; Azevedo & Guerra, 1988, 1997; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005). Por isso, consideramos que *não basta fazê-la cessar para que se garanta o pleno gozo desses direitos*. Entendemos ser necessário reconhecer que, tendo sido violados os vários direitos decorrentes da situação de violência sexual e do contexto que se instala após a revelação do abuso é preciso fazê-los valer com imediata atenção, já que a criança ou adolescente não pode esperar para ser atendido e protegido integralmente. Nesse contexto, é importante também remover o indivíduo da posição de vítima para a posição de sujeito de direitos e integrá-lo no processo de garantia do pleno gozo de seus direitos e de seu desenvolvimento psicossocial (Faleiros & Faleiros, 2001). Para isso, ressaltamos a importância e a necessidade de envolver todos os outros atores da cena de violência sexual – a vítima, os familiares, o autor da violência e até mesmo a sociedade nas ações de prevenção, responsabilização e atendimento médico, psicológico e social (Faleiros & Faleiros, 2001).

Além disso, chamamos a atenção para a necessidade de reconhecermos que as dinâmicas que caracterizam a exploração sexual, a violência sexual extrafamiliar e a violência sexual intrafamiliar se diferem em grande medida. Portanto, em face da complexidade e variedade de suas manifestações, a violência sexual em cada uma dessas

circunstâncias requer ações diferenciadas, porém *conjuntas*, sejam elas de cunho judicial, social, econômico, médico ou psicológico. A concepção de *proteção integral* preconizada pelos documentos nacionais e internacionais de direitos da criança e do adolescente envolve o atendimento de *todas* as necessidades e o resgate dos direitos violados, dentre eles:

- Direito a uma vida saudável – considerando que o abuso sexual é uma violência contra o corpo, contra a alma, contra a dignidade humana e contra a cidadania;
- Direito à autonomia – considerando que as crianças e adolescentes têm seus corpos violados e usados como objeto de satisfação do desejo de um adulto e não em atenção a sua própria necessidade ou ao seu próprio desejo;
- Direito ao desenvolvimento físico, psicológico e sexual saudável – considerando que a violência sexual não respeita e não atenta para a devida satisfação das necessidades e dos limites físicos, emocionais e sexuais das crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento;
- Direito ao adequado desenvolvimento das relações sociais – considerando que a violência sexual ocasiona dificuldades no estabelecimento de relações de confiança e/ou comportamentos sintomáticos tais como agressividade ou retraimento;
- Direito à liberdade – considerando que as crianças e adolescentes que são submetidas a uma das mais degradantes formas de violência não têm como expressar e fazer valer sua opinião e desejo e não têm como buscar refúgio, auxílio ou orientação, já que a única instituição a que têm acesso é a própria família e esta pode não conseguir protegê-las de forma integral;
- Direito ao respeito – considerando que sua integridade física, psíquica e moral é violada e sua auto-imagem, identidade, valores, ideias e espaço físico e emocional se tornam prejudicados;
- Direito à dignidade – considerando que são submetidas a tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor;
- Direito à saúde – considerando que a violência sexual pode trazer como consequências doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e indesejada, sequelas físicas e orgânicas e psicológicas;
- Direito à convivência familiar saudável – considerando que a maior parte dos abusos sexuais é cometida na família.
- Direito à política de atendimento – considerando a inexistência de “um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do

Distrito Federal e dos municípios” (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 86) que integrem, *concomitantemente*, suas políticas sociais básicas, de assistência social em caráter supletivo.

Apesar de se reconhecer que muito ainda há que ser feito, em todos os âmbitos e em todas as esferas governamentais, há que se ressaltar o avanço no que concerne o enfrentamento à violência e à exploração sexual infanto-juvenil decorrente da perspectiva de direitos e da proteção integral da criança e do adolescente que tornou a violência sexual uma questão social. O fenômeno deixou de ser um fato privado e ganhou, a partir da década de 90, a atenção da sociedade civil e do Estado, como discutiremos a seguir.

## **2.2. A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes - definição e classificações**

Em uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, Faleiros (2000) encontrou treze definições diferentes para violência sexual e doze para exploração sexual. As definições encontradas apresentam como ponto comum o caráter transgressor da relação entre o adulto e a criança, na qual esta é usada como objeto de satisfação dos desejos sexuais do adulto e ocorre em uma situação de desigualdade de poder, de força e de hierarquia, refletindo os padrões relacionais sociais.

Para uma melhor compreensão do que se trata a violência sexual contra crianças e adolescentes e antes de ampliarmos essa discussão, optamos por utilizar a definição encontrada em Sanderson (2005) que contém os seguintes elementos relacionais: diferença de idade entre autor da violência e vítima, denotando a desigualdade presente na relação; o lugar de objeto da criança para satisfação de um desejo sexual que é tão somente do adulto, e a impossibilidade da criança de oferecer consentimento informado em razão da desigualdade de poder ou de aparato cognitivo, emocional ou social que lhe permitam ter consciência dos efeitos da interação sexualizada com adultos. Essa definição também indica o entendimento de que a violência sexual contra crianças e adolescentes está situada no campo das relações sociais e familiares, com fortes componentes culturais e de valores. Violência sexual contra crianças e adolescentes pode, então, ser definida como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz

de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. Essa definição exclui atividade consensual entre colegas. (Sanderson, 2005, p. 17)

Os atos classificados como abusivos podem ser separados em três grupos: não envolvendo contato físico, envolvendo contato físico, envolvendo violência (Azevedo & Guerra, 1988; Sanderson, 2005). Entre os atos sem contato físico podem-se citar: discussões abertas sobre atos sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou chocá-la; telefonemas obscenos; convites explícitos ou implícitos; exibicionismo – exposição intencional (e não natural) a uma criança do corpo nu de um adulto ou partes dele; voyeurismo - espionagem da nudez total ou parcial de uma criança por um adulto; aliciamento pela internet ou pessoalmente; estímulo à nudez; observar a criança quando ela se despe ou usa o banheiro; fotografia e/ou filmagem de crianças e adolescentes para gratificação pessoal ou para exposição na internet.

Entre os atos físicos estão: passar a mão no corpo da criança; coito (ou tentativa de); manipulação de genitais; contato oral genital e uso sexual do ânus; beijar a criança na boca; sexo oral (felação ou cunilíngua no abusador ou na criança); ejacular na criança; colocar objetos na vagina ou ânus da criança; penetrar o ânus com o dedo; penetrar o ânus com o pênis; penetrar a vagina com o dedo; colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito; forçar a criança a praticar atividade sexual com animais. Entre os atos com violência estão inclusos: ocorrências de estupro, brutalização ou mesmo assassinato de crianças e adolescentes como formas progressivamente mais violentas de ataque sexual.

### **2.3. A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes na sociedade**

Azevedo e Guerra (1988), Faleiros (2000), Furniss (1993) e Sanderson (2005), entre vários outros autores, ressaltam a dinâmica relacional presente no contexto sexualmente abusivo, notadamente marcado pelo padrão patriarcal e adultocêntrico de relações sociais vigentes em nossa sociedade de hoje e de sempre. Esse padrão é caracterizado pela dominação dos homens sobre as mulheres (considerando que a maior parte dos abusos é cometida por homens) e dos adultos sobre as crianças. Dessa forma, é impossível não concordar com Faleiros (2000) quando esse autor nos diz que a violência não deve ser “entendida, como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia,

mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo” (p. 8).

Nas situações de abusos sexuais podemos notar a presença de princípios e características dos sistemas autoritários e das desigualdades de gênero. Segundo Plaza Pinto (2004) e Soihet (1997), em nossa sociedade as ideias machistas são sustentadas e nunca questionadas, pois o sistema de gênero é um princípio organizacional essencializado e naturalizado que se tornou identidade cultural. As desigualdades do sistema de gênero são um exemplo de construção social da qual não tomamos consciência. Como todo sistema social, perpetua sua organização através da manutenção das ideias, condutas e estruturas. Assim, podemos considerar que as ideias ou crenças mantêm a relação de abuso na medida em que funcionam como argumentos que explicam e justificam as práticas violentas.

Segundo Ravazzola (1997), as ideias que justificam o abuso coincidem com aquelas que sustentam os sistemas autoritários ou patriarcais como mencionado anteriormente. Para essa autora, a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma forma de vitimização, processo que causa dano à criança através de sua participação forçada em práticas ou atos eróticos, mediante coerção (física ou psicológica) de um adulto, visando à satisfação sexual deste último. Os efeitos dessa vivência sobre a criança ou adolescente são sempre danosos, sendo considerados como “uma forma de erosão da infância” (Azevedo, 1993, p. 13) e uma violência contra o corpo e contra a alma (Madanes, 1997).

Apesar de a literatura (Azambuja, 2004; Azevedo & Guerra, 1988; Barbosa, 1999; Brasil, 2002; Cohen, 1997; Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2004; CONANDA, 2001; Faleiros & Faleiros, 2001; Faleiros, 2003; Pinto Júnior, 2005; Rangel, 2006; Save the Children & SER/VIOLES/UnB, 2005; entre outros) ser unânime em afirmar que não há dados estatísticos nacionais que reflitam a real ocorrência do fenômeno no Brasil, alguns dados encontrados em estudos locais e pontuais (ABRAPIA, s/data; Azevedo, 2007; Santos, 2007; Silva & Vecina, 2002, por exemplo) revelam características que confirmam a inserção do fenômeno em um contexto social mais amplo.

No contexto da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF, os dados do ano de 2009<sup>1</sup> mostram que foram confirmados 173 casos de violência sexual. Deste total, 75% dos abusos ocorreram no contexto familiar; 80% das vítimas foram meninas e estavam entre três e treze anos. 83% das vítimas conviviam diariamente com o autor da violência, e prevaleceu a

---

<sup>1</sup> Acessível em [http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/estatis/2009/vij\\_estatisticaViolSex.pdf](http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/estatis/2009/vij_estatisticaViolSex.pdf)

figura paterna como principal agressor (24% são os pais e 18%, os padrastos). Por ser de natureza intrafamiliar, na qual a criança ou o adolescente não tem com quem contar para se proteger e na qual impera o silêncio imposto pelo segredo, 60% dos abusos sexuais duraram mais de um ano.

Esses números indicam que a violência sexual tem caráter íntimo e relacional, mas também é reflexo de uma estrutura social e cultural na qual se insere e, por isso, se reveste de extrema gravidade. Quando perpetrada por adultos contra crianças ou adolescentes adquire particularidades que a tornam muito mais complexa e grave, pois é “organizadora” de estruturas psíquicas e sociais, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial (Faleiros, 2000). Sabemos que os prejuízos e nível de gravidade da violência sexual dependem fundamentalmente do grau de conhecimento e de intimidade, dos papéis de autoridade e de responsabilidade de proteção do vitimizador em relação à vítima, dos sentimentos que os unem, do nível de violência física utilizada (estupro, ferimentos, tortura, assassinato) e de suas consequências (aborto, gravidez, maternidade incestuosa, doenças sexualmente transmissíveis, sequelas físicas e psicológicas graves, morte) (Azambuja, 2004; Ferrari & Vecina, 2002; Furniss, 1993; Rangel, 2006; Rouyer, 1997). No entanto, quando abordamos a característica relacional da violência sexual, podemos afirmar, conforme destaca Faleiros (2000), que a violência sexual intrafamiliar deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes, transformando-as em relações genitalizadas e erotizadas, violentas e criminosas. E, continua o mesmo autor, por ser imposta por adultos que deveriam introduzir a criança no mundo e nas relações sociais de forma protetiva, cuidadosa e ética, o abuso sexual confunde a representação social dos papéis dos adultos. E as figuras de autoridade, proteção e orientação, tais como de pai, de irmão, de avô, de tio, de professor, de religioso, de profissional perdem legitimidade (Cavalcante & Minayo, 2004; Faleiros, 2000; Fuks, 2005). Disso decorrem os efeitos interacionais tanto no nível pessoal como social, gerando um círculo vicioso que amplia os prejuízos sofridos como efeito direto da violência sexual e os estende para outras áreas da vida da vítima, podendo seguir indefinidamente o modelo relacional de dominação e subjugação como discutiremos a seguir.

#### **2.4. A dinâmica relacional interpessoal na violência sexual contra crianças e adolescentes**

O termo violência especifica a natureza da relação no abuso sexual (Faleiros, 2000), não querendo dizer com isso que esteja sempre relacionada à violência física. Pelo contrário, quando perpetrada no contexto familiar, o abuso sexual geralmente ocorre sem a agressão física, mas por meio da dominação sexual perversa, isto é, por meio da sedução e/ou coerção e abuso da figura de autoridade que denota a assimetria de poder, favorecendo o uso de ameaças ou chantagens (Azambuja, 2004; Azevedo & Guerra, 1988 e 1989; Cirillo & Di Blasio, 1991; Faleiros, 2000, 2003; Fuks, 2005; Furniss, 1993; Habigzang e cols., 2005; Perrone & Nannini, 1997; Rangel, 2006; Ravazola, 1997; Sanderson, 2005; Santos, 2002, 2007; Summit, 1983). A relação entre agressor e criança ou adolescente é, então, marcada pelo domínio do adulto que é muito próximo da criança, por vínculos afetivos preexistentes e pelo segredo imposto por ameaças explícitas, por exemplo: *se você contar, você apanha, eu mato sua mãe ou seus irmãos*, ou implícitas: *se você contar ninguém vai acreditar em você, eu não vou mais gostar de você, sua mãe vai me mandar embora, eu vou preso e vou sofrer*, entre outras (Furniss, 1993).

Sem possibilidade de resistência ou de fuga, com medo de não ser acreditada ou de quebrar a imagem familiar, a criança ou adolescente pode se acomodar à situação abusiva, promovendo a revelação tardia (Furniss, 1993; Lamour, 1997; Sanderson, 2005; Summit, 1983). Outro fator que pode gerar a acomodação é a idealização da pessoa em relação à função que desempenha (pai, padre, professor, etc.), isto é, a cisão entre os aspectos negativos do abuso e os aspectos positivos da pessoa que a mantém cativa a uma relação ambígua que, por um lado pode se caracterizar pelo afeto e pela sedução e, por outro, pelo abuso (Furniss, 1993).

Na relação ambígua de sedução, a interação ocorre por meio de algum gesto carregado de sensualidade que desperta no outro sensações e fantasias de caráter erótico. Não podemos negar que nas interações sexualizadas estão presentes as respostas fisiológicas do corpo da criança ou do adolescente e isso tende a provocar profunda confusão de sentimentos. Os desejos em jogo e em conflito não são claros, impedindo qualquer reação, fazendo a vítima acreditar que se encontra ativamente envolvida na relação, acarretando forte sentimento de vergonha e culpa (Furniss, 1993).

No entanto, conforme apontam os autores Azevedo e Guerra (1988) e Furniss (1993), a criança será sempre vítima na situação de violência sexual, pois sua condição de dependência afetiva e estrutural deve sempre colocá-la no lugar de pessoa a ser protegida e nunca usada como objeto para satisfação dos desejos sexuais de um adulto. O abuso sexual se dá pela *conquista da confiança e do afeto da criança ou adolescente*, sendo que quando esta pede por afeto, recebe sexo em troca. Carinho significa cuidado emocional e deve ser correspondido com palavras e atitudes e não com sexo. Nesse sentido, Furniss (1993) nos lembra que a erotização do vínculo consiste, em si mesmo, o próprio abuso.

Outra característica do abuso sexual intrafamiliar está em que o agressor busca na relação com a vítima anular a experiência real do abuso sexual, dissociando e anulando a natureza sexual do abuso. Para isso, ele age de modo a minimizar e banalizar o ato abusivo, provocando uma experiência dupla – conflitante e contraditória - na criança ou no adolescente. Por exemplo, em nossas intervenções, ouvimos de uma criança que perguntou ao pai: *pai, você está me lambendo?* E ele respondeu: *não, eu estou dormindo*. Outra é chamada para fazer um “cafuné” no pai, o que significava que ela deveria masturbá-lo. Outra forma de anular o aspecto sexual do ato ocorre por meio da criação de contexto que anule a realidade e, assim, o ato abusivo, em geral, ocorre em silêncio, sem contato visual ou na escuridão (Furniss, 1993).

Ora, o abuso sexual traz intenso contato com a pele. Por isso, é inegável que ocorra estimulação física e fisiológica que provocam sensações corporais de dor e/ou excitação. Sentir, então, passa a ser perigoso para a vítima, trazendo altos níveis de ansiedade ampliados pelo desamparo e incapacidade de deixar a cena. Presa numa teia de sentimentos, a criança ou adolescente pode não compreender imediatamente a cena abusiva por causa de sua imaturidade sexual e esta permanece como um traço de memória ao qual não é possível atribuir um sentido e integrar na cadeia de representações (Faleiros, 2000; Furniss, 1993; Sanderson, 2005). Além disso, ser vítima de uma violação do corpo, do desejo, da dignidade e da condição de dependência anula o paradigma central do desenvolvimento – a existência de limites para a realização de desejos (Faleiros, 2000).

## 2.5. O contexto das relações familiares na violência sexual contra crianças e adolescentes

Conforme afirmamos no início deste texto, tomamos como base o paradigma sistêmico para compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e não poderíamos deixar de fazê-lo ao contemplar a família na qual ocorre a violência. Assim, partimos do princípio de que a *família* é um sistema vivo que se encontra em constante transformação (Andolfi, 1980; Costa, 1979; Minuchin, 1982). Dessa forma, as mudanças históricas e sociais ocorridas no último século provocam a existência de novos padrões nas relações sociais, incluindo-se aí a família em suas inter-relações e em suas relações com o mundo externo. A família é, portanto, parte de um contexto histórico, social, cultural, físico e biológico e, por isso, ao abordar a família, não podemos deixar de falar senão em *famílias*. Acreditamos que a ideia de família como estrutura permanente e imutável impede o reconhecimento das várias alternativas de sua constituição e desenvolvimento e nega outras possibilidades, a imprevisibilidade e a complexidade, presentes em qualquer sistema vivo (Santos, 2002).

Apesar de ainda encontrarmos na literatura especializada o termo “desorganização familiar” quando se fazem referências às causas de problemas apresentados por seus membros, optamos pelo termo polimorfismo familiar. Assim, ao deixarmos de ver a família segundo modelos teóricos ou segundo as diferentes perspectivas de classes sociais, poderemos ser menos influenciados pela rigidez de fórmulas pré-estabelecidas e preconceitos e ver a família como ela é, isto é, como se apresenta (Carneiro, Costa & Penso, 1992).

Dessa forma, as características observadas no contexto das famílias em situação de violência sexual (Azevedo & Guerra, 1997; Cirillo & Di Blasio, 1991; Faleiros & Faleiros, 2001; Furniss, 1993; Perrone & Nannini, 1997; Ravazzola, 1997; Summit, 1983) não são tomadas aqui como fatores determinantes do abuso sexual, mas como indicativos possíveis de um terreno propício para a ocorrência da violência sexual contra suas crianças e adolescentes. São elementos que favorecem e/ou propiciam a violência sexual contra suas crianças e adolescentes.

Perrone e Nannini (1997) apontam que o abuso é comum em famílias monoparentais ou reconstituídas. No entanto, cremos ser importante considerar prioritariamente a intensidade, ausência ou relaxamento dos laços filiais bem como a existência de conflitos

entre seus membros. Dessa forma, ao invés do conceito de estrutura familiar, o foco deve incidir sobre os relacionamentos e a qualidade destes. Sabemos que em famílias em que imperam sentimentos de afeto, respeito e solidariedade as relações ocorrem como um reflexo desses sentimentos.

Por outro lado, a família torna-se vulnerável quando falecem as fronteiras intergeracionais que deveriam promover cuidado, proteção e orientação às crianças e adolescentes, promovendo-os para o status de crianças adultizadas, cujas necessidades específicas de cada estágio de desenvolvimento são ignoradas e/ou negligenciadas. Nesse contexto, a família deixa de ser um lugar de proteção e passa a ser o local de maior risco e das maiores violências.

Somam-se a esses fatores as condições socioeconômicas e culturais que atualmente impõem uma sobrecarga de trabalho e atividades às mães, que, muitas vezes ausentes, ou fatigadas, não podem ou não conseguem se colocar como protetoras de seus filhos, tanto pela ausência na rotina diária, quanto pelo cansaço físico ou sobrecarga emocional (Amendola, 2004; Sanderson, 2005). Tais fatores podem fragilizar os vínculos afetivos e pouca ou nenhuma verbalização impede o fortalecimento dos mesmos e a revelação do abuso sofrido pela criança ou adolescente. Vale ressaltar, no entanto, nossa posição de que as mães nem sempre podem ser consideradas coniventes com o abuso sexual de seus filhos em razão das dificuldades mencionadas, pois elas não são responsáveis pelos atos de seus maridos, companheiros ou qualquer outro, não são onipotentes ou onipresentes e, muitas vezes, são tão vitimizadas e lesadas quanto suas crianças ou adolescentes (Butler, 1979; Fucks, 2005). Não se trata aqui de uma idealização da figura materna, pois bem sabemos que esta é uma construção social eivada de valores morais e culturais. Trata-se, tão somente, de não nos autorizarmos a colocá-las na posição de cúmplice ou de vítima, mas de incluirmos na compreensão da realidade as várias facetas presentes, entre elas as condições que podem dificultar o desenvolvimento do papel de proteção das figuras maternas tanto quanto as suas questões pessoais e intrapsíquicas, conferindo a cada uma dessas facetas a sua carga de contribuição para a manutenção de uma situação de violência sexual.

Essa discussão pode sugerir que o abuso sexual ocorre apenas em contexto de vulnerabilidade social, em famílias menos favorecidas ou negligentes. No entanto, sabemos que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em todas as classes sociais, e famílias mais favorecidas economicamente também podem ser negligentes com suas

crianças e adolescentes, tanto pela ausência dos pais, quanto pela fragilização dos vínculos familiares e pelo não atendimento das necessidades afetivas de seus filhos.

De outra sorte, sabemos também que quando a família se apresenta rígida e fechada em seus valores, os agressores se consideram fora do controle social e da ordem social. Assim, não raro, pode haver discrepância entre a imagem que mostram e o que ocorre em seu interior (Ravazzola, 1997). Nesse contexto, as crianças e adolescentes se vêem presas à obrigação de colaborar com essa imagem e participar da mitificação da família “sagrada”. Nessas famílias reina a tirania que pode ser exercida diretamente pelo pai ou pela lei do silêncio obedecida por todos (Faleiros, 2000; Langdon, 1993). Nelas, a palavra da criança é negada, pois as revelações são perigosas, já que podem corromper a imagem ou estrutura familiar, gerando-lhes grande sofrimento (Santos 2002). As relações entre vítima e vitimizador tornam-se complementares e toda a energia é utilizada para manter o status relacional com a tendência a imobilidade.

A imobilidade familiar, seja ela promovida pela rigidez ou alta permeabilidade, paralisa as relações, exclui escapatórias, fecha as saídas e as vítimas têm grande dificuldade para imaginar alternativas, percebendo sua situação como fatalidade. O abusador manipula o poder e encarrega a vítima da responsabilidade pelo segredo. O silêncio da criança protege o abusador, a si mesma contra ameaças sofridas, e a família da desestruturação. Invertem-se os papéis e quem deveria proteger não o faz, ficando tal tarefa sob a responsabilidade da vítima. Na intimidade do sistema familiar, a lei privada se opõe à lei geral, deixando a criança sem ponto de referência nem proteção.

## **2.6. A revelação – porta de saída da violência sexual e porta de entrada para outras violências**

Diante do que foi exposto até o momento, poderíamos acreditar que a revelação do abuso sexual sofrido pode ser a saída imediata do ciclo de vitimização que submete a criança ou adolescente a todos os efeitos nefastos dessa vivência. No entanto, o abuso sexual é um dos segredos mais bem guardados pela vítima, sendo considerado por Furniss (1993) e Summit (1983) como uma síndrome de segredo. As razões para essa vinculação do agressor com a vítima pautada no segredo são muitas e podem variar de caso para caso.

Passamos a considerar, a seguir, alguns fatores observados em nossa experiência de trabalho com crianças e famílias em situação de violência sexual intrafamiliar e

mencionados na literatura a respeito do tema. Submetidas durante meses a várias formas e níveis de violência sexual, as crianças e adolescentes afirmam que sempre desejaram revelar o abuso em busca de ajuda e proteção. Quando questionadas sobre o motivo pelo qual deixaram de fazê-lo, as crianças e adolescentes revelam que tiveram receio de não serem acreditadas, de serem repreendidas ou de causarem intenso sofrimento aos familiares não abusivos. Há que se considerar, conforme aponta Furniss (1993), que há fatores externos e internos que promovem o silêncio na interação abusiva. Entre eles, ressaltamos o fato de que o abuso sexual é realizado, na maioria, por meio de atos libidinosos diversos da conjunção carnal. Assim, as evidências físicas, em geral, estão presentes em apenas uma minoria dos casos e, por isso, a prova forense e o exame médico não podem comprová-lo. Esse fator promove um trauma secundário para a vítima que, diante da família e da rede profissional, necessita provar a experiência que foi vivida na intimidade e privacidade, sem provas físicas ou testemunhas, valendo-se apenas de sua palavra.

Por sua vez, a incredulidade na palavra da criança, gerada pela crença de que crianças mentem, manipulam ou fantasiam o abuso sexual sofrido, favorece a negação do abuso e, conseqüentemente, a reprovação da criança com rejeição de sua palavra, experiência e sofrimento. Furniss (1993) compreende a estigmatização da criança, a negação, a rejeição, o ceticismo e o preconceito da família e da rede profissional como isoladores míticos dos adultos contra a dor da criança. Para esse autor, a falta de conhecimento e preparo dos profissionais que lidam com a revelação diminui a probabilidade de descoberta e deixa de proteger a vítima contra ataques secundários de um sistema que se torna inconsistente. No entanto, o mesmo autor ressalta que, em sua experiência, a imensa maioria das acusações investigadas mostra ser válida.

Além disso, não há como negar o fato de que os agressores sexuais não admitem a autoria do abuso sexual e para se defender diante do sistema judiciário e da família, realizam acusações verbais contra a vítima e/ou contra a pessoa que promove a denúncia, desqualificando-as. Muitas vezes, seu intento logra resultados, e por seus desmentidos convincentes, a vítima pode vir a ser punida. O medo provocado pelas ameaças implícitas ou explícitas leva as vítimas a negar o abuso sofrido, retratando-se diante do agressor e de toda a rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual, causando maior confusão e conflitos para todos os envolvidos (Furniss, 1993).

Outro fator relevante que merece uma maior compreensão é a negação de algumas mães que não conseguem admitir o abuso praticado contra seus filhos, como forma de

isolamento de uma realidade que traz muitas perdas. Há que se considerar que o abuso sexual praticado pelo marido, amante e/ou companheiro contra um filho é situação inimaginável e de difícil aceitação. Além do horror do ato em si, da dor vivida pela criança, a mulher experimenta a perda da família idealizada, a perda da crença no companheiro, a perda do afeto, a perda da imagem de mulher e de mãe, a perda da condição econômica, entre inúmeras outras. Com isso, muitas delas se posicionam em favor da manutenção do mito da sagrada família (Santos, 2002), ou se apegam ao valor da instituição do casamento ou mesmo à negação do fato, colocando-se contra a criança ou adolescente vítima. Esta, então, se torna o “bode expiatório” da família, provocador dos conflitos relacionais e pessoais de seus parentes, e passa a ser punida pelo drama familiar.

A rejeição de sua experiência e dor e as acusações verbais ou punições promovem comportamentos estereotipados na criança ou no adolescente, gerando um círculo vicioso em que, desqualificado por seu comportamento, a criança ou adolescente perde a legitimidade em sua experiência e em sua palavra (Amaro, 2003). Como nos lembra Furniss (1993), no momento em que a criança mais precisa de amor, apoio e liberação de culpas, o pai, a mãe ou o profissional despreparados respondem tipicamente com o horror, a rejeição e a recriminação.

Nesse contexto, o segredo tem dupla função: mantém o abuso e a desproteção, porém livra a vítima de outros sofrimentos que teme e quer evitar (Furniss, 1993). O segredo pode ainda ser reforçado por violência, ameaça física e/ou emocional ou castigo, ou até mesmo por meio de suborno ou tratamento especial. As ameaças podem parecer insignificantes para um ouvinte adulto, porém é importante considerar a idade da vítima, o vínculo existente entre ela e o agressor como forma de se avaliar o impacto da ameaça e os padrões relacionais familiares. Assim, ameaças de serem mandadas embora, de serem mortas, de que o abusador irá se matar ou ser preso, de que o casamento dos pais irá terminar e de que a família vai se desintegrar podem ser geradoras de forte sentimento de culpa, fazendo a criança acreditar que tem total responsabilidade por esses eventos, e não o agressor.

Diante dessa realidade, Furniss (1993) alerta: “como resultado das ameaças de violência e ameaças de desastre na família, as crianças mentem mais frequentemente quando negam ter ocorrido abuso sexual do que quando acusam falsamente um membro da família de abuso sexual” (Furniss, 1993, p. 31). A ameaça da perda do amor ou da segurança familiar pode ser mais assustadora do que qualquer ameaça de violência. Enredada nessa dinâmica, a criança mantém o segredo e a negação, evitando a revelação, ou retratando-se

quando chega a realizá-la. O maior prejuízo, então - a adaptação da vítima ao abuso sexual -, tende a se instalar, permitindo sua continuidade ou a sua reprodução em outros contextos.

Acreditamos que a esta altura, já podemos vislumbrar os efeitos da violência sexual e do contexto pós-revelação sobre a vida psíquica, pessoal e social das pessoas envolvidas em situação de violência sexual, bem como a gravidade do fenômeno e o desafio que ela impõe a uma sociedade que, se não fomenta a violência contra as suas crianças, a favorece e permite, na medida em que não tem uma consciência crítica de seus valores, crenças e modelos relacionais, pano de fundo para as relações familiares abusivas.

Conforme já discutido anteriormente, no Brasil, nas três últimas décadas, a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser vista como uma questão social por se tratar de uma violação dos direitos da criança e do adolescente - uma violação de seu corpo, do direito ao desenvolvimento psicossocial e sexual saudável. E nós acrescentamos: uma violação do direito à vida e ao respeito e à convivência familiar saudável – a violação de sua humanidade e cidadania. O fenômeno tornou-se, então, um desafio público a reclamar investimentos e intervenções (Azevedo & Guerra, 1988; Faleiros, 2008), promovendo a criação de uma rede de atenção às vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes como política de enfrentamento do fenômeno que passamos a abordar a seguir.

## **2.7. A rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**

Para iniciarmos a discussão sobre a rede de proteção, entendemos ser necessário apresentar uma definição do termo já que na literatura especializada sobre violência sexual contra crianças e adolescentes (Azambuja, 2004; Azevedo, 1993; Azevedo & Guerra, 1988; Barbosa, 1999; Faleiros, 2000, 2003; Faleiros & Faleiros, 2001; Ferrari & Vecina, 2002; Habigzang e cols., 2005; Santos, 2007), assim como em documentos oficiais (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil, 2002; Colóquio sobre o Sistema de Notificação em Violência Sexual contra Criança e Adolescente: Relatório Final do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência, Ministério da Justiça/CONANDA, 2001-2005) é possível observar o uso de três termos: sistema de proteção e garantia de direitos, rede de proteção e rede de enfrentamento à violência sexual. Esses termos são utilizados para designar o conjunto de instituições

governamentais e não-governamentais e a família como protagonistas do dever de prevenir, proteger e garantir que crianças e adolescentes, sem distinção de raça, cor, credo ou nível social tenham seus direitos garantidos ou resgatados quando violados.

De acordo com a resolução Nº 113, de 19 de abril de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>2</sup> é possível afirmar que o *sistema* de proteção e garantia de direitos e a *rede* de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes não são dessemelhantes, conforme se pode observar no Capítulo I – Da Configuração do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Art. 1º - O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

§ 1º Esse Sistema articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade.

O sistema de proteção e garantia de direitos se apóia em três eixos: promoção de direitos, defesa e controle social. O sistema é composto por instituições tais como: conselhos estaduais e municipais de direitos, conselhos tutelares, varas da infância e da juventude, delegacias especializadas, defensoria pública, promotorias da infância e outros serviços especializados. A orientação da referida resolução é de que essas instituições se articulem com aquelas executoras, ou que operacionalizam as políticas públicas nas áreas de atendimento à saúde, assistência social, entre outras.

No Capítulo 5 – Da Promoção dos Direitos Humanos, Subseção II - Dos Serviços e Programas de Execução de Medidas de Proteção de Direitos Humanos, Art. 17, parágrafo 1º, a resolução identifica os serviços e programas de execução de medidas como complementares e até subordinadas ao sistema de garantia de direitos:

Art. 17 Os serviços e programas de execução de medidas específicas de proteção de direitos humanos têm caráter de atendimento inicial, integrado e emergencial, desenvolvendo ações que visem prevenir a ocorrência de ameaças e violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes e atender às vítimas imediatamente após a ocorrência dessas ameaças e violações.

§ 1º Esses programas e serviços ficam à disposição dos órgãos competentes do Poder Judiciário e dos conselhos tutelares, para a execução de medidas específicas de

---

<sup>2</sup> [http://www.secj.pr.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_CONANDA\\_113\\_SGD.pdf](http://www.secj.pr.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CONANDA_113_SGD.pdf)

proteção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente; podendo, todavia receber diretamente crianças e adolescentes, em caráter excepcional e de urgência, sem previa determinação da autoridade competente, fazendo, porém a devida comunicação do fato a essa autoridade, até o segundo dia útil imediato, na forma da lei citada.

Porém, no parágrafo 3º desse mesmo Capítulo, a resolução insere esses serviços e programas no *Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*:

§ 3º Estes programas se estruturam e organizam sob a forma de um Sistema Nacional de Proteção de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, regulado por normas operacionais básicas específicas, a serem editadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

A resolução parece indicar que todas as instituições fazem parte de um único sistema de proteção dos direitos humanos, seja pela promoção de direitos, defesa e controle social, seja pela execução das medidas de atendimento. Faleiros e Faleiros (2001) compreendem a rede de enfrentamento à violência sexual como todo o conjunto de instituições - do sistema de proteção e garantia de direitos àquelas de execução de políticas públicas no enfrentamento da questão, apoiando-se em três eixos: defesa de direitos, atendimento e responsabilização.

Optamos por utilizar o termo rede de proteção e garantia de direitos por considerarmos que o percurso das famílias envolve tanto as instâncias de defesa de direitos, quanto de atendimento e de responsabilização. E o exercício da função precípua de cada uma, quando desenvolvida de forma complementar, contribui para a efetiva proteção e garantia de direitos. A escolha também se deve à proposta do conceito de rede, uma estratégia de organização, de articulação e de mobilização para o desenvolvimento de um trabalho dinâmico, cuja efetividade depende de ações conjuntas e compartilhadas.

\*\*\*

Desde que ratificou e assinou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Governo Federal vem implementando várias ações no desafio de enfrentar e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentre elas destaca-se a criação das Varas da Infância e da Juventude; dos Conselhos Tutelares; do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR sob responsabilidade da Comissão Intersetorial para o Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de

Direitos Humanos; o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e o Programa Sentinela, do Ministério do Desenvolvimento Social que, em 2004, foi transformado no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em 2002, o relatório da CPMI da exploração sexual promoveu intensa conscientização e mobilização de importantes setores da sociedade civil, do executivo, legislativo e judiciário, da mídia e de organismos internacionais (Brasil, 2002).

Todas essas iniciativas pautam-se no paradigma da garantia de direitos e da proteção integral e visam executar ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual. Entre as ações propostas estão a abordagem educativa, o atendimento multiprofissional especializado, apoio psicossocial e jurídico, acompanhamento temporário e acolhimento institucional como medida excepcional, quando necessário.

Entretanto, apesar do avanço que essas iniciativas representam, várias pesquisas têm denunciado a fragmentação das ações e a desarticulação das instituições que atuam nos casos de violência sexual em suas várias formas – intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual (Azevedo & Guerra, 1988; Faleiros, 2003; Faleiros & Faleiros, 2001; Relatório Final da CPMI da Exploração Sexual, 2004; Santos, 2007), permitindo que uma lacuna se interponha entre as propostas idealizadas e a efetiva resolubilidade do fenômeno. Além disso, há que se ressaltar que as ações interventivas resumem-se, em sua maioria, ao âmbito jurídico e de atendimento psicológico à vítima, deixando escapar outros aspectos fundamentais de proteção, tais como a devida assistência para reinserção social, fortalecimento da autonomia e competência das famílias, empoderamento, entre outras. Há que se considerar, ainda, que o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (BRASIL, 2002) destaca a necessidade de descentralização das ações interventivas. Nesse contexto, a rede institucional assume o caráter de uma alternativa de organização que possibilite garantir flexibilidade, conectividade e efetividade das ações desenvolvidas por cada instância, respeitando-se sua identidade, competência e metodologia de trabalho.

O conceito de rede se contrapõe ao modelo tradicional de coordenação de ações organizada em níveis hierárquicos. No trabalho de rede os integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais sem que nenhum deles seja considerado principal ou central, nem representante dos demais (Martinho, 2003). O trabalho em rede somente pode

alcançar resultados eficazes se trabalhar em prol de um objetivo único. Nos casos de violência sexual contra a criança ou adolescente é necessário o estabelecimento de relações horizontais entre as instituições com o *objetivo único* de garantir o atendimento dos direitos da vítima, agressor e seus familiares, por meio de ações e projetos independentes, porém interconectados.

É importante ressaltar que na estrutura organizacional em rede todos têm o mesmo poder de decisão porque decidem somente sobre sua própria ação e não sobre a dos outros. No desenvolvimento de um trabalho de rede no atendimento de crianças e adolescentes e seus familiares envolvidos em situação de violência sexual, todos devem ter o mesmo nível de responsabilidade na realização do objetivo comum de garantir e resgatar os direitos violados.

No entanto, conforme já foi mencionado, para que a rede institucional possa ter um trabalho consistente, efetivo e eficaz, é necessário fazer circular as informações necessárias para o bom funcionamento da rede. A intercomunicação é condição essencial para que o poder de ação seja compartilhado e adequadamente direcionado aos vários níveis de competência dos membros participantes. Todos necessitam ter acesso às informações que circulam na rede. A ocorrência de impedimentos ou interrupções na circulação da informação impede a conexão horizontal das instituições que fazem parte da rede, produzindo, assim, a inoperância das atividades e o fracasso na obtenção do objetivo comum, com os consequentes prejuízos para os envolvidos.

Além da falta de comunicação, Faleiros e Faleiros (2001) citam alguns fatores que têm promovido a fragmentação e a desconexão das ações, dificultando o estabelecimento de uma rede de proteção integral às pessoas envolvidas em situação de violência sexual contra crianças e adolescentes. Apesar de a pesquisa de Faleiros e Faleiros ter sido realizada em 2000, dez anos depois se observam os mesmos fatores, entre eles:

- a escassez de subsídios logísticos e de recursos humanos e de investimento do poder público;
- a ausência de clareza quanto ao objetivo comum a todas as instituições envolvidas, qual seja, a proteção integral das pessoas envolvidas – vítimas, agressor e familiares – por meio da garantia de direitos;
- a ausência de comunicação e circulação de informações entre as instituições;
- a ausência de um elo que promova a intercomunicação com envio, solicitação e circulação de informações; e

- a ausência de um ponto de conexão entre as pessoas envolvidas em situação de violência sexual e as instituições participantes da rede de proteção integral, e entre as instituições propriamente ditas.

Os resultados de pesquisas realizadas (Faleiros & Faleiros, 2001, Habigzang e cols., 2005; Santos, 2007) demonstram que a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, embora esteja na agenda política do Estado Brasileiro, não se expressa objetivamente como compromisso no contexto das políticas públicas. As respostas institucionais, apesar da mobilização e da visibilidade do fenômeno no Brasil, não têm garantido o orçamento, o uso adequado de seus recursos (CEDECA, 2009) ou o atendimento necessário nessa área.

Ao longo dessa discussão, temos visto que garantia de direitos pode se limitar apenas a um discurso ideológico, ou pode ser compactuado ou compartilhado pelo poder público, pela sociedade, ou mesmo por aqueles que vivenciam uma situação de violência sexual. Organicidade é a palavra-chave para que as ações desenvolvidas sejam efetivamente protetivas e resgatadoras de direito.

Esses dados sobre a rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual foram colhidos a partir de avaliações do fluxo do processo de denúncia que revelou, nos dizeres de Faleiros e Faleiros (2001) e de Faleiros (2003), os “curtos-circuitos” e os “des-caminhos” das ações políticas, institucionais e sociais na garantia de direitos e proteção integral. Diante desses dados, algumas questões se colocam: como as famílias percebem a proteção integral? Que significados atribuem às medidas protetivas? E como percebem o caminho percorrido na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual?

Por meio desta pesquisa nos propomos a conhecer o ponto de vista daqueles que percorrem esses “des-caminhos” a partir dos significados construídos e atribuídos às medidas protetivas e de sua experiência no percurso na rede de proteção e garantia de direitos considerando o contexto da violência sexual vivenciada. Além disso, considerando o que foi exposto até o momento, nos propomos a realizar uma pesquisa-ação como estratégia para mudança na situação de fragmentação da rede e na dificuldade de efetivamente garantir a proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. *A ação proposta consiste em conciliar o Art. 101, II do ECA às outras medidas protetivas aplicadas, isto é, o acompanhamento temporário de famílias em situação de violência sexual durante seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual.*

Essa ação pretende responder à seguinte questão: poderia o acompanhamento temporário se configurar como uma estratégia viável para favorecer o cumprimento das medidas protetivas e tornar esse percurso efetivamente protetivo?

## 3 – MÉTODO

### 3.1. A pesquisa-ação

Segundo Barbier (2007), a pesquisa-ação teve sua origem em Kurt Lewin, psicólogo de origem alemã, que a definia como uma ação em um nível realista sempre seguida por uma reflexão autocrítica, objetiva e uma avaliação dos resultados dessa ação. O desenvolvimento da pesquisa-ação se volta para o trabalho em grupo, a auto-organização, a modificação de estereótipos e da resistência à mudança. Isto implica a participação efetiva dos sujeitos envolvidos e do pesquisador como parte do processo de conhecimento e do objeto a ser conhecido. O pesquisador “ator” se posiciona não apenas como pesquisador, mas como interventor e agente de mudança. Nesse sentido, podemos dizer que a pesquisa-ação tem quatro pilares que a diferenciam da pesquisa social científica tradicional. Ela se coloca a serviço de amenizar o sofrimento humano, ao trabalhar as disfunções sociais e ao privilegiar as formas de gestão democrática; ela otimiza a ação e facilita a decisão; ela opta por abordar situações sociais de forma experimentalista e propõe uma teoria do campo e do contexto, em contraposição ao modelo de pesquisa laboratorial (Barbier, 2007).

A proposta da pesquisa-ação, nesses termos, se coaduna com a perspectiva do pensamento complexo e sistêmico, na medida em que “supõe uma conversão epistemológica” (Barbier, 2007, p. 32), isto é, lança um olhar crítico sobre as ciências, sobre o homem e sobre a sociedade, permitindo avançar na pretensão de abarcar a complexidade dos fenômenos. Segundo Morin (1998), o problema da complexidade não é o da completude do conhecimento, mas de sua incompletude. O pensamento complexo não luta contra a incompletude, mas contra a mutilação, a exclusão ou a separação dos aspectos do que se pretende conhecer. A complexidade tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos os diferentes aspectos do homem. Ao considerar o homem como ser biológico, sociocultural, psicológico, sem desejar obter e oferecer todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas considerar as várias interações entre estes aspectos, a pesquisa-ação comporta, a nosso ver, o pensamento complexo, isto é, comporta o princípio de incompletude e de incerteza.

Além disso, a pesquisa-ação leva em conta a intersubjetividade na co-construção do conhecimento, na relação entre pesquisado e pesquisador. Nesse sentido, González-Rey (1999) sugere que o sujeito participante da pesquisa é ativo no decurso da pesquisa. Ele

realiza construções implicadas nos diálogos com os quais se expressa; portanto, no processo de construção do conhecimento, o investigador e suas relações com o sujeito investigado passam a ser os principais protagonistas da investigação. Alguns autores (Andersen, 1998; Anderson & Goolishian, 1998; Fruggeri, 1998; Gergen & Kaye, 1998; Hoffman, 1998; Maturana, 1998; Maturana & Varela, 1997; McNamee, 1998; Morin, 1998) consideram que o processo do conhecimento é uma construção social. Fruggeri (1998) ressalta que as próprias descrições do observador-objeto-sujeito são realidades construídas em processos de comunicação. Nesse sentido, o objeto será sempre objeto-sujeito e a realidade será sempre analisada pelo olhar de dentro e contextualizado e como, naquele momento, podemos vê-la. Minayo (1994) também ressalta que a construção da realidade passa pela história individual e social, cultura, contexto, valores e crenças, vivência e experiência do objeto-sujeito. Para essa autora, a realidade social é

o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. (Minayo, 1994, p. 15)

A pesquisa-ação é, portanto, a “ciência da práxis exercida pelos técnicos no âmago de seu local de investimento. O objeto da pesquisa é a elaboração da dialética da ação num processo pessoal e único de reconstrução racional pelo ator social” (Barbier, 2007, p. 59). A pesquisa-ação é, nesse sentido, emancipatória, pois permite que os pesquisadores percebam a natureza social e as consequências das reformas propostas e que a pesquisa é, em si mesma, uma atividade social e política, portanto ideológica.

Dionne (2007) também se refere à pesquisa-ação como uma técnica de intervenção, porém ressalta que esta não é uma ciência-ação que privilegie o agir para conhecer. Para esse autor, ela tende a associar os dois processos de conhecimento – a abordagem científica e a abordagem da ação. Fazendo isso, ela promove a aproximação entre teoria e prática.

Nesta pesquisa, seguimos a proposta metodológica de pesquisa-ação de Dionne (2007). Esse autor corrobora a proposta de Barbier (2007) e de Thiollent (2007) de que a pesquisa-ação tem um “alcance singular, transversal e multirreferencial, que faz explodir os referenciais disciplinares. Em última instância, ela se torna formadora de nossa maneira de ser no mundo” (Dionne, 2007, p. 21). Nesse sentido, a pesquisa ora delineada pretende ser singular na medida em que envolverá a participação de indivíduos em suas necessidades e questões particulares e íntimas promovidas pela violência sexual; pretende ser transversal,

uma vez que os resultados obtidos com um número limitado de participantes permitirão vislumbrar uma situação mais ampla de famílias em situação de violência sexual em seu percurso pela rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual e, por fim, pretende ser multirreferencial por não se restringir a uma única linha metodológica na abordagem de um fenômeno complexo, multicausal com influências recíprocas entre as dimensões individual e social.

Segundo Dionne (2007), tais considerações modificam a forma de se pensar e fazer pesquisa. Assim, sem perder o rigor científico, assumimos o desafio de empreender a presente pesquisa, seguindo a proposta de conciliar os dois percursos - investigação e ação -, seguindo o modelo de desenvolvimento da pesquisa proposto por esse autor.

De acordo com o modelo proposto por Dionne, a pesquisa-ação é composta de cinco etapas:

- 1) identificação da situação;
- 2) definição dos objetivos da pesquisa e da ação;
- 3) planejamento metodológico da pesquisa e da ação;
- 4) realização da pesquisa e da ação, e
- 5) análise e avaliação dos resultados (Dionne, 2007).

Cada uma dessas etapas é desenvolvida nos dois percursos: **Investigação e Ação**. Estes, por sua vez, embora andem juntos, se realizam de forma diferenciada. Para melhor visualização da organização e de desenvolvimento do método, apresentamos os dois percursos e as cinco etapas respectivas aos dois percursos no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Percurso, etapas e ações da pesquisa-ação

Percurso	Etapa	Ações
1. Investigação	1. Identificação da situação	Definição do estado da situação e do tema da pesquisa
	2. Definição dos objetivos	Formulação do objeto de pesquisa
	3. Planejamento metodológico	Metodologia e estratégia da pesquisa de campo
	4. Realização da pesquisa	Procedimentos de pesquisa no campo
	5. Análise e avaliação dos resultados	Análise e redação do relatório de pesquisa
2. Ação	1. Identificação da situação	Identificação de situações
	2. Definição dos objetivos	Definição dos objetivos da ação
	3. Planejamento metodológico	Planejamento da ação
	4. Realização da ação	Realização das atividades previstas
	5. Análise e avaliação dos resultados	Avaliação dos resultados alcançados

Considerando que as finalidades e modalidades da investigação e da ação se diferenciam, apresentaremos os procedimentos da pesquisa e da ação separadamente. No entanto, ressaltamos que a separação é meramente didática e atende apenas ao objetivo de melhor visualização e compreensão do processo e dos procedimentos adotados em cada percurso.

### ***3.1.1. No percurso da investigação***

#### **i. Primeira etapa – Identificação da situação**

Definição do estado da situação e do tema da pesquisa

A primeira etapa, definição do estado da situação e do tema da pesquisa, foi desenvolvida na Revisão Bibliográfica desta tese, quando definimos a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes como tema da pesquisa e verificamos a fragmentação da rede de proteção e garantia de direitos e a consequente dificuldade de cumprir sua função de proteção. Essa problemática foi tomada como “ponto de partida” da pesquisa (Dionne, 2007, p. 58) e é nesse contexto que construímos a proposta de investigação, qual seja, conhecer o significado construído pelas famílias em situação de violência sexual e atribuídos às medidas protetivas e ao percurso que fazem na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

#### **ii. Segunda etapa – Definição dos objetivos da pesquisa**

Formulação do objeto da pesquisa

Esta pesquisa parte dos resultados de outras pesquisas sobre a articulação das redes (Azambuja, 2004; Azevedo & Guerra, 1997; Save the Children, 2006; Faleiros & Faleiros, 2001; Furniss, 1993, Santos, 2007) e da experiência dos profissionais do Centro de Referência para Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual da 1ª VIJ - CEREVIS e toma como seu **objeto de pesquisa** os significados construídos e conferidos pelas famílias em situação de violência sexual contra suas crianças e/ou adolescentes às medidas protetivas e ao seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual desde o momento da denúncia formal.

Ao considerar que as medidas protetivas recomendadas em lei específica – Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente são aplicadas às famílias, por ação do Conselho Tutelar ou pelo magistrado da Vara da Infância e da Juventude e são executadas por várias instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência sexual, esta pesquisa objetiva compreender:

- Que significado(s) é(são) construído(s) e conferido(s) por essas famílias às medidas protetivas que lhes foram impostas por determinação judicial?
- Como percebem o seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos?

iii. Terceira etapa – Planejamento metodológico da pesquisa  
Metodologia e estratégia de pesquisa de campo

a. *Identificando as atividades da pesquisa*

Para o desenvolvimento da pesquisa, no âmbito da investigação, foram realizadas as seguintes atividades:

**Quadro 2:** Cronograma de desenvolvimento das atividades de pesquisa

Período	Atividade de pesquisa
Dezembro de 2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética</li> <li>• Submissão do projeto de pesquisa ao Juiz Titular da 1ª VIJ</li> <li>• Primeiro contato com as famílias Yolanda, Beatriz e Luíza<sup>3</sup> para consultar sobre anuência em participar da pesquisa</li> <li>• Assinatura do Termo de Adesão Informado</li> </ul>
Fevereiro de 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura e análise das Pastas Especiais</li> </ul>
Março de 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética</li> <li>• Primeiro contato com a família Ariane para consultar sobre anuência em participar da pesquisa</li> <li>• Assinatura do Termo de Adesão Informado</li> <li>• Realização da primeira entrevista e primeira colagem com cinco dos seis participantes da pesquisa no âmbito da investigação: mãe e pai de Yolanda, mãe de Beatriz, mãe de Luíza e Ariane.</li> </ul>
Abril de 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeiro contato com a família Giovana para consultar sobre anuência em participar da pesquisa</li> <li>• Assinatura do Termo de Adesão Informado</li> <li>• Realização da primeira entrevista e colagem com a mãe de Giovana.</li> </ul>
Dezembro de 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização da segunda e última entrevista e colagem com os seis participantes da pesquisa no âmbito da investigação: Mãe e pai de Yolanda, mãe de Beatriz, mãe de Luíza, mãe de Giovana e Ariane.</li> </ul>
Fevereiro a maio de 2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização e análise das informações obtidas com as entrevistas e colagens</li> </ul>

<sup>3</sup> Os nomes dos participantes são fictícios de forma a preservar a identidade dos mesmos.

### *b. Identificando os instrumentos da pesquisa*

Para maior clareza quanto aos procedimentos, detalhamos a seguir os instrumentos de investigação utilizados para a coleta das informações.

#### • **Leitura e análise das Pastas Especiais:**

As Pastas Especiais, já explicadas na Apresentação deste texto, são uma importante fonte de dados sobre as famílias participantes. Por meio da leitura dos autos, buscamos obter informações sobre o andamento do processo judicial, sobre os procedimentos adotados desde a denúncia formal e sobre o conteúdo da denúncia. A pesquisa documental nas Pastas Especiais foi realizada a partir do momento em que as famílias deram sua anuência em participar da presente pesquisa. Com a pesquisa documental buscamos as seguintes informações:

- História da família de acordo com os dados contidos nos autos
- Dados sobre a situação denunciada:
  - Número de crianças/adolescentes vítimas;
  - Idade e sexo das crianças/adolescentes vítimas;
  - Duração da situação de violência sexual;
  - Natureza e tipo da violência sofrida
- Papel familiar desempenhado pelo agressor na família da vítima e em relação à vítima
- Idade e sexo do agressor
- Medidas protetivas aplicadas

As informações obtidas pela leitura das Pastas Especiais foram organizadas em quadros demonstrativos que estão apresentados na *descrição dos sujeitos* e em breve relato da história da família.

#### • **Entrevistas semi-estruturadas:**

Biasoli-Alves (1998) lembra que o relato oral tem uma especificidade que nenhum outro instrumento prevê, pois é realizado através da relação entre entrevistador e entrevistado. Com o relato oral obtêm-se informações sobre atitudes, sentimentos, valores e significados que podem ir além da descrição de comportamentos. Segundo Moura e Ferreira (2005), a entrevista semi-estruturada “se apresenta sob a forma de um roteiro preliminar de

perguntas, que se molda à situação concreta de entrevista, já que o entrevistador tem liberdade de acrescentar novas questões com o intuito de aprofundar pontos considerados relevantes aos propósitos” (p. 66-67). Isto permite grande flexibilização do contato entre entrevistador e entrevistado, pois a formulação das questões não se prende a uma forma previamente definida e a sequência fica por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que se estabelece naturalmente.

Para a realização das entrevistas tivemos dois encontros com as pessoas da família que se dispuseram a participar desse momento da pesquisa – quatro mães, um pai, uma adolescente. O primeiro encontro foi realizado no início do processo de acompanhamento das famílias e o segundo e último encontro foi realizado nove meses depois, quando se deu o fim do acompanhamento, conforme o Quadro 8 – Cronograma das atividades da ação.

As duas entrevistas semi-estruturadas foram realizadas a partir da seguinte consigna:

- *Primeiro encontro:*
  - *Nós gostaríamos que vocês falassem sobre a trajetória institucional realizada por vocês, desde o momento em que foi realizada a denúncia formal. Nós gostaríamos de saber:*
    - *Qual a sua compreensão sobre o que são medidas protetivas?*
    - *Que significado tem essas medidas protetivas para vocês?*
    - *Por quais instituições passaram?*
    - *Qual a sua compreensão sobre os encaminhamentos ou procedimentos realizados por essas instituições?*
- *Último encontro:*
  - *Nós gostaríamos que vocês falassem sobre a trajetória institucional realizada por vocês desde a aplicação das medidas protetivas. Nós gostaríamos de saber*
    - *Por quais instituições passaram?*
    - *Quais foram os encaminhamentos ou procedimentos realizados por essas instituições?*
    - *Que significado têm essas ações ou encaminhamentos para vocês?*

- **Colagem:**

A colagem é uma técnica projetiva que possibilita ao sujeito expressar suas percepções, emoções e pensamentos e torná-las palavras, mesmo sem o uso destas. Propusemos a utilização dessa técnica, pois, em nossa experiência profissional, a colagem tem se revelado um instrumento que favorece a comunicação das pessoas envolvidas em situação de violência sexual quanto à sua experiência real e emocional, bem como às crenças, expectativas e projeções para o futuro. Ressaltamos que a análise da colagem foi realizada levando em conta a narrativa do sujeito sobre ela e o contexto sócio-histórico no qual está inserida para que não se torne um exercício abstrato, desligado das condições de sua produção, como sugere Davidoff (1983).

As colagens, foram realizadas no primeiro e último encontro com as famílias participantes, com a seguinte consigna:

- *No primeiro encontro:*
  - *Utilizando figuras de revistas, cola, tesoura e cartolina, você(s) deverá(ao) fazer uma colagem sobre o que significam as medidas protetivas aplicadas a vocês.*
- *No último encontro:*
  - *Utilizando figuras de revistas, cola, tesoura e cartolina, você(s) deverá (ão) fazer uma colagem sobre o que significam as medidas protetivas aplicadas a vocês e sua trajetória na rede de proteção e garantia de direitos desde o nosso primeiro encontro até o momento.*

*c. Identificando as famílias participantes da pesquisa*

Os critérios para participação das famílias na pesquisa foram:

- Ter vivenciado situação de violência sexual intrafamiliar;
- Ter sido objeto de intervenção judicial, com aplicação de medidas protetivas;
- Conceder acordo em fazer parte da pesquisa.

Participaram da pesquisa cinco famílias em situação de violência com pasta especial na 1ª VIJ/DF. Cabe esclarecer que, tendo em vista a natureza desta pesquisa que une investigação e ação, as cinco famílias participaram da ação proposta, isto é, foram acompanhadas durante um período de nove meses. Dessas cinco famílias, seis sujeitos se dispuseram a participar da investigação, isto é, do processo de compreensão dos significados

atribuídos às medidas protetivas e ao percurso na rede de proteção e garantia de direitos por meio de entrevistas semi-estruturadas e colagens.

A seguir, apresentamos os seis sujeitos participantes no contexto das cinco famílias. Os nomes das pessoas envolvidas são fictícios de forma a se respeitar e preservar a sua identidade. Os quadros com a configuração familiar das crianças ou adolescentes vítimas permitem visualizar: a composição familiar, idade, gênero, escolaridade e a profissão na época em que foi realizada esta pesquisa. Além disso, demonstra a renda das famílias antes da revelação e depois da revelação da violência sexual. Em seguida, um breve relato apresenta suas histórias, suas experiências, o contexto da violência sexual, e as medidas protetivas recebidas.

*- Família Giovana*

**Quadro 3:** Configuração familiar de Giovana no início da pesquisa

<b>Configuração familiar da(s) Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual</b>								
	<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Parentesco</b>	<b>Profissão</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Renda antes da revelação</b>	<b>Renda pós-revelação</b>
1	Liane	F	33	Mãe	Empregada Doméstica	Ensino Fund Incompleto	2 salários mínimos	Sem renda, desempregada
2	Giovana	F	13	Adolescente vítima	Estudante	Ensino fundamental	Sem renda	Sem renda

O quadro permite visualizar a condição de vulnerabilidade socioeconômica da família que se tornou monoparental devido ao afastamento do agressor do lar. Segundo relatado por Liane, essa tem sido sua condição de vida desde que se “*conhece por gente,*” com baixo nível de escolaridade, sem qualificação profissional e a subsistência garantida por meio de trabalhos domésticos. Liane e Giovana não possuem uma rede familiar no Distrito Federal, pois sua família de origem mora no Estado do Maranhão. Liane veio para Brasília à procura de emprego e de uma condição de vida melhor, quando conheceu o pai de Giovana. O relacionamento foi marcado por conflitos e violência física o que promoveu a separação do casal depois do nascimento de Giovana. Em seguida, conheceu o Sr. Wanderlei, com quem conviveu por cerca de sete anos. Nesse período, sem que ela tivesse conhecimento, ocorreu a violência sexual contra a filha Giovana.

A violência sexual foi confirmada pelo próprio Sr. Wanderlei, que confessou a autoria durante as investigações policiais. O relacionamento foi interrompido assim que a filha revelou o abuso da qual foi vítima e que ocorreu por meio de contatos sexualizados desde os sete anos de idade até os doze. A revelação do abuso ocorreu após o episódio de

violência, em que o agressor manteve sexo oral com a jovem mediante ameaça de morte e de agressões físicas. A adolescente, então, não aguentando mais a subjugação a que era submetida, revelou o citado episódio à sua mãe, que prontamente se afastou do companheiro e noticiou o fato em delegacia. Diante da denúncia encaminhada pela delegacia ao Juiz da 1ª VIJ, este determinou a realização de estudo de caso e aplicou a medida de afastamento do agressor do domicílio comum fundamentado no artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Durante o estudo psicossocial verificou-se que Giovana apresentava comportamentos característicos de isolamento e depressão, de ansiedade e problemas de concentração. No que se refere aos comportamentos de isolamento e depressão, por exemplo, a genitora apontou que a filha sente-se triste e arredia, o que a faz permanecer sozinha por longos períodos. A mãe percebe a filha pouco à vontade ou “estranha” em situações novas e portase de forma tímida e envergonhada, mesmo diante de pessoas que conhece. A Sra. Liane relatou ainda que tais sentimentos e comportamentos são ainda acentuados em razão de a filha apresentar dificuldade de articular algumas palavras, o que a torna alvo de brincadeiras e chacota por parte dos colegas da escola. Em relação aos comportamentos de ansiedade, por exemplo, a mãe relatou que a adolescente tem o hábito de roer as unhas, tem apresentado pesadelos frequentes, tem dificuldades para dormir, apresenta choro intenso aparentemente sem motivo, sintomas que já eram apresentados pela filha antes, mas que se intensificaram após a revelação do abuso. Em relação aos comportamentos indicativos de problemas de concentração, a mãe se referiu ao fato de a filha não conseguir se concentrar ou manter atenção por muito tempo, além de parecer perdida em pensamentos e apresentar dificuldades no desempenho escolar.

Assim, foram aplicadas as seguintes medidas protetivas:

- manter o afastamento do agressor (ECA, Art. 130)
- atendimento psicoterapêutico para a adolescente (ECA, Art. 101, inciso IV)
- avaliação psicopedagógica (ECA, Art. 101, inciso IV)
- acompanhamento das medidas pelo Conselho Tutelar.

- Família Yolanda

**Quadro 4:** Configuração familiar de Yolanda no início da pesquisa

Configuração familiar da(s) Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual								
	Nome	Sexo	Idade (anos)	Parentesco	Profissão	Escolaridade	Renda Antes da revelação	Renda Pós-revelação
1	Geraldo	M	33	Pai	Motorista	Ensino Fundamental	1.200,00	1.200,00
2	Eleusa	F	31	Mãe	Do lar	Ensino Fund incompleto	Sem renda	Sem renda
3	Yolanda	F	12	Adolescente vítima	Estudante	Ensino Fund	Sem renda	Sem renda

Geraldo e Eleusa relataram que suas histórias de vida foram marcadas pela violência estrutural gerada pela ausência de oportunidades de emprego e de renda para seus pais. Geraldo é proveniente de família com prole numerosa, tem sete irmãos, e vivenciou situação de rua e de mendicância. Além disso, relata ter sido vítima de violência física extrema por parte do pai e de violência física e sexual por parte de um vizinho que lhes dava dinheiro. Apesar desse quadro, Geraldo aponta a mãe como uma figura importante, com quem tem fortes vínculos afetivos.

Eleusa, por sua vez, refere-se às dificuldades econômicas vividas na infância e adolescência, porém demonstra maior sofrimento pelo distanciamento emocional e afetivo dos pais. Aos dezenove anos conheceu Geraldo, com quem veio a conviver maritalmente desde então, tendo depositado nesse relacionamento a esperança de “*uma vida melhor.*”

Quanto à situação de violência sexual, Yolanda foi vítima de abuso sexual perpetrada pelo pai, Sr. Geraldo, dos seis aos doze anos. Por determinação judicial foram suspensos os contatos entre pai e filha e houve mudança temporária de guarda para a avó paterna, até que a mãe pudesse se reorganizar estruturalmente para ter a filha de volta sob sua responsabilidade.

Durante os atendimentos realizados na 1ª VIJ, a denúncia não apenas se confirmou, mas foi também motivo de mobilização de toda a família no sentido de proteger Yolanda. A adolescente foi prontamente acolhida pela avó paterna que demonstra ter fortes vínculos afetivos com a neta. Apesar de já se encontrar em idade avançada, a avó evidenciava disponibilidade em cuidar de Yolanda e tinha na neta uma companheira atenciosa e cuidadosa. Segundo ela, Yolanda “*não dá trabalho*” e ainda ajuda nas tarefas de casa, quando pode.

Eleusa se encontra em sofrimento por tudo o que foi vivenciado, em especial, porque sempre confiou em Geraldo. Segundo ela, a confiança depositada no companheiro impedia que ela considerasse qualquer possibilidade de abuso sexual contra a filha. Eleusa demonstrou empreender esforços no sentido de manter a sua subsistência e de atender as necessidades básicas da filha, ajudando a avó paterna no que lhe é possível. A cada quinze dias ou, quando possível, em intervalo mais curto, Eleusa visitava a filha e levava-lhe mantimentos, material escolar ou mesmo guloseimas, como um agrado para a adolescente.

O relacionamento entre Eleusa e Yolanda é marcado por afeto, amizade e respeito. Yolanda é uma adolescente tranquila, com desenvolvimento compatível com sua faixa etária. A mesma relata sentir-se bem acolhida na casa da avó paterna, porém diz sentir muita falta da mãe e do pai e que seu maior desejo é voltar a residir com a mãe e a ter contatos com o pai.

Embora possa parecer contraditório à vivência de abuso sexual, Yolanda demonstrava forte afeto pelo pai, Geraldo, a quem afirma ter perdoado. Segundo Yolanda, o pai sempre a tratou com carinho, atenção e amizade. Os episódios de abuso sexual eram sempre seguidos de choro por parte do pai e, nas últimas investidas, era solicitado por Yolanda que interrompesse o abuso. Nesses momentos, sentindo-se mais fortalecida para recusar e manifestar desacordo com o assédio, Yolanda alertava o pai, dizendo: *“pai, isso não tá certo, um pai não pode fazer isso com a filha.”* Nessas ocasiões, o pai sentia-se constrangido e conseguia interromper a interação sexualizada.

Na época da avaliação psicossocial, Yolanda sentia-se livre do abuso sexual por parte do pai, considerando que este se arrepende do que fez e que seria incapaz de voltar a agir de forma abusiva com ela. Apesar dos anos de abuso sofrido, a adolescente demonstrava perceber o pai como alguém que a amava e também se sentia segura do amor materno. A adolescente demonstrava intenso sofrimento quando cogitava a possibilidade de que o pai viesse a ser responsabilizado criminalmente pelo ato. Tal possibilidade aterrorizava Yolanda que dizia não poder suportar o sofrimento que isso lhe trazia, sugerindo até mesmo por fim à própria vida. Yolanda também se preocupava com a avó paterna que, segundo ela, também não suportaria o fato de ter o filho preso.

Os profissionais que realizaram o estudo psicossocial consideraram que a atitude e sentimento de Yolanda em relação ao pai deviam-se ao fato de que a experiência de abuso foi considerada pela adolescente como uma *“fraqueza”* ocasionada pelos muitos sofrimentos que ele já teve na vida. Yolanda também se identificava com o pai, considerando ambos

tinham um “*problema de cabeça*”, o que provocou as atitudes abusivas e que faziam com que ela, muitas vezes, “*perdesse a cabeça*”, querendo dizer com isto que tinha reações explosivas quando contrariada.

Além disso, a atitude sempre amorosa e carinhosa de Geraldo, tanto durante os episódios de abuso, quanto nos outros momentos vividos com a filha, somada ao fato de o pai demonstrar arrependimento e pedir-lhe perdão pelo que lhe fez, pareciam favorecer a confusão emocional de Yolanda tanto em relação ao que se passou quanto ao fato de passar a residir com a avó. Além disso, Yolanda tem como característica pessoal e comportamental a preocupação e cuidado com o outro, em especial, os pais e a avó paterna.

No momento do atendimento na 1ª VIJ, Geraldo evidenciou sofrimento e arrependimento pelo abuso perpetrado contra a filha e demonstrou que, apesar de recear as consequências advindas de seus atos, reconhecia o aspecto criminoso de suas atitudes, desejando poder voltar atrás para evitá-las. Quanto à violência sexual sofrida, Geraldo relatou ter sido vítima quando tinha cerca de seis anos e que começou a ter sentimentos de desejo em relação à filha quando esta ainda era pequena, mais ou menos na idade de seis anos. Segundo ele, os pensamentos em relação a Yolanda “*invadiam*” seu pensamento e ele não os conseguia controlar. A falta de controle lhe era incompreensível a ponto de atribuir ao demônio ou a uma doença sua força e intensidade.

A denúncia, segundo ele, fez com que ele “*acordasse*” e, com isso ele passou a “*ver Yolanda como filha*”. Apesar de tudo, afirmava que sempre a amou e que nos outros momentos seu relacionamento com ela sempre foi de amizade e carinho.

Foram aplicadas as seguintes medidas protetivas:

- Permanência de Yolanda sob a guarda da avó paterna (ECA, Art. 101, inciso VIII);
- retorno dos contatos supervisionados entre pai e filha (ECA, Art. 101, outras medidas);
- acompanhamento psicoterapêutico para o Sr. Geraldo e Sra. Eleusa (ECA, Art. 129, inciso III);
- acompanhamento terapêutico para Yolanda (ECA, Art. 101, inciso V);

- Família Beatriz

**Quadro 5:** Configuração familiar de Beatriz no início da pesquisa

Configuração familiar da(s) Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual								
	Nome	Sexo	Idade (anos)	Parentesco	Profissão	Escolaridade	Renda Antes da revelação	Renda Pós-revelação
1	Cecília	F	31	Mãe	Diarista	Ensino fundamental incompleto	800,00	400,00
2	Beatriz	F	11	Criança vítima	Estudante	3º ano do ensino fundamental	Sem renda	Sem renda
3	Raul	M	7	Irmão	Estudante	Pré-escola	Sem renda	Sem renda
4	Aline	F	4	Irmã	-	Sem idade escolar	Sem renda	Sem renda
5	Cláudio	M	2	Irmão	-	Sem idade escolar	Sem renda	Sem renda
6	Fernanda	F	7 meses	Irmã	-	Sem idade escolar	Sem renda	Sem renda

Cecília, mãe de Beatriz, relata uma história de vida marcada pela necessidade de, ainda criança, “*ter que se virar*” para sobreviver, em meio à carência socioeconômica de sua família de origem. Segundo seu relato, ela percorreu vários lares e famílias, conforme relata: “*minha mãe foi me dando, me dando...*”, referindo-se ao fato de que desde os dez anos de vida residiu em várias casas de família, trabalhando como empregada doméstica.

Em seu primeiro relacionamento conjugal, foi vítima de violência física perpetrada pelo companheiro que também era alcoolista. Além de ter que lutar pela própria sobrevivência, após a separação Cecília assumiu sozinha a responsabilidade pelos dois filhos. Nesse contexto, conheceu Alex com quem veio a manter segundo relacionamento conjugal.

Segundo relato de Cecília, o relacionamento de namoro entre o casal teve início quando Beatriz contava com quatro anos, aproximadamente. A convivência conjugal ocorreu porque a mãe de Alex o expulsou de casa por não concordar com o relacionamento, o que precipitou a mudança do mesmo para a residência de Cecília, onde “*foi ficando*” até o início do processo de denúncia. O casal veio a ter três filhos que na época do estudo psicossocial na 1ª VIJ tinham quatro e dois anos, e um bebê de sete meses.

Segundo Cecília, a convivência com o companheiro, Alex, era tranquila, e ela “*não podia acreditar*” que ele tenha abusado sexualmente da filha. De acordo com seu relato,

Beatriz “*mente muito*” e, na primeira vez que a filha mencionou que o padrasto havia exposto os genitais, ela o confrontou diante da filha, ocasião em que ele negou o fato. A essa crença de que a filha mentia e de que o companheiro dizia a verdade, somaram-se as situações em que Beatriz “*se comporta mal*” e depois “*mente, dizendo que não foi ela.*”

Alex (29 anos, desempregado) negou ter praticado o abuso contra Beatriz, afirmando que ela “*inventou essa história desde que mudou de escola.*” Informou que a casa não se encontrava totalmente construída e que o banheiro era fechado por uma cortina, mas nunca “*tocou em Beatriz.*” Informou também que aquela não era a primeira vez em que denúncia de mesma natureza era realizada. Alex relatou que no fim do ano de 2007, aproximadamente, o “*tio de uma moça*” (não sabe dizer quem) “*fez essa denúncia.*” Na ocasião, foi levado para uma delegacia e interrogado. No entanto, não houve prosseguimento da denúncia. Questionado sobre a motivação que levaria Beatriz a denunciar os toques no corpo e voyeurismo, Alex afirmava não saber o que se “*passava na cabeça dela*” e acrescentava “*ela nem tem seios.*”

Apesar de negar a autoria dos abusos, Alex entendeu ser melhor se afastar do núcleo familiar, como forma de se preservar e de evitar as acusações de vizinhos que tiveram conhecimento dos fatos.

Durante o atendimento com Beatriz por ocasião do estudo psicossocial, esta confirmou o abuso sofrido, demonstrando sentir-se envergonhada. Respondeu com assertividade e coerência as perguntas, acrescentando outras informações quanto ao abuso. Segundo ela, Alex a observava durante os banhos e, em outras ocasiões, mostrava-lhe o pênis enquanto fazia convites tais como “*você quer se sentar aqui?*” ou “*quer colocar a boca?*” Além disso, mencionou que o mesmo a tocava no corpo e nos seios. Em várias ocasiões, para escapar dos abusos saía de casa, ficando na casa de vizinhos ou de um tio de Alex. Segundo Beatriz, os abusos chegaram ao conhecimento da mãe, por meio de uma pessoa de nome Cláudia, o que promoveu uma “*conversa*” da Sra. Cecília com o companheiro, porém os abusos continuaram.

Beatriz também afirmou que chegou a revelar os abusos ao pai (hoje falecido) e que este chegou a ir a uma delegacia para registrar queixa. Quanto ao andamento dessa denúncia, Beatriz não soube informar nada. Um último evento ocorreu, segundo Beatriz, na porta da escola, momento em que Alex se aproximou dela e de uma amiga e lhe disse para “*olhar para baixo,*” mostrando-lhe o pênis. De acordo com sua narrativa, ela e a amiga se

esconderam dentro da escola e, em seguida, foram levadas por uma professora à delegacia. Na época, com a saída de Alex de casa, Beatriz afirmava que se sentia melhor.

Cecília demonstrou estar fortemente abalada com a queixa da filha, o que, diante de sua história de vida, pareceu compreensível aos profissionais que realizaram o estudo psicossocial, já que depositou nessa relação a esperança de constituir e manter sua família. Além disso, ao mesmo tempo em que se sentia responsável pela proteção da filha, se sentia também responsável pelos três filhos que teve com Alex, cuja educação e subsistência teria que assumir sozinha, diante dos fatos.

Apesar de não aceitar o relato da filha como verídico, Cecília demonstrava sentir-se decepcionada com Alex, afirmando que “*algo dentro de mim morreu em relação a ele*” e que não o aceitaria de volta. Porém, ao mesmo tempo, relatava que não sentia raiva ou que rejeitava sua presença, levando os filhos para visitá-lo ou mesmo saindo com ele para fazer compras. Nas ocasiões em que os vizinhos o ameaçavam ou condenavam, ela se colocava em sua defesa, por acreditar que “*todo mundo erra.*” Segundo ela, a filha Aline, de quatro anos, não compreendia por que o pai havia saído de casa, questionando a mãe se ele havia ido embora porque ela o havia expulsado.

Quanto ao relacionamento com a filha Beatriz, Cecília demonstrava forte ambiguidade, oscilando entre ressentimento e necessidade de protegê-la. Beatriz passou a ser responsabilizada pela mãe por todo o sofrimento que esta vivenciava com a separação, com a frustração de suas expectativas, com o medo do que lhe reservava o futuro sem alguém para apoiá-la. Esse contexto parecia provocar e intensificar conflitos constantes entre ela e Beatriz. Estes conflitos, por sua vez, reforçavam na mãe o sentimento de inadequação da filha, criando um círculo vicioso, em que mágoas e ressentimentos mútuos eram alimentados, promovendo o desgaste da relação materno-filial e o consequente afastamento afetivo entre elas.

Diante disso, foram aplicadas as seguintes medidas protetivas:

- Afastamento do Sr. Alex da residência comum (ECA, Artigo 130);
- Encaminhamento para tratamento psicológico e/ou psiquiátrico do Sr. Alex e da Sra. Cecília (ECA, Art. 129, inciso III);
- Encaminhamento da Sra. Cecília para programa oficial de proteção à família (ECA, Art. 129, inciso I)

- Família Luíza

**Quadro 6:** Configuração familiar de Luíza no início da pesquisa

<b>Configuração familiar da(s) Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual</b>								
	<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Parentesco</b>	<b>Profissão</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Renda Antes da revelação</b>	<b>Renda Pós-revelação</b>
1	Laura	F	67	Avó materna	Aposentada	4º ano do Ensino Fundamental	1 salário mínimo (por aposentadoria)	1 salário mínimo
2	Vanessa	F	35	Mãe	Artesã	Cursando supletivo – Ensino fundamental	R\$180,00 (Bolsa Escola) + R\$ 119,00 (PA) + renda variável pela venda de artesanato + renda do marido	R\$180,00 (Bolsa Escola) + R\$ 119,00 (PA)
3	Luíza	F	16	Adolescente vítima	Estudante	4º ano do Ensino Fundamental	Sem renda	Sem renda
4	Antônio	M	14	Irmão	Estudante	5º ano do Ensino Fundamental	Sem renda	Sem renda
5	José	M	7	Irmão	Estudante	1º ano do Ensino Fundamental	Sem renda	Sem renda

Vanessa tem uma história de carência econômica na infância e adolescência, porém o que relata com maior sofrimento foi o fato de ter sido vítima de violência sexual perpetrada pelo padrasto aos doze anos. Porém, ao revelar o abuso sofrido para a mãe, esta a expulsou de casa, e ela residiu com vários familiares até se unir conjugalmente com o primeiro companheiro, pai de Luíza e de Antônio, no fim da adolescência. O relacionamento conjugal manteve a mesma condição de carência econômica acrescida de extrema violência doméstica, incluindo violência do companheiro contra os filhos. Além disso, o ex-companheiro teve envolvimento sexual com a irmã de Vanessa, quando esta ainda tinha quatorze anos. Esse contexto de relacionamentos extraconjugais e abusivos e de violência doméstica motivaram o rompimento do relacionamento.

Em seguida, Vanessa conheceu Joaquim, com quem veio a manter relacionamento conjugal e teve o terceiro filho. O relacionamento não envolvia violência física ou uso excessivo de álcool, e aparentava ser o relacionamento ideal pela atitude amigável de Joaquim com os filhos de Vanessa e com sua participação efetiva no suprimento das necessidades básicas da família. No entanto, Vanessa suspeitava que o companheiro estivesse abusando sexualmente da filha depois de ter presenciado cenas “estranhas” entre ele e a filha. Esta, porém, negava os abusos quando questionada pela mãe.

A família foi atendida na 1ª VIJ em razão de outra denúncia de abuso sexual contra a adolescente, perpetrada por adolescentes vizinhos. A revelação e confirmação da suspeita de Vanessa de abuso pelo padrasto, Joaquim, foram feitas durante o atendimento na 1ª VIJ.

A revelação foi realizada e vivenciada com intenso sofrimento por ambas, porém a Sra. Vanessa demonstrou ser devidamente protetiva em relação à filha. Durante a revelação, Luísa demonstrou profundo medo, porque, segundo ela, o Sr. Joaquim ameaçou que “se a gente falasse alguma coisa aqui, ele ia ferrar com toda a família.” Ambas demonstraram receio do que poderia acontecer a elas, diante dessas informações. Assim, um relatório de plantão foi elaborado, sugerindo-se o afastamento imediato do Sr. Joaquim do lar comum (ECA, Art. 130), a qual foi acolhida e determinada judicialmente.

As outras medidas protetivas aplicadas foram:

- Inclusão do núcleo familiar em programas de transferência de renda e dos adolescentes em programas socioeducativos (ECA, Art. 101, inciso IV);

- Inclusão da adolescente, da mãe e do irmão em tratamento psicológico (ECA, Art. 101, inciso V).

- *Família Ariane*

**Quadro 7:** Configuração familiar de Ariane no início da pesquisa

<b>Configuração familiar da(s) Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual</b>								
	<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Parentesco</b>	<b>Profissão</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Renda Antes revelação</b>	<b>Renda Pós-revelação</b>
1	Alvina	F	73	Avó materna	Aposentadoria por falecimento do esposo	Não alfabetizada	1.800,00	1.800,00
2	Ariane	F	17	Adolescente em questão	Estudante	Ensino Fundamental	Sem renda	Sem renda
3	Bianca	F	15	Prima	Estudante	Ensino fundamental	Sem renda	Sem renda
4	Bruna	F	11	Prima	Estudante	Ensino fundamental	Sem renda	Sem renda

Para uma melhor compreensão sobre o domicílio da avó materna, no qual a adolescente passou a residir, seguem informações sobre outros familiares que residem no mesmo lote, em casas separadas: um filho, 36 anos, motoboy, salário mínimo; uma neta, dezoito anos, estudante, sem renda; e outra neta, 26 anos, irmã de Ariane. A irmã de Ariane tem dois filhos, o mais velho reside com a avó paterna e o filho mais novo, sete anos, em sua companhia.

Este caso trata de violência sexual perpetrada pelo padrasto contra Ariane, desde seus nove anos até a realização da denúncia, em julho de 2008, quando a adolescente completou dezessete anos. Houve repetidas denúncias e retratações o que passou a promover dúvidas nos familiares, apesar de estes observarem comportamentos “*diferentes*” do padrasto em relação a ela.

Durante os atendimentos realizados na 1ª VIJ, a narrativa de todos os presentes revelou conflitos múltiplos envolvendo as três gerações – avó, filhas e netas. A Sra. Alvina é a pessoa que acolhe os netos quando estes se encontram em conflitos com os pais e estes, por sua vez, se voltam contra a referida senhora, por considerarem que sua atitude de acolhimento aos netos se configura como uma intromissão e como uma traição. O caso de Ariane mantém esse mesmo padrão, uma vez que sua mãe toma a queixa de violência sexual sofrida pela filha como apenas um desejo de “*ficar livre para sair com rapazes e amigos*” e que a avó a apóia nesse sentido. Segundo a mãe, quando Ariane residia em sua companhia e do padrasto, ela era constantemente “*vigiada*” e impedida de sair de casa e, quando o fazia, apanhava. Assim, credita ao desejo de vingança de Ariane a denúncia de violência sexual sofrida, alegando que a filha “*é uma pessoa ruim*”. A adolescente, no entanto, foi descrita pela avó e por uma tia materna como uma pessoa introvertida, de poucos amigos, sem vícios e que não sai, a não ser para a residência de familiares onde convive com as primas.

Para a mãe, as repetidas denúncias e retratações da filha são um sinal dessa “*ruindade*.” A mesma também se refere aos familiares como pessoas más que não a querem feliz, em especial porque não concordam com seu relacionamento com o Sr. Edson, padrasto de Ariane. Por ocasião do estudo realizado na VIJ, a Sra. Fabiana afirmava que não queria mais “*saber de Ariane*” e que não a quer de volta em sua companhia. Da mesma forma, demonstrou ressentimento para com a Sra. Alvina, uma vez que esta, ao acolher Ariane, está “*contra*” ela.

Com relação ao “*estranho*” comportamento do Sr. Edson para com Ariane, a Sra. Fabiana relatou que o período de convivência conjugal era de aproximadamente sete anos e, nesse período, ele nunca aceitou que Ariane saísse de casa, porque não queria que ela andasse com “*más companhias*.” Além disso, segundo ele, a região de moradia “*é cheia de traficantes e rapazes mal intencionados*.” Quando Ariane desobedecia, ele a “*corrigia*” e, por isso, Ariane passou a ter comportamentos rebeldes e a chantagear o padrasto, para que conseguisse presentes e agrados que ele sempre fazia questão de atender.

Durante o atendimento realizado com a Sra. Fabiana por ocasião do estudo psicossocial na 1ª VII, esta empreendeu todos os esforços no sentido de defender o companheiro, Sr. Edson, porém, ao mesmo tempo, demonstrou que se sentia cansada de um relacionamento que não lhe satisfazia. Segundo seu relato, ela estava “*pronta para sair dessa,*” referindo-se ao desejo de encerrar o relacionamento, devido ao comportamento descompromissado do Sr. Edson. De acordo com ela, ele passava as noites fora de casa, foi demitido do emprego no início daquele ano por ter quebrado a mão, porém este nunca lhe relatou como tal fato ocorreu e se recusava a fazê-lo.

No atendimento com o Sr. Edson, os profissionais que realizaram o estudo psicossocial ouviram do Sr. Edson que o relacionamento entre ele e a Sra. Fabiana se estabeleceu por conveniência. Ele encontrava-se sozinho em Brasília “*tinha que lavar, passar e cozinhar sozinho*” quando a Sra. Fabiana, que residia na vizinhança, passou a ajudá-lo nas tarefas com as roupas. Decidiu, então, “*morar com ela, para facilitar as coisas*” o que levou à convivência diária com Ariane e com o irmão desta, que foi assassinado aos dezesseis anos (aproximadamente).

O Sr. Edson negou ter abusado sexualmente de Ariane e atribuiu suas denúncias às mesmas razões apresentadas pela Sra. Fabiana. Afirmou que conviveu com Ariane por sete anos, aproximadamente, e durante esse tempo procurou impedir que ela saísse com amigos, como forma de evitar que ela se encontrasse com rapazes e “*engravidasse.*” Por isso, alegava que a denúncia de abuso sexual se constituía, em sua opinião, como uma vingança de Ariane e uma forma de prejudicá-lo. Como exemplo disso, ele menciona que foi demitido do emprego devido às várias audiências para as quais foi convocado.

Quando questionado se tinha conhecimento do que constitui um abuso sexual, o Sr. Edson se referiu ao estupro, isto é, à conjunção carnal, justificando que outros atos não se constituíam como violência sexual. Também não soube dizer quais as consequências de tal situação para uma criança ou adolescente.

A avó materna, Sra. Alvina, mencionou as situações de violência física vivenciadas por Ariane, algumas delas presenciadas por outros familiares também. Citou como exemplo uma ocasião em que o Sr. Edson puxou o cabelo de Ariane “*até derrubá-la no chão*” e outra em que “*tentou enforcá-la.*” Quanto à denúncia de violência sexual, a Sra. Alvina disse preferir não se posicionar “*porque isso eu não sei, não presenciei.*” Segundo ela, Ariane “*falou e voltou atrás muitas vezes,*” o que faz com que ela fique na dúvida quanto à ocorrência ou não do fato.

Quanto ao seu relacionamento com as filhas, a Sra. Alvina confirmou que é conflituoso, tendo em vista que “*elas não querem saber de nada na vida*”, apenas de “*aproveitar*” e deixam os filhos de lado. Ressente-se do fato de ser acusada pela Sra. Fabiana de “*ser culpada pela morte do neto.*” Segundo ela, o neto saiu de casa por se recusar a viver com a mãe e com o Sr. Edson e, por isso, ela o acolheu em sua companhia.

No atendimento com Ariane na 1ª VIJ, esta afirmou que buscou ajuda da avó por ter sido vítima de mais uma agressão física por parte do Sr. Edson. Segundo ela, os abusos de fato ocorreram, desde os nove anos, aproximadamente, e as repetidas retratações que fez se deviam ao fato de ter medo de ser agredida por ele e por não querer sua prisão, apesar de tudo, porque percebia que sua mãe não queria se separar. No entanto, diz que o padrasto a observava durante o banho, passava a mão em seu corpo e, muitas vezes, quando ela reagia ou chorava ele a agredia fisicamente.

Ao alcançar os dezessete anos, Ariane passou a não aceitar mais os ciúmes por parte do Sr. Edson ou as agressões dele e da mãe. Relatou que sabe que toda a família duvida de sua palavra porque ela fez as denúncias e depois voltou atrás. Segundo a adolescente, ela já residiu na companhia da avó quando pequena por alguns anos, tendo posteriormente retornado para a casa da mãe. Em sua opinião, a Sra. Alvina era boa para ela e para outras primas que também passaram a residir com a avó devido a dificuldades relacionais com as respectivas mães. Ariane afirma que não tem raiva do padrasto, mas que não quer mais voltar a residir com ele e com a Sra. Fabiana.

O estudo psicossocial concluiu que o caso havia sofrido prejuízos ocasionados por intervenções que se limitaram à averiguação e apuração dos fatos em detrimento de ações que fortalecessem a adolescente em sua denúncia ou à mãe no enfrentamento da situação. A profissional considerou que as repetidas retratações da adolescente, assim como seu comportamento que, com o tempo, passou a ser de rebeldia e agressividade, passaram a significar que Ariane “*é ruim*” e “*mentirosa.*” Assim, a confusão que se instalou somou-se à falta de uma relação de confiança e de respeito entre mãe e filha, relação esta que se caracterizou basicamente pela agressão física como forma de controle da adolescente.

Sugeriram-se as seguintes medidas protetivas:

- encaminhamento para curso de informática (ECA, Art. 101, Inciso IV)
- inclusão em programas comunitários de orientação sexual, atendimento médico e ginecológico, desenvolvido pelo Projeto *O Cravo e a Rosa* (ECA, Art. 101, Inciso II);

- inclusão em programa sócioeducativo (ECA, Art. 101, Inciso IV);
- permanência da adolescente sob a responsabilidade da avó materna até atingir a maioridade no ano de 2009 (ECA, Art. 101, Inciso VIII).

Posteriormente, durante o acompanhamento do caso realizado nesta pesquisa, a profissional responsável recebeu denúncia de Ariane e de familiares de que o Sr. Edson a perseguia com intimidações e ameaças, e que a mãe ameaçava “*pegá-la de jeito, dessa vez para valer,*” o que gerou um relatório informativo e a aplicação de medida protetiva que restringia a aproximação de ambos da adolescente.

#### *d. Cuidados éticos*

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética no dia doze de dezembro de 2008, tendo sido aprovado em março de 2009 (Anexo I). Além disso, os participantes foram informados sobre a finalidade da pesquisa, sobre a forma de envolvimento que teriam na pesquisa, e sobre a liberdade de não participarem e de poderem abandonar o projeto em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Colocamo-nos à disposição para que, sempre que necessário, os participantes solicitassem mais informações sobre a pesquisa. A participação nesta pesquisa não deve trazer complicações. Os procedimentos utilizados seguem as normas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/1990) e não oferecem risco à integridade física, psíquica e moral dos participantes. Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais. Os relatos de pesquisa foram identificados com nomes fictícios, e não com os nomes dos participantes. Com a devida autorização, os dados poderiam ser utilizados para fins de ensino e durante encontros de debate científico, sempre preservando a identidade de todos os participantes. Por fim, os participantes da pesquisa não tiveram ou terão nenhum benefício econômico ou nenhum tipo de despesa por participar dessa pesquisa. Todos esses termos constam do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme proposto por Moura e Ferreira (2005) (Anexo II).

Também solicitamos a autorização do Juiz Titular da 1ª VIJ/DF, que concedeu a devida autorização institucional para o desenvolvimento da pesquisa naquele contexto.

#### iv. Quarta etapa – Realização da pesquisa

##### Procedimento de pesquisa no campo

A 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal- 1ª VIJ/DF tem como missão *Garantir os direitos da criança e do adolescente, no âmbito do Distrito Federal, por meio da prestação jurisdicional, assegurando-lhes condições para seu pleno desenvolvimento individual e social*. O Juízo da 1ª VIJ/DF atua por provocação do Ministério Público ou da sociedade sempre que há violação de algum direito da criança ou do adolescente. Nesses casos, instaura-se o procedimento chamado de Pasta Especial já definida na Apresentação deste texto. Nesse processo, o juiz da Vara da Infância e da Juventude aplicará as medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 101, 129, 130) ou outras que considerar pertinentes ao caso. Competência semelhante tem o Conselho Tutelar, com exceção do Art. 130, e alguns incisos do artigo 101: encaminhamento para acolhimento institucional, colocação em família substituta; bem como do artigo 129: perda da guarda, destituição da tutela e suspensão ou destituição do poder familiar.

Realizamos a presente pesquisa no contexto do Centro de Referência para a Proteção Integral da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual - CEREVS da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal- 1ª VIJ/DF. Desenvolvemos a proposta de entrevista e acompanhamento das cinco famílias em situação de violência sexual, cuja denúncia gerou uma Pasta Especial, com atendimento psicossocial pela equipe do CEREVS, desde que elas concordassem em participar da pesquisa. A partir de sua anuência, agendamos o primeiro encontro, de acordo com a disponibilidade de tempo dos participantes. Para isso, dirigimo-nos até o local de moradia dos participantes para a realização das entrevistas. Nos casos em que os participantes demonstraram preferir que as entrevistas e colagens, conforme as atividades descritas na 3ª Etapa – Planejamento Metodológico da Pesquisa, fossem realizadas na VIJ, estas foram conduzidas naquele contexto.

v. Quinta etapa – Análise e avaliação dos resultados

Análise e redação do relatório de pesquisa

As entrevistas, colagens e pesquisa documental nas Pastas Especiais forneceram as informações para esta pesquisa. Com as informações registradas em gravação e posteriormente transcritas, procedemos a sua análise por meio do método da Hermenêutica de Profundidade, pois esta atende, conforme aponta Demo (2001), o caráter participativo da

pesquisa qualitativa e da pesquisa-ação. Segundo Thompson (1995), o objetivo da Hermenêutica de Profundidade é o de reconstruir as condições sócio-históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; examinar as regras e convenções, as relações sociais e institucionais e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude dos quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados.

Thompson (1995) sugere a utilização da Hermenêutica de Profundidade, não como mais um método de análise das formas simbólicas, mas como um marco referencial metodológico que se baseia na “elucidação das maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem no decurso de suas vidas quotidianas” (p. 363).

Thompson (1995) aponta que a Hermenêutica de Profundidade parte do princípio de que o objeto de análise não é um apenas um objeto natural, passível de análise formal, estatística e objetiva. Mas, é, também, uma construção simbólica significativa que demanda uma interpretação. Por isto, ênfase é dada ao processo de interpretação das formas simbólicas – ações, falas, textos – que sendo construções significativas, podem ser compreendidas. E, uma vez que as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais e históricos nos quais são produzidas e interpretadas, torna-se de fundamental importância levar em conta esses contextos. Assim, a Hermenêutica de Profundidade busca considerar o mundo de opiniões e crenças que cercam o indivíduo, conhecer sua história de vida, seus projetos coletivos e individuais, as tradições culturais, os modos de relacionamento e a constituição do grupo de relações mais próximas, dentre outros.

Thompson lembra ainda que se os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são sujeitos capazes de compreender, de refletir e agir fundamentados nessa compreensão e reflexão, então eles podem empregar e se apropriar desse conhecimento para transformar a si mesmos, numa relação de retroalimentação com o pesquisador.

A Hermenêutica de Profundidade, segundo Thompson, constitui-se em um referencial metodológico que compreende três fases ou procedimentos principais:

**Análise sócio-histórica** – uma vez que as formas simbólicas não subsistem num vácuo, a análise sócio-histórica tem por objetivo

reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção de formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados. (Thompson, 1995, p. 369)

Entendemos que a história é parte da explicação de objetos socioculturais e não apenas um desdobramento replicativo destes, por isto, as formas simbólicas poderão ser melhor compreendidas se não nos concentramos apenas em seu formato atual, mas se seguimos o roteiro de sua formação histórica e social. Thompson considera que há quatro aspectos do contexto sócio-histórico:

- i. Situações espaço-temporais – as pessoas produzem e recebem as formas simbólicas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e locais especiais. Para analisá-las é necessário reconstruir esses ambientes.
- ii. Campos de interação – um campo de interação é um espaço de posições e um conjunto de trajetórias que determinam as relações entre as pessoas, bem como uma variedade de regras, convenções e esquemas flexíveis que se constituem em estratégias implícitas e tácitas.
- iii. Instituições sócio-históricas – conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas por essas regras e recursos. “As instituições dão uma forma particular aos campos de interação” (Thompson, 1995, p. 367).
- iv. Estrutura social – constitui-se nas assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação.

**Análise formal ou discursiva** – “os objetos e expressões que circulam nos campos sociais são também construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada” (Thompson, 1995, p. 369). A análise formal ou discursiva tem por objetivo averiguar a estrutura da complexidade dos objetos que circulam nos campos sociais, isto é, interessa-se pela organização interna das formas simbólicas, suas características estruturais, seus padrões e relações. Segundo Thompson, a análise formal ou discursiva pode ser realizada através das seguintes variáveis:

a) Análise semiótica – constitui-se no “estudo das relações entre os elementos que compõem a forma simbólica, ou o signo, e das relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo, do qual a forma simbólica, ou signo podem ser partes” (p. 370).

b) Análise discursiva – constitui-se no estudo das características estruturais e das relações do discurso. A análise discursiva inclui: i) Análise da conversação - estudar instâncias da interação linguística nas situações em que ocorrem, observando sua organização, suas características sistemáticas ou estruturais; ii) análise sintática – observar marcadores que indicam graus de certeza ou realidade, diferenças em termos de poder e

familiaridade, diferenças de gênero, dentre outros. Preocupa-se com a forma como as frases são feitas, isto é, como é formulado o pensamento, como se ligam, separam e inventam ou suprimem ideias, como se faz a abordagem de outra pessoa ou como se evita, e assim sucessivamente; iii) análise da estrutura narrativa – preocupa-se com a estrutura do enredo, os padrões de dinâmica, personagens e papéis que são comuns a um conjunto de narrativas e que constituem uma estrutura subjacente comum; iv) análise argumentativa – preocupa-se em reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência, dedução e indução que caracterizam o discurso e o tornam mais acreditável ou provocam o convencimento do outro. Observa os operadores lógicos, tais como implicação, contradição, pressupostos, exclusão, etc.

**Interpretação/reinterpretação** – esta fase constrói sobre os resultados das fases anteriores, isto é, é facilitada pelos resultados da análise sócio-histórica e pelos métodos da análise discursiva.

Ela implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados... uma explicação interpretativa do que está sendo representado ou do que é dito. Busca-se, nesta parte, o que a informação qualitativa quer dizer, o que poderia significar, que mensagem contém. (Thompson, citado por Demo, 2001, p. 41)

Thompson (1995) chama a atenção para o processo de reinterpretação, considerando-se que o mundo simbólico já é pré-interpretado. Isto porque o mundo sócio-histórico não é somente um campo-objeto, mas é também um campo-sujeito construído por indivíduos que “no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor” (p. 358). O que fazemos, então, é reinterpretá-lo, e ao fazê-lo “estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico” (p. 376). Thompson lembra ainda que a reinterpretação implica uma reconstrução crítica, já que não apenas expõe, descreve ou apresenta falas ou discursos, mas busca descobrir relações ocultas, vazios e silêncios, titubeios e aclamações, frases fortes e fracas, presenças tímidas e avassaladoras, bem como as ausências.

Os dados colhidos serão apresentados e discutidos no item Discussão dos Resultados da Investigação. A seguir, apresentaremos a mesma organização de planejamento da pesquisa, mas desta vez, em relação à ação.

### **3.1.2. No percurso da ação**

#### **i. Primeira etapa – Identificação da situação**

A identificação da situação está relacionada à literatura Brasileira especializada em violência sexual contra crianças e adolescentes e em nossa experiência de trabalho com as famílias em situação de violência sexual. Nos contatos realizados diariamente no contexto do CEREVS da 1ª VIJ, temos observado algumas questões e dificuldades relacionadas ao percurso dessas famílias na rede de proteção e garantia de direitos composta pelas organizações e instituições que deveriam garantir o resgate de seus direitos violados na situação de violência sexual. No Distrito Federal há instituições especializadas no atendimento de cada um dos aspectos envolvidos na cena de violência sexual, desde agências de notificação, proteção, responsabilização, até atendimento médico-hospitalar ou psicossocial, tais como: a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), as delegacias regionais, e os Conselhos Tutelares – portas de entrada da denúncia; o Instituto Médico Legal (IML) – para coleta de evidências físicas; a 1ª Vara da Infância e da Juventude (VIJ) – para avaliação psicossocial e aplicação de medidas protetivas judiciais de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Vara de Família – quando o abusador é um dos genitores da criança ou adolescente e se encontra envolvido em disputa de guarda; as Varas Criminais, responsáveis pela responsabilização do agressor; e/ou hospitais e clínicas psicológicas – governamentais, privadas ou de universidades - quando há evidências de sequelas físicas ou emocionais.

Observamos que cada uma dessas instituições desenvolve suas atividades de forma desvinculada de todos os outros órgãos. Isto é, cada instituição se responsabiliza por um aspecto da situação de abuso – denúncia, perícia médica, responsabilização e punição, regulamentação de visitas e atendimento psicológico da vítima em caráter emergencial - como se esses aspectos fossem independentes, transformando as ações necessárias em ações fragmentadas, com pouco ou nenhum intercâmbio e articulação, impedindo, assim, que toda a complexidade do fenômeno possa ser compreendida e acessada.

É certo que há casos bem sucedidos nos atendimentos oferecidos, mas estes aparecem como situações pontuais, e não como uma intervenção sistemática e padronizada, o que demonstra a necessidade de também se avaliarem as experiências exitosas para apreensão e replicação de métodos e procedimentos que geram resultados efetivos.

A identificação da situação das famílias atendidas na 1ª Vara da Infância e da Juventude foi realizada naquela instituição (Santos, 2007), por ser o local de trabalho desta pesquisadora. Os resultados obtidos foram tomados como base para a ação de acompanhamento aqui proposta. Na época objetivamos verificar se as medidas protetivas determinadas pelo Juiz da 1ª VIJ às crianças, aos adolescentes e familiares envolvidos em situação de violência sexual haviam sido cumpridas, decorridos doze meses ou mais de sua aplicação.

Para maior esclarecimento sobre o que constituem as medidas protetivas, vale a pena conhecer o que preconiza a Lei 8.069 – ECA. As medidas de proteção serão aplicáveis “sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta” (Art. 98). Nesses casos, aplicar-se-ão as medidas protetivas elencadas no artigo 101, que envolvem o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; colocação em família substituta.

Aos pais e/ou responsáveis pelas crianças ou adolescentes, também poderão ser aplicadas algumas medidas, já que, na maioria das vezes, as agressões, maus-tratos e abusos ocorrem na família e são perpetrados pelos próprios familiares. De acordo com o artigo 129, são medidas aplicáveis aos pais ou responsável o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; advertência; perda da guarda; suspensão ou destituição do poder familiar. E, ainda, conforme o Art. 130, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Para realização da primeira etapa da pesquisa, consultamos 40 Pastas Especiais, de um universo de 70 Pastas Especiais encaminhadas para estudo psicossocial no período de janeiro a setembro de 2006. A consulta às Pastas Especiais foi feita com o objetivo de tomar conhecimento de quais medidas haviam sido determinadas e quais instituições da rede de proteção e garantia de direitos receberam a determinação para sua execução.

Além disso, realizamos entrevistas semi-estruturadas com profissionais das instituições para as quais as crianças e adolescentes vítimas haviam sido encaminhadas, tais como CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Governo do Distrito Federal, Conselhos Tutelares, clínicas universitárias e hospitais. As entrevistas foram realizadas com o objetivo de verificar se as medidas protetivas determinadas pelo magistrado da Vara da Infância e da Juventude haviam sido cumpridas por elas como instituições executoras demandadas.

Os resultados obtidos naquela pesquisa não se diferenciaram, mas corroboram os resultados de várias pesquisas já realizadas (Azambuja, 2004; Azevedo & Guerra, 1997; Faleiros & Faleiros, 2001; Faleiros, 2003; Save the Children & VIOLES, 2005) que revelam que a fragmentação da rede de proteção e garantia de direitos impede o efetivo cumprimento de seu objetivo e função. Com relação às ações de proteção e garantia de direitos, os resultados da pesquisa revelaram que **75%** das medidas aplicadas nos quarenta casos não haviam sido cumpridas, decorridos doze meses de sua determinação.

Entendemos as medidas protetivas como um remédio que se aplica para aliviar a dor, favorecer a recuperação de uma pessoa e fortalecê-la para que não volte a adoecer. Para que o processo de recuperação e cura seja eficaz, é necessário um rápido e correto diagnóstico e a administração imediata de medicamentos ou procedimentos cirúrgicos. Assim deveriam ser o processo de proteção integral e as medidas protetivas.

A partir dos resultados da pesquisa citada, concluímos que a rede de proteção e garantia de direitos não conseguiu cumprir sua missão de garantir os direitos dessas 47 crianças e adolescentes<sup>4</sup>, nem de assegurar-lhes condições para seu pleno desenvolvimento (Santos, 2007; Santos, Costa & Silva, 2010). As crianças e adolescentes dos casos avaliados não receberam a garantia de proteção integral, na medida em que a 1ª VIJ e outras agências necessitam trabalhar em complementaridade para que, efetivamente, as famílias em situação de violência sexual recebam a proteção necessária e possam resgatar os direitos violados.

---

<sup>4</sup> Cada Pasta Especial pode se referir a uma ou mais crianças e adolescentes de uma mesma família.

Essa é a situação identificada e sobre a qual objetivamos construir uma alternativa de ação que pudesse provocar mudanças, promovendo um trabalho mais articulado, conexo e de parceria e que este resulte na efetiva proteção e resgate de direitos das famílias participantes na pesquisa.

## ii. Segunda etapa – Definição dos objetivos da ação

Considerando que a metodologia proposta por Dionne (2007) visa à conjugação da investigação com a ação, isto é, da produção do conhecimento com os esforços feitos para levar à mudança, definimos como ação da pesquisa *o acompanhamento temporário das famílias participantes* no intuito de favorecer o cumprimento das medidas protetivas a elas aplicadas.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a proteção à infância e à juventude é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. Quando a família não consegue ou falha em oferecer essa proteção, essa missão deve ser desempenhada pelo Estado que somente poderá cumpri-la com eficácia se se tornar efetivamente responsável por essa proteção. Tomando como base o fato de que as medidas aplicadas judicialmente nem sempre são efetivadas na vida diária de crianças e adolescentes em situação de violência sexual pela ausência ou escassez de ações das instituições que compõem a rede de proteção e garantia de direitos e que, por essa razão, essas crianças e adolescentes permanecem em situação de vulnerabilidade e sem o resgate de sua cidadania, buscamos “definir os caminhos para as soluções, no intuito de resolver o problema identificado” (Dionne, 2007, p. 60). Portanto, a pesquisa apresenta a proposta de promover a garantia dos direitos da criança e/ou adolescente vítima de violência sexual, por meio do acompanhamento do seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos, a partir do momento em que a 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF é acionada para aplicação de medidas protetivas judiciais.

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), acompanhar tem dezesseis significados, dos quais selecionamos sete para definir a ação de acompanhar alguém: “1) estar ou ficar junto com ou junto a (alguém), constantemente ou durante certo tempo; 2) ... conviver ou compartilhar as mesmas situações com, ou ser companheiro; 3) deslocar-se junto ou seguir na mesma direção; ...4.2) ... ir ou seguir próximo (a alguém) para dispensar cuidados, servir de guia, protetor ou ajudante; 6.1)... agir conjuntamente ou em

colaboração com...; 12) observar, manter a atenção ou interesse voltado (para algo ou alguém que está em movimento, em desenvolvimento, mudança, ação ou atividade) durante um período de tempo e, eventualmente, participando do processo e interferindo nele; ... 14) prestar atenção a (algo ou alguém), compreendendo ou assimilando através dos sentidos e/ou da inteligência o que é dito, pensado, etc. por outrem...” (pp. 62-63).

Certamente a escolha dessas sete definições não se deu de forma ingênua, como alertam Thompson (1995), Morin (1998), Santos (1999), Demo (2001) e Dionne (2007). Segundo esses autores, a escolha de instrumentos, método e objetivos nem de longe “estão isentos da história própria de quem se propõe a conhecer, de suas pretensões de interferência na realidade, manipulações mais ou menos explícitas da realidade e compromissos ideológicos” (Demo, 2001, p. 25). De acordo com Dionne (2007), “dar uma definição já é tomar uma posição” (p. 24). E ainda conforme ressalta Moura (2008), “a própria palavra ‘interventor’ já é carregada de significado ideológico” (p. 12). Assim, destacamos que a escolha das definições acima está relacionada à nossa compreensão do que significaria acompanhar as famílias participantes apenas como uma ideia inicial, pois reconhecemos que a proposta não está pronta, nem mesmo o formato que vier a adquirir pode ser considerado definitivo, uma vez que a realidade é um processo de mudanças sem fim.

O acompanhamento foi realizado pela troca constante de informações com os profissionais da rede de proteção e garantia de direitos e com a família acompanhada. Em cada contato, alternativas para resolução de problemas e dificuldades no cumprimento das medidas protetivas recebidas pelas famílias foram construídas juntamente com as pessoas e instituições envolvidas, no intuito de se alcançar o **objetivo geral da ação** de garantir que os direitos violados sejam resgatados e as condições para o desenvolvimento das crianças e adolescentes sejam satisfatoriamente oferecidas. A descrição dos procedimentos para esse fim será mais bem detalhada no próximo item.

No intuito de manter a dinâmica da intervenção coerente com o objetivo geral, apresentamos a seguir os **objetivos específicos**, assim como os indicadores e os resultados a serem alcançados para posterior avaliação da ação:

- Vincular as crianças e/ou adolescentes e sua família a um órgão da rede de proteção e garantia de direitos, neste caso a VIJ, e zelar pelo cumprimento das medidas protetivas judicialmente determinadas.
- Indicadores: manutenção e não interrupção dos contatos entre nós e as cinco famílias participantes da pesquisa durante o período de até doze meses.

- Produtos: frequência dos contatos por telefone ou pessoais, seja por iniciativa nossa ou das pessoas acompanhadas.
- Atuar como elemento conector entre a família e os vários pontos da rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.
  - Indicadores: viabilizar contatos com outras instituições para apresentação e indicação das famílias como sujeitos a serem atendidos por elas.
  - Produtos: Número de famílias informadas sobre as instituições que deverão atendê-las. Atendimentos feitos às famílias por outras instituições da rede de proteção e garantia de direitos.
- Promover uma ação articulada, contínua e conexa na garantia da proteção integral às famílias participantes.
  - Indicadores: troca de informações sobre os casos atendidos com outros profissionais de outras instituições, dentro dos limites do sigilo ético.
  - Produtos: Profissionais informados sobre as ações já desenvolvidas em relação às famílias e sobre as ações ainda a serem desenvolvidas.
- Promover o engajamento e adesão das famílias às medidas protetivas aplicadas judicialmente.
  - Indicadores: verificação do início do atendimento; encaminhamento para outra instituição, caso seja verificada necessidade.
  - Produtos: Medida protetiva ou outros encaminhamentos efetivados.
- Identificar os fatores que impedem ou dificultam o efetivo cumprimento das medidas protetivas.
  - Indicadores: Observação e conhecimento de situações inesperadas ou dificuldades das famílias em relação ao cumprimento das medidas protetivas.
  - Produtos: Conteúdos problemáticos discutidos com os participantes.
- Construir alternativas para resolução dos problemas ou dificuldades encontradas no processo de garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas por meio do cumprimento das medidas protetivas.
  - Indicadores: Discussão dos problemas apresentados e co-construção de alternativas.
  - Produtos: Dificuldades e problemas sanados ou contornados.

- Diminuir o intervalo de tempo entre a aplicação das medidas protetivas e os atendimentos a serem oferecidos.
  - Indicadores: Encaminhamento imediato das famílias para as instituições ou profissionais executores das medidas.
  - Produtos: Medidas protetivas cumpridas antes de decorridos doze meses de sua aplicação.

Ressaltamos, mais uma vez, que essa proposta não se encontra “pronta,” uma vez que na pesquisa-ação, o conhecimento e a ação se constroem durante o seu processo de desenvolvimento. Portanto, a frequência e o desenvolvimento das ações foram constantemente avaliados e, quando necessário, reformulados durante o processo e de acordo com a sua evolução.

### iii. Terceira etapa – Planejamento metodológico da ação

O acompanhamento das cinco famílias que aceitaram participar desta pesquisa foi realizado por meio de contatos com frequência variável durante o período de cerca de nove meses, sendo que cada caso requereu atenção e ações específicas. O planejamento inicial previu um contato com cada família participante em um intervalo mensal com os seguintes objetivos:

- Conhecimento atualizado da situação da família: uma forma de nos mantermos vinculados às mesmas e de construir uma interação com os sujeitos, favorecendo um espaço de troca e de apoio, e de tomar conhecimento sobre o cumprimento das medidas ou de dificuldades que pudessem estar impedindo o seu cumprimento, tais como falta de contatos com as instituições, falta de recursos financeiros para compra de passagens de ônibus, entre outros e para que alternativas fossem discutidas e encontradas para sanar ou contornar as dificuldades observadas.
- Ampliação e fortalecimento das redes sociais das famílias: os contatos poderiam ser feitos com as mães, pais, adolescentes, outros familiares, sempre ressaltando a importância de sua participação na resolução das dificuldades das famílias. Os contatos também se colocaram como uma forma de favorecer a ampliação da rede social secundária, por meio de vinculação a outras instituições, ações e novos relacionamentos que deles surgissem. Por exemplo, uma nova necessidade de “inclusão de um adolescente em atividades no contra-turno escolar” poderia ser facilitada ou favorecida

por contatos com a rede e encaminhamento da família, ampliando a participação de mais uma instituição e indivíduos na rede familiar.

- Os contatos também foram previstos como forma de manter a proximidade com as famílias, permitindo a construção de novos significados, novas narrativas e novos enredos e, conseqüentemente, o fortalecimento de suas habilidades internas e autonomia.

O quadro a seguir demonstra o cronograma de atividades específicas da ação:

**Quadro 8:** Cronograma de atividades da ação

Período	Ação
Dezembro de 2008 a Abril de 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética e ao Juiz Titular da 1ª VIJ</li> <li>• Primeiro contato com as famílias Yolanda, Beatriz e Luíza para consultar sobre anuência em participar da pesquisa</li> <li>• Assinatura do Termo de Adesão Informado</li> <li>• Aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética</li> <li>• Primeiro contato com a família Ariane para consultar sobre anuência em participar da pesquisa</li> <li>• Assinatura do Termo de Adesão Informado</li> <li>• Realização da primeira entrevista e primeira colagem com os cinco participantes da pesquisa no âmbito da investigação: Mãe e pai de Yolanda, mãe de Beatriz, mãe de Luíza e Ariane.</li> <li>• Início do acompanhamento das quatro famílias</li> <li>• Primeiro contato com a família Giovana para consultar sobre anuência em participar da pesquisa</li> <li>• Assinatura do Termo de Adesão Informado</li> <li>• Realização da primeira entrevista e colagem com a mãe de Giovana</li> <li>• Início do acompanhamento da família Giovana</li> </ul>
Março a dezembro de 2009 (9 meses).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de contatos telefônicos, pessoais e visitas junto às cinco famílias participantes. Contatos telefônicos, pessoais ou visitas aos profissionais das instituições que compõem a rede de proteção e garantia de direitos.</li> <li>• Obs.: O detalhamento dos contatos realizados com cada família será apresentado na próxima etapa.</li> </ul>
Dezembro de 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fim do acompanhamento de quatro famílias: Ariane, Yolanda, Giovane e Beatriz. A Família Luíza continua em acompanhamento, uma vez que verificamos necessidade da continuidade e que o fim da pesquisa não implica o fim do acompanhamento.</li> </ul>
Fevereiro a maio 2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização e análise dos resultados da ação.</li> </ul>

#### iv. Quarta etapa – Realização das atividades previstas

Segundo Dionne (2007), “após realizados os diagnósticos da situação, e as escolhas das ações pertinentes e dos meios de ação disponíveis, o profissional se implica na situação” (p. 62). Esse momento da pesquisa permite que o pesquisador busque criar a correspondência mais adequada possível entre o que se propôs e o que pode ser realizado. É

possível que seja necessário realizar ajustes de acordo com a realidade vivenciada. Mas para Dionne, “a arte da ação consiste exatamente em adaptações contínuas dentro do planejamento proposto” (p.63).

Nesse sentido, as cinco famílias atendidas na 1ª VIJ/DF foram acompanhadas por meio de contatos frequentes e intervenções junto à rede de profissionais e instituições de proteção e garantia de direitos, conforme as necessidades apresentadas. Para cada família foi montada uma pasta que continha os dados básicos da família, tais como os membros familiares, idade, sexo, escolaridade, entre outros (Anexo III), bem como um quadro onde foram registrados cada contato realizado (Anexo IV). Os registros desses contatos incluíram: data, iniciativa do contato (família, pesquisadora ou profissional da rede), conteúdo do contato, confirmação ou não do cumprimento das medidas protetivas recebidas. O detalhamento dos registros dos contatos será apresentado no item Discussão dos Resultados da Ação.

#### v. Quinta etapa – Avaliação dos resultados alcançados

O procedimento de avaliação da ação compreende a análise do caminho percorrido na ação em relação aos objetivos inicialmente propostos. Verifica-se se a situação original sofreu mudanças e em que medida, levando-se em conta que “raramente se obtém uma completa satisfação com relação à situação mudada, visto que esta nunca corresponde perfeitamente à situação desejada no início da intervenção” (Dionne, 2007, p. 64).

A avaliação dos resultados da ação deve dialogar com a análise da investigação, de modo a conjugar as conclusões da pesquisa às conclusões da ação. Havendo divergências na interpretação, estas deverão fomentar a discussão e ampliar a compreensão da situação de forma mais ampla. É nesse momento que “observa-se melhor como o pesquisador se torna ator e como o ator se torna pesquisador” (Dionne, 2007, p. 65). A avaliação dos resultados alcançados será apresentada no item Discussão dos Resultados da Ação.

É importante destacar que os resultados serão assim apresentados:

- Discussão dos Resultados da Investigação referentes à primeira entrevista e primeira colagem realizadas no início do acompanhamento
- Discussão dos Resultados da Investigação referentes à última entrevista e última colagem realizadas no fim do acompanhamento
- Discussão dos Resultados da Ação

## **4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO**

### **4.1. A estrutura da apresentação dos resultados**

Esta pesquisa conjugou investigação e ação, conforme proposta de Dionne (2007). Assim, apresentaremos os resultados da pesquisa em três etapas. Na primeira etapa – Discussão dos Resultados da Investigação no Início do Acompanhamento - abordaremos as informações obtidas na primeira entrevista e colagem sobre a compreensão das famílias do que significam as medidas protetivas a eles aplicadas e sobre seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos do Distrito Federal. Essa primeira entrevista e colagem coincidiram com o início do acompanhamento, ação da pesquisa. Posteriormente, na segunda etapa, apresentaremos a Discussão dos Resultados da Investigação no Fim do Acompanhamento que tomará como base os resultados obtidos com a última entrevista e última colagem feita com as famílias. Estas foram realizadas no fim do período de nove meses de acompanhamento das mesmas. Na terceira etapa – Discussão dos Resultados da Ação - apresentaremos os resultados da ação proposta na pesquisa, isto é, do acompanhamento temporário das cinco famílias participantes.

### **4.2. A organização das informações**

Conforme já explicitado, seguimos a orientação de Thompson (1995) e Demo (2001) para a análise dos resultados das entrevistas e colagens, isto é, a proposta da Hermenêutica de Profundidade, já descrita no Método. O material obtido com as entrevistas foi bastante longo e denso, sendo que a entrevista que teve menor duração foi de 37 minutos e a mais longa, uma hora e quarenta minutos. Apesar de a entrevista semi-estruturada ter se iniciado com o foco nos significados atribuídos às medidas protetivas e ao percurso na rede de proteção e garantia de direitos, as entrevistas se constituíram um espaço conversacional, no qual as pessoas participantes se estenderam além das perguntas iniciais, abordando outras questões relacionadas às suas experiências de vida e ao momento em que vivenciaram a situação de violência sexual.

As doze entrevistas, seis iniciais e seis finais, realizadas com quatro mães, um pai e uma adolescente, foram gravadas e resultaram em 257 páginas transcritas. As transcrições proporcionaram uma análise detalhada do conteúdo das narrativas, favorecendo o

ordenamento do material pela contagem dos termos mais frequentes, indicação dos códigos de linguagem e estruturas profundas mais recorrentes e os modos de argumentar (Demo, 2001). Esse procedimento favoreceu a emergência dos indicadores que utilizamos para categorizar os temas mais recorrentes em cada narrativa e comuns aos seis participantes e às suas famílias, isto é, temas que se repetiram na narrativa dos seis entrevistados e permitiram uma síntese dos resultados. Isso, no entanto, não impediu que em alguns momentos também observássemos e registrássemos informações referentes a apenas uma das famílias, permitindo um movimento do geral para o particular e vice-versa.

### **4.3. Os procedimentos da análise**

Para a análise das informações colhidas, seguimos os três passos da análise qualitativa: contextualização sócio-histórica, análise formal dos indicadores (termos e noções mais frequentes, códigos do discurso, estilos de argumentação) e interpretação do ponto de vista do entrevistado e do ponto de vista do entrevistador (Demo, 2001). As entrevistas revelaram muitos pontos de interesse e de imensa riqueza que, certamente, gerariam inúmeras possibilidades de análise. Mas, de toda a riqueza apresentada tivemos que fazer escolhas orientadas pelas questões e objetivos da pesquisa e pelo contexto da situação de violência sexual vivenciada e sua relação com o quadro emocional, relacional e social apresentado nas narrativas dos participantes, dimensões que consideramos válido aprofundar. Essas opções indicam a nossa postura de investigadores como sujeitos no processo de conhecer e a impossibilidade de neutralidade nesse processo.

Optamos por considerar e subdividir os resultados de acordo com as distintas narrativas 1) das quatro mães, 2) do pai e 3) da adolescente, por entendermos que, apesar de estarem envolvidos em um mesmo contexto de violência, cada um ocupa um lugar distinto e específico e, portanto, o olhar dirigido à situação se coloca a partir de lugares diferenciados. Assim, os indicadores presentes e comuns nas narrativas das quatro mães permitiram considerar suas experiências como mulheres, como mães e como esposas na situação de violência sexual e no percurso na rede; os indicadores na narrativa do pai permitiram considerar a sua própria experiência como pai e como autor da violência sexual e seu percurso na rede e, por fim, a narrativa da adolescente foi considerada a partir de sua posição como alvo da violência sexual, das medidas protetivas e em relação ao seu percurso na rede. Buscamos observar os três lugares distintos – mãe, pai-autor de violência,

adolescente vítima -, com base em referências teóricas que destacam a família como instituição social delimitada por valores, cultura, contexto socioeconômico, crenças.

As informações apresentadas demonstraram que o momento específico de vida em que se encontravam as famílias não foi visto de maneira pontual, como um evento distinto, mas como parte de sua história de vida. Assim, já de início pudemos perceber que o percurso na rede de proteção foi considerado como a continuidade de um percurso de vida e como uma sequência de experiências anteriores.

A análise das informações, então, foi realizada levando-se em conta o percurso de sua formação histórica e social, já que sua forma atual é parte deste caminho. Assim, as formas simbólicas não foram tomadas isoladamente, mas consideradas juntamente com o contexto no qual estão inseridas e a partir do qual foram produzidas. Foi possível observar a relevância das relações, regras, convenções, ideologia e estrutura social que influenciam a construção, a manutenção e a circulação de significados.

Depois de selecionados os termos e noções mais frequentes e recorrentes na narrativa dos seis entrevistados, optamos por categorizá-los de acordo com o tema indicado. Assim, na primeira entrevista e primeira colagem, no início do acompanhamento, sete grandes temas apareceram a partir da narrativa dos sujeitos da pesquisa, quais sejam: 1) A compreensão de que as Medidas Protetivas visam à sua proteção, 2) o sofrimento e a insegurança ainda vivenciados, mesmo depois do fim da violência sexual, 3) a negação ou o desejo de “apagar” os fatos vivenciados, 4) o papel de mãe vivenciado com sentimento de impotência, de culpa e de perda da família idealizada, 5) os conflitos na relação materno-filial; 6) a ambiguidade na relação com as instituições legais e de proteção, e 7) necessidade de uma rede de relações sociais.

As colagens realizadas e interpretadas pelos participantes permitiram a expressão subjetiva dos participantes e ilustram, por si sós, o quadro emocional de cada sujeito, ressaltando 1) o sofrimento vivenciado com a experiência da violência sexual e durante o percurso na rede de proteção; 2) a resiliência como fator de saúde dos participantes, e 3) o desejo de seguir a vida com esperança de dias melhores.

A seguir, apresentamos a contextualização sócio-histórica das famílias, da qual apreendemos sete fatores que consideramos relevantes: 1) a exclusão social em que vivem as cinco famílias; 2) a dificuldade de mobilidade social a que estão submetidas; 3) a família como instituição social violada e como violadora de direitos; 4) a transgeracionalidade das

várias formas de violência; 5) a monoparentalidade como fator de estresse; 6) a fragilidade das redes sociais e, apesar de tudo, 7) a resiliência como fator de saúde das famílias.

#### **4.4. Uma análise sócio-histórica**

##### ***- O ponto de partida das famílias***

Um olhar sobre as cinco famílias participantes desta pesquisa (apresentadas na identificação dos sujeitos participantes) nos remete a um contexto sócio-histórico marcado pela desigualdade e exclusão social que não se caracterizam apenas pela ausência de renda, apesar de as cinco famílias apresentarem essa condição econômica, já que pobreza não se define apenas por números (Wanderley, 1999). Como nos lembra Abranches (1985), pobreza é destituição, marginalidade e *desproteção*. É a destituição dos meios de sobrevivência física, a marginalização no usufruto dos benefícios do desenvolvimento e no acesso às oportunidades de emprego e renda. Mas é também a desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar (Abranches, 1985). A exclusão social revelada nas histórias familiares se denota pela privação de capacidades básicas, penúria, vulnerabilidade e falta de poder necessário para alcançar padrões de vida adequados e garantir outros direitos. São famílias com histórias de violências múltiplas, inclusive a violência estrutural em suas várias dimensões: carência de poder, carência de voz, vulnerabilidade e medo. Em suas famílias de origem, os seis participantes das entrevistas e integrantes das cinco famílias já vivenciavam situações de violações de direitos básicos, tais como alimentação, segurança e proteção contra violência física, psicológica e sexual, trabalho e renda, assistência social, entre outras, o que ampliava sua condição de vulnerabilidade e, posteriormente, a continuidade dessa condição.

De acordo com Gacitúa-Marió e Woolcock (2005), a exclusão social refere-se a processos que aumentam a exposição de certos grupos sociais a riscos e a situações de vulnerabilidade, uma vez que o processo de desenvolvimento pessoal e social depende do acesso a serviços, mercado, emprego, habitação, rendimentos. Os mecanismos de exclusão social criam barreiras ao acesso de grupos vulneráveis a ativos e recursos produtivos e à participação no mercado e em instituições sociais, culturais e políticas. Essa falta de acesso a oportunidades gera um círculo vicioso que provoca não apenas a exclusão em um

determinado tempo da vida, mas a continuidade dessa exclusão pela dificuldade de saída ou de mobilidade para outra condição. Gacitúa-Marió e Woolcock (2005) sugerem que as oportunidades de transformar as potencialidades de indivíduos e de grupos em maior bem-estar dependem de múltiplas características pessoais e sociais que afetam a mobilidade social, isto é, a habilidade de mudar de posição socioeconômica. Esses autores destacam que a falta de mobilidade socioeconômica ou a existência de barreiras à mudança de posição de um indivíduo ou grupo na estrutura social fortalecem a desigualdade e desencorajam os investimentos e o crescimento econômico.

Demo (1998), por sua vez, chama a atenção para o aspecto político da exclusão social. Para esse autor, a exclusão política tem muito mais influência sobre o processo de exclusão do que fatores econômicos. A exclusão política é historicamente mantida e cultivada. Para esse autor, a exclusão política anula ou limita a cidadania e para combatê-la é necessário formar indivíduos, cidadãos capazes de compreender e lutar por justiça social.

Apesar de não ser nossa área de conhecimento primordial, consideramos possível afirmar que as dimensões política, econômica e social produzem e sofrem influências recíprocas, fortalecendo a desigualdade e minando a capacidade política dos cidadãos e vice-versa. As duas dimensões econômicas e sociais – desigualdade e mobilidade – afetam profundamente as oportunidades dos cidadãos no curto prazo e também suas perspectivas no longo prazo. A desigualdade, quando em nível muito alto, age como um impedimento ao crescimento e, ao mesmo tempo, mina a percepção de que os cidadãos estão fazendo um investimento coletivo no futuro de sua sociedade, diminuindo a capacidade política de enfrentamento e de mudanças.

No Brasil, deveria ficar claro que, juntas, baixa mobilidade e alta desigualdade representam o pior dos cenários econômicos. A corrida já começa com certos grupos dispostos de consideráveis desvantagens e, ao mesmo tempo, pouco podem fazer os demais para superar as desvantagens ao longo de suas vidas (e/ou através de seus filhos, nas gerações subsequentes). (Gacitúa-Marió & Woolcock, 2005, p. 12)

Uma abordagem multidisciplinar permite estabelecer uma conexão entre processos econômicos, limitações político-institucionais e elementos culturais que contribuem para a exclusão social e afetam a mobilidade. Jodelet (1999) chama a atenção para a propensão social que temos para encontrar uma explicação causal e atribuir responsabilidade às pessoas que se encontram em situação de extrema carência, como se fossem eles os únicos responsáveis por sua condição. Nessa mesma linha de pensamento, Moura (2008) pontua que

afirmar que grupos economicamente vulneráveis são responsáveis diretos pela própria vulnerabilidade e que, se desejassem mudar de vida, bastaria que trabalhassem demonstra um grave desconhecimento das profundas mudanças que as sociedades vêm experimentando na modernidade. As vulnerabilidades não são em uma primeira instância comandadas por uma lógica inerente aos indivíduos que a vivenciam no cotidiano, mas antes decorrem da lógica do mercado, que intermedeia a vida desses indivíduos e reduz o seu acesso ao direito de exercerem seus direitos. (p.36)

A mobilidade não pode ser considerada a partir da ideia de que os talentosos, trabalhadores e honestos ascendem e os fracos e preguiçosos descem. São vários os fatores que se colocam como barreiras à mobilidade tais como casta, etnia, idade, religião, gênero, local de moradia, déficit de instrumentos urbanos, ausência de poder, de representação e interlocução das redes sociais, subemprego, defasagem na educação formal, falta de qualificação profissional, etc.

Lemos, Dubeux e Soares Pinto (2009) também destacam que a origem social e a rede de relacionamentos têm grande influência sobre as chances de um indivíduo se inserir no mercado de trabalho, para além da qualificação profissional, educação, etc. Citando a pesquisa de Bordieu (1988), esses autores chamam a atenção para o fato de que as condições estruturais e os mecanismos sociais reproduzem as posições e as estratificações de classe na sociedade capitalista. Isto é, as chances daqueles nascidos no seio das elites socioculturais da sociedade se manterem nessa condição em sua vida adulta são tão grandes quanto as chances dos filhos dos menos favorecidos reproduzirem as condições de vida de seus pais, conduzindo para segundo plano os esforços individuais para romperem as fronteiras de classe (Lemos, Dubeux & Soares Pinto, 2009).

Todos esses fatores que impedem ou dificultam em grande medida a mobilidade social e o desenvolvimento político podem ser observados nas histórias de vida das famílias participantes da pesquisa. Até mesmo a falta de acessibilidade a serviços básicos que não estão presentes nas comunidades da periferia de Brasília, mas que se concentram no Plano Piloto, dificultando o acesso das famílias a eles. Consideramos mais agravante o fato de que uma história vivida na exclusão pode favorecer a aceitação e a naturalização da desigualdade tanto por parte daqueles que a vivem como por toda a sociedade e Estado que com ela contribuem. Conforme destacam Scalon e Cano (2005),

a existência de uma cultura política compartilhada conivente com a difusão da aceitação é o que torna tão difícil quebrar alguns padrões em uma sociedade. O problema da desigualdade só será resolvido se forem implementadas políticas sociais para aumentar a autoconfiança na sociedade Brasileira e, como consequência, a

capacidade de associação e mobilização. É importante que os Brasileiros acreditem que são capazes de mudar estruturas tão injustas. (p. 131)

A exclusão também funciona por meio de processos institucionais e operacionais embutidos no funcionamento das instituições, limitando o acesso igual a mercados, serviços e meios de participação e representação política. Mas, ao mesmo tempo, processos de exclusão podem estar baseados em preconceitos e operar por meio deles, sendo extremamente difíceis de eliminar por serem culturais. Isso pode resultar na recusa da sociedade de garantir direitos aos mais pobres, ou na garantia de direitos de mais baixa qualidade, especialmente em questões econômicas, sociais e culturais (Gacitúa-Marió & Woolcock, 2005).

Schwartzman e Reis (2005) destacam que não há dúvida de que o crescimento econômico e as macro-reformas realizadas contribuíram significativamente para a estabilização da economia e o alívio da pobreza. No entanto, na visão desses autores, ainda assim, o crescimento e as bem-sucedidas políticas macroeconômicas não resolveram os problemas da desigualdade e da exclusão social, dos preconceitos e da naturalização e banalização da exclusão que geram e sustentam a pobreza. Não se pode negar que a pobreza tem diminuído ao longo do tempo, no entanto, tal redução não tem sido homogênea entre os diferentes grupos sociais e para entender os processos de exclusão e as causas da desigualdade e da pobreza persistentes, o foco não pode estar apenas no indivíduo, mas no grupo social ao qual ele pertence (Schwartzman & Reis, 2005).

Por fim, destacamos o aspecto relacionado a não-efetivação da cidadania das famílias participantes, pois apesar de a legislação lhes garantir direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos. E, como afirmam Rocha e Sardinha Pinto (2008) ao destacarem o controle sobre as políticas públicas, “textos não garantem, por si só, direitos” (p.177), os direitos sociais requerem do Estado uma intervenção ativa e prolongada no tempo. “Tais direitos não podem simplesmente ser atribuídos ao indivíduo, pois exigem permanente ação do Estado visando promover a realização de programas sociais” (Rocha & Sardinha Pinto, 2008, p. 177).

Outro elemento que chama a atenção na história das cinco famílias participantes, além da continuidade de sua condição social, é que as violências física, emocional e sexual são praticadas e sofridas nas próprias relações familiares. Porém, suas experiências não se configuram como situação excepcional. A violência é parte das relações sociais desde a

antiguidade e tem na família o seu lócus privilegiado. São nas relações mais próximas e íntimas que são cometidos os mais graves crimes (Araújo, 1998). Segundo Araújo,

os estudos de família, sobretudo acadêmicos, já demonstraram com fortes evidências empíricas que a casa, diferentemente da representação social que muitas pessoas e, inclusive, algumas políticas públicas ainda têm e mantêm da mesma, é um espaço de conflitos, tensões e negociações cotidianas. Espaço de referência e refúgio, de construção primária de identidades, de atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, sejam elas materiais ou afetivas, a casa não é só aconchego, serenidade e diversão. Poder-se-ia dizer que, como muitos outros espaços, a casa é um campo de lutas declaradas, amistosas, dissimuladas ou, ainda, lutas que não têm visibilidade para além do seu espaço doméstico. (p.145-146)

De acordo com Reichenheim, Hasselman e Moraes (1999), só no estado do Rio de Janeiro, 70% dos homicídios de crianças de zero a onze anos foram perpetrados na família, conforme apontaram dados da polícia civil no ano de 1991. A situação parece não ter mudado daquela época para o período mais atual. Dantas-Berger e Giffin (2005) revelam que os resultados de estatísticas recentes de 267 DEAMS (Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulheres) destacam que as mulheres são vítimas de lesão corporal, ameaças e vias de fato, seguidas por violência psicológica, principalmente ameaça, difamação e injúria. Esse contexto demonstra que a rua deixa de ser o lugar da violência, e a casa, lugar que se propõe a ser local de segurança, se destaca como o espaço primordial de violências múltiplas. As cinco famílias, sujeitos desta pesquisa, revelam ter sido essa sua realidade. Foi no convívio familiar em suas famílias de origem e, posteriormente, nos novos núcleos familiares constituídos que sofreram as violências e os seus efeitos nefastos.

Destacamos nesse contexto os valores socioculturais que enfatizam as questões do patriarcado e de gênero e a hierarquização das relações de poder (Azevedo & Guerra, 1989, 1993; Koller, 1999). A família é apontada por esses autores como um sistema que tanto pode modificar quanto pode ser reprodutora de uma organização social fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais. Confirmando essa hierarquização das relações de gênero e patriarcais, o que mais se observa a partir das pesquisas sobre o tema da violência intrafamiliar é que o principal alvo da violência intrafamiliar ainda são as mulheres e crianças.

No entanto, de forma complementar e atentando para a complexidade do fenômeno da violência intrafamiliar, não podemos deixar de lançar nosso olhar para outros fatores de ordem socioeconômica que, juntamente com os fatores socioculturais, também contribuem para o estabelecimento de relações violentas, tais como pouca ou nenhuma privacidade

promovida por espaços de moradia precários; fragilização dos laços afetivos impostas pelas circunstâncias estruturais; fatores de risco como uso de substâncias psicoativas; adultização das crianças que se tornam responsáveis pelos irmãos menores enquanto os pais se encontram fora de casa ou mesmo responsáveis por complementar a renda familiar com trabalho infanto-juvenil. Nessa mesma linha de compreensão, Barbosa, Nunes e Moura (2008) destacam que as vulnerabilidades familiares são configuradas por situações de violências, de desemprego, de abandono, de discriminação, de doença, de dupla jornada de trabalho ou de sofrida espera por um emprego.

Nesse sentido, acreditamos que, apesar de vários avanços no campo social, político e legal, as violências contra a família e na família continuam acontecendo e se mantêm pela ineficácia das práticas de intervenção e prevenção voltadas para a família. Não há como se pensar em prevenção e intervenção, sem se pensar em políticas sociais que visem ao fortalecimento e ao empoderamento das famílias, pois as violências – psicológica, física, sexual ou estrutural – provêm de um jogo sistêmico que envolve todas as peças do circuito – indivíduo e meio social. Todos estes fatores estabelecem uma rede multifatorial e multigeracional que desenvolve seu formato desde gerações anteriores até alcançar a geração atual, favorecendo a manutenção e a continuidade das violências, configurando-se a transgeracionalidade das violências contra a família e na família.

Ressaltamos também no contexto das violências sofridas *pelas* famílias e *nas* famílias, o lugar da mulher como chefes de família, responsáveis exclusivas pelos cuidados e sustento de seus filhos e até mesmo de seus ascendentes, como no caso Luíza. São mulheres que, apesar de não terem trabalhos formais ou qualificação profissional que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho, desenvolvem múltiplas jornadas de trabalho informal, necessitando conciliar as responsabilidades do lar e os cuidados com os filhos com as atividades laborais de baixa renda.

A construção social em torno da maternidade a torna um papel social naturalizado, e as quatro mulheres participantes da pesquisa assumiram a responsabilidade pelos cuidados com os filhos sem contestações. As quatro mães se tornaram responsáveis por seus filhos tanto no que se refere à educação quanto na manutenção financeira de forma unilateral e solitária, sem uma rede familiar que as apóie ou sem o apoio institucional tais como creches ou escolas de período integral.

No entanto, uma análise do contexto social Brasileiro nos permite observar que as quatro mães participantes desta pesquisa fazem parte de um grupo maior de mulheres

Brasileiras que, em razão do crescente número de gravidez na adolescência e de separações conjugais, e em função dos valores culturais que atribuem à mãe a responsabilidade pela prole, se tornam chefes de família, mudando o modelo clássico burguês de família para o modelo monoparental. Nos casos em questão, mais especificamente, o modelo matrifocal.

O modelo de família monoparental tornou-se tão frequente no Brasil a partir das décadas de 60 e 70 do século XX que foi reconhecida na Constituição de 1988 e tornou-se parte dos três tipos de famílias que merecem proteção jurídica e do Estado: as famílias advindas do casamento, da união estável e das relações de um dos pais com seu filho, ou seja, a família monoparental (Santos & Santos, 2008).

Consideramos que os modelos familiares na atualidade se mostram bastantes diversos do modelo clássico – pai, mãe e filhos – e que não há um modelo único de família, regular ou padrão. Também concordamos com Cardoso e Féres-Carneiro (2008) que a ênfase do olhar sobre a família deve recair sobre os aspectos interpessoais da dinâmica da família e na qualidade das relações entre seus membros e não somente nas suas características estruturais. Por outro lado, reconhecemos as importantes transformações sociais decorrentes da luta feminina pela igualdade e que a inserção da mulher em campos outrora de domínio masculino tem promovido mudanças nos arranjos familiares, o que não significa um modelo irregular de família. No entanto, acreditamos ser possível afirmar que quando o modelo de família matrifocal se soma a situações de vulnerabilidade social as mulheres podem vivenciar uma sobrecarga emocional que as fragiliza e pode até adoecer, produzindo efeitos sobre as dinâmicas relacionais e sobre a qualidade de suas relações.

Entendemos que a sobrecarga que a assunção dessas responsabilidades traz sobre as mulheres em condição de fragilidade econômica é algo que carregam sozinhas, pois a ausência do companheiro, até mesmo dos autores da violência sexual, em suas vidas significa também a ausência do pai de seus filhos, do provedor, do companheiro, do amante. Significa ainda a perda do ideal de família, de casamento e de relações afetivas tão fortemente arraigadas em nossa sociedade e influenciadas por ideais românticos, valores religiosos e orientações médicas e pedagógicas (Cardoso & Féres-Carneiro, 2008).

Quanto ao exercício da parentalidade, isto é, do desempenho da função materna e paterna, é importante considerar as construções sociais que giram em torno dessas figuras. Segundo Padilha (2008), a questão de gênero se apresenta como questão primordial nessa discussão. O que vivemos como homem e mulher são categorias políticas, carregadas de pressupostos normativos sobre um sistema de dois gêneros, determinando o que se

consideram características femininas e masculinas. Apesar de hoje, cada vez mais, as discussões sociais e científicas atentarem para a necessidade de uma participação mais efetiva dos homens na vida familiar, ainda prevalece o modelo de pai-provedor e mãe-cuidadora. De acordo com Padilha (2008), a cultura gera e fortalece o papel de cuidadora atribuído à mulher, “tanto na percepção social quanto na construção da subjetividade dos pais e mães que tomam esse pressuposto como guia para suas práticas cotidianas” (p. 193). A autora cita essa influência cultural como elemento que favorece atitudes maternas de exclusão da figura paterna da responsabilidade parental e de envolvimento do pai com a prole. Por outro lado, não se pode deixar de considerar o impacto dessa cultura sobre os pais que, de forma complementar, ainda se eximem, em grande medida, de sua responsabilidade de cuidador e de educador na vida dos filhos, fato que pode ser observado especialmente nos casos em que ocorrem o nascimento de filhos de pais diferentes e de uma mesma mãe.

É interessante notar que o papel de autoridade exercido sem o apoio da figura paterna contraria o modelo patriarcal vigente em nossa sociedade que legitima a figura paterna como detentor de autoridade, fazendo com que as mulheres se sintam “sem poder,” e o medo da “perda do controle dos filhos” é uma constante em suas preocupações diárias. Esse contexto se apresenta como fator estressor na vida das mulheres, pois além da sobrecarga de trabalho com dupla ou tripla jornada, da tomada de responsabilidades parentais, elas também enfrentam dificuldades quando não contam com uma rede social e institucional fortalecida.

A ausência de uma rede social ou a fragilidade desta, quando existente, é outro ponto de atenção na análise sócio-histórica das famílias participantes. Para Sanicola (2008),

a vulnerabilidade, por mais que às vezes possua o caráter de permanência, pode ou não representar um risco, dependendo da relação que se estabelece entre os desafios da necessidade e os recursos disponíveis para enfrentá-los. Quando o equilíbrio entre desafios e recursos é rompido surge o risco da vulnerabilidade, que pode ser atenuado por um aumento de recursos. (p. 8)

A rede social de um indivíduo assume, então, lugar preponderante para a oferta de recursos ou para a escassez deles. A autora cita as redes sociais primárias, como sendo aquelas a que o sujeito pertence e com quem mantém relações significativas (familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho) e as redes secundárias aquelas constituídas pelas instituições e recursos sociais encontrados na comunidade. Ambas, rede primária e rede secundária, são o capital social com o qual uma pessoa pode contar para enfrentar os desafios da vida. Quanto maior e de maior qualidade o capital de relações humanas disponível a um indivíduo, menor o risco de vulnerabilidade. Da mesma forma, quanto mais

densa, isto é, quanto maior o número de relações das redes primárias, maior a possibilidade de ajuda mútua. E, ao contrário, quanto mais alargada a rede "na qual muitos componentes por vezes não interagem entre si, ocorre uma maior variação das normas, ao lado de um controle social e de uma assistência recíproca fragmentados e menos eficazes" (Sanicola, 2008, p. 16).

A rede - primária e secundária - serve como uma estratégia para que uma pessoa possa dar conta de seus problemas e responder às suas necessidades em momentos específicos de sua vida, uma vez que as relações humanas são caracterizadas pelas trocas que realiza, tanto nos níveis afetivos e emocionais quanto nos níveis da informação, da comunicação, do trabalho, do capital humano, entre outras. Em nosso entendimento, as redes sociais têm o potencial de oferecer oportunidades de desenvolvimento político, pessoal e social aos indivíduos por promoverem diferentes e variadas formas de relações sociais, por possibilitarem o acesso a serviços básicos, à cultura, ao lazer, e por favorecerem a manifestação política, a voz, a participação e o protagonismo na comunidade. A menor ou maior participação e envolvimento nas redes sociais pode significar o enfraquecimento ou o empoderamento das pessoas, deteriorando ou ampliando a qualidade de vida dos indivíduos.

Nesse contexto, podemos afirmar que as famílias participantes desta pesquisa encontram-se enfraquecidas, com pouco ou nenhum acesso a oportunidades e com significativa dependência de políticas assistenciais, no entanto sem a elas terem acesso garantido. São famílias com pouca consciência cidadã e de seus direitos e sem poder de ação e de voz, tendo, além disso, a pobreza, isto é, a ausência de renda, como elemento que diminui sua condição de enfrentamento de suas dificuldades e de violências. Consideramos que a falta de acesso a oportunidades impede mudanças estruturais necessárias, mantendo-as presas ao modelo assistencial vigente nos programas sociais, quando estes estão disponibilizados e são acessíveis. Assim, apesar de considerarmos serem variantes, dinâmicas e flexíveis a natureza humana e a história, ainda observamos as recorrências existentes nesse processo histórico-social, no qual as desigualdades tendem a permanecer, repetindo-se de geração em geração e tornando-se naturalizada e banalizada por todos nós.

Ainda assim e apesar disso, não podemos deixar de ressaltar as competências individuais, as potencialidades e a força dos sujeitos desta pesquisa. São pessoas que demonstram permanecer e insistir em resistir no percurso de suas histórias, de suas vivências, das ausências e das faltas. Apesar de não saírem ilesos das várias situações traumáticas vivenciadas, demonstram sua capacidade humana de tentativas variadas de

superação, com graus diferentes de resistência em uma ou outra situação, mas sempre insistindo em viver e em ter esperança de construir uma vida melhor, em sintonia com o que nos inspira o músico Gonzaguinha: *eu sei que a vida devia ser bem melhor e será, mas isso não impede que eu repita, é bonita, é bonita.*

É nesse contexto que se colocam suas narrativas, suas crenças, seus relacionamentos e a ocorrência da violência sexual, não como uma causa, mas como o cenário a ser visto como um todo, no qual os variados elementos se correlacionam e se intrincam, promovendo tanto o sofrimento como aspectos de resiliência, de força e de esperança. A análise desse contexto histórico permite compreender o sofrimento vivenciado pelos participantes da pesquisa, em especial porque para as quatro mães os relacionamentos com seus respectivos companheiros era a esperança da formação de um espaço social de pertencimento e de segurança, ainda que sem mudanças na condição socioeconômica precária. Permite compreender a confusão de sentimentos que variam entre raiva, decepção e o desejo de que tudo não passasse de um equívoco, por mais concreta que a situação se apresentava. Permite ainda, vislumbrar que as mães não tiveram a oportunidade de serem filhas protegidas e cuidadas e que o desempenho do papel de mãe tornava-se uma tarefa difícil no viver diário com suas próprias filhas. Nesse contexto, a idealização de papéis e da família sofreu forte confronto com a realidade, tendo esta se mostrado mais difícil de enfrentar.

No entanto, a análise de suas histórias também parece confirmar que são pessoas cujos recursos internos as capacitam a enfrentar as situações vivenciadas, ainda que à custa de sua saúde mental ou física, e de darem continuidade as suas histórias, na esperança de mudanças e de alcançarem sonhos menos idealizados e mais possíveis.

Tendo esse cenário como ponto de partida, passaremos agora à análise de suas narrativas e interpretações sobre as medidas protetivas e sobre seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos, as quais se mesclaram de forma indissociável com suas experiências anteriores e atuais. O próximo item se refere aos resultados da primeira entrevista semi-estruturada realizada no início do acompanhamento das famílias.

#### **4.5 - Início do acompanhamento**

Na primeira entrevista semi-estruturada realizada no início da ação proposta de acompanhamento das famílias participantes, buscamos acessar sua compreensão naquele momento sobre as medidas protetivas a elas aplicadas e sobre seu percurso na rede de

proteção que envolvia desde a primeira instituição por que passaram - delegacia, Conselho Tutelar ou outra porta de entrada da denúncia - até aquelas a que foram encaminhadas para cumprimento das medidas protetivas, que podem ter envolvido os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Conselho Tutelar, hospitais, programas de promoção à saúde mental, entre outras. Destacamos que às famílias participantes foram aplicadas medidas que envolviam atendimento psicológico para as vítimas, para as mães e, em dois casos, para os autores da violência. As medidas também envolveram acompanhamento pelo Conselho Tutelar e inclusão em programas de proteção à família (programas de incremento da renda). Além disso, a adolescente Ariane foi encaminhada pelo CEREVS para curso de informática e curso de qualificação profissional como recepcionista. Em todos os casos, a medida de afastamento do agressor do lar (ECA, Art. 130) foi aplicada. Já a restrição de aproximação do autor da violência foi também determinada em três dos cinco casos (Giovana, Luíza e Ariane), devido às ameaças que os agressores vinham realizando.

O objetivo de conhecermos os significados construídos pelas famílias quanto ao seu percurso se deve ao fato de compreendermos que o trajeto e o relacionamento dos indivíduos com os profissionais e com as instituições da rede de proteção e garantia de direitos não é uma relação apenas objetiva e material, mas também subjetiva. Assim, consideramos que não se faz esse percurso sem que ele esteja marcado pelos processos de subjetivação produzidos a partir de cada contexto histórico específico que configuram modos específicos de pensar, de agir e de sentir.

Apesar de nos repetirmos aqui, acreditamos ser importante lembrar que optamos por considerar e subdividir os resultados de acordo com as distintas narrativas das quatro mães, do pai e da adolescente. Assim, consideramos os indicadores de maior frequência e comuns às narrativas das quatro mães, os indicadores na narrativa do pai e, por fim, os indicadores na narrativa da adolescente. É importante salientar que a narrativa da adolescente foi bastante limitada em razão da dificuldade que ela demonstrou em manter diálogo com a pesquisadora no início do acompanhamento. Assim, nas narrativas dos participantes, encontramos as seguintes zonas de sentido, conforme maior frequência de ocorrência: 1) A intervenção legal como proteção, 2) A permanência do sofrimento e da insegurança mesmo depois de interrompida a violência sexual, 3) O papel de mãe – culpa, impotência e confusão, 4) A relação materno-filial, 5) Ambiguidade nas relações com as instituições da rede, 6) Necessidade de redes sociais de apoio. Como se pode observar, as narrativas das

famílias não se limitaram ao tema das medidas protetivas ou ao percurso na rede, mas envolveram as questões pessoais e interacionais que, apesar de não terem sido endereçadas, não deixam de estar diretamente vinculadas às questões desta pesquisa. Por entendermos as medidas protetivas e o atendimento como apenas uma parte de um todo, optamos por incluir as outras zonas de sentido apresentadas nas narrativas das famílias na análise dos resultados. Acreditamos que elas podem nos oferecer uma melhor visão do panorama emocional, contextual, interacional no qual se insere a intervenção da rede de proteção e garantia de direitos.

#### **4.5.1 A intervenção legal como proteção**

*Você não pode deixar ninguém invadir o seu jardim para não  
correr o risco de ter a casa arrombada.  
Vladimir Maiakovski*

Este item trata do **significado conferido pelos participantes às medidas protetivas recebidas**. Os seis entrevistados (quatro mães, um pai, uma adolescente) demonstraram considerar que as medidas protetivas, desde aquelas de cunho social até mesmo a mais drástica do afastamento, visavam à **proteção e se constituíam numa forma de ajuda** para dar conta do que eles, por si sós, não conseguiriam, conforme se pode observar em suas narrativas:

*“Foi bom! Melhorou a minha vida, melhorou cem por cento, né? E tá sendo legal por causa do curso, esse negócio dele ficar longe de mim e o primeiro emprego tá sendo, vai ser muito bom” (Ariane, adolescente)*

*“O afastamento pra mim significou a proteção de Luíza, né?” (mãe de Luíza)*

*“Eu sinto que to sendo protegida” (mãe de Giovana)*

*“Eu acho que é uma proteção prá ela, né? Porque a gente nunca sabe se... Por exemplo, ele pode falar que nunca vai fazer, nem nada, mas ninguém nunca sabe, né?... Era uma medida necessária mesmo. Eu compreendi que precisava, não só eu, como ele também, entendeu? Como ele também achou melhor...” (mãe de Yolanda)*

*“Eu acho que é uma proteção... um meio de ajuda” (mãe de Beatriz)*

Chamamos atenção para o fato de que todos os autores da violência nos cinco casos analisados eram parte integrante da família e pessoa com quem os outros familiares mantinham laços de afeto. Ainda assim, as mães entrevistadas evidenciaram seu acordo

quanto à necessidade de afastamento do agressor, conforme evidenciado na fala da mãe de Beatriz “*eu concordo plenamente.*”

Nesse sentido, destacamos o entendimento de Furniss (1993), Azambuja (2004), Fuks (2005) e Santos, Costa e Granjeiro (2009) sobre a dificuldade das famílias de lidarem com fenômeno de natureza tão complexa como a violência sexual que envolve questões pessoais, relacionais e sociais, fazendo-se necessárias intervenções sociais e institucionais como forma de empoderá-las para o exercício do papel protetivo em relação as suas crianças e adolescentes. Assim como discutido na revisão bibliográfica desta pesquisa, lembramos que o contexto relacional familiar em que ocorre a violência sexual é caracterizado pelo segredo, pela confusão de papéis e de sentimentos, pela subjugação e pela dominação física ou emocional. Assim, não raro, a violência sexual recorrente, isto é, que ocorre durante um longo período de tempo por reiteradas vezes, confunde e fragiliza as pessoas envolvidas no contexto familiar, produzindo sentimento de culpa, vergonha e de impotência e limitando sua capacidade de reagir. Nos cinco casos analisados, ***a intervenção que legitimou ações de proteção pôde então ser considerada pelos participantes como uma forma de apoio e um instrumento que lhes capacitaram a lidar com as ameaças ou lhes forneceram o senso de segurança de que sentiam necessidade.***

Na mesma linha de compreensão, o pai de Yolanda, autor da violência sexual contra ela, também percebe a medida de afastamento como uma proteção garantida à sua filha. De acordo com sua narrativa, apesar de não compreender a causa dos atos abusivos que manteve com Yolanda por anos seguidos, ele parece considerar a necessidade de interrupção e de um limite que permita manter a segurança e integridade da filha:

*“Eu acho que foi importante, né? Foi bom prá mim e prá ela, né? ...É uma medida que vem a proteger a minha filha, no caso a criança que tá envolvida no que aconteceu...eu não pude mais ver a minha filha ou me aproximar dela, então isso aí prá mim foi... por uma lado foi bom, porque nem mesmo conhecia esse lado meu, e por outro lado foi um pouco triste porque é minha filha, né? Apesar de tudo eu sou um pai, e eu tenho amor de pai pela minha filha. então por esse lado também foi um pouco triste, mas em compensação foi bom também, porque a minha filha em primeiro lugar, né? E a proteção dela é tudo, né?”* (pai de Yolanda)

Essa proteção, importante lembrar, se faz em relação à filha como vítima da violência praticada por ele, mas acreditamos que também produz efeitos em relação a ele próprio como alguém que necessita da imposição de um limite externo para conseguir impor a si mesmo o limite interno, conforme pontua Balier (1997),

O exercício da lei é mais do que nunca necessário, pois não existe lei interna. De fato no desenvolvimento desses pacientes, encontramos dificuldades de identificação com um modelo adulto de comportamento sexual que integre as correntes ternas e agressivas, responsável por uma patologia do superego. (p. 119)

Como pai, Geraldo nutre afeto por Yolanda. No entanto, menciona que o amor a que ele se refere não foi suficiente para ajudá-lo ou motivá-lo a interromper o desejo sexual que sentia por ela desde os cinco anos de idade da filha. Essa falta de limite interno que favoreça a interrupção do desejo sexual por crianças indica a necessidade de uma intervenção externa como imposição de um limite. No entanto, acreditamos que esse limite serve apenas para a proteção daquela criança em relação a quem a restrição de contatos se impõe. Há que se ressaltar que, em geral, o agressor sexual necessita de tratamento, tendo em vista que a limitação de aproximação não significa necessariamente o fim do desejo sexual. Por essa mesma razão, compreendemos que, apesar de a responsabilização do autor da violência sexual ser importante como forma de controle social, prender o agressor não basta para promover uma reabilitação. Da mesma forma, a castração química como medida de coibição do abuso tem se mostrado ineficaz, pois “apesar de reduzir a libido e minimizar a frequência da estimulação sexual, ela não detém o desejo sexual e fantasias sobre crianças” (Sanderson, 2005, p. 99). Por outro lado, segundo Sanderson, o limitado conhecimento sobre os abusadores sexuais pela falta de acesso a eles dificulta a criação de modelos de atendimentos que promovam resultados eficazes. Também não podemos deixar de lembrar que aqueles que *sentem* desejo sexual por crianças tanto quanto aqueles que *praticam* a violência sexual contra crianças sofrem forte discriminação e condenação social por meio de estereótipos que os “demonizam,” o que pode ser um dos fatores que dificultam a busca por ajuda como forma de evitar tal condenação, impedindo ações de prevenção à concretização da violência sexual.

Com isso, não queremos dizer que todos os autores de violência sexual cometem o abuso por serem portadores de uma patologia, ressaltando que, em nossa experiência, temos observado que grande parte deles o fazem por influência de valores sociais que promovem relações adultocêntricas, erotizadas, e negam a infância como período peculiar de desenvolvimento com necessidades sexuais diferenciadas da sexualidade adulta genital. E aproveitamos para ressaltar que compreendemos que a prevenção ao abuso passa pela informação, pela desconstrução de estereótipos, pela transformação de valores, pelo controle social efetivo, assim como pela oferta de tratamento aos que *sentem* o desejo sexual por

crianças bem como àqueles que *atuam* abusivamente em relação às crianças e aos adolescentes.

Ainda em relação à fala dos entrevistados sobre o significado de proteção que atribuíram às medidas protetivas, observamos que o foco se colocou sobre o afastamento do autor da violência do lar comum, apesar de outras medidas de cunho social e de saúde terem sido a eles aplicadas. Todos enfatizaram a medida de afastamento como medida de proteção. Tal fato pode indicar o peso que essa medida carrega como também pode indicar o entendimento dos entrevistados de que a garantia da interrupção do abuso somente poderia ocorrer pela ausência do agressor. No entanto, não podemos ingenuamente supor que a medida de afastamento não traz consigo outras questões e dificuldades para as quais necessitamos atentar. É importante lembrar que o afastamento do agressor da família se contrapõe ao direito de convivência familiar da criança ou do adolescente. O direito à convivência familiar é um direito universal de toda criança e adolescente e considerado valor fundamental para seu saudável desenvolvimento pessoal e social, conforme preconizado na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), instrumentos que devem reger toda ação política e legal em relação a essa categoria.

*Nos casos de violência sexual, o processo do restabelecimento da proteção é paradoxal, pois ao se garantir o direito de uma vida sem violência, de um saudável desenvolvimento sexual, de liberdade e de ser tratado com dignidade, restringe-se o direito de convivência familiar. As perdas se tornam inevitáveis e os prejuízos abrangem muito mais aspectos da vida de todos os envolvidos do que aqueles ocasionados pelo próprio ato abusivo.* O afastamento do autor da violência pode trazer implicações de cunho afetivo não apenas para a vítima direta, mas também para os outros familiares, vítimas indiretas, que mantinham vínculo afetivo com o agressor; de cunho socioeconômico, quando este contribui no sustento da família; de cunho simbólico e subjetivo, já que a quebra da estrutura familiar implica a perda da família idealizada, e o questionamento dos papéis e funções parentais, sexuais, entre outros. Isso aponta para a necessidade de ações complementares de proteção, tais como: a assistência social e o acompanhamento psicossocial da criança ou adolescente vítima e dos familiares como forma de acolhimento, apoio e fortalecimento de suas competências interacionais, emocionais, sociais e econômicas e ampliação de sua rede social (Santos, Costa & Granjeiro, 2009).

Assim, apesar de as famílias terem atribuído o significado de proteção à medida de afastamento do autor da violência da moradia comum, consideramos que a proteção efetiva somente pode se dar por meio de outras ações complementares, buscando evitar os prejuízos e a vitimização secundária que, paradoxalmente, podem ser promovidos pela ação protetiva de afastamento do agressor do lar comum. Ressaltamos, ainda, que a atenção imediata e abrangente é condição fundamental para que se instale outra dinâmica no contexto familiar em contraposição àquela que favoreceu a ocorrência do abuso, buscando evitar sua reincidência.

*Podemos concluir, então, que essa zona de sentido nos apresenta a natureza dupla das medidas protetivas que, por um lado promove a interrupção do abuso por meio do afastamento do autor da violência do lar e, por outro, gera outras dificuldades inerentes à separação.* O quadro a seguir, resume essa ambiguidade da medida protetiva de afastamento do autor do lar.

**Quadro 9:** A medida protetiva como proteção

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
Intervenção legal: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> </ul>	Proteção	<p><i>“O afastamento pra mim significou a proteção de Luíza, né?” (mãe de Luíza)</i></p> <p><i>“Eu sinto que to sendo protegida” (mãe de Giovana)</i></p> <p><i>“Eu acho que é uma proteção prá ela, né?” (mãe de Yolanda)</i></p> <p><i>“...É uma medida que vem a proteger a minha filha, no caso a criança que tá envolvida no que aconteceu...” (pai de Yolanda)</i></p>	Interrupção da violência sexual	Rompimento da convivência familiar  Perdas decorrentes da separação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perda da imagem idealizada de família</li> <li>• Perda das relações significativas</li> <li>• Perda do afeto</li> <li>• Perdas financeiras</li> </ul>

#### ***4.5.2. O sofrimento e a insegurança que permanecem mesmo depois do fim da violência sexual***

*"Eu não tinha este rosto de hoje,  
assim calmo, assim triste, assim magro,  
nem estes olhos tão vazios, nem o lábio amargo.  
Eu não tinha estas mãos sem força,  
tão paradas e frias e mortas;  
eu não tinha este coração que nem se mostra.  
Eu não dei por esta mudança,  
tão simples, tão certa, tão fácil:  
Em que espelho ficou perdida a minha face?"  
Cecília Meireles*

Neste item abordamos a narrativa das famílias em torno do sofrimento vivenciado como consequência da violência sexual e como consequência da revelação. A violência sexual é vivida por todo o grupo familiar como um forte estressor e promotor de sofrimento emocional. Na literatura especializada são apontadas consequências de curto e longo prazo para a vítima, de natureza física, emocional e interacional (Azevedo & Guerra, 1988, 1989; Faleiros, 2000; Ferrari & Vecina, 2002; Furniss, 1993; Lamour, 1997; Perrone & Nannini, 2007; Pinto Júnior, 2005; Rangel, 2006; Ravazzola, 2007; Rouyer, 1997; Sanderson, 2005; Santos, 2007; Santos e cols., 2009; Summit, 1983). Alguns estudos vêm discutindo os efeitos da violência sexual sobre os familiares da vítima, aqui considerados como vítimas indiretas (Cantelmo & Costa, 2009; Koller, 1999; Penso & Costa, 2008) e sobre os efeitos da revelação e do contexto que se instala depois dela (Santos, 2007; Santos e cols., 2009; Santos e cols., 2010). Esses são fatores relevantes em qualquer intervenção profissional, pois não podemos deixar de atentar para o fato de que a família é um sistema vivo, cujos membros estão em constante interação recíproca. Essa mesma troca e interação ocorrem na relação mantida entre o sistema familiar e os sistemas sociais, nos quais todos os participantes influenciam e são influenciados mutuamente. Com base nessa compreensão, notamos que a violência sexual gera efeitos nas vítimas diretas e indiretas, podendo promover o adoecimento mental e/ou físico tanto por sua ocorrência como pelas consequências que decorrem do conhecimento/revelação da violência sexual.

Alguns estudos vêm focalizando o lugar e a participação das mães nos contextos de violência sexual intrafamiliar e mostram os efeitos sofridos por elas nessas vivências. Amendola (2004), por exemplo, observou que essas mães podem se apresentar dependentes, deprimidas ou, ainda, manifestar sintomas do estresse pós-traumático, tais como a revivência da situação traumática, apatia, o medo e a evitação de atividades que recordem os fatos vivenciados. Santos e Dell-Aglio (2008) citam estudos de Green, Coupe, Fernandez e

Stevens (1995); Hiebert-Murphy (1998) e de Lewin e Bergin (2001), que apontam sintomas psicológicos em mães que tomaram conhecimento do abuso sexual de suas crianças, como, por exemplo, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, apresentando ainda comorbidades, como sintomas de depressão.

Apesar de o tema depressão não ter aparecido em suas narrativas, consideramos que as quatro mães participantes poderiam ter sido diagnosticadas com quadro depressivo ou com estresse pós-traumático, uma vez que apresentaram sintomas dessa condição: perda de memória, recordações intrusivas (involuntárias e abruptas), distúrbios do sono, evitação do tema ou de assuntos correlatos, intenso sofrimento, dificuldade de convívio social e outras atividades laborais, sentimento de desvalia e de ser diferente das outras pessoas, embotamento geral dos afetos, irritabilidade, dificuldade de concentração, respostas exageradas a estímulos normais ou banais (DSM IV, 1994). Além disso, para as mães em questão, continuar com suas atividades laborais ou rotineiras tornou-se tarefa difícil.

Compreendemos que os sintomas acima destacados estão vinculados ao sofrimento ocasionado pela deflagração dos papéis sociais desempenhados por essas mulheres. Na experiência das quatro mães participantes, os elos que as uniam ao agressor era o da convivência conjugal. Sobre esse relacionamento e sobre os homens que escolheram para essa convivência depositaram expectativas de confiança, do sentimento de pertença, de afeto correspondido e da formação de uma família “melhor” do que a de origem. Essas expectativas foram violentamente frustradas pela ocorrência da relação incestuosa de seus companheiros com suas filhas. O sentimento decorrente é o de perda, da relação, do marido, da família desejada e idealizada. Assim, se pode compreender a menção que fazem à perda de equilíbrio e ao sentimento de incompreensão:

*“Depois que isso aconteceu, minha vida virou uma bagunça, eu nem consigo entender... a ficha vai caindo pouco a pouco, pouco a pouco, sabe? Aí vai dando aquela coisa ruim, aquela coisa esquisita... e a minha filha me pediu muito ‘mãe, perdoa meu pai mãe, pelo amor de Deus’.... acho que é por isso que eu não crio aquele ódio dele, entendeu?... tem hora que eu me pego a pensar assim... será que eu nunca vou ser mais feliz na minha vida? Porque agora pra mim confiar em uma pessoa, pra mim ter outro relacionamento com uma pessoa vai ser difícil eu querer outra pessoa na minha vida, sabe?... eu tomei medo....”* (mãe de Yolanda).

*“A gente fica sem chão... a gente perde o equilíbrio da vida, né? ... se uma mosca olha pra gente, acha que todo mundo está sabendo do meu caso... Não tive capacete não, padeci foi muito, foi na cabeça, em todo lugar, então... não adianta usar máscara, as coisas ficam marcadas. Até por cima da máscara. Você vê então, não*

*adianta por máscara em cima de um sofrimento no qual você está passando...*” (mãe de Beatriz)

Nessa fala da mãe de Beatriz podemos observar o sentimento de vergonha e o desejo de esconder sua tristeza, medos e dores. Possivelmente o desejo de esconder a ocorrência da violência sexual.

Para a mãe de Giovana, o sentimento é de que o sofrimento da filha é o mesmo que o seu: *“porque o mesmo que ela passou, foi o mesmo que eu passei, entendeu?”* O medo, a insegurança, a raiva e a decepção foram sentimentos experimentados por mãe e filha que, apesar de ocuparem lugares distintos, fizeram parte do mesmo contexto e tiveram quebradas as imagens construídas em torno do relacionamento familiar.

Outro papel deflagrado é o papel de mulher e amante:

*“...significou a minha derrota, significou a minha derrota. Significou a minha derrota como mulher, significou a minha derrota. Digamos que eu não fui pra ele é... a esposa né? Não fui suficiente como amante, né? Porque ao ponto dele fazer isso, então eu não sirvo como mulher. É isso...É horrível... tá muito difícil porque eu não consigo mais nada, entendeu?... eu não tenho direção...”* (mãe de Luíza)

Nos cinco casos estudados, as mães poderiam ter se sentido aliviadas pelo fim da violência sexual, o que de fato ocorreu: *“prá mim era a tentativa de desvendar”* (mãe de Luíza). Isto é, tomar conhecimento do abuso sofrido pela filha foi considerado como necessário para a interrupção da violência e para a proteção da adolescente. ***No entanto, o alívio sofrido pela interrupção não anula o sofrimento vivido nos vários papéis desempenhados pelas quatro mulheres participantes desta pesquisa.*** As representações sociais do papel de mãe são postos em xeque, e os papéis de mulher e de esposa são questionados. Nesse contexto real, simbólico e subjetivo, a violência sexual acarreta nas mães não apenas a dor de ver suas filhas atingidas, mas a frustração em decorrência dos sonhos desfeitos, objetivos de vida não alcançados, promessas e expectativas não cumpridas.

A esse sofrimento, somam-se ainda as vivências dessas mães como filhas. As quatro mães vivenciaram violências quando crianças, na forma de negligência, abandono, abuso físico e, uma delas sofreu a violência sexual, confirmando a repetição transgeracional de seus padrões relacionais e de suas dores, conforme Penso e Costa (2008) puderam observar nas dinâmicas familiares de famílias que vivenciam situações de violências.

É interessante notar que enquanto as mães se voltam para o seu próprio desempenho nos referidos papéis sociais e o sofrimento por vê-los abortados ou fracassados, não

podemos observar a mesma percepção em relação ao pai de Yolanda em sua narrativa, apesar de esta evidenciar que ele também vivencia sofrimento emocional. Durante a entrevista inicial, este expressou sentimentos de vergonha e de medo. No entanto, é interessante notar que ao falar da vergonha, refere-se à própria experiência como vítima de violência sexual que foi na infância:

*“... a gente fica meio com vergonha assim, mas aconteceu, foi uma coisa que aconteceu. Não adianta eu querer esconder isso... aconteceu mesmo, eu era uma criança indefesa, pobre. Não tem como esconder, eu não gosto de falar... mas é necessário, né?”* (pai de Yolanda)

O sentimento de medo foi expresso com relação à possibilidade de vir a ser “*violentado*” caso seja criminalmente responsabilizado e preso. Tal receio vem da ameaça sofrida na delegacia:

*“O policial falou que se eu não falasse, eu ia... ele ia me levar não sei pra onde, eu ia ser estuprado não sei quantos homens e como eu já fui estuprado uma vez não sei quantas vezes por vários anos, eu na hora que ele falou isso comecei bater, eu bati nele, eu fiquei pra morrer do coração... fiquei muito triste.”* Geraldo não admite ter que “*passar por isso novamente.*” (pai de Yolanda)

Apesar de os autores de violência sexual não serem o foco desta pesquisa, não podemos deixar de lembrar alguns aspectos presentes na literatura especializada a esse respeito, uma vez que, na maioria dos casos, eles são parte integrante da família e participam da teia de representações e organização familiar, muitas vezes como vítimas e como autores da violência.

Há muito a literatura aponta para o fato de que 35% dos autores de violência sexual foram vítimas de violência sexual (Sanderson, 2005). Alguns autores consideram que a sexualidade da criança vítima de violência sexual pode assumir formas perversas, pois se identificando com o agressor, ela na idade adulta repete ativamente o trauma de que foi vítima, sendo o abuso sofrido um desencadeador de novos abusos. “Os estupros perpetrados em crianças podem, assim, ser entendidos como tentativas de ab-reação e de domínio do trauma sexual infantil” (Chartier, 1997, p. 113).

Sanderson (2005) assinala que uma falha no processo cognitivo dos autores de violência sexual favorece a falta de empatia e de percepção das crenças, dos desejos e das necessidades das outras pessoas. A autora destaca ainda que eles podem ser incapazes de inferir ou de interpretar estados mentais alheios. Apesar de assim afirmar, Sanderson (2005) chama a atenção para o fato de que tais déficits podem não ser reais, mas apresentar

distorções habituais e profundamente instaladas que lhes permitem cometer a violência sexual.

Essa teorização sobre os autores de abusos parece se confirmar na atitude e narrativa do pai de Yolanda para quem a experiência como vítima não favoreceu seu olhar para a filha como sujeito de sofrimento também. Com isso, ele parece ignorar os prejuízos e o sofrimento de Yolanda como se pode depreender de sua narrativa sobre seu relacionamento com a filha depois de revelada a violência sexual:

*“Normal assim, como pai e filho mesmo a gente se abraça, se cumprimenta, dá benção, a gente conversa, a gente conversa muito, brinca. Eu sou muito brincalhão parece tudo criança, até no meio da rua a gente brinca graças a Deus mais ela, mas sobre qualquer coisa fora disso aí eu te garanto...”* (pai de Yolanda)

Lembramos que Yolanda apresentava sintomas de sofrimento emocional, tais como ansiedade, medo de ficar sozinha, mudança brusca de humor, depressão, crises de choro, perda de memória, desmaios e perda de apetite.

Em um estudo sobre a visão que autores de violência sexual têm sobre crianças, Moura e Koller (2008) apontam que os homens que cometem abusos sexuais constroem teorias implícitas sobre seus atos, tais como: crianças são seres sexuais e possuem desejos sexuais, por isso não opõem resistência ao abuso, não revelam as situações, fazem perguntas sobre sexo. Muitos deles até mesmo alegam que as crianças colaboram no episódio do abuso, porque são elas que iniciam os contatos com o agressor. Segundo essas autoras, é comum que perpetradores de violência sexual afirmem que a vítima provocou o abuso, ou está mentindo sobre situações que são meramente afetivas e não abusivas. Moura e Koller (2008) mencionam que todas as “estratégias que se baseiam nessas distorções cognitivas se fundamentam na premissa da ausência de responsabilização do abusador e da culpabilização da criança, deformando assim os papéis de ambos” (p. 86).

Neste caso, apesar de Geraldo assumir a autoria da violência sexual e não culpabilizar Yolanda sua filha, ele nega os efeitos da violência sexual e justifica seus atos pelas violências sofridas na infância. As distorções cognitivas parecem estar vinculadas a sua história de vida marcada pela miséria e várias formas de violência, inclusive sexual. Como se pode observar:

*“... os traumas que eu tinha das coisas que aconteceu comigo, os traumas que eu tinha também com o resto da minha família porque eu apanhava muito do meu pai, o meu pai me espancava muito até mesmo meus irmão... ele espancava, me dava murro, chutava a gente ficava com olho roxo, ele beliscava a gente... ele pegava faca... também fui abusado sexualmente quando eu era criança, eu lembro disso até*

*hoje, sofri muito com isso... foi um homem... a gente era muito pobre, não tinha comida em casa... então tudo pode acontecer, né? O cara batia na gente, ameaçava a gente, era pequeno e foi muito tempo, eu fui abusado muito tempo por ele... eu já comi muita coisa do lixo, não só eu como meus irmão... na rodoviária, ia prá lá e jogavam resto de pastel, resto de coisa a gente comia porque não tinha nada pra comer em casa...” (pai de Yolanda)*

Outras distorções cognitivas apresentadas na narrativa de Geraldo referem-se a elementos de forças superiores a sua vontade própria e capacidade de decisão: a mente alterada e a força do diabo.

*“Sonho com morte, sonho com acidente, muito sonho esquisito e aí contava o meu sonho pra ela (psicóloga) e ela ia decifrando o sonho, aí era muito sonho macabro, entendeu? eu via vulto, né? Eu ouvia vozes, eu sentia uma rotação... ouvia vozes, eu sentia alguém, um corpo estranho no meu quarto, ficava com medo de dormir e pedia ajuda, acontecia muita coisa, mas aí isso foi quando eu passei a ser evangélico, né? ...fui lendo a bíblia... aí as coisas que acontecem ruim na vida da gente ou você faz coisa boas que é de Deus, ou você faz coisas ruim que é de satanás, né? Tudo de ruim que acontece com qualquer ser humano é satanás na vida dele, se ele não tiver Deus ele tem satanás na vida dele, então se você não tem Deus na sua vida, satanás ele faz o que quer de você, se você não tiver a sua parte espiritual forte, alimentada pra você lutar contra satanás, contra o peso maligno dele... é uma maionese na mão dele.” (pai de Yolanda)*

Ressaltamos que a análise da situação de Geraldo requer um olhar integrativo e não excludente. Assim, é possível considerar como válidas e legítimas suas experiências e sofrimento, sem anular o aspecto violento de sua relação com a filha Yolanda. Neste caso, o ser humano que sofre é o mesmo ser humano que comete a violência. Um aspecto não pode anular o outro. Essa é a premissa que nos permite analisar a narrativa de Geraldo de forma a considerar os aspectos de vitimização a que ele próprio foi exposto, compreendendo o desenrolar de seu caminho sem, contudo, justificar seus atos. Por outro lado, permite abordar o homem que cometeu a violência sem anular seu aspecto humano e que demanda intervenções complementares de responsabilização, mas também de atenção especializada.

Acreditamos que as distorções cognitivas não são causas da violência praticada, mas constituem-se como justificativas que favorecem a sua ocorrência ou manutenção. São crenças que norteiam as ações, mas que não atuam de forma isolada, podendo estar associadas a outras questões tais como a sexualidade do autor da violência, uso de substâncias psicotrópicas cujo efeito pode desbloquear inibidores externos e internos, entre outros. Além disso, as distorções cognitivas envolvem tanto as questões individuais como questões sociais tais como valores, crenças, estruturas relacionais hierárquicas, visão sobre o

lugar da criança na sociedade, concepções de gênero, entre outros. Dessa forma, acreditamos que a compreensão dos atos de violência sexual precisa envolver tanto os aspectos individuais como aqueles contextuais e sociais (Azevedo & Guerra, 1988, 1989; Furniss, 1993; Faleiros, 2000; Moura & Koller, 2008).

Nesse contexto, é possível observar que a narrativa de Geraldo não envolve a autoria responsável da violência praticada contra a filha. Podemos também considerar como um fator que pode favorecer essa atitude o fato de que a violência sexual intrafamiliar, isto é, o incesto é um tabu em nossa sociedade, tornando a sua prática algo de que não se pode falar e execrável o seu autor. *Como se pode observar a partir da narrativa dos participantes que configurou esta zona de sentido, o sofrimento e a insegurança são sentimentos compartilhados por todos os sujeitos presentes na cena da violência sexual - vítimas diretas, indiretas e autores.* Assim, podemos compreender a presença do aspecto de negação do incesto e o sentimento de vergonha, tanto por parte do autor, como das vítimas diretas e indiretas, como zona de sentido que se destacou na narrativa dos sujeitos participantes e que passamos a considerar no próximo item.

*O quadro a seguir resume o sentido de desorientação promovida pela vivência da violência sexual e pelo desvelamento que o sistema de proteção ocasiona.*

**Quadro 10:** O sofrimento e a insegurança que permanecem mesmo depois de interrompida a violência sexual

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
Intervenção legal: • Denúncia • Afastamento do autor da violência do lar	Proteção	<p>“depois que isso aconteceu, minha vida virou uma bagunça, eu nem consigo entender... a ficha vai caindo pouco a pouco, pouco a pouco, sabe?” (mãe de Yolanda)</p> <p>“a gente fica sem chão... a gente perde o equilíbrio da vida, né?” (mãe de Beatriz)</p> <p>“...significou a minha derrota, significou a minha derrota. Significou a minha derrota como mulher, significou a minha derrota.” (mãe de Luíza)</p> <p>“... a gente fica meio com vergonha assim, mas aconteceu.” (pai de Yolanda, que também foi vítima quando criança)</p>	Interrupção da violência sexual	Promove o desvelamento da violência como uma ferida e como uma falha no sistema familiar, gerando intenso sofrimento e perda do equilíbrio emocional.

#### 4.5.3. Necessidade de negar o abuso e o desejo de esquecer

*Tudo é dor. E toda dor, vem do desejo de não sentirmos dor.  
Renato Russo*

Neste item a narrativa dos participantes expressa um contexto de dor do qual todos gostariam de se ver livre, e a negação ou o desejo de esquecer parece ser uma forma de seguir em frente, evitando o colapso emocional no enfrentamento de uma realidade dura demais de se viver, tanto para as vítimas diretas e indiretas, quanto para o autor da violência sexual contra a filha.

No início do acompanhamento, Geraldo evidenciou completa negação do aspecto sexual de sua relação com Yolanda. Em sua narrativa, ele mencionou o arrependimento de ter se deixado dominar por satanás, porém mais uma vez excluindo seu papel de pai e a ocorrência da violência sexual contra a filha, limitando-se a focar sua relação como marido e em relação a outras mulheres e adolescentes:

*“Pouco tempo depois que eu comecei ir na psicóloga, aí aí eu aceitei Jesus, né? Aí eu ainda até contei pra ela, conversei com ela sobre isso e ... aí começou o tormento satanás em cima de mim, aí a menina joga pra cima de mim, menina novinha doze anos, treze anos pra cima de mim, eu sai fora e fui conversar com o pastor, achar ele logo... e eu consegui graças a Deus eu não caí, sabe? Mesmo porque acho que se fosse antes eu acho que eu não conseguiria, mas hoje eu consegui, consegui sair, consegui sair da mulherada, sabe como é que é? É como ter vício, você tem vício de bebida, tem vício de droga e a prostituição é um vício muito infeliz na vida do homem. Eu acho que se eu tivesse Deus na minha vida antes eu teria o meu casamento, eu taria bom, eu teria, teria não teria traído a minha companheira aquela mulher maravilhosa, mulher boa, trabalhadeira, uma boa dona de casa, né? Mas infelizmente eu não tinha Deus na minha vida e até mesmo porque no meu lar eu não conhecia Deus no meu lar, era um lar de muita briga, muita discórdia, muita bebida, o meu pai vivia brigando contra o outro, aí satanás entrou e fez o que quis.”*

***Porém, no presente estudo, a negação do incesto não foi característica apenas dos autores da violência. Foi também compartilhada pelas mães participantes como forma de eliminar a dor e de não ter que lidar com a realidade impensável.*** Assim, observamos que a violência sexual parece assumir o caráter de algo que não se explica muito bem para a mãe de Beatriz, que busca minimizar os atos praticados pelo companheiro, pois estes não chegaram ao ato sexual consumado.

*“Mesmo que é... não tendo acontecido. Mas é uma proteção para que não venha acontecer e se aconteceu não finalizando, que não chegue aos meios drásticos que eu não quero. Porque muitas pessoas por aí é verdadeiramente passam, né? Por esse tipo de abuso. Às vezes nem só de visão, né? (referindo-se à crença de que o abuso limitou-se à exposição). Muitos chegam até ser praticado mesmo, até ser um*

*assassinato ou coisa pior e não tem nenhum tipo de socorro, né? Hoje eu tenho a prova bem, bem isso que a minha filha não foi abusada é sexualmente direto, né? Não quero que isso aconteça fora de hora, né? Não quero a minha filha com dez, doze anos, quatorze, quinze sendo mãe. Eu quero, quero uma mulher estruturada, né?*

Para a mãe de Beatriz, o desejo de esquecer é explícito, mas permanece como uma ideia:

*“Então, quero isso na minha vida nunca mais, que seja apagado da minha vida. Como uma borracha.”*

Já para a mãe de Luíza, o desejo de esquecer deixa o nível da ideia e é posto em ação e ela que não fazia uso de bebida alcoólica, passa a fazê-lo:

*“...toda vez que passar em frente a um bar eu quero beber, eu quero entrar, eu quero beber, eu quero encher a cara, sair de lá assim totalmente destruída. Entendeu? Então assim, esse final de semana eu me segurei pra não sair, e não saí. Saí, saí sim, eu saí no domingo a noite aqui. Larguei tudo aqui e saí no domingo a noite e fui beber, bebi, bebi, bebi, bebi, bebi, desci de madrugada pra casa numa chuva terrível lá na Ceilândia Norte. Amanheci melhor? Amanheci pior. Amanheci pior na segunda-feira, pior, pior, pior. Eu sou uma pessoa, eu era uma pessoa assim de muita peleja, de muita garra, de coragem e tudo e de repente acabou, não tenho mais vontade pra nada. Pra falar a verdade, minha vontade é de morrer. Ela mesma não tá deixando nada na minha visão. (entrevistadora: Nada o quê?) Eu tinha mania de deixar bebida na geladeira. Ela não deixa. Nem remédio assim, ela não tá deixando perto de mim. Eu tenho pensado em tantas coisas (referindo-se aos remédios).*

Para a mãe de Yolanda, além da bebida que entorpece, dormir foi outra estratégia encontrada para aliviar o sofrimento:

*“Eu tava bebendo... e tem vez que eu deito e durmo, durmo, durmo, e não acredito que isso aconteceu na minha vida.”*

A negação parece atuar como uma proteção ao sofrimento emocional. É uma maneira de se manter são diante de um fato que gera forte carga afetiva, tal como promove a violência sexual de um filho. **No entanto, observamos que a negação não implica a ausência de admissão do fato, apenas a sua rejeição e parece ser natural que se negue o que se rejeita.** O risco é utilizar-se de mecanismos que debilitam o poder de enfrentamento do sofrimento e da realidade, tal como a drogadição na tentativa de apagar o que não se pode enfrentar.

Nesse ponto nos perguntamos em que medida é possível para uma mãe, cujas feridas se encontram abertas e sangrando, “lamber e cuidar das feridas de seus filhotes,”

esquecendo-se das suas próprias. *Mas, se por um lado, a negação dos fatos pode servir como estratégia de evitação da realidade, de evitar os sentimentos de culpa, impotência, decepção, medo ou raiva, pode também promover a desproteção de seus filhos.*

Araújo (2002) também observa o sofrimento da mãe de crianças e adolescentes em situação de violência sexual intrafamiliar, considerando-a como vítima secundária da violência familiar. A autora considera que “negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal” (p. 7). A negação, segundo Araújo, pode ainda estar a serviço de uma cumplicidade silenciosa associada a conflitos sexuais onde a criança ocupa um lugar que não lhe cabe e ameniza o conflito conjugal.

Independente do papel que desempenha no contexto emocional e relacional dos indivíduos, compreendemos a negação como um prejuízo para a criança ou adolescente vítima que, em função disso, pode permanecer subjugado à violência sexual por anos; pode vir a se retratar e negar sua experiência como forma de manter o desmentido de seus responsáveis ou pode ter ampliados e aprofundados os danos que já sofre em decorrência da violência sexual sofrida.

Segundo Santos e Dell-Aglio (2008), em relação às sequelas emocionais do abuso sexual, verifica-se a influência de fatores familiares como mediadores na manifestação dos sintomas na criança. Para Forward e Buck (1989), manifestações de apoio, principalmente por parte da mãe, tais como acreditar no relato da criança ou adolescente, podem funcionar como mediadoras do impacto negativo do abuso sexual. A participação de figuras de confiança que possam acreditar na criança ou no adolescente está diretamente relacionada como fator que pode dirimir os sintomas apresentados por uma criança vitimizada. Em nossa experiência de trabalho, temos observado que crianças que se sentem devidamente acolhidas e qualificadas em sua experiência e sofrimento tendem a apresentar disposição para uma pronta recuperação do trauma vivenciado com o incesto. Por outro lado, crianças não apoiadas, que precisam negar sua experiência ou que podem ainda ser culpabilizadas pela situação de abuso ou pelo sofrimento da família e do agressor, tendem a apresentar a cronificação de sintomas emocionais, comportamentais e interacionais decorrentes da violência sofrida.

Com base nisso, não podemos deixar de considerar que a atenção psicossocial e legal nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes necessita se voltar para todos os envolvidos, pois o bem-estar de um implica o bem-estar do outro, e vice-versa. Pensar e

atuar sistemicamente requer um olhar que abranja todos os envolvidos e a forma como todos sofrem e promovem influências mútuas, tanto para o resgate da saúde quanto para o agravamento do sofrimento. As ações legais necessitam se coadunar com ações imediatas de assistência social e de atenção à saúde mental, incremento das oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e econômico das crianças e adolescentes e dos outros membros da família, sob o risco de não conseguirmos interromper os ciclos de violências sofridas e repetidas no viver e na história familiar.

Consideramos importante ainda enfatizar a necessidade de que a mesma dimensão sistêmica seja conferida ao atendimento psicológico da família. Não negamos os benefícios de uma psicoterapia individual, pois em todo caso, ela tem muito a contribuir. No entanto, não podemos deixar de destacar que a violência sexual se instala em um contexto interacional familiar marcado pela confusão no nível das fronteiras transgeracionais, dos papéis e das identidades dentro do sistema familiar. Além disso, são famílias de fronteiras com pouca permeabilidade ao olhar social e uma organização fundada em torno do segredo que pode permanecer por gerações seguidas (Hamon, 1997).

*A zona de sentido em análise – a necessidade de negação do abuso – é um fator determinante para que consideremos a importância de um olhar sistêmico sobre todos os envolvidos. A negação que permite a sobrevivência emocional é a mesma que camufla a violência e a legítima, podendo tornar-se, inclusive, um artifício que minimiza a responsabilidade do autor pela violência praticada e a responsabilidade dos adultos de proteger suas crianças e adolescentes. Dessa forma, entendemos que o tratamento da criança não basta sem que nada na família sofra mudanças. Tratar a criança ou o adolescente e ignorar seu contexto relacional é, para nós, colocar sobre ela a responsabilidade de dar conta de uma tarefa impossível: manter a saúde emocional em meio ao caos que a adocece, naturalizando seu contexto e banalizando os efeitos deste sobre ela.* As duas próximas zonas de sentido ilustram essa compreensão de forma bastante clara. Mas, antes, o quadro a seguir resume a *zona de sentido em discussão que se refere à necessidade de negar e esquecer a violência vivenciada.*

**Quadro 11:** Necessidade de negar o abuso e o desejo de esquecer

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
Intervenção legal: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Denúncia</li> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> </ul>	Proteção	<p><i>“Então, quero isso na minha vida nunca mais, que seja apagado da minha vida. Como uma borracha.”</i> (mãe de Beatriz)</p> <p><i>“...toda vez que passar em frente a um bar eu quero beber, eu quero entrar, eu quero beber, eu quero encher a cara, sair de lá assim totalmente destruída.”</i> (mãe de Luíza)</p> <p><i>“eu tava bebendo... e tem vez que eu deito e durmo e não acredito que isso aconteceu na minha vida.”</i> (mãe de Yolanda)</p>	Interrupção da violência sexual	Não elimina a dor e ressalta a necessidade ter que lidar com a realidade impensável.

#### 4.5.4. O papel de mãe vivenciado com sentimento de culpa, de impotência e de confusão

*Acordei para a mesma vida para que tinha adormecido.  
 Até os meus exércitos sonhados sofreram derrota.  
 Até os meus sonhos se sentiram falsos ao serem sonhados.  
 Até a vida só desejada me farta - até essa vida.  
 Fernando Pessoa*

Este item refere-se à experiência e sentimentos das mães quanto ao papel materno. O quadro emocional descrito no item anterior denota o intenso sofrimento das mães participantes do estudo. No entanto, ele ainda se agrava pelos sentimentos de impotência e de culpa vivenciados por elas. Tais sentimentos são coerentes com os resultados de uma pesquisa realizada com mães (Amendola, 2004) que também identificou esses sentimentos nas mães e o desejo de reparar as filhas.

*“Aí tem vez que eu fico me perguntando o que foi que eu errei... o que foi que eu deixei de fazer, você entendeu? Porque eu não sabia de nada, sabe? Eu sempre pensei assim que isso não poderia acontecer comigo, entendeu? Outro dia... eu levei ela no parque pra ver se ela... porque ela tá sempre com aquele olharzinho dela, de tristeza, essas coisas... aí eu peguei ela e levei no médico, no parque da cidade...é aquela história, naquele exato momento ela tá brincando, depois ela já dá aquela, entendeu? Principalmente quando ela vê ... aquele mundo velho de brinquedo, eu pensei que ela ia se divertir e tal, ela começou a brincar, mas a partir do momento que ela via pais brincando com os filhos, ela já começou a pensar no pai dela... você sabe do que eu sinto falta? De uma família feliz. A única coisa que eu quero agora é proteger a minha filha e não ver ela sofrer. A única coisa que eu quero*

*entendeu? Não quero mais nada, só quero dar alegria pra ela... alegria. Ver ela feliz.* (mãe de Yolanda).

A mãe de Giovana considerou a oferta de atendimento psicológico uma forma positiva de auxílio para lidar com o sofrimento e as dúvidas, mas dispensável, mostrando uma atitude de auto-anulação. A mesma atitude tiveram as mães de Beatriz e de Luíza.

*“A mim? Tipo assim como é, tipo assim um psicólogo? Uma psicóloga? Pode ser. ... É podia ser uma psicóloga mesmo...mas fazendo pela minha filha prá mim já tá bom, já tá bom demais.”* (mãe de Giovana)

*“Então eu preciso de um é... é, é sarar a cabeça da minha filha. Longe de pessoas ruins, aqui tem demais. Ela sai da escola, tem alguém pra falar no ouvido dela, certo? Na ida eu não digo nem tanto porque eu sempre levo ela. Todo dia eu levo a minha filha pra escola. Pra buscar, a minha cunhada busca os pequenininho, coloca no ônibus da creche, né? E volta.* (mãe de Beatriz)

*“Bom, pra Luíza tá bom. Eu é que tô assim meio um pouco chocada, meio abalada ainda. Mas assim, foi como eu falei, eu não importa, o que importa é ela, ela tando bem, eu não é problema. Ela tá feliz, eu tenho que ficar feliz, nem que seja de fingimento, né? Eu tenho que ficar feliz.”* (mãe de Luíza)

É importante situar os sentimentos expressos por essas mães em um contexto mais amplo do que o individual, pois ao mesmo tempo em que não podemos ignorar o conjunto de elementos biológicos e psicológicos que caracterizam uma pessoa no desempenho de seu papel materno, também não podemos ignorar a influência dos valores e expectativas sociais que se interpenetram com os aspectos individuais na construção da identidade materna. Nesse sentido, segundo Maldonado (1989), a mulher, ao formar sua identidade materna inclui nessa construção as regras e as diretrizes sociais estabelecidas, até evoluir, finalmente, para a interpretação própria do papel materno.

De acordo com DeSouza, Baldwin e Rosa (2000), em nossa sociedade a expectativa em relação à mulher envolve o modelo Maria, mulher mártir que se auto-sacrifica, submissa aos homens, e uma boa mãe e esposa. Para esses autores, a versão Brasileira do marianismo é parecida com a descrição da castidade e da dedicação materna da Virgem Maria e essa força social contribuiu para a concepção da mulher como responsável pela casa, pela família, pelo casamento. Avaliamos que somente ao considerarmos o impacto desses valores e dessas expectativas sobre a formação da identidade da mulher em seus vários papéis podemos compreender esse quadro emocional de culpa e responsabilidade diante da violência sexual que foi praticada *pelo companheiro*. Aspectos esses que devem ser levados

em conta em qualquer avaliação que se faça sobre as mães de crianças e adolescentes vítimas, pois são ideologias que também exercem sua influência sobre os atores da rede de proteção e garantia de direitos, cujas ações podem refletir a crença na mãe conivente ou que, no mínimo, falhou em proteger seus filhos. Essa influência pode converter uma ação de proteção em outra forma de vitimização e discriminação, conforme apontado na narrativa dos participantes desta pesquisa. Não corresponder a um papel determinado e construído socialmente pode gerar não apenas culpa, mas também discriminação e condenação social.

O quadro a seguir resume essa condição de *inversão de responsabilidade, na qual a mãe se sente responsável e culpada pela violência praticada por seus companheiros o que, por conseguinte, reforça o papel materno como único responsável pela proteção e cuidados, eximindo o homem dessa responsabilidade e, mais grave, diminuindo o impacto da responsabilidade por seus atos.*

**Quadro 12:** O papel da mãe vivenciado com sentimento de culpa, de impotência e de confusão

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
Intervenção legal: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Denúncia</li> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> </ul>	Proteção	<p>“Aí tem vez que eu fico me perguntando o que foi que eu errei... o que foi que eu deixei de fazer, você entendeu? Porque eu não sabia de nada, sabe? Eu sempre pensei assim que isso não poderia acontecer comigo, entendeu?” (mãe de Yolanda)</p> <p>“Ela tá feliz, eu tenho que ficar feliz, nem que seja de fingimento, né? Eu tenho que ficar feliz.” (mãe de Luíza)</p> <p>“Mas fazendo pela minha filha prá mim já tá bom, já tá bom demais.” (mãe de Giovana)</p> <p>“Mas assim, foi como eu falei, eu não importa, o que importa é ela, ela tando bem, eu não é problema.” (mãe de Luíza)</p>	Interrupção da violência sexual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não elimina a culpa, o medo, a vergonha.</li> <li>• Coloca em questão o exercício do papel materno.</li> </ul>

#### 4.5.5. A relação materno-filial

*Dissestes que se tua voz tivesse força igual à imensa dor que sentes,  
teu grito acordaria não só a tua casa, mas a vizinhança inteira.  
E há tempos nem os santos têm ao certo a medida da maldade  
E há tempos são os jovens que adoecem.  
E há tempos o encanto está ausente e há ferrugem nos sorrisos  
Só o acaso estende os braços a quem procura abrigo e proteção.  
Renato Russo*

Este item trata dos conflitos instalados na relação materno-filial. Esta zona de sentido foi construída a partir da narrativa da mãe de Beatriz quanto à sua relação com a filha e sobre sua projeção de futuro para ela com base na experiência da violência sexual e nos comportamentos adquiridos pela criança. Apesar de os indicadores de sua fala não coincidirem com a narrativa das outras três mães, optamos por considerá-la em sua singularidade, tanto pela alta frequência no decorrer de sua fala, quanto pela importância de apresentarmos *o outro lado da moeda*, isto é, quando a filha de vítima passa a ser considerada como vilã em sua própria história de vitimização e quando a negação do abuso e de sua gravidade se torna uma arma contra a própria vítima.

Um olhar atencioso sobre a história de Beatriz, apresentada na identificação dos sujeitos, nos permite considerar que os sentimentos que sua mãe nutre por ela são de grande ambiguidade, alternando entre momentos de afeto com momentos de rejeição. Beatriz parece carregar em si toda a representação das dificuldades de sua mãe de assumir sozinha e ainda muito jovem o papel de mãe e de provedora. A criança apresenta características semelhantes às da mãe, as quais esta rejeita em si mesma e acaba por projetar na filha a insatisfação e a necessidade de mudança. A mãe de Beatriz destaca essas semelhanças como: *“gênio forte, teimosia, resistência.”*

Arriscamos ainda considerar que Beatriz tornou-se o pivô dos problemas conjugais de sua mãe e de seu padrasto, pois o abuso sexual sofrido *“obrigou”* a mãe a tomar uma atitude de proteção que resultou no rompimento do relacionamento conjugal e, conseqüentemente, no fim do seu sonho de casamento e de família nuclear.

Assim, os comportamentos difíceis da filha suscitam sentimento de rejeição na mãe, coexistindo, de forma ambígua, com o afeto materno. Com isso, Beatriz é tanto filha a ser protegida, como vilã que traz conflitos emocionais à mãe.

Nesse contexto, a mãe de Beatriz se sente impotente, percebendo que perdeu o controle e quer reavê-lo, pois do contrário prevê prejuízos futuros:

*“Me sinto perdida, né? Perdi o ponto da meada, perdi minha filha, perdi. Não tenho mais como educá-la, nada que eu aplique pra ela, serve de educação. ‘Ah! Pega ela e dá uma surra servida’, não vai funcionar. Dá presente pra ela. Não funciona. Ela recebe hoje e amanhã ela apronta, certo? ‘Ah! Mas ela não pensa: ela é ruim... Não, ela não é ruim. Eu fui menina na idade dela...Eu não quero deixar a minha filha à toa, ela já criou corda pro mundo, ela já criou corda pro mundo. Essa menina, ela, ela dentro da desobediência. Que Deus o livre e guarde! Com essa, essa desembesto que ela pegou pra vida, ela pode começar usando um tipo de droga, né? Ela pode começar fazer coisas ruins pra si própria. Então, uma pessoa quando começa a desimbestar. Desculpa a palavra! Desimbestar quer dizer: “perder o meio da meada”, achar que a vida dela é viver na rua sem dar explicação a ninguém, passear o tanto que quer, andar com pessoas boas, andar com pessoas ruins. Quando ela se acordar, ela vai tá dentro de um hábito de crime e de uma prostituição ou coisa pior. Então pra que ela esquecesse esse lado de que ela se domina e que a polícia ajuda, que eu não posso fazer nada, que ela me desobedece a hora que ela quer.*”

A narrativa dessa mãe indica a crença de que, depois da experiência e do contexto que se instalou com a denúncia, a filha está perdida, precisa ser “doutrinada, endireitada” como se tivesse se tornado algo diferente do que ela esperava. O aspecto perverso do ato adulto e imposto à Beatriz passou a ser projetado pela mãe na própria criança, parecendo ter se tornado parte de sua personalidade.

Sentindo-se “perdida”, sem recursos e sem ter com quem compartilhar a dificuldade de proteger, a mãe de Beatriz deseja “um lugar,” “um seguidor” que possa auxiliá-la a “conter” a criança:

*“Eu fui menina na idade dela... Eu não tive ninguém pra me dar freio. Mas também eu nunca roubei, nunca usei droga, né? Nunca me prostiui. Mas ela não vai ter o mesmo seguro que eu, né? Ela não tá achando quem segurar. Ela tá mais perdida do que eu mesma.”*

*“Um local desse tipo até ela tomar um pouco de maturidade me ajudaria mais porque ali sim eu sabia que na hora que ela saísse, ela saia com seguidor. Pra fazer um passeio no zoológico, em algum lugar, ela tá com o seguidor. Quinzenalmente eu busco em casa, no outro dia eu devolvo. Ela tá com seguidor... Eu quero resguardar a minha filha da droga, da prostituição e de outras coisas. E pra isso eu preciso manter ela nesse caminho porque uma menina mais tarde com dezesseis, dezoito anos, com vinte anos, vai tá estudada, vai está bem estruturada, vai saber o que quer da vida. Com onze, com doze anos no mundo ninguém sabe o que quer da vida. Quem tem que doutrinar é os pais, mas eu não tenho mais condições pra doutrinar... estou perdendo o meu controle de mãe com ela, estou perdendo o meu controle.”*

Em contraposição a esse sentimento de perda do controle no exercício da função materna em relação à Beatriz, observamos o exercício do papel materno em relação ao ex-

companheiro, autor da violência. Cecília concordou com o afastamento do companheiro do lar, atribuiu significado de proteção a essa medida protetiva e deu cumprimento a ela durante todo o período do acompanhamento. No entanto, ela se manteve no papel de cuidadora do ex-companheiro, encontrando novo local de moradia para ele, mantendo a ajuda nos cuidados com a nova casa e com a roupa, conseguindo emprego e insistindo em sua participação no atendimento psicoterapêutico para o qual ele fora encaminhado.

Essa atitude da mãe em relação ao autor da violência sexual contra a filha nos remete novamente à questão das barreiras transgeracionais mal delimitadas e dos conflitos de lealdade. Conforme destaca Hamon (1997),

Em certas situações percebemos que a mãe se encontra na posição de mãe em relação ao marido; à luz dessa observação, devemos compreender os conflitos de lealdade dos quais as mães são prisioneiras. Elas não estão diante da escolha impossível de ter que escolher entre o marido e o concubino, mas de ter que escolher entre dois filhos. Esses conflitos de lealdade são um tanto complexos e particularmente difíceis de solucionar, e testemunham um sofrimento intenso. (p. 176)

*Nesse contexto, questionamos: Beatriz está de fato protegida? Em termos judiciais podemos considerar que sim, o autor da violência foi afastado da moradia comum e o abuso sexual foi interrompido. Em termos emocionais e em relação ao seu saudável desenvolvimento, não podemos afirmar o mesmo.* Temos observado que o movimento de famílias em favor da proteção ao autor da violência, seja por receio de que ele venha a ser preso, seja em relação à condenação social que sobre ele repousa, implica sempre na desproteção da vítima. Percebemos como tarefa impossível conciliar proteção aos adultos e proteção à criança ou adolescente nos casos de violência sexual. A invalidação da experiência ou da palavra da criança ou do adolescente sempre se faz necessária quando se pretende proteger o adulto. E esse fato, por si só, já é indicativo da violência emocional que se pratica contra a criança na tentativa de se resguardar a liberdade ou a imagem do autor da violência sexual.

Mais uma vez, podemos constatar nesse contexto não apenas os aspectos pessoais e interpessoais na forma encontrada pela mãe para discernir entre a proteção à filha e a proteção ao ex-companheiro, tais como as expectativas construídas em torno da nova família nuclear, a dependência emocional, o impacto dos aspectos positivos que porventura existam na relação conjugal, a sexualidade, entre outros. Mas podemos também apontar aspectos histórico-sociais que estão presentes em nossa sociedade adultocêntrica. A literatura aponta

que, tradicionalmente, crianças e adolescentes têm ocupado lugares implícitos no processo de conhecimento das ciências sociais, de forma que o que é pensado e dito sobre essas duas categorias sociais vem inscrito e explicado apenas nas reflexões de outras categorias, grupos sociais e eventos, tais como família, parentesco, religião, educação e gêneros, para dar conta da vida adulta (Valderrutén, 2008). É recente o entendimento de que crianças e adolescentes têm status de categoria social, com direitos e cidadania. Mais recente ainda é o entendimento de que são sujeitos ativos, tais como os adultos, e que em seu viver diário também produzem significados às suas experiências e às tramas sociais e políticas que dão sentido às suas trajetórias.

A história revela que a infância como fase específica da vida é concepção que teve início apenas no fim da Idade Média. Também revela que essa fase da vida é vivida de maneiras diversas no decorrer da história da humanidade, ora como adultos em meio a adultos, ora como adultos em miniatura, ora como anjos, ora como demônios (Ariès, 1981). De acordo com Valderrutén (2008), foi só por volta do século XVI que a infância passou a ser considerada estrutura social e condição psicológica. E, apesar desse avanço no entendimento da infância, Sarmiento (s/d) pontua que a tradição epistemológica – funcionalista e evolucionista – ainda concebe a criança como alguém que carece de um mundo objetivo e racional e, por isso, tem vínculos imperfeitos com a realidade. Essa compreensão, segundo o autor, vem sendo incorporada no imaginário coletivo e pode ser observada não apenas nas esferas acadêmicas e conceituais, mas em especial no conhecimento ordinário do senso comum que atribui à criança o lugar de quem nada entende e tudo esquece.

Em nossa experiência diária temos observado como essa compreensão sobre a criança favorece e influencia de forma impactante a forma como alguns adultos lidam com a vitimização de suas crianças e adolescentes. Cecília não nos parece estar isenta dessa influência, pois ao considerar a filha como uma criança a ser moldada, focaliza sua atenção na necessidade de controle do comportamento. Em razão disso, parece não enxergar o sofrimento, as dúvidas e os medos de sua filha que, apesar de ainda jovem encontra-se subjetivamente vinculada aos laços sociais, e é capaz de pensar, interpretar, redefinir e reorganizar o conhecimento que tem de si e dos outros e de sua própria experiência (Valderrutén, 2008). Além disso, não podemos nos esquecer que a relação materno-filial reflete toda a ambivalência e contradições que caracterizam a vivência de situação de violência sexual.

*Em relação a esses aspectos, mais uma vez é possível notar que proteção efetiva envolve aspectos para além de ações objetivas judiciais.* E, acreditamos que somente quando o Estado, em seus três níveis de representatividade, se der conta do grau de complexidade do fenômeno da violência sexual que está inscrito nas relações sociais, e de que qualquer intervenção necessita levar em conta essa complexidade, poderemos considerar que, de fato, estamos conseguindo garantir a proteção integral e os direitos da infância e da adolescência.

No entanto, como poderemos perceber na próxima zona de sentido de análise, as ações de alguns profissionais e das instituições que deveriam atuar na proteção e na garantia de direitos ainda não correspondem às demandas que lhes são endereçadas e que envolvem muito mais do que uma ação específica. *Embora não seja a tônica deste trabalho, não podemos deixar de abrir um parêntese e questionar: para onde têm sido endereçados os conhecimentos acadêmicos adquiridos? Infância, violência, complexidade, subjetividade são temas apenas literários? Como vincular o saber ao fazer diário? Como torná-los complementares? E, nos casos em que o conhecimento é utilizado na prática, em que medida ele é um instrumento de empoderamento e não de normatização, de poder e de controle?*

O quadro a seguir sintetiza o tema em discussão neste item.

**Quadro 13:** A relação materno-filial

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
Intervenção legal: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Denúncia</li> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> </ul>	Proteção	<i>Ah! Pega ela e dá uma surra servida', não vai funcionar. Dá presente pra ela. Não funciona. Ela recebe hoje e amanhã ela apronta, certo? 'Ah! Mas ela não pensa: ela é ruim... Não, ela não é ruim. Eu fui menina na idade dela...Eu não quero deixar a minha filha à toa, ela já criou corda pro mundo, ela já criou corda pro mundo. Essa menina, ela, ela dentro da desobediência. "Me sinto perdida, né? Perdi o ponto da meada, perdi minha filha, perdi. Não tenho mais como educá-la, nada que eu aplique pra ela, serve de educação." (mãe de Beatriz)</i>	Interrupção da violência sexual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode promover ou destacar conflitos nas relações familiares.</li> <li>• Pode ressaltar o lugar da vítima como bode expiatório das dificuldades dos adultos em admitir a violência e enfrentar seus efeitos.</li> </ul>

#### 4.5.6. Ambiguidade na relação com as instituições de proteção

*Como se morre de velhice ou de acidente ou de doença, morro, Senhor, de indiferença.  
Da indiferença deste mundo onde o que se sente e se pensa não tem eco, na ausência imensa.  
Cecília Meireles*

Neste item, apresentamos a narrativa dos participantes sobre sua experiência nas relações construídas com as instituições e profissionais da rede de proteção e garantia de direitos. Acreditamos que uma intervenção profissional ou institucional pode gerar resultados positivos ou negativos na evolução e resolubilidade de um caso e até mesmo na condição emocional daqueles a quem as intervenções são dirigidas. Para a mãe de Beatriz, o **aspecto positivo da intervenção legal** parece ter sido, além da interrupção da violência, a possibilidade de começar a construir nova significação dos abusos, ainda que sem ato sexual consumado, como uma violência e um crime:

*“... porque aí a gente já começa ter uma base é, de como começa um abuso e aonde termina. Então às vezes a gente ver um caso desse e deixar passar de lado sem saber o que é crime, o que que deixa de ser crime, né? A gente leva, fica cego, a gente não sabe. Então hoje eu, eu devido as coisas que eu estou passando, to lendo também o livro da constituição que me deixa claro que a maioria de hábitos ruins por aí é crime, né? E que esses crimes tem que parar, né? Então, se não fosse esse ato do Juiz e de vocês se expor dessa forma a gente não vai ter um fim, né?” (mãe de Beatriz)*

Por outro lado, o **aspecto negativo da intervenção legal** destaca-se na forma agressiva da ação policial que contribuiu para a manutenção de uma relação ambígua entre as pessoas e as instituições que deveriam proteger sem agredir:

*“Na delegacia aqui ninguém tem é amor por ninguém, ninguém acha que momento nenhum ninguém é a vítima, né? Arredor de todos, todos são culpados então a gente paga, paga um preço muito alto até pra, porque não está devendo, né? Paga um preço muito alto, é muito chato...É. Na vigésima sexta eu fui tratada como se eu preparasse a cama para qualquer homem usar a minha filha, entendeu? Eu fui tratada como a tal marginal. Eu não fui tratada como uma vítima também, né? Eu me considero. Se, se aconteceu isso não sei. Quem faz não conta, né? Se aconteceu esse tipo de coisa aqui dentro da minha casa. Não fui eu que busquei, não fui eu que comecei é, eu, eu fui tão vítima quanto ela, eu não sabia de nada. Quando descobri eu estava envolvida nesses todos os lugares porque envolvia a minha filha, né? Então eu faço questão de está lá, mas eu não estou lá como uma criminosa, não estou lá porque eu preparei caminho pra tudo, né? A gente não tem filho pro mundo, a gente tem filho pra gente, a gente tem filho pra gente se sentir capaz de formá-los. Que mãe seria eu? Preparar uma filha de dez anos pra ser abusada sexualmente? Por qualquer uma outra pessoa? Eu não me encontro nesse quadro... O rapaz falou: “Uma arma”. Não sei nem dizer o nome daquilo. Cara furioso, em cima dele*

*com a arma apontado na cabeça. O coitado não teve ânimo nem pra entrar, nem pra abrir o portão e sair. E nem pras crianças sair do lado dele, se ele perde o controle daquela arma, ninguém é sábio no mundo, ninguém já nasce sabendo e todo mundo erra. E se ele perde o controle daquela arma e mata meus filhos? Então assim, a delegacia em certos termos aqui em Samambaia ela age incoerentemente. Eu acho que não precisava de delegacia em cada setor, precisava de um Fórum, de um Juíz pra chegar e resolver cada assunto. Por que se dependesse de polícia aqui a gente não vivia em meio de assassinato, no meio de roubo, né? No meio de estupro e outras coisas.” (mãe de Beatriz)*

A **ambiguidade na intervenção** nas várias instituições – **controle e proteção** - pode ser observada na narrativa da mãe de Beatriz:

*“Pois é, então até aí é o tratamento foi, né? Relativo foi como Deus... Deus preparou, né? Eu não busquei estar na vigésima sexta, na DPCA, não busquei estar na Vara da Infância, não busquei é em ter passado pelo Conselho Tutelar como já passei várias vezes. Mas assim, são lugares que são marcantes, só é como você ir na praia pela primeira vez, você não esquece.... É chato é, porque a gente fala assim: “Meu Deus!” É? “O que fazer agora”, né? Porque agora a gente tá envolvido de polícia até o pescoço. Mais quando você pensa que é por bem, quando você em si não é a criminosa, você se sente protegida, né? É um meio de você olhar por lados e dizer assim: “Eu tenho por quem gritar nesse momento, alguém vai me ouvir.” (mãe de Beatriz)*

*“Então quando ele falou em Vara de da Infância eu me senti mais segura. Mais segura. Quando fala delegacia a gente pensa: “Mundo acabado”, né? Falou Vara da Infância você pensa assim: “Vou levar todos os meu filhos, as minhas dores de parto, os meus medos de gravidez, acabou naquele lugar”, mas aí surge uma pessoa e fala assim: “Assina esse papel to devolvendo a tua filha de volta”. Eu me sinto mãe nesse lugar, me sinto, me sinto mais eu, né? Então é, não é tão perdido está dentro da Vara da Infância, não é tudo lá dentro que é perdido.” (mãe de Beatriz)*

A mesma experiência foi vivenciada pela mãe de Yolanda conforme sua narrativa:

*“...nossa foi horrível, eu passei por duas mulheres que ela queriam quase me bater pra eu falar uma coisa que eu não sabia, ce entendeu?... nossa senhora, foi horrível, eu não gosto nem de lembrar, eu prefiro ficar assim, sabe? Me xingaram, foi horrível...de mãe desnaturada, sabe? Falou um bocado de coisa, sabe? ... elas queriam que eu assumisse uma coisa que eu nem sabia que tava acontecendo, entendeu? Eu me senti assim coagida, meio com medo, essas coisas assim quando a gente fica... mas depois que eu comecei a conversar com você e tal... não sei se foi por aquilo que eu passei lá na delegacia, que, sabe? Eu fiquei assim assustada, mas depois que eu comecei a conversar com você eu senti calma, mais tranquila, ce entendeu? Porque lá eu não tava me sentindo tranquila, lá eu me senti mal mesmo... como se eles tivessem me colocando que eu fosse uma criminosa ou alguma coisa, você entendeu? Lá eu me senti assim, como se eu fosse uma criminosa.” (mãe de Yolanda)*

*Os significados atribuídos por essas mães às suas interações com as instituições da rede de proteção envolvem forte ambiguidade: o sentimento de estarem sob controle, condenação e retaliação e, ao mesmo tempo, de estarem sendo por elas protegidas.* É interessante notar que a narrativa dessas mães se reporta ao tratamento recebido com indignação, porém sem a consciência de que foram tratadas com violência psicológica dentro de uma instituição do Estado, isto é, foram vítimas da violência institucional. Segundo o Ministério da Saúde (2006), a

Violência institucional é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários(as) e profissionais dentro das instituições. (p. 46)

De acordo com Rauter (2001), a violência institucional pode ser exercida ao lado de outros objetivos considerados como principais e não ser percebida nem por quem a pratica, nem por quem é alvo dela. Nos casos em questão, a atuação policial parece ter objetivado a confissão das mães como coniventes dos abusos perpetrados por seus companheiros, provavelmente por não terem sido elas as denunciante. Ironicamente, as mães que chegam a fazer denúncias podem, da mesma forma, ser tratadas com violência institucional por se considerar que estão fazendo falsas denúncias. Esse exemplo destaca a atuação da polícia, mas infelizmente não se restringe a essa instituição social. Essa forma de tratamento pode estar presente mesmo naquelas instituições de proteção social e de cuidados médicos e psicológicos que atuam em toda a rede de proteção e garantia de direitos, promovendo a vitimização secundária nas pessoas que buscam apoio e cuidados. Podemos também levantar a hipótese de que a falta de conhecimento sobre o fenômeno da violência sexual permite a influência do senso-comum carregado pelo estereótipo da mãe santa e protetora. Quando ela falha nesse papel culturalmente considerado como “instintivo,” ela, então, carrega o estereótipo da mãe “desnaturada.” Essas concepções, assumidas como naturais são, na verdade, construídas socialmente, conferindo um status a cada indivíduo, conforme ele preencha ou não suas características, e modelando nosso pensamento e nossas ações.

Conforme já discutido na revisão bibliográfica, não temos a pretensão ingênua de santificar as mães, tendo consciência de que há ocorrências em que as mães são coniventes em alguns casos de violência sexual e outras que chegam a promover a exploração sexual de crianças e adolescentes, muitas vezes como meio de geração de renda. No entanto, uma aproximação agressiva em relação às mães com a pretensão de se obter uma verdade não se justifica quando se tem conhecimento adequado sobre a dinâmica incestuosa, e também não

se justifica por se tratar de uma violação de direitos em relação às pessoas investigadas. E, ao contrário do que se espera, os resultados podem ser catastróficos, gerando nas pessoas o medo das instituições e de buscar as ações que deveriam promover e garantir direitos. Além disso, consideramos que o desrespeito, a violência, a violação dos direitos civis e individuais corrompe todo o processo legal de investigação e produz resultados negativos e contrários ao que se pretende no discurso da garantia de direitos.

Se as mães não autoras da violência sexual sofreram pressões psicológicas, com o pai de Yolanda, autor violência sexual, não foi diferente, conforme seu relato:

*“Foi muito constrangedor lá...eu tava tão constrangido lá que eu comecei a ler o cara... o cara perto do computador quase me bateu lá, maior ignorância comigo não deixou ler... Porque lá a gente é humilhado igual cachorro, o policial falou que se eu não falasse eu ia, ele ia me levar não sei pra onde, eu ia ser estuprado não sei quantos homens e como eu já fui estuprado uma vez não sei quantas vezes por vários anos, eu na hora que ele falou isso comecei bater, eu bati nele. (E quais são seus pensamentos sobre é, a possibilidade de ser preso?) Única coisa que, eu fico pensando muito que se eu chegar a ser preso, eles levarem pra ser estuprado lá dentro aí, ou eu vou morrer lá dentro ou eu vou matar gente lá dentro ... Se eu for estuprado igual eu fui quando criança..., eu vou preso, mas se acontecer isso comigo na cadeia pode ter certeza que eu vou sair de lá morto. Eu não posso aceitar isso de jeito nenhum ou eu, ou eu mesmo me mato lá dentro ou eu estrangulo.” (pai de Yolanda)*

Consideramos importante que as instituições do Estado – em todos os âmbitos - se percebam responsáveis por promover uma mudança cultural e normativa em sua estrutura e prática, não permitindo que os valores e direitos humanos, cuja defesa é sua responsabilidade, sejam violados em seu fazer cotidiano. Em relação a isso, destacamos o dizer de Costa (2004) sobre a atuação da polícia:

A análise do comportamento policial não pode ser dissociada do estudo das estruturas políticas, sociais, culturais e normativas que moldam esse comportamento. O comportamento violento de determinados policiais não pode ser explicado simplesmente a partir das motivações individuais. Há uma série de normas sociais, leis e regulamentos que norteiam esse comportamento, seja coibindo determinadas ações, seja incentivando outras. Assim, rejeitamos a explicação a partir da ideia de "maçãs podres", recorrente no discurso de algumas autoridades políticas e policiais. De acordo com essa ideia, a violência policial seria consequência da ação de alguns maus policiais que deveriam ser demitidos, sob o risco de contaminarem o resto da corporação. Não há dúvidas de que policiais violentos devam ser afastados, mas a questão que colocamos neste artigo vai além do nível de análise individual. Interessa-nos entender como tais comportamentos são permitidos ou tolerados e não as motivações individuais desse comportamento. Nesse sentido, nossa análise concentra-se nas instituições, ou, como prefiro, nas práticas institucionalizadas. (p.175)

Vargas (2008) nos lembra que “a expressão segurança pública remete, de imediato, às ideias de *polícia, crime, violência, ordem, proteção*” (p. 65, grifo nosso). No entanto destaca que o enfrentamento do crime é um cenário de constante violação de direitos. Segundo Vargas, o uso da força caracteriza a polícia no exercício da atividade estatal de controle social e a utilização dessa força – por meio da coerção ou da força física – é uma violação direta do sistema de direitos e garantia do qual a própria instância judicial faz parte. E, continua Vargas (2008), a violência contra outro ser humano, a coisificação da pessoa, a categorização do inimigo e a demonização do criminoso é sempre justificada e fundamentada pela razão do discurso, da teoria ou da ciência.

A narrativa dos sujeitos desta pesquisa sobre sua experiência com a polícia e com outras instituições da rede de proteção e garantia de direitos indica claramente como estão carregadas de pré-conceitos e estereótipos as ações dos profissionais que representam a lei e o Estado. Nesse sentido, concordamos com Santos (2008), quando este afirma que

o Direito não pode circunscrever-se às academias e aos tribunais. Deve ser conhecido pelos cidadãos, que também são construtores do ordenamento jurídico. Para tanto, é imperioso deixar de lado a cultura meramente fraseológica, que apregoa expressões como *cidadania* e *exclusão social*, e buscar a efetivação de valores universalizáveis. A dogmática posta não põe cabo a esses problemas. (p. 104)

No quadro a seguir, sintetizamos a ***ambiguidade expressa pelos participantes sobre sua relação com as instituições de proteção e garantia de direitos.***

**Quadro 14:** Ambiguidade na relação com as instituições de proteção

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
Intervenção legal: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Denúncia</li> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> </ul>	Proteção	<p>“Então, se não fosse esse ato do Juíz e de vocês se expor dessa forma a gente não vai ter um fim, né? ...Na delegacia aqui ninguém tem é amor por ninguém, ninguém acha que momento nenhum ninguém é a vítima, né? Arredor de todos, todos são culpados então a gente paga, paga um preço muito alto até pra, porque não está devendo, né?” (mãe de Beatriz)</p> <p>“Pois é, então até aí é o tratamento foi, né? Relativo foi</p>	Interrupção da violência sexual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alta exposição da família.</li> <li>• Pode ser uma ação que violenta e viola direitos, quando exercida de forma anti-ética e agressiva.</li> </ul>

	<p><i>como Deus... Deus preparou, né? Eu não busquei estar na vigésima sexta, na DPCA, não busquei estar na Vara da Infância, não busquei é em ter passado pelo Conselho Tutelar como já passei várias vezes. Mas assim, são lugares que são marcantes, só é como você ir na praia pela primeira vez, você não esquece....”</i> (mãe de Beatriz)</p> <p><i>“...nossa foi horrível, eu passei por duas mulheres que ela queria quase me bater pra eu falar uma coisa que eu não sabia, ce entendeu?... nossa senhora, foi horrível, eu não gosto nem de lembrar, eu prefiro ficar assim, sabe?”</i> (mãe de Yolanda)</p>	
--	---	--

#### **4.5.7. Necessidade de relações sociais de apoio**

*Precisa-se de um amigo que diga que vale a pena viver, não porque a vida é bela, mas porque já se tem um amigo. Precisa-se de um amigo para se parar de chorar. Para não se viver debruçado no passado em busca de memórias perdidas. Que nos bata nos ombros sorrindo ou chorando, mas que nos chame de amigo, para ter-se a consciência de que ainda se vive.*  
*Vinicius de Moraes*

Este item trata da necessidade expressa pelos participantes de estabelecerem relações de confiança com os profissionais da rede de proteção e garantia de direitos. Em contrapartida à experiência apresentada nas narrativas do item anterior, as famílias apontaram sua necessidade de relações sociais com os profissionais das instituições de forma humanizada, respeitável e como forma de apoio.

*Conselho Tutelar é um lugar aonde eu posso dizer assim que, que tem mãe e que tem pai, né? O pessoal procurou olhar mais o que mãe tá passando, né? É investigar mais assim, como Beatriz desde pequenininha ela me dá trabalho dentro do Conselho Tutelar, com saídas, perdidas, ela é muito de sair, brincar na casa de um, brincar na casa de outro, depois sai da casa de um de fica perambulando, então alguém denuncia e ela vai parar lá, o pessoal vem devolver pra mim. Então lá dentro eu até tenho algumas pessoas que me conhece como a Cecília, né? Não como a mãe desnaturada, é a mulher padecida, é a mulher que liga aqui, pede uma Kombi, vamos da uma volta que a minha filha tá sumida. Então é um pessoal que é mais humano... É agradável. Porque a gente se sente um pouco segura em saber que tem alguém que para pra ouvir, tem alguém que para pra entender o que eu passo. É, muitas vezes as pessoas às vezes até nem acredita, né? Mas só em eu por pra fora é muito, muito. (mãe da Beatriz)*

*Como eu expliquei no início só o fato assim da gente ser bem atendidas, né? E assim tá recebendo o apoio de vocês assim, né? Isso assim já, pra mim já é um trabalho completo, não tem outra forma não.” (mãe de Luíza)*

*Quando eu fui ouvida eu me senti, me senti calma, sabe quando você tá conversando, como eu to conversando com você? Eu me senti em você como se fosse uma amiga que tivesse querendo me ajudar, você entendeu? O contrário do que eu senti lá. Porque lá eu senti medo, lá eu senti muito medo. Eu senti muito medo, muito, muito, muito, muito medo mesmo” (mãe de Yolanda).*

Para Geraldo o fato de ter sido ouvido e encaminhado para ajuda psicológica também foi tomado como tratamento humanizado e de respeito:

*Ah! Eu achei bom ter vindo aqui porque eu recebi ajuda aqui, né? Eu pedi ajuda e eles me deram ajuda e foi de uma grande... pra mim a ajuda que me deu aqui, eu gostei deles aqui, fui bem tratado não fui mal tratado, tava morrendo de medo de ser maltratado igual eu fui na delegacia e não aconteceu nada aqui. Eu gostei ter vindo aqui e toda vez que me chamar aqui eu vou tá bem contente em fazer qualquer coisa...” (pai de Yolanda)*

Não podemos esquecer que Geraldo se encontrava intimidado pela ação criminal à qual respondia o que, de certa forma, também contribuiu para seu interesse em colaborar e participar de todos os encaminhamentos a ele realizados. No entanto, também não podemos negar que, apesar de se sentir empenhado a dar cumprimento a todas as medidas como forma de ser favorecido em seu julgamento, as oportunidades de tratamento também puderam trazer benefícios, auxiliando-o na compreensão de si mesmo e de sua história. Esperamos que os resultados obtidos possam promover o exercício da sexualidade de forma saudável com seus pares, isto é, em mesma condição de igualdade e de desejo.

É interessante notar que, ao descrever o “bom tratamento” que tiveram em algumas instituições, além de se reportarem ao respeito que perceberam numa interação humanizada, os sujeitos da pesquisa se reportaram à possibilidade de falar e de serem ouvidos, isto é, de uma relação dialógica em que o outro é valorizado e percebido a partir de sua própria perspectiva. Conforme alerta Hycner (1995), na relação profissional-indivíduo é necessário ter “um tipo de mente para assimilar fatos, e outro tipo para assimilar a presença do ser humano” (p.33).

De acordo com as reflexões de Barbosa e cols. (2008), a família ainda é vista por muitos como receptora passiva de informações e de ações de controle e de assistência. Com isso, tem o seu protagonismo minimizado nas ações desenvolvidas nos diversos níveis de atenção de saúde, e nós acrescentamos: de atendimento social, judicial e psicológico. As

mesmas autoras ressaltam a importância de que o profissional, em sua interação com a família, deve

promover a abertura ao diálogo, considerando o tripé freiriano escuta-reflexão-ação, e possibilitar o reconhecimento das forças e potencialidades presentes na família para o ajuste necessário à situação (...) vivenciada no momento. Tais aspectos permitem às famílias encontrarem recursos que possam empoderá-las no papel de cuidadoras de seus membros, estabelecendo parcerias com os profissionais que prestam serviços e cuidados na promoção, proteção, recuperação e reabilitação. (p. 177)

A esse respeito, voltamos às considerações sistêmicas sobre os indivíduos como um sistema orientado pela linguagem. Anderson e Goolishian (1998) ressaltam que uma interação mecânica limita em muito as oportunidades para lidar com a experiência do indivíduo. Esses mesmos autores questionam a definição do homem como máquina de processamento de informações e não como ser gerador de sentido. Esse questionamento os leva a uma “posição mais hermenêutica e interpretativa que enfatiza os sentidos à medida que eles são criados e vivenciados pelos indivíduos nas conversações” (p.36). Segundo Anderson e Goolishian (1998) os sistemas humanos só existem no discurso, na linguagem e na conversação. São as realidades narrativas, construídas socialmente, que conferem sentido e organização aos indivíduos, aos sistemas de linguagem. Algumas premissas dão fundamento a essa posição narrativa: 1) Os sistemas humanos são geradores de linguagem e de sentido. Portanto, todo sistema social é linguístico, e somente aquele que participa dele pode descrevê-lo, e não um observador externo; 2) Não há sentido ou entendimento enquanto não houver uma ação comunicativa, isto é, um discurso gerador de sentido dentro do sistema; 3) Qualquer intervenção deve ser formada dialogicamente em torno de algum problema e vai operar na evolução de uma linguagem e de um sentido específicos para si mesmo, para suas organizações e para sua dissolução em torno do problema.

*Esta zona de sentido destaca a necessidade de uma relação de apoio e dialógica expressa pelos participantes. Com base nisso, não podemos acreditar em uma intervenção que exclua a construção de um espaço de conversação, de reflexão e de possibilidade de reconstruções simbólicas e de sentido.* A realidade social é, como afirma Minayo (1994), “o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (p. 15).

O quadro a seguir sintetiza esta zona de sentido.

**Quadro 15:** Necessidade de relações sociais de apoio

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
<p>Intervenção legal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Denúncia</li> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> </ul> <p>Atendimento psicossocial</p>	<p>Proteção</p>	<p><i>“Conselho Tutelar é um lugar aonde eu posso dizer assim que, que tem mãe e que tem pai, né? O pessoal procurou olhar mais o que mãe tá passando, né?”</i> (mãe de Beatriz)</p> <p><i>“Como eu expliquei no início só o fato assim da gente ser bem atendidas, né? E assim tá recebendo o apoio de vocês assim, né? Isso assim já, pra mim já é um trabalho completo, não tem outra forma não.”</i> (mãe de Luíza)</p> <p><i>“Quando eu fui ouvida eu me senti, me senti calma, sabe quando você tá conversando, como eu to conversando com você? Eu me senti em você como se fosse uma amiga que tivesse querendo me ajudar, você entendeu?”</i> (mãe de Yolanda)</p> <p><i>“Ah! Eu achei bom ter vindo aqui porque eu recebi ajuda aqui, né? Eu pedi ajuda e eles me deram ajuda e foi de uma grande... pra mim a ajuda que me deu aqui, eu gostei deles aqui, fui bem tratado não fui mal tratado, tava morrendo de medo de ser maltratado igual eu fui na delegacia e não aconteceu nada aqui.”</i> (pai de Yolanda)</p>	<p>Interrupção da violência sexual</p>	<p>Pode ser impessoal na falta de estabelecimento de relações humanizadas que personifiquem as instituições de proteção.</p>

Com base na compreensão de que os seres humanos são capazes de comunicar sua subjetividade, suas emoções e expectativas, apresentamos a seguir as colagens que os seis participantes realizaram no início do acompanhamento.

#### **4.6. A colagem no início do acompanhamento**

A colagem solicitada aos participantes permitiu a livre expressão de seus sentimentos, mesmo daqueles de que não tinham consciência. No entanto, para evitar possíveis interpretações desconexas, a análise das imagens foi aliada à narrativa dos participantes sobre elas. Optamos por apresentar a colagem dos participantes no corpo deste texto, pois como imagens elas falam por si sós e dispensam maiores interpretações. Além disso, as imagens favorecem uma maior interação do leitor que também produz suas próprias reinterpretações, dialogando conosco e com os participantes.

Buscamos considerar a representatividade das imagens quanto ao tipo de sentimento – raiva, medo, tristeza, alegria, confusão, por exemplo -, em relação às situações vivenciadas desde a denúncia e sua intensidade no momento em que foi realizada a atividade. O acesso a esses conteúdos permitiu verificar o contexto emocional em que se encontravam os participantes, fator que poderia favorecer, ou não, o contato com a pesquisadora durante o acompanhamento e a adesão às medidas protetivas aplicadas. Também poderia indicar outras possíveis intervenções psicossociais para minimizar o sofrimento e potencializar os elementos de força e habilidades pessoais no enfrentamento da situação vivenciada.

##### **4.6.1. Ariane**

É importante destacar que até este ponto da análise dos resultados da investigação, a participação de Ariane, adolescente vítima de violência, foi incluída em apenas uma zona de sentido. Isso se deu pelo fato de que a adolescente pouco verbalizou na primeira entrevista, demonstrando grande constrangimento, apesar de interagir de forma responsiva com a entrevistadora e na colagem. A pouca verbalização de Ariane limitou-se aos seus sentimentos em relação ao seu momento de vida e que foram mais bem expressos por meio da colagem. A adolescente expressou seu movimento de ter saído da casa materna, local em que foi submetida à violência sexual por muitos anos, o que significou ter alcançado a liberdade. Notemos que a medida protetiva imediata de mudança de guarda foi fundamental para a garantia do direito a essa liberdade, à integridade emocional e física, ao respeito e à dignidade. Portanto, podemos afirmar que, apesar de Ariane não ter *verbalizado* o significado que construiu para as medidas protetivas recebidas, por meio da colagem ela expressou que a possibilidade de sair de casa, respaldada pela família e pela autoridade judiciária, assumiu o significado de acesso à liberdade.



→ Sair de casa, para enfrentar a vida



→ O curso da MICROLINS - expectativa para o futuro.



→ Representa a avó, que te ajudou muito no início de sua trajetória.



→ momento em que tens fazer a decisão de



→ Que antes era triste e alegre.

Figura 1: Primeira colagem de Ariane

Naquele momento, a figura da avó materna foi de fundamental importância, pois caso Ariane não contasse com sua acolhida, a medida aplicada teria sido inócua. Nesse ponto consideramos importante ressaltar a importância da intervenção de um terceiro na dinâmica familiar incestuosa, conforme discutido anteriormente. É possível considerar que foi a intervenção legal o instrumento de empoderamento de Ariane e de sua avó para a tomada de uma posição assertiva e de rejeição à continuidade da situação abusiva. A avó, assim como tios, tias e primas, já tinham conhecimento da vitimização de Ariane por longos anos. No entanto nenhum deles se sentiu no direito, fortalecidos o suficiente ou legitimados para atuar em proteção à adolescente. Não podemos afirmar que Ariane não encontraria outros meios para alcançar sua liberdade, pois muitas adolescentes passam a opor sua resistência à violência de várias maneiras. Ela mesma tentou opor essa resistência por meio de comportamentos, verbalização, apesar de em alguns períodos tentar se adaptar e se acomodar ao contexto de violência física e sexual. Mas podemos considerar que, naquele momento, a intervenção por meio da aplicação da medida protetiva de mudança de guarda foi fundamental para a garantia desse direito. Assim, aliados com um mesmo objetivo, inicialmente a medida aplicada e a avó tiveram papel relevante no processo de proteção à Ariane.

Ao sentimento de liberdade promovido pelo fim de uma relação de dominação, Ariane demonstrou querer somar a autonomia e independência. O curso de informática a que foi encaminhada foi percebido pela adolescente como uma possibilidade de alcançá-las já que era uma oportunidade que poderia favorecer sua inserção futura no mercado de trabalho. Por fim, Ariane evidenciou o sentimento de vitória por ter conseguido manter a denúncia do abuso sofrido, depois de repetidas retratações motivadas pelo medo e pela falta de apoio da mãe que insistia em acusá-la de “*destruir minha vida.*” Sua iniciativa de denúncia e de sair de casa lhe trouxe novas esperanças de um futuro melhor, mas o tempo presente já lhe concedia a possibilidade de se sentir “*mais alegre.*”

Observamos, por meio da colagem de Ariane, que a adolescente expressa coragem e esperança em relação às ações tomadas, tais como mudar de casa, fazer a denúncia, estudar. *A colagem inclui apenas uma pessoa de referência, a avó, o que pode indicar que o investimento na mudança de situação, no acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e de conquista da autonomia, assim como a participação em outras redes de relações sociais podem minimizar os efeitos nocivos de relações pessoais íntimas e familiares que não correspondem às necessidades afetivas e de desenvolvimento das*

*crianças e dos adolescentes. Este caso demonstra a relevância do papel do Estado e da sociedade na promoção de acesso a oportunidades, atividades e serviços que atenuem situações de vulnerabilidades e que promovam o desenvolvimento e o empoderamento de pessoas cidadãs. Entendemos que o ganho decorrente não é apenas do indivíduo, mas de toda a sociedade.*

#### 4.6.2. Geraldo



delega



VEJ



**Figura 2:** Primeira colagem do pai de Yolanda, Geraldo

Por meio da colagem e de sua narrativa sobre ela, Geraldo expressou o sofrimento vivenciado na delegacia. A imagem representa um espaço urbano em caos, com fumaça e construções em ruínas provocadas por um terremoto ou desabamento. Segundo ele, o sentimento de desespero e pânico se deu pelo tratamento recebido na delegacia, conforme descrito anteriormente. No entanto, consideramos que, além do tratamento que gerou sentimento de medo e pavor de prisão e de uma possível retaliação por meio de abusos contra ele, a ida à delegacia foi o momento de desvelamento do abuso que, até então, vinha sendo praticado por ele e mantido em segredo. Ambas as situações parecem ter provocado o sentimento de desabamento emocional, apesar de que as ruínas de uma estrutura psíquica e emocional já se encontravam deflagradas, conforme seu relato sobre sua história, suas experiências e sobre a violência sexual sofrida na infância e praticada contra a filha na vida adulta. A denúncia, aqui, exerce duas funções, a proteção da filha, mas também o acesso às suas próprias questões que, até então, se mantinham ocultas.

A segunda imagem refere-se, segundo ele, ao momento em que passou pela entrevista psicossocial na 1ª VIJ. A imagem mostra uma família feliz, casal e filhos unidos em situação de diversão. A imagem representa, segundo sua narrativa, o sentimento de acolhimento que vivenciou ao ser ouvido e atendido:

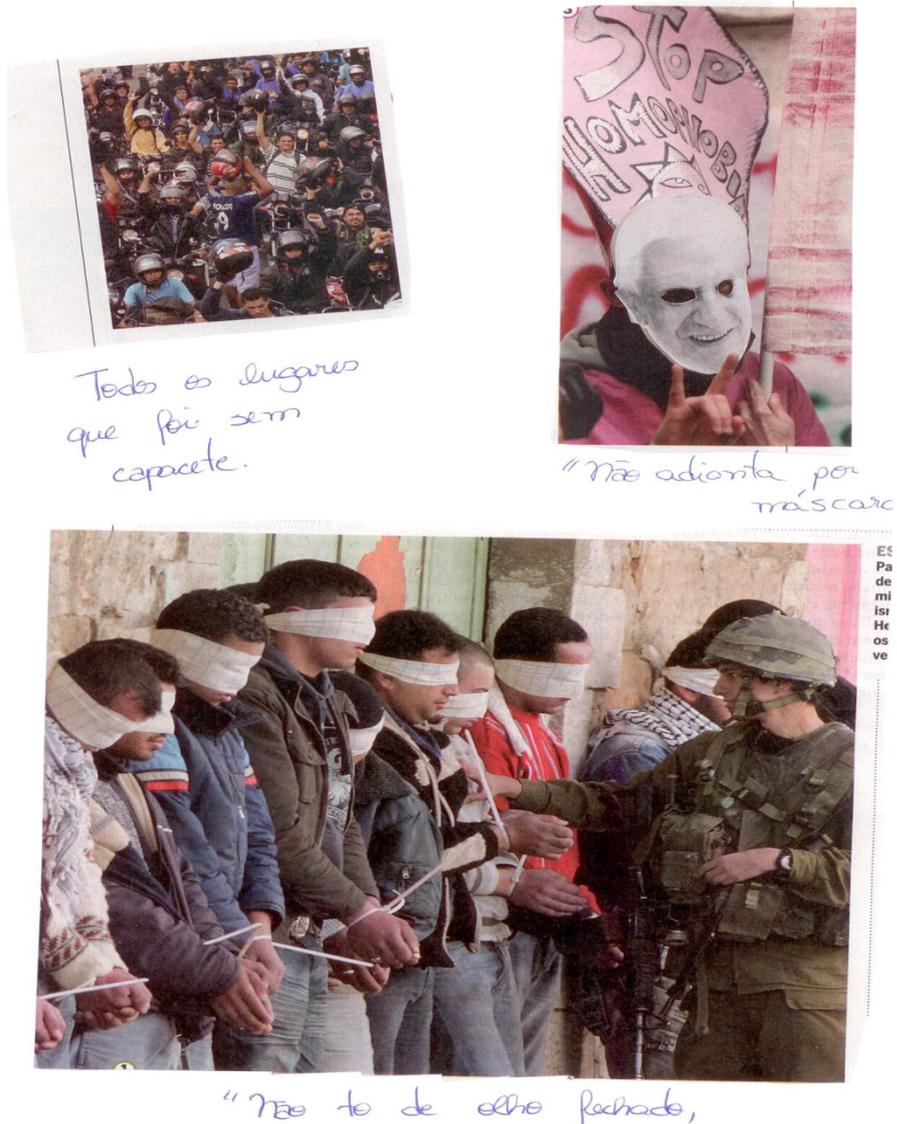
*“você me acolheram bem aqui, me trataram bem apesar do que aconteceu na minha vida, do que eu fiz, me acolheram como eu era acolhido dentro de casa.”*

A terceira imagem representa o atendimento psicológico que vinha recebendo. A imagem de uma colhedeira o faz recordar de seu tempo de criança, tempo de vida que estava sendo acessado nas sessões terapêuticas, cujas memórias estavam promovendo, segundo ele, melhor compreensão sobre suas questões e fazendo com que ele enxergasse

*as coisas com outros olhos...Hoje eu enxergo o mal que eu fiz a ela... hoje eu vejo o monstro que eu fui...apesar de graças a Deus não ter acontecido o pior...eu agradeço muito a Deus, mas hoje eu consigo enxergar... eu agora tenho os olhos no futuro.... eu vou vencer”*

As imagens apresentadas por Geraldo representam o “contexto” real e emocional vivenciado naquele momento. São imagens fortes tais como a destruição de uma estrutura e de uma colhedeira que, ao mesmo tempo em que colhe o grão destrói a planta que ali existia, requerendo novas plantações.

#### 4.6.3. Mãe de Beatriz



**Figura 3:** Primeira colagem da mãe de Beatriz

A colagem da mãe de Beatriz traz imagens de protestos e de guerra. A primeira imagem refere-se, segundo ela, ao sofrimento vivenciado no percurso entre as instituições desde a denúncia:

*A gente que tem coração, a gente se sente mexido. É, essa parte aqui desse, desse papel que eu to catando pra vocês vai representar no momento que todos aqui estão com capacete pra eu não sofrer, né? Eu não tive capacete, não... Não tive capacete não. Padei foi muito, foi na cabeça em todo lugar, então... representa todos os lugares que eu fui. E sem capacete.*

A segunda imagem refere-se à tentativa de esconder o sofrimento e a vergonha de terceiros, porém em vão, porque em seu entendimento a dor marca até mesmo a máscara que se tenta usar:

*Essa outra representa que no momento do que estou vivendo, não adianta usar máscara. Não adianta usar máscara, as coisas ficam marcada. Até por cima da máscara. Você vê, então não adianta por máscara em cima de um sofrimento no qual você tá passando.”*

Uma terceira imagem representa sua relação com a polícia e com a rede de proteção por meio de uma imagem em que um soldado observa prisioneiros de mãos atadas e olhos vendados. Segundo ela, a imagem representa sua condição de mãe atenta, apesar de se sentir sem poder de ação:

*Essa outra que eu to recortando vai representar no momento que.. Pra começo eu to de pé, mãos atadas, mas não estou de olhos fechados. Porém aqui, as pessoas está de olhos fechados, eu estou sem ouvidos, eu não estou ouvindo tudo que me dizem, eu estou ouvindo só a voz de Deus no coração, mas não tô de olho fechado não, gente. To de olho aberto.”*

Consideramos que a força da imagem está na relação desigual entre a autoridade policial e as pessoas emparedadas, de mãos atadas e de olhos vendados. Estas parecem bem representar o sentimento da mãe de Beatriz de se perceber sob o controle de um sistema maior que ela e ao mesmo tempo de perder o controle da própria vida e da filha. As imagens também parecem representar o sentimento de estar exposta e vulnerável, pois suas experiências traumáticas, ocorridas no privado de seu lar e de suas relações familiares tornaram-se públicas. Esse confronto com a realidade, imposta pela revelação da violência sexual, parece requerer um constante movimento entre a dor que é íntima e os fatos que, não deixando de ser também da intimidade, se tornaram sociais.

#### **4.6.4. Mãe de Luíza**

A colagem da mãe de Luíza traz imagens que representam a sequencia de eventos que a família vivenciou e os sentimentos a eles relacionados, conforme sua narrativa:

*Bom, essa frase aqui assim representa o início, o início, né? De tudo é, o descobrimento e a salvação da Luíza, né? É essa aqui, né? Então assim, quando aconteceu da gente ir no primeiro órgão já foi, né? Já foi o começo de salvá-la.”*

# preciso salvar vidas

## Por que nos mutilamos?

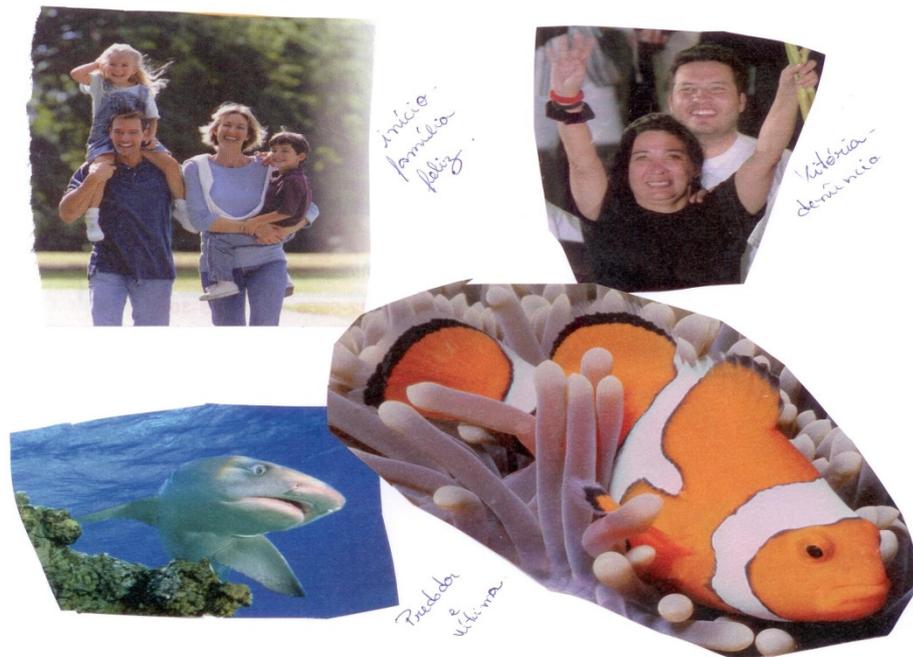


Figura 4: Primeira colagem da mãe de Luíza – 1ª parte

Nessa perspectiva de “salvar” a filha, a coragem de fazer a denúncia foi considerada como uma vitória, pois a ausência de uma ação representaria a “mutilação” da filha

*Nesse aqui é a minha vitória, foi quando eu fui... Isso, quando eu denunciei. E essa aqui, que é uma pergunta é, eu... que eu tivesse ficado calada, que eu não tivesse reagido. Então eu estaria, tanto eu quanto ela, estaríamos nos mutilando, né? No caso mais ela, né? Que tava sendo, sofrendo abuso e eu prometi, né? Então assim pra mim é, é isso.”*

As imagens de um tubarão em relação a um pequeno peixe representam a relação do padrasto com a enteada:

*Bom, isso aqui no caso é, eu taria denunciando um predador pra defender...ele a estava coagindo, né?”*

O termo “salvação” é bastante coerente com o significado conferido pela mãe de Luíza ao autor da violência: um “predador.” Denota a sua percepção da presença da

desigualdade de poder e de força na relação sexualmente abusiva, conforme apontado amplamente pela literatura especializada (Azevedo & Guerra, 1988 e 1989; Cirillo & Di Blasio, 1991; Faleiros 2000; Fuks, 2005; Ravazzola, 1997). O termo mutilação parece estar relacionado à experiência da violência, porém também não podemos deixar de notar que a revelação do abuso, a denúncia e o contexto instalado posteriormente revelou a mutilação a que a família foi exposta. A mutilação dos sonhos e das expectativas e, em consequência disso, de suas emoções.

Quanto à relação da família antes de se ter conhecimento da violência, o ideal de família como lugar de afeto e de relações positivas é representada por uma imagem de um casal adulto e um casal de crianças:

*Aí seria, isso aí era o início é, como era no início uma família feliz. Aqui quando a gente não...com o símbolo da família que a gente era, né? E sem precisar sair do, sem precisar sair delegacia e órgão público.”*

Ainda, a seguir, duas outras figuras representam os efeitos da denúncia na vida emocional de Luíza e de sua mãe: :

*Essa aqui é a Luíza depois da denúncia (risos), a Luíza depois da denúncia e esse aqui sou eu depois da denúncia...”*

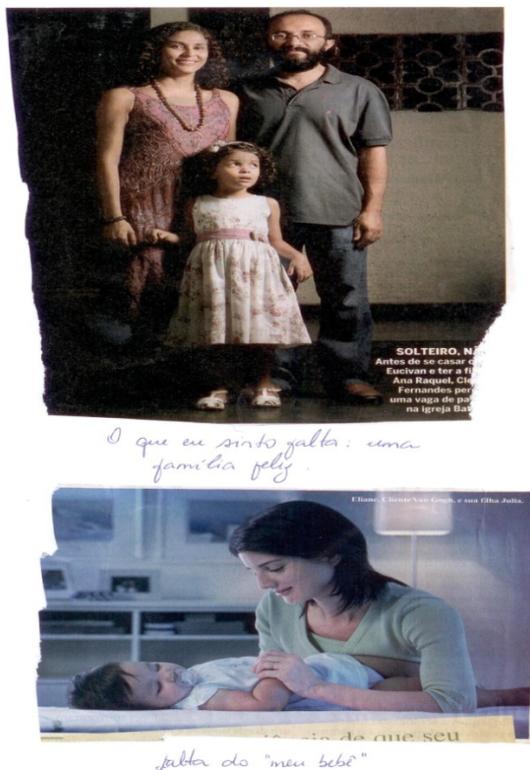
As imagens se diferem: para representar Luíza, uma imagem de criança deitada e relaxada, brincando. Para representar a mãe, a imagem de uma floresta de árvores altas que mal permitem ver o céu. A diferença no tamanho das imagens permite inferir que o impacto do conhecimento da violência e da denúncia foi positivo para a filha, mas em muito maior grau negativo para a mãe que questionava seu papel como mãe, como mulher, como esposa, como amante e associava suas dores anteriores como vítima que também fora de violência sexual e como filha que não obteve da família, do Estado ou da sociedade a proteção que precisara quando criança. A segunda imagem representa seu sofrimento conforme sua narrativa “*essa aqui sou eu, escura e fechada.*”



**Figura 5:** Primeira colagem da mãe de Luíza – 2ª parte

Mais uma vez se destaca o papel duplo da revelação da violência sexual e da denúncia, pois ao tempo em que elas permitem a liberdade em relação a uma forma de subjugação do corpo e da alma, elas podem levar a outras formas de violência e de sofrimento. Talvez esses aspectos contraditórios possam ilustrar a dificuldade encontrada pelas famílias que vivenciam situação de violência sexual em denunciar, em dar continuidade a uma denúncia antes formulada ou mesmo como motivação para uma retratação, conforme nos alerta Furniss (1993). *Talvez o conhecimento desses aspectos tão profundos e sofridos também possa contribuir para nossa intervenção, de forma a mantermos o equilíbrio entre a valorização da lei e da norma que permitem a convivência social, e a compreensão de que não basta receber a denúncia, é preciso atar e curar as feridas, acolher o sofrimento, lidar com as incertezas e promover perspectivas.*

#### 4.6.5. Mãe de Yolanda



**Figura 6:** Primeira colagem da mãe de Yolanda – 1ª parte

A colagem de Eleusa traz imagens de uma família e de uma mãe com um bebê. Sua narrativa expressa que as duas imagens representam aquilo de que ela mais sente falta: *de uma família feliz* e de seu “bebê” (referindo-se à filha). A perda da família idealizada e da filha que ela via como um bebê - dois elementos importantes em sua vida - parecem ser as que mais lhe trazem sofrimento. Podemos dizer que a imagem da família e da relação mãe-filha não corresponde à realidade vivenciada por esse núcleo familiar cuja dinâmica era marcada por conflitos intensos, pelo distanciamento afetivo do casal e pela presença de uma relação paterno-filial incestuosa. Assim, inferimos que a imagem representa aquilo que Eleusa sempre desejou ter “*eu sempre quis ter a minha família, sabe?*” referindo-se ao sonho de construir um modelo diferenciado da família de origem.

Apesar de Ariès (1981) e outros autores (Costa, 1979; Jablonski, 1991; Mello, 1995; Minuchin, 1982) chamarem a atenção para o fato de que a família é uma instituição social que vem sofrendo mudanças radicais em sua configuração influenciadas por novos valores sociais e mudanças socioeconômicas, a família ainda é vista ou pelo menos é desejada como lugar privilegiado de relações seguras e afetivas. Assim, não só a mãe de Yolanda, mas as

quatro mães participantes desta pesquisa demonstram ter construído sonhos e expectativas quanto às relações conjugais, parentais e filiais que foram profundamente marcadas pela frustração dos ideais construídos – pessoais e sociais. O sentimento vivenciado por essas mães foi, então, de perda e de derrota, como se a falha estivesse nelas em não terem conseguido alcançar esse ideal de família.

As duas imagens seguintes são opostas, representam sua experiência na delegacia e depois na 1ª VIJ. A primeira representa a delegacia e o sentimento de constrangimento pelas acusações que lhe foram feitas, a segunda representa o sentimento de apoio depois de ter sido “bem acolhida.”



**Figura 7:** Primeira colagem da mãe de Yolanda – 2ª parte

A análise das imagens apresentadas pelos participantes permite perceber a coerência e congruência entre as zonas de sentidos por eles apresentadas e a representação desta em imagens. Os participantes informaram fatos, expressaram sentimentos, declararam suas crenças e expectativas. A sua narrativa parece ter sido bem corroborada pelas imagens que representaram suas palavras. Consideramos dispensável uma reinterpretação das imagens, pois consideramos que elas falam por si sós e, certamente, vão suscitar no leitor suas próprias interpretações. Esperamos que essa possibilidade de várias interpretações e reinterpretações possa dialogar com os sujeitos, com esta pesquisadora, com a realidade e

com as possibilidades de ações que sejam coerentes com a realidade de cada um dos participantes da pesquisa.

\*\*\*

A análise dos resultados da investigação por ocasião da primeira entrevista revelou os aspectos da vivência dos participantes no início de seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos, indicando que esse percurso e o relacionamento com os profissionais e instituições não estão dissociados de sua história de vida, de suas crenças e de seus sentimentos. São situações que se mesclam, se intercompõem e se inter-relacionam, evidenciando a complexidade da relação indivíduo/sociedade, indivíduo/profissional e indivíduo/Estado (representado pelos profissionais e pelas instituições). Os resultados demonstram o cenário em que as medidas protetivas se inserem, sejam elas aplicadas fora ou dentro do contexto judicial. *Um cenário de sofrimento, de confusão e de pouco acesso a uma rede social de cuidado. Acreditamos que esse cenário apresentado pelas cinco famílias indica a importância do efetivo cumprimento das medidas protetivas como instrumento de restabelecimento da saúde física e emocional de todos os envolvidos e de uma sociedade democrática e de direitos. Porquanto a lei assim já define, há que se promoverem os meios para que ela seja devidamente cumprida.*

A seguir, apresentamos os resultados da investigação no fim do acompanhamento, isto é, decorridos nove meses da aplicação das medidas protetivas.

#### **4.7. Fim do acompanhamento**

Decorridos nove meses da aplicação das medidas protetivas aos participantes desta pesquisa e às suas famílias, realizamos uma segunda entrevista semi-estruturada e uma segunda colagem, conforme explicitado no Método. Por meio desses instrumentos objetivamos acessar sua compreensão, naquele momento, das medidas protetivas a elas aplicadas e do seu percurso nas instituições da rede de proteção e garantia de direitos. Com base nas respostas e na interação dos seis sujeitos participantes das entrevistas (quatro mães, um pai, uma adolescente), realizamos os procedimentos de análise conforme anteriormente delineados. Portanto, nesta seção apresentamos a interpretação *dos participantes* conforme a frequência e recorrência dos temas que surgiram e que foram comuns em suas narrativas, seguidas de nossa reinterpretação como sujeitos implicados no processo de construção do conhecimento (Thompson, 1995).

Mais uma vez ressaltamos a riqueza do material produzido e que os significados apresentados pelos participantes oferecem uma variedade de possibilidades de reinterpretação (Thompson, 1995). *A partir da perspectiva dos sujeitos participantes distinguimos uma grande zona de sentido quanto ao significado conferido às medidas protetivas e ao percurso na rede de proteção. Isto é, à questão colocada no fim do acompanhamento – Que significado têm as medidas protetivas e os encaminhamentos para vocês? – os participantes indicaram compreender que as medidas protetivas recebidas representaram possibilidade de mudanças.*

Com o objetivo de desenvolvermos a apresentação desse item de forma mais didática, optamos por dividi-la em três subitens, destacando: 4.7.1) a narrativa dos sujeitos participantes e sua interpretação a respeito das medidas protetivas e de seu percurso na rede; 4.7.2) quadro de análise dos significados construídos pelos participantes, os alcances e as limitações das medidas protetivas e 4.7.3) a nossa reinterpretação das informações colhidas nas narrativas dos sujeitos da pesquisa. Ressaltamos que **o subitem 4.7.1 contém exclusivamente a narrativa dos sujeitos sobre suas percepções e experiências nos nove meses desde o início até o final da pesquisa.** No subitem 4.7.2 apresentamos o quadro com os significados conferidos pelos sujeitos às medidas protetivas e seu percurso na rede conforme apontaram **no início e no fim da pesquisa**, permitindo uma visão geral e articulada desses dois momentos. Por fim, no subitem 4.7.3, apresentamos **nossas análises e reinterpretações** das informações contidas nas narrativas dos sujeitos da pesquisa.

#### *A narrativa dos sujeitos participantes e sua interpretação a respeito das medidas protetivas e de seu percurso na rede*

Neste subitem apresentamos *a narrativa dos sujeitos sobre suas percepções e experiências nos nove meses desde o início até o final da pesquisa.* As narrativas apresentadas por cinco dos seis participantes da pesquisa indicam sua percepção e entendimento de que as medidas protetivas promoveram mudanças em suas vidas, tais como: mudança de um contexto inicial de violência para um contexto de superação; superação de sofrimento emocional para um estado de bem-estar emocional; superação de dificuldades na relação materno-filial; construção de outro modelo de relações sociais. *Porém, de acordo com o relato de suas experiências, revelaram que as medidas protetivas,*

*ao mesmo tempo em que contemplaram necessidades imediatas e objetivas, também geraram constrangimentos, dificuldades de adaptação ou novas dores e angústias, como podemos notar a seguir.*

Mudança de um contexto inicial de violência para um contexto de superação

*Não tenho um caminho novo. O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar.*  
Thiago de Melo

As mudanças mais significativas, *segundo eles*, ocorreram em sua condição inicial marcada pelo contexto que se instalou após a revelação da violência sexual e o sentimento de derrota e de desorientação dela decorrentes. No momento em que foi realizada a última entrevista, os participantes demonstraram sentir-se mais seguros e capazes de “*tocar a vida*,” sobrevivendo às dificuldades e construindo novas perspectivas:

*“Assim, eu ia vindo assim, a vida melhorou cem por cento, nem cem por cento, mas noventa por cento mudou. Melhorou e eu tô feliz.”* (Ariane)

*“E me faz bem como você mesma disse, tô conseguindo tocar a minha vida, quando eu achava que nunca ia conseguir, né? Então não to tendo problema de lá pra cá. Graças a Deus espero não ter. E eu acho que eu consegui sim, entendeu? Superar todo, toda aquele...aquela loucura. E aí dentro eu acho que eu não tô de mal a pior, né? O emocional levantou, né?”* (mãe de Beatriz)

*“Aqui. Mas isso aqui significa o quê? Isso tudo foi uma vitória pra nós, né? Nós estamos muito feliz... E na verdade essa vitória é nossa, né? Nós somos vitoriosos, né? Conseguimos vencer tudo isso que passamos hoje em dia tamo bem, né?”* (mãe de Giovana)

*“É só, só tá faltando isso aí pra eu ser completamente feliz porque mesmo com tudo de bom que tem me acontecido eu não tô conseguindo viver. Eu tô trabalhando, tô cumprindo com as minhas obrigações, tô fazendo tudo direitinho, eu evito, eu não saio de casa. Final de semana quando eu vou pra casa da minha mãe na chácara eu fico dentro de casa. Eu não saio, não gosto de festa, não gosto de bar, não gosto de nada. Então eu tô conseguindo tudo isso.”* (pai de Yolanda)

*“Tá indo bem. Eu tô levando a minha vidinha, né?... mais leve... to trabalhando... Assim, como eu vou dizer, eu só posso te dar a resposta legal legal o dia que... (acabar o processo criminal)... Não posso dizer que estou preparada pra aguentar mais um, mais outro baque, né?”* (referindo-se à possibilidade de Geraldo ser preso).  
(mãe de Yolanda)

As mudanças objetivas *mencionadas pelas famílias* e que serão descritas a seguir indicam que as medidas protetivas, quando são efetivadas, podem, de fato, ser um instrumento de reparação, de resgate de direitos e de restabelecimento do bem-estar dos

sujeitos envolvidos em situação de violência sexual ou em outras situações de risco. Cinco dos seis participantes (três mães, um pai e uma adolescente) revelaram que as medidas protetivas a eles aplicadas, com algumas exceções, foram devidamente efetivadas, tanto aquelas que dependiam de sua adesão, tal como o afastamento do agressor do lar e adesão ao tratamento psicológico, como aquelas que dependiam de outros profissionais ou instituições para seu cumprimento. Por outro lado, conforme apontamos anteriormente, ***podemos observar que as medidas protetivas que visam à proteção e ao resgate dos direitos violados não se fazem sem custos para os indivíduos a quem se aplicam, tanto pela ocorrência de outras situações e sofrimentos ocasionados com sua aplicação, quanto pela dificuldade de adaptação em alguns casos:***

(O Geraldo tem visto a Yolanda? De quanto em quanto tempo? Como é que é?)  
“*Tem vez que ele vê de quatro em quatro dias, tem vez que é de algumas semanas, porque eu voltei a morar na rua que ele morava. Aí quando tinha que ver ela ou a madrinha dela ia pra mim ou então eu ia com ela porque o juiz mandou. Aí, aí ficou mais difícil, entendeu? Aí ela reclama, “ah mãe tô com saudade do meu pai”. Aí eu tenho que levar pra ver, né? Aí, aí lá ele não ia lá, já era diferente, não levava assim, entendeu? Já era diferente, agora pra onde eu mudei eu não sei como vai ficar... Pra mim que tá difícil...Mas tem que tá presente.O juiz determinou a mãe ou então a madrinha. A madrinha dela não tem tempo...*” (mãe de Yolanda)

Quanto a essa fala da mãe de Yolanda a respeito das visitas supervisionadas do pai à filha, destacamos a contradição existente na determinação judicial de visitas supervisionadas, pois ao trazer proteção para Yolanda, gera constrangimento e sofrimento à mãe que é obrigada a acompanhar a filha e manter os contatos com o ex-companheiro e autor da violência contra a filha. Ainda assim, o cumprimento da medida foi mantido, considerando o interesse superior de Yolanda e a necessidade de resguardá-la. Não podemos ignorar, no entanto, o alto preço pago pela mãe no papel de responsável pela proteção da filha.

“*Só que eu tô num jeito que eu tô querendo viver, você entendeu? Parece que tá complicado pra mim viver, você entendeu? Porque como é que eu vou viver assim?*” (mãe de Yolanda, referindo-se ao fato de ter que acompanhar as visitas na falta de outras pessoas que possam auxiliá-la nessa tarefa)

O mesmo acontece com a mãe de Beatriz. Por um lado, as medidas protetivas aplicadas e outros encaminhamentos também foram devidamente cumpridos, trazendo benefícios:

(Os seus filhos estão na creche?) “*Todos na creche... Todos. Uma das melhores creches que têm*”.

(Sobre o atendimento psicológico) “*Tô indo. Haram... Tá bom, a menina uma pessoa maravilhosa, né?*”

(Sobre o atendimento do ex-companheiro) “*Também tá indo. Lá no Fórum de samambaia que eu não sei como é que chama lá.*”

(Outros encaminhamentos) “*É, pra chegar até aqui nós passamos por diversos lugares e saindo daqui nós passamos pelo ----- (ONG que ofereceu atendimento psicoterapêutico multifamiliar) e pelo CREAS também, né? Que ajudou muito com creche, ajudou numa parte financeira e é isso.*” (mãe de Beatriz)

Nessa família as mudanças relatadas envolveram a inclusão dos filhos na creche, o que propiciou maior autonomia e independência financeira em relação ao padrasto de Beatriz e, conseqüentemente, tornou-se “menos difícil” mantê-lo afastado. Consideramos que a saída do autor da violência do convívio familiar pode ter favorecido o bem-estar de Beatriz e, por sua vez, melhora em seu comportamento que antes era bastante sintomático, com constantes saídas para a rua, desobediências e agressividade. Num movimento recursivo, o relacionamento com a mãe melhorou e outras medidas puderam ser realizadas de forma mais exitosa. As medidas protetivas e as intervenções parecem ter ressaltado aspectos de resiliência dos membros dessa família e favorecido sua condição de saúde e bem-estar emocional e relacional. Com isso, a mãe de Beatriz assim se manifestou sobre as medidas protetivas:

*“Eu não tenho opinião a dar porque tudo que você me pôs pra fazer eu fiz, né? E me fez bem. Como você mesma disse, tô conseguindo tocar a minha vida, quando eu achava que nunca ia conseguir, né? Então não to tendo problema de lá pra cá. Graças a Deus espero não ter. E eu acho que eu consegui sim, entendeu? Superar todo, toda aquele... Aquela loucura. E aí dentro eu acho que eu não tô de mal a pior, né?... O emocional levantou, né? O financeiro tá caindo, mas hoje quem não tá, né, levanta a mão. Mais assim, o mais Deus tá provendo.”* (mãe de Beatriz)

Por outro lado, o preço pago pela mãe em manter o cumprimento da medida de afastamento mais uma vez se faz presente, pontuando, novamente, a dupla natureza da medida:

(Sobre o afastamento do companheiro do lar) “*Não, no início foi conturbante, né? Foi difícil. É, é difícil as crenças, descrenças, né? **E me achei incapaz de tocar sozinha, de anoitecer sozinha porque por incrível que seja a gente se sente protegida com mais um ali...** Mas assim é como eu falei: to habituando, já acostumei... e não tá aquela coisa de quebrar a cabeça, de juntar o muro, tá dando pra levar.*” (mãe de Beatriz, grifo nosso)

A fala da mãe de Beatriz demonstra como a presença do companheiro teve duplo papel em sua vida. Por um lado, era o próprio agressor, aquele que trazia para dentro do lar a

violência que tanto se temia e em relação ao qual se fazia necessária uma medida de proteção. De outro lado, representava a segurança de “*ter mais um ali,*” de atenuar a solidão ou o sentimento de vulnerabilidade. ***Nesse contexto, a medida protetiva de afastamento repete o mesmo paradoxo, é aquela que protege da violência, mas produz outras dores*** – a de estar realmente só, de “*adormecer sozinha,*” e de não poder contar “*com mais um.*”

Já em relação à condição de vida da família de Giovana, sua mãe conseguiu novo emprego em uma loja de departamentos e mudou-se do endereço anterior para um local que ela considera mais seguro. Também manteve a filha em acompanhamento psicoterapêutico com a ajuda financeira que obteve para a compra das passagens de ônibus, o que foi conseguido por meio do projeto de voluntariado - Rede Solidária Anjos do Amanhã da 1ª VII. De acordo com seu relato, foi somente devido a essa ajuda financeira que ela conseguiu dar continuidade aos atendimentos que eram realizados em localidade distante de sua comunidade. Destacamos que o atendimento psicológico também foi oferecido de forma voluntária por instituição de psicologia parceira do mesmo projeto:

(Vocês conseguiram vale transporte durante esse período que a Giovana fez atendimento psicoterapêutico?) “*todo o tempo.*” (mãe de Giovana)

Para a mãe de Giovana, o autor da violência manteve-se afastado, até mesmo porque logo foi detido e cumpria pena. Apesar de ter sido condenado a doze anos de prisão, ela receava que ele fosse liberado da prisão e que isso pudesse implicar em alguma forma de retaliação pela denúncia. ***Mais uma vez, a medida protetiva de afastamento demonstra trazer o alívio de uma situação pontual de violência, porém não gera a segurança necessária em relação ao sentimento de vulnerabilidade que a mãe sente diante da figura do ex-companheiro que, segundo ela, permanece como uma ameaça.***

“*Tá bem. Entendeu? Só que eu tem tempo, assim, tem mês, assim, que eu me sinto muito medo, entendeu? Medo assim dele sair de lá, querer fazer, se vingar, entendeu? O único medo é só isso... Mas eu penso assim, eu penso tipo assim, vai que ele vai querer se vingar aqui ou matar ou fazer alguma coisa com a Giovana? Eu penso nesse ponto assim.*” (mãe de Giovana)

Geraldo, pai de Yolanda, também se manteve vinculado ao atendimento psicológico e cumpriu a medida de visitas supervisionadas à filha, medida que lhe foi concedida em lugar da restrição de contatos, tendo em vista os fortes vínculos afetivos que pai e filha nutriam um pelo outro, apesar da situação de violência sexual.

(Sobre o tratamento psicológico) *“Tô, mas tô fazendo ainda... Tô fazendo... tá bom, maravilhoso... Mudou tudo em minha vida... Se não fosse o tratamento acho que eu não teria conseguido.”* (pai de Yolanda)

A despeito de a medida protetiva de atendimento psicológico ter trazido, de acordo com o relato de Geraldo, melhor compreensão sobre si mesmo e de ter promovido o fortalecimento para *“conseguir”* lidar com as dificuldades geradas pelo desvelamento da autoria da violência sexual contra a filha, a medida não foi suficiente para interromper o sofrimento gerado pelo medo da punição que poderia vir a sofrer com o fim do processo criminal ao qual respondia:

*‘O que vai me trazer felicidade? É um emprego, é pagar essa pena minha trabalhando, fazendo qualquer coisa, sendo útil de alguma forma e não indo pra traz das grades, entendeu? Mas se não tiver jeito, tudo bem, mas eu peço muito a Deus, todo dia em oração eu peço a Deus qualquer coisa, menos ir preso.’* (pai de Yolanda)

A adolescente Ariane também foi alvo de medidas protetivas, porém a uma delas deu início e logo desistiu (curso de digitação), a outra não aderiu por opção (atendimento psicológico) e a outras manteve o cumprimento (mudança de local de moradia com a mudança da guarda, afastamento do agressor). No entanto, segundo sua narrativa, entre todas as medidas recebidas, a adolescente considerou como mais positiva o encaminhamento que lhe foi feito posteriormente a um curso de qualificação profissional que, além de formar a adolescente, lhe concedia uma bolsa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), vale transporte e ticket alimentação, outras atividades extracurriculares, reforço escolar e, caso concluísse o curso com êxito, a oportunidade de um emprego.

Quanto à medida protetiva de tratamento psicológico, Ariane se recusou a cumpri-la por se sentir constrangida. Essa dificuldade foi respeitada no acompanhamento, porém a oferta permaneceu disponível, caso ela reconsiderasse. Posteriormente, Ariane deu início a um relacionamento de namoro, o que serviu como motivação para procurar ajuda em um grupo de jovens na comunidade para onde foi encaminhada, vindo a participar das atividades de orientação sexual, atendimento médico e psicossocial ali oferecidas.

Com relação aos outros encaminhamentos, a adolescente se expressou:

*No (instituição) eu não consegui fazer a minha matrícula porque eu ainda era de menor, mas já fizeram. O curso de digitação eu gostei mais ou menos, que é depois nem aquilo tudo que o povo fala não. Não ensinava muito bem direito não. Só que eu nem terminei lá também....Porque eu não gostei, ela não sabia explicar direito....Ela*

não sabia explicar direito, ela mandava digitar todo dia, não explicava as coisas (a aula era de digitação). (Ariane)

*Ariane revela com sua experiência que as medidas protetivas que visam a um objetivo específico podem se revelar inadequadas ou insatisfatórias em relação aos resultados que alcançam ou quanto ao tempo requerido por uma pessoa para que a medida possa adquirir significado. Essas contradições das medidas protetivas podem ser observadas no quadro a seguir.*

**Quadro 16:** Mudança de um contexto inicial de violência para um contexto de superação

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> <li>• Visitas supervisionadas</li> <li>• Atendimento psicossocial</li> <li>• Atendimento psicológico</li> <li>• Atendimento fonoaudiológico</li> <li>• Inclusão das crianças em creche</li> <li>• Qualificação profissional</li> </ul>	<p>Possibilidade de mudanças</p>	<p><i>“Assim, eu ia vindo assim, a vida melhorou cem por cento, nem cem por cento, mas noventa por cento mudou. Melhorou e eu tô feliz.” (Ariane)</i></p> <p><i>“E me faz bem como você mesma disse, tô conseguindo tocar a minha vida, quando eu achava que nunca ia conseguir, né? Então não to tendo problema de lá pra cá. Graças a Deus espero não ter. E eu acho que eu consegui sim, entendeu? Superar todo, toda aquele...aquela loucura. E aí dentro eu acho que eu não tô de mal a pior, né? O emocional levantou, né? (mãe de Beatriz)</i></p> <p><i>“Aqui. Mas isso aqui significa o quê? Isso tudo foi uma vitória pra nós, né?... E na verdade essa vitória é nossa, né? Nós somos vitoriosos, né? Conseguimos vencer tudo isso que passamos hoje em dia tamo bem, né? (mãe de Giovana)</i></p> <p><i>“Pra mim que tá difícil...Mas tem que tá presente.O juiz determinou a mãe ou então a madrinha.”</i></p> <p><i>“Só que eu tô num jeito que eu tô querendo viver, você entendeu? Parece que ta complicado pra mim viver, você entendeu? Porque como é que eu vou viver</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças de uma condição de fragilidade emocional para uma condição de fortalecimento pessoal</li> <li>• Percepção de que o pior já passou</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constrangimento por ter que manter contatos com o autor da violência durante as visitas supervisionadas</li> <li>• Sentimento de perda, de solidão e aumento da percepção de vulnerabilidade decorrente do afastamento do autor da violência do lar</li> <li>• Continuidade do medo diante da figura ameaçadora do autor da violência sexual</li> <li>• Medo da responsabilização decorrente do processo criminal</li> <li>• Inadequação da medida protetiva em relação às expectativas de resultados</li> </ul>

		<p>assim?” (mãe de Yolanda)</p> <p>“Não, no início foi conturbante, né? Foi difícil. É, é difícil as crenças, descrenças, né? E me achei incapaz de tocar sozinha, de anoitecer sozinha porque por incrível que seja a gente se sente protegida com mais um ali... Mas assim é como eu falei: to habituando, já acostumei... e não tá aquela coisa de quebrar a cabeça, de juntar o muro, tá dando pra levar.” (mãe de Beatriz)</p> <p>“Tá bem. Entendeu? Só que eu tem tempo, assim, tem mês, assim, que eu me sinto muito medo, entendeu? Medo assim dele sair de lá, querer fazer se vingar, entendeu? O único medo é só isso... Mas eu penso assim, eu penso tipo assim, vai que ele vai querer se vingar aqui ou matar ou fazer alguma coisa com a Giovana? Eu penso nesse ponto assim.” (mãe de Giovana)</p> <p>“O que vai me trazer felicidade? É um emprego, é pagar essa pena minha trabalhando, fazendo qualquer coisa, sendo útil de alguma forma e não indo pra traz das grades, entendeu? Mas se não tiver jeito, tudo bem, mas eu peço muito a Deus, todo dia em oração eu peço a Deus qualquer coisa, menos ir preso.” (pai de Yolanda)</p> <p>“O curso de digitação eu gostei mais ou menos, que é depois nem aquilo tudo que o povo fala não.” (Ariane)</p>		
--	--	--	--	--

## Superação de sofrimento emocional para um estado de bem-estar emocional

*O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquentada e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem.  
Guimarães Rosa*

Uma das mudanças ***destacadas pelos participantes da pesquisa*** foi em relação à sua condição emocional que no início da pesquisa era de intenso sofrimento, culpa e mágoa, e em suas relações interpessoais que anteriormente encontravam-se limitadas pelas fortes emoções e pelos conflitos vivenciados, mas no decorrer dos nove meses parecem ter se tornado mais satisfatórias. Esse tema pode ser observado nas narrativas da mãe de Beatriz, mãe de Giovana, pai de Yolanda e Ariane, como a seguir.

Segundo a mãe de Giovana, a filha se encontrava bem e em pleno desenvolvimento e ela havia conseguido emprego em loja de departamento, por isso, sentia-se mais estável economicamente, embora o salário ainda não fosse “*o ideal*.” Ela havia se mudado com a filha para um local mais seguro e ambas continuavam seguindo a vida:

(É como é que você tá? Teve uma época que você tava deprimida, angustiada...)  
“*Não, eu tô bem. Tô me sentindo bem. Recuperada.*” (Tá namorando?) (Risos) “*não, ainda não.*” (mãe de Giovana)

Para Geraldo, as mudanças por ele percebidas também ocorreram no âmbito emocional. Ele considera ter passado a compreender “*muita coisa*,” o que o torna uma pessoa “*mais feliz*,” apesar da preocupação com o processo criminal no qual ele configurava como réu. Geraldo participaria da primeira audiência criminal marcada para acontecer quinze dias depois da última entrevista, o que reforçava o sentimento de medo anteriormente relatado. Observamos que, apesar da ansiedade em relação aos resultados da audiência, Geraldo se sentia mais seguro em relação ao fato de ter se separado da mãe de Yolanda e de tentar novo relacionamento afetivo. Em relação à filha, encontrava dificuldades de manter seu papel de provedor financeiro, segundo ele porque o pagamento para o advogado estava lhe consumindo boa parte da renda. Com relação a essas mudanças em seu quadro emocional e, conseqüentemente, em relação aos seus relacionamentos, Geraldo apresentou a seguinte narrativa:

“*Mudou tudo em minha vida. Mudou tudo. A minha vida pessoal, a minha vida sentimental né? Umas coisas que já aconteceram comigo na minha vida, desde a minha infância até a minha adolescência. A gente não sabia até certas atitudes que era por causa disso eu não sabia... Em termo de, de conversa e outras coisas não.*”

*Eu tô fazendo tratamento, eu descobri muita coisa, aprendi muita coisa e me ajudou muito minha forma de agir, minha forma de pensar, né?” (pai de Yolanda)*

Para Ariane as mudanças foram percebidas como “uma virada na vida.” A mudança para a residência da irmã, depois de ter saído da casa da avó materna que vendeu sua casa e deu uma parcela de dinheiro para cada dependente, inclusive para Ariane e sua irmã, e o início do curso de qualificação profissional significaram um novo recomeço:

*Foi bom, melhorou muito, muita coisa...Assim, eu ia vindo assim, a vida melhorou cem por cento, nem cem por cento, mas noventa por cento mudou. Melhorou e eu tô feliz. Assim, morar com a minha irmã, fiz curso, arrumaram esse curso pra mim também que eu achei muito legal é, e lá também encontrei pessoas que tiveram... aqui também da Vara da Infância como a Tereza a Tatiana, a Elena e a outra que esqueci o nome dela e lá também tava fazendo amigos lá e sendo muito bom. Prá mim foi uma vitória pra minha vida, foi só isso.” (Ariane)*

É importante ressaltar que o relacionamento de Ariane com a mãe em nada mudou desde o início da pesquisa. Sua mãe permanecia residindo com o autor da violência e mantinha escassos contatos com a filha. Quando estes ocorriam eram marcados por novas acusações e cobranças em relação à denúncia realizada pela filha. Não foi possível ter acesso à mãe de Ariane, pois ela se recusou a ter contatos com esta pesquisadora ou com profissionais do CEREVS. No entanto, apesar das quase inexistentes mudanças no relacionamento familiar, Ariane encontrou em suas novas relações sociais um grupo de amizade e de pertencimento, o que parece ter promovido aumento de sua auto-estima e novos projetos de vida, tais como querer “fazer faculdade. Quero fazer Direito,” sonho antes inexistente, considerando que no início do acompanhamento a adolescente não apresentava motivações ou projetos de futuro, em curto ou longo prazo.

Já, a mãe de Beatriz demonstrou que não se encontrava tão bem quanto mencionaram os outros participantes, mas ainda assim, indicou que se sentia melhor decorridos os nove meses da pesquisa:

*“E não tá aquela coisa de quebrar a cabeça, de juntar o muro, tá dando pra levar.” (mãe de Beatriz)*

No quadro a seguir, ***sintetizamos a narrativa dos participantes quanto às mudanças observadas por eles e o significado atribuído às medidas protetivas.***

**Quadro 17:** Superação de sofrimento emocional para um estado de bem-estar emocional

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> <li>• Atendimento psicossocial</li> <li>• Atendimento psicológico</li> <li>• Atendimento fonoaudiológico</li> <li>• Inclusão das crianças em creche</li> <li>• Qualificação profissional</li> </ul>	<p>Possibilidade de mudanças</p>	<p>(E como é que você tá? Teve uma época que você tava deprimida, angustiada...)  <i>“Não, eu tô bem. Tô me sentindo bem. Recuperada.”</i>            (Tá namorando?) (Risos) <i>“não, ainda não.”</i> (mãe de Giovana)</p> <p><i>“Mudou tudo em minha vida. Mudou tudo. A minha vida pessoal, a minha vida sentimental né? Umás coisas que já aconteceram comigo na minha vida, desde a minha infância até a minha adolescência. A gente não sabia até certas atitudes que era por causa disso eu não sabia... Em termo de, de conversa e outras coisas não. Eu tô fazendo tratamento, eu descobri muita coisa, aprendi muita coisa e me ajudou muito minha forma de agir, minha forma de pensar, né?”</i> (pai de Yolanda)</p> <p><i>“Foi bom, melhorou muito, muita coisa... Assim, eu ia vindo assim, a vida melhorou cem por cento, nem cem por cento, mas noventa por cento mudou. Melhorou e eu tô feliz. Assim, morar com a minha irmã, fiz curso, arrumaram esse curso pra mim também que eu achei muito legal é, e lá também encontrei pessoas que tiveram... aqui também da Vara da Infância como a Tereza a Tatiana, a Elena e a outra que esqueci o nome dela e lá também tava fazendo amigos lá e sendo muito bom. Prá mim foi uma vitória pra minha vida, foi só isso.”</i> (Ariane)</p> <p><i>“E não tá aquela coisa de quebrar a cabeça, de juntar o muro, tá dando pra levar.”</i>            (mãe de Beatriz)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção</li> <li>• Superação de dificuldades emocionais</li> <li>• Acesso a serviços tais como psicologia e cursos de qualificação profissional</li> <li>• Aumento da auto-estima</li> <li>• Percepção da capacidade de superação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As mudanças pessoais e relacionais requerem               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Recursos internos</li> <li>○ Recursos do meio ambiente</li> <li>○ Recursos conjunturais em relação aos quais as medidas protetivas encontram suas limitações</li> </ul> </li> </ul>

Há que se destacar que o contexto vivenciado por todos os participantes envolvia diferentes formas de violação de direitos, desde a violência sexual que promoveu conflitos emocionais e relacionais até aqueles de ordem socioeconômica que produziam outras formas de vulnerabilidades. Podemos considerar que as ações desenvolvidas pelas famílias e pelas instituições e profissionais podem estar diretamente vinculadas ao processo de restabelecimento da saúde emocional e de seu acesso a uma rede ampliada de recursos com o seu conseqüente fortalecimento. No entanto, as famílias revelaram que a vida é de tal forma dinâmica que sobre ela não se pode ter controle total ou prescrições absolutas. *As suas histórias demonstram que não se trata de uma ação, mas de um conjunto de fatores e de ações que podem promover mudanças e, em algumas ocasiões, de um elemento fortuito do qual sequer nos damos conta, conforme alerta Mlodinow (2009). Durante os nove meses, muitas das questões iniciais se desvaneceram com o tempo e com pequenas intervenções, porém outras surgiram de forma inesperada ou como uma seqüência do que já vinha ocorrendo. Algumas mudanças foram sutis, outras marcantes. Porém, as mudanças se mostraram importantes, por pequenas que fossem, pois parecem ter trazido renovação de força, de esperança e de atitudes.*

#### Superação de dificuldades na relação materno-filial

*Renova-te.  
Renasce em ti mesmo.  
Multiplica os teus olhos, para verem mais.  
Multiplica-se os teus braços para semeares tudo.  
Destrói os olhos que tiverem visto.  
Cria outros, para as visões novas.  
Destrói os braços que tiverem semeado,  
Para se esquecerem de colher.  
Sê sempre o mesmo.  
Sempre outro. Mas sempre alto.  
Sempre longe.  
E dentro de tudo.  
Cecília Meireles*

Uma das mudanças mencionadas pelos participantes se refere ao relacionamento materno-filial e à melhora observada em relação ao bem-estar e desenvolvimento das filhas, situação mencionada pelas mães de Beatriz e de Giovana, respectivamente. Conforme descrito na Discussão dos Resultados *no início do acompanhamento*, a mãe de Beatriz antes sentia que havia perdido o “*controle*,” projetando um futuro negativo para a filha e sentindo necessidade de uma pessoa ou de uma instituição para ocupar seu lugar de orientadora e “*controladora*” de Beatriz. Com a saída do autor da violência de casa e a inclusão de Beatriz

em outros espaços sociais, a melhoria no estado emocional da mãe, entre outros fatores que talvez nem sejam de nosso conhecimento, a situação sofreu notável mudança:

*Com Beatriz tá tudo bem, né? Tudo sob controle. Nada que eu não possa controlar. Teimosia de criança, sabe? Essas coisas, né? Nada que uma mãe não possa tomar, tomar cabo disso, né? Tá estudando, tá fazendo reforço escolar, né? Por ordem do professor, como ela é muito lenta no, no aprendizado, mas está desenvolvendo bem. Em casa tá tudo bem, né? Ela melhorou as atitudes, né? Menos agressividade. Já deu pra entender que é coisa da adolescência. Ela tá mudando totalmente, você precisa ver. Tá extremamente mudada, né? Em crescimento e hormônios corporais, então eu creio que esse, ela tá, tá se achando, né? No meio das moças, então tá mudando... tirante as respostas, as rebeldias ou gritos e os demais que menina na idade dela é normal fazer, tá normal. Minha filha não sai mais de casa, né? Não tem, não é mais aquela menina, apreensiva, né? Mas já tá mais desenvolvida nos estudos, nos horários, nas coisas, então parece que ela cresceu um pouco. Né? Então comecei ver as coisas desse tipo, ela é geniosa eu respeito o gênero dela, mas assim, não dou estia, não deixo ela assumir, que se deixar ela vai... É, parando pra pensar eu não fui diferente dela, né? Você começa refletir, você começa refletir lá atrás que eu não era uma boa biscoita, quando você começa pagar, as pragas de mãe pega (risos), sei lá, se é a minha mãe, do urubu (risos). Ela é a fotocópia, então eu não tenho muito do que reclamar. Eu só tenho que não deixar ela fugir como a minha mãe me deixou, né? E no mais...*

(Sobre o padrasto) *‘Ela não pergunta, ela não fala, ela não toca em assunto, é uma pessoa acho que inexistente pra ela... Né? Assim acho que, acho não tenho certeza, ela superou bem, ela é forte. Ela aprendeu a me falar mais. A respeito das coisas que estão acontecendo... É, ela é criança’* (mãe de Beatriz, grifo nosso).

Observamos que o estilo materno ainda permanece aquele de valorização da autoridade e do controle, porém mantém a afetividade que vincula mãe e filha em um relacionamento mais tranquilo e prazeroso. A possibilidade de enxergar a filha com outros olhos favoreceu a compreensão da mãe de que Beatriz apresentava comportamentos característicos de uma criança ou pré-adolescente e não mais de uma “*pessoa incontrolável*.” Ainda assim, não podemos deixar de notar a necessidade da mãe de manter os limites em relação à filha o que em si mesmo não pode ser considerado negativo, mas a forma encontrada por ela para dar contenção aos medos e aos riscos que vivenciam em seu contexto social. Há também que se destacar que essa mãe vivenciou situações bastante difíceis em sua história como filha e como mulher, o que ela atribui ao fato de ter sido “*deixada solta no mundo*” por sua mãe. Num movimento contrário, ela tende a prender a filha, acreditando que assim pode protegê-la.

*“Eu só tenho que não deixar ela fugir como a minha mãe me deixou, né? E no mais... tá tudo bem...”* (mãe de Beatriz)

Para a mãe de Giovana, a filha “*está bem.*” Em seu entendimento, os encaminhamentos e as intervenções trouxeram benefícios para Giovana, que no início do acompanhamento enfrentava dificuldades em suas relações pessoais, dificuldade de fala e de aprendizagem. Segundo relato de sua mãe, no momento da entrevista final, Giovana estava mais feliz e mais confiante:

*“Ela se sentia bem. Ai na Santa Maria (cidade satélite) ela sentia mais melhor, mais alegre assim sei lá...Na escola ela mudou muito... Pra muito melhor, entendeu? Depois que ela fez tratamento.”* (mãe de Giovana)

O quadro a seguir traz uma *síntese das narrativas e percepções dos participantes quanto às dificuldades na relação materno-filial.*

**Quadro 18:** Superação de dificuldades na relação materno-filial

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> <li>• Visitas supervisionadas</li> <li>• Atendimento psicossocial</li> <li>• atendimentos psicológico/fonoaudiológico</li> <li>• Inclusão das crianças em creche</li> <li>• Qualificação profissional</li> </ul>	Possibilidade de mudanças	<p><i>“Com Beatriz tá tudo bem, né? Tudo sobre controle. Nada que eu não possa controlar. É, ela é criança “</i> (mãe de Beatriz)</p> <p><i>‘Ela se sentia bem. Ai na Santa Maria (cidade satélite) ela sentia mais melhor, mais alegre assim sei lá...Na escola ela mudou muito... Pra muito melhor, entendeu? Depois que ela fez tratamento.’</i> (mãe de Giovana)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Superação de conflitos relacionais</li> <li>• Fortalecimento dos vínculos afetivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é suficiente para dar conta de toda complexidade que envolve: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A interação familiar</li> <li>○ A história</li> <li>○ As repetições transgeracionais</li> <li>○ A subjetividade</li> <li>○ As emoções</li> </ul> </li> </ul>

## Construção de outro modelo de relações sociais

*Não sei se a vida é curta  
ou longa demais para nós.  
Mas sei que nada do que vivemos tem sentido,  
se não tocarmos o coração das pessoas.  
Muitas vezes basta ser:  
colo que acolhe,  
braço que envolve,  
palavra que conforta,  
silêncio que respeita,  
alegria que contagia,  
lágrima que corre,  
olhar que sacia,  
amor que promove.  
E isso não é coisa de outro mundo:  
é o que dá sentido à vida.  
Cora Coralina*

Durante o percurso dessas mães, pai e adolescente na rede de garantia de direitos e proteção eles foram acompanhados por esta pesquisadora que acumula o papel de psicóloga do Centro de Referência para Violência Sexual da 1ª VIJ. A proposta do acompanhamento, a ser detalhada na Discussão dos Resultados da Ação, foi a de servir como apoio e suporte a essas pessoas em um momento de fragilidade que pode ser emocional e/ou socioeconômico. O objetivo foi o de promover a vinculação das pessoas às instituições para as quais foram encaminhadas, servindo alternadamente como ponto de contato, de orientação e/ou de escuta. As pessoas foram devidamente respeitadas em seu desejo de continuar ou interromper o acompanhamento a qualquer momento. O que observamos é que ter alguém a quem recorrer quando não se sabe o que fazer ou onde buscar ajuda assumiu significado de valorização do indivíduo, mesmo quando a resposta as suas demandas foram desenvolvidas em outra instância, levando-se em conta as atribuições e função da 1ª VIJ. A relação de confiança e de apoio estabelecida parece ter favorecido a elevação da auto-estima, a continuidade das ações de medidas protetivas iniciadas com os consequentes resultados, como se pode observar em suas narrativas quando o fim do acompanhamento foi anunciado:

Mãe de Beatriz: *“E agora é difícil a gente poder é preparar..., é um final de um trabalho, né? Um final de uma coisa que a gente achou que seria uma tragédia, que a gente pensa que o mundo tá acabando, que a metade do mundo caiu e de repente tudo acaba bem, né? Não acaba do jeito que a gente queria, na verdade se a gente pudesse evitar os problemas a gente nem pensava que eles existia. Mas foi bom... eu só tenho a agradecer.”*

Mãe de Giovana: *“O que significou? Ah foi. Foi muito bom. Foi vocês que me ajudaram, entendeu? Aqui. Mas isso aqui significa o quê? Isso tudo foi uma vitória pra nós, né? Nós estamos muito feliz pelo que vocês fizeram por nós. Você é meiga, uma boa pessoa... Orienta. Dá apoio. Dá conselho.”*

Pai de Yolanda: *Mas de qualquer jeito foi bom, foi maravilhoso. Eu agradeço a vocês, a Deus por isso né? Porque tão me dando ajuda, tão me ajudando. Eu, graças a Deus, tô correspondendo a ajuda... O significado pra mim é tudo bom assim de ajuda, né? Porque eu também sou um ser humano né? Todo mundo erra né? Mas a maioria das pessoas erram e permanece no erro né? Não aceita ajuda e, diferente de mim, eu errei e quando eu errei, mas aceitei ajuda e tô cumprindo o papel de buscar ajuda.”*

Ariane: *“Não assim, que vocês me ajudaram, aí viram que eu estava bem, mas agradeço muito a vocês. (choro). (Então esse seu choro é de tristeza? É de...) “Assim, de felicidade assim.”*

As narrativas dos participantes descrevem **a importância de serem considerados como sujeitos no decorrer de suas relações com profissionais no contexto das instituições sociais. São narrativas que demonstram que o fortalecimento é promovido por ações objetivas de inserção em programas, medidas restritivas, ações de saúde, educação, entre outras, mas também decorre de relações que conferem sentido à essas ações, que permite a expressão do outro como sujeito de sofrimento, mas também como sujeito capaz, cujas competências e habilidades permitem sobreviver e ultrapassar limites.**

**Quadro 19:** Construção de outro modelo de relações sociais

Medidas de proteção	Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas	Exemplos de narrativa	Alcance da medida protetiva	Limitações da medida protetiva / Efeitos contraditórios
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento psicossocial</li> <li>• Acompanhamento</li> </ul>	Possibilidade de mudanças	<p><i>“E agora é difícil a gente poder é preparar..., é um final de um trabalho, né? Um final de uma coisa que a gente achou que seria uma tragédia, que a gente pensa que o mundo tá acabando, que a metade do mundo caiu e de repente tudo acaba bem, né? Não acaba do jeito que a gente queria, na verdade se a gente pudesse evitar os problemas a gente nem pensava que eles existia. Mas foi bom... eu só tenho a agradecer.”</i> (mãe de Beatriz)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de outros modelos de relações sociais pautadas no respeito, na ética e na solidariedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A relação estabelecida com os profissionais da rede é temporária e pode ser percebida como novo abandono quando encerrada</li> </ul>

		<p><i>“O que significou? Ah foi. Foi muito bom. Foi vocês que me ajudaram, entendeu? Aqui. Mas isso aqui significa o quê? Isso tudo foi uma vitória pra nós, né? Nós estamos muito feliz pelo que vocês fizeram por nós. Você e meiga, uma boa pessoa... Orienta. Dá apoio. Dá conselho.” (mãe de Giovana)</i></p> <p><i>“Mas de qualquer jeito foi bom, foi maravilhoso. Eu agradeço a vocês, a Deus por isso né? Porque tão me dando ajuda, tão me ajudando. Eu, graças a Deus, tô correspondendo a ajuda... O significado pra mim é tudo bom assim de ajuda, né? Porque eu também sou um ser humano né? Todo mundo erra né? Mas a maioria das pessoas erram e permanece no erro né? Não aceita ajuda e, diferente de mim, eu errei e quando eu errei, mas aceitei ajuda e tô cumprindo o papel de buscar ajuda.” (pai de Yolanda)</i></p> <p><i>“Não assim, que vocês me ajudaram, aí viram que eu estava bem, mas agradeço muito a vocês. (choro). (Então esse seu choro é de tristeza? É de...) “Assim, de felicidade assim.” (Ariane)</i></p>		
--	--	---	--	--

Diante desse cenário de mudanças, conforme percebido e apresentado **pelas famílias**, consideramos que é impossível e improvável afirmar que fato ou ação provocou qual mudança. Um olhar sistêmico sobre a situação impede compreender a evolução dos casos estudados de forma linear. Assim, falar de uma mudança implica falar de outra como uma rede em que uma linha se conecta a outra de forma a tecer um formato específico e particular, porém nunca definitivo. Assim, consideramos que os resultados alcançados pelas famílias em seu percurso na rede de proteção podem ter sido um dos fatores que favoreceu a mudança na percepção das mães em relação a si mesmas e em relação as suas filhas e destas em relação às suas mães, promovendo relações materno-filiais e com outros membros familiares mais satisfatórias. A narrativa das mães de Beatriz, Giovana e Yolanda destacam as mudanças ocorridas em suas percepções e em suas relações. O que antes estava sendo

vivido com culpa e com sentimento de fracasso e de impotência passou a ser desempenhado com maior leveza e tranquilidade. As diferenças vivenciadas e percebidas pelos participantes da pesquisa podem ser melhor observadas no subitem a seguir.

***Quadro de análise dos significados construídos pelos participantes: os alcances e as limitações das medidas protetivas***

O quadro a seguir permite vislumbrar os significados construídos e conferidos pelos participantes às medidas protetivas recebidas – de *proteção* no início da pesquisa e de *possibilidade de mudanças* no fim da pesquisa. O quadro permite integrar os três momentos – início, processo e fim – da pesquisa, favorecendo uma compreensão da experiência das cinco famílias em seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos e do acompanhamento realizado nesse caminho. Permite observar *os alcances que as medidas protetivas tiveram em suas vidas, assim como as limitações em relação a outros aspectos que fazem parte da complexa tarefa de garantir proteção e resgatar direitos.*

**Quadro 20:** Quadro de análise dos significados construídos pelos participantes, os alcances e as limitações das medidas protetivas

<b><i>No início do acompanhamento</i></b>			
<b>Medidas de proteção</b>	<b>Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas</b>	<b>Alcance da medida protetiva</b>	<b>Limitações da medida protetiva / Efeitos Contraditórios</b>
Intervenção legal: • Afastamento do autor da violência do lar	Proteção	Interrupção da violência sexual	Rompimento da convivência familiar Perdas decorrentes da separação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perda da imagem idealizada de família</li> <li>• Perda das relações significativas</li> <li>• Perda do afeto</li> <li>• Perdas financeiras</li> </ul>
			Promove o desvelamento da violência como uma ferida e como uma falha no sistema familiar, gerando intenso sofrimento e perda do equilíbrio emocional.
			Não elimina a dor e ressalta a necessidade ter que lidar com a realidade impensável.
			Não elimina a culpa, o medo, a vergonha. Coloca em questão o exercício do papel materno.
			Pode promover ou destacar conflitos nas relações familiares. Pode ressaltar o lugar da vítima como bode expiatório das dificuldades dos adultos em admitir a violência e enfrentar seus efeitos.
			Alta exposição da família. Pode ser uma ação que violenta e viola direitos, quando

			exercida de forma anti-ética e agressiva.
• Atendimento psicossocial	Proteção	Interrupção da violência sexual	Pode ser impessoal na falta de estabelecimento de relações humanizadas que personifiquem as instituições de proteção.
<b><i>No fim do acompanhamento</i></b>			
<b>Medidas de proteção</b>	<b>Significado conferido pelos sujeitos às medidas protetivas</b>	<b>Alcance da medida protetiva</b>	<b>Limitações da medida protetiva / Efeitos Contraditórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento do autor da violência do lar</li> <li>• Atendimento psicossocial</li> <li>• atendimentos psicológico</li> <li>• Atendimento fonoaudiológico</li> <li>• Inclusão das crianças em creche</li> <li>• Qualificação profissional</li> <li>• Visitas supervisionadas</li> </ul>	Possibilidade de mudanças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças de uma condição de fragilidade emocional para uma condição de fortalecimento pessoal</li> <li>• Percepção de que o pior já passou</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constrangimento por ter que manter contatos com o autor da violência durante as visitas supervisionadas</li> <li>• Sentimento de perda, de solidão e aumento da percepção de vulnerabilidade decorrente do afastamento do autor da violência do lar</li> <li>• Continuidade do medo diante da figura ameaçadora do autor da violência sexual</li> <li>• Medo da responsabilização decorrente do processo criminal</li> <li>• Inadequação da medida protetiva em relação às expectativas de resultados</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção</li> <li>• Superação de dificuldades emocionais</li> <li>• Acesso a serviços tais como psicologia e cursos de qualificação profissional</li> <li>• Aumento da auto-estima</li> <li>• Percepção da capacidade de superação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As mudanças pessoais e relacionais requerem <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Recursos internos</li> <li>○ Recursos do meio ambiente</li> <li>○ Recursos conjunturais</li> </ul> em relação às quais as medidas protetivas encontram suas limitações </li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Superação de conflitos relacionais</li> <li>• Fortalecimento dos vínculos afetivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é suficiente para dar conta de toda complexidade que envolve: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A interação familiar</li> <li>○ A história</li> <li>○ As repetições transgeracionais</li> <li>○ A subjetividade</li> <li>○ As emoções</li> </ul> </li> </ul>
• Atendimento psicossocial	Possibilidade de mudanças	• Construção de outros modelos de relações	• A relação estabelecida com os profissionais da rede é temporária e pode

• Acompanhamento		sociais pautadas no respeito, na ética e na solidariedade	ser percebida como novo abandono quando encerrada
------------------	--	---	---

Até este ponto, apresentamos o conteúdo das narrativas dos participantes e os resultados alcançados e não alcançados pelas medidas protetivas, conforme suas experiências. ***Como se pode observar, as medidas protetivas podem trazer benefícios e dores ao mesmo tempo, podem aliviar um sofrimento, mas promover outros. Assim, podemos concluir que ganhar e perder, construir e desconstruir constitui a dinâmica da proteção nas situações de violência sexual, indicando que os prejuízos são inevitáveis e poderão, quando muito, ser apenas minimizados.*** Essa constatação nos remete à urgência de que Estado e sociedade se conscientizem da necessidade de promover a proteção integral de crianças e adolescentes, isto é, promover as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento, como forma de prevenir ou, pelo menos, diminuir as situações de risco e de vulnerabilização da infância e da juventude e inibir a prática das violências contra essa parcela da sociedade.

No próximo item apresentamos a situação de Luíza que revela, de forma clara, que ***as medidas protetivas nem sempre alcançam os resultados propostos, não conseguindo evitar as perdas já instaladas.*** Apresentamos também nossa reinterpretação e reflexões sobre o que foi exposto até o momento e que tomamos como base para construção do conhecimento como pesquisadores e de nossa prática como agentes de proteção social.

### ***Reinterpretações e reflexões sobre as informações contidas nas narrativas e nas experiências dos sujeitos da pesquisa.***

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*  
Fernando Pessoa

As narrativas das famílias no fim da pesquisa parecem indicar que as mudanças percebidas pelos participantes trouxeram sentimentos positivos e de confiança quando comparadas com as narrativas iniciais que apresentavam um quadro de intenso sofrimento. Para nós, essas narrativas poderiam representar que as medidas protetivas obtiveram êxito em seu propósito de mudar a situação inicial. Acreditamos que podemos ser otimistas em considerar essa possibilidade e que as medidas protetivas são uma estratégia viável para fazer valer direitos violados e promover as devidas condições para o desenvolvimento

peçoal e social das crianças, adolescentes e familiares envolvidos em situação de violência sexual ou de condições de vulnerabilidades.

No entanto, não podemos também deixar de ressaltar alguns aspectos das narrativas que indicam que *as medidas protetivas exercem papel duplo na vida das pessoas por promoverem mudanças positivas - mais acentuadas ou mais sutis -, mas também por promoverem outras questões, sofrimentos ou dificuldades. Além disso, suas narrativas indicaram que as medidas protetivas não podem ser consideradas como uma solução definitiva de problemas que envolvem questões de ordem objetivas, mas também de ordem subjetivas e relacionais.*

Indicam também que há um longo caminho ainda a ser percorrido contra a fraqueza política e em favor do exercício pleno da cidadania dessas pessoas. Historicamente construída e reforçada, a exclusão dos indivíduos do seu próprio processo de viver e usufruir os direitos que lhes garantam uma vida digna e plena, conforme preconizado em nossa Constituição, parece ser um dos fatores mais difíceis de intervir durante o acompanhamento das famílias. Isso nos remete à importância de enfatizar esse aspecto em qualquer intervenção profissional e institucional no desenvolvimento da proteção social já que, como afirma Santos (1999), “as práticas sociais têm sempre uma dimensão simbólica” (p. 54) e, conforme Demo (1998), uma dimensão ideológica.

Uma das mudanças mais difíceis de promover e de observar nos cinco casos em questão foi quanto à mobilidade social e ao acesso a emprego e renda, pelos vários fatores econômicos conjunturais e pela baixa escolaridade e qualificação profissional dos adultos. Assim, as medidas protetivas não trouxeram mudanças nessa área e a mãe de Beatriz demonstrava insatisfação com a baixa renda provinda de suas atividades como faxineira e solicitava o encaminhamento para um curso que a preparasse para um emprego fixo:

*“Trabalhando, precisando de mudar um pouco de emprego... Eu tô como, como faxineira, né? Mas não tá cobrindo o meu orçamento, não... É, me falta, me falta um pouco de oportunidade pra estudo, né? Vontade de aprendizado tenho. Mas é, é vontade de crescer, de aprender eu tenho. Me falta oportunidade. O Alex (autor da violência) tá ajudando, mas assim, isso não se torna tanto porque a gente paga ônibus, né? Locomover as crianças de casa pra creche, temos mais as despesas de dentro de casa, as despesas pessoais, então é mil reais não é lucro (risos).” (mãe de Beatriz)*

A mãe de Yolanda também vivenciava dificuldades econômicas, conforme sua narrativa demonstra:

*Não pergunte minha situação. (risos) Não pergunte. Porque tá horrível. Por causa da dificuldade... por causa assim, eu ganho salário. Ele, tudo bem me dá os ticket, mas a coisa apertou também pro lado dele porque continua pagando o advogado... aí pra ele me ajudar já tá ficando mais difícil, aí já começa a passar dificuldades com ela por causa das coisas, vai ter que rebolar de novo. Porque aí o salário não dá, entendeu?*

Observamos que, apesar do sentido de realização, melhora ou vitória conferido à sua experiência durante o percurso na rede e ao cumprimento das medidas protetivas, os sujeitos participantes não manifestaram consciência quanto à manutenção e continuidade de sua condição social, ainda marcada pela dificuldade de acesso a emprego e renda e à proteção social do Estado. E não obstante o fato de terem sido informados constantemente de que as medidas protetivas e as ações desenvolvidas em relação a eles tratavam-se, tão somente, de fazer valer os direitos violados, demonstraram considerar a presença desta pesquisadora e as ações desenvolvidas como uma “ajuda” em relação à qual mantiveram o sentimento de gratidão.

Se por um lado, não podemos negar que a relação construída durante esta pesquisa promoveu sentimento de solidariedade e empatia, humanizando a relação pesquisadora-profissional-indivíduo, por outro, não podemos esquecer que esses deveriam ser requisitos essenciais na abordagem de qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade e a quem se pretende oferecer ações de empoderamento e favorecer o exercício pleno da cidadania, pois o ser humano deve ser sempre a medida de todas as nossas ações (Morin, 2001). Apesar do aspecto de afetividade conferido na construção do relacionamento durante o processo desta pesquisa, a gratidão pode também indicar que as ações desenvolvidas se constituíram como um favor e não como o exercício profissional e dever em relação aos seus direitos.

Outro aspecto a ser considerado nos leva a um paradoxo. As medidas protetivas visam à proteção e à superação de dificuldades, mas podem promover outros danos e outros sofrimentos. Tomemos como exemplo o sofrimento vivenciado pela mãe de Beatriz em relação ao afastamento de seu companheiro do lar que trouxe a regulação quanto ao direito do desenvolvimento sexual saudável da criança, da dignidade e do respeito e da melhoria em seu bem-estar emocional. Porém trouxe também o sofrimento

*“Não, no início foi conturbante, né? Foi difícil. É, é difícil as crenças, descrenças, né? **E me achei incapaz de tocar sozinha, de anoitecer sozinha porque por incrível que seja a gente se sente protegida com mais um ali...** Mas assim é como eu falei: to habituando, já acostumei... e não tá aquela coisa de quebrar a cabeça, de juntar o muro, tá dando pra levar.” (mãe de Beatriz)*

Para a mãe de Yolanda, a medida de visitas supervisionadas que trouxe a proteção contra possível repetição de um contexto abusivo trouxe também o desconforto de continuar encontrando seu ex-marido, em relação a quem mantinha intenso sentimento de mágoa. Além disso, as dificuldades de locomoção e de tempo se somavam às dificuldades emocionais. A medida protetiva, portanto, que forçava os encontros se constituiu outra forma de sofrimento infligido a ela, apesar de necessária:

*“Só que eu tô num jeito que eu tô querendo viver, você entendeu? Parece que tá complicado pra mim viver, você entendeu? Porque como é que eu vou viver assim?”*  
(mãe de Yolanda)

No caso de Ariane, a medida protetiva de atendimento psicológico, visto pelo profissional de psicologia e pelo aplicador da lei como uma medida positiva e necessária, foi percebida pela adolescente como uma situação constrangedora, à qual ela atribuiu valor negativo se recusando a cumpri-la. Outra medida protetiva aplicada como forma de resguardar sua integridade física e emocional foi a transferência de sua guarda para a avó materna. No entanto, a diferença de idade, os conflitos familiares e outros fatores transformaram a medida protetiva em medida negativa no decorrer dos dias.

Tais situações nos mostram que, apesar de as medidas protetivas serem consideradas como uma forma de solução ou resolubilidade, elas, por si sós, não cumprem esse papel se considerarmos que as situações sobre as quais atuam não são apenas objetivas e concretas, mas acentuadamente marcadas por questões subjetivas, relacionais, culturais e conjunturais. Considerando esse duplo aspecto das medidas protetivas, ressaltamos as colocações de Santos (2000) quanto à necessidade de fazer com que o direito e a política se assentem sobre dois pilares: o da regulação e o da emancipação. Não negamos que as medidas protetivas são necessárias na maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes como forma de se garantirem os seus direitos e a sua proteção. No entanto, os resultados desta pesquisa nos mostram que ***enquanto as medidas protetivas forem aplicadas como mero instrumento de regulação e normatização, serão reducionistas e inócuas e, ou não alcançarão resultados positivos ou promoverão outras formas de sofrimento e de danos às pessoas, mostrando-se incapazes de proteger conforme foram propostas.***

Tomamos como base para essa compreensão, o pensamento construcionista de que “ninguém pode fazer nada com ninguém” (Fruggeri, 1998, p. 53). Essa afirmação contraria a ideia de que alguém tem o poder de mudar alguém pelo uso de ferramentas técnicas como são as medidas protetivas. Essa mesma autora defende a ideia de que o comportamento dos

indivíduos é uma função dos seus processos cognitivos e simbólicos, não é uma simples resposta ao que os outros fazem. Assim, continua Fruggeri, *as intervenções não são eficazes em si mesmas, pois estas estão diretamente vinculadas aos sentidos que as pessoas atribuem a elas. Entendemos, com isso, que a proteção não pode ser imposta, deve ser construída juntamente com as próprias pessoas que tomam parte na construção de suas realidades.* As cinco famílias participantes nesta pesquisa nos ensinam que a questão a ser abordada não é apenas a situação objetiva em si mesma, mas os processos e as dinâmicas interpessoais e sociais que as determinam e mantêm, exigindo do formulador e do aplicador da lei, da sociedade e do Estado *o entendimento e a participação na construção conjunta de novas identidades sociais, de novos valores e de novas consciências.* No entanto, o que em geral observamos (e fazemos) é aplicar as medidas protetivas sem que os indivíduos sequer tenham conhecimento ou participação em sua formulação, considerando o poder e autoridade judicial ou dos Conselhos Tutelares, órgãos competentes para sua aplicação. *Entendemos que essa postura acaba por transformar os sujeitos da intervenção em objetos de manipulação e o que deveria servir à emancipação, trabalha em função da subserviência, sem resultados positivos.*

Com isso não queremos negar a necessidade de controle social tão necessário em situações de violações de direitos por meio da violência física, emocional, sexual e negligência. É certo que há casos que requerem medidas drásticas, tais como o acolhimento institucional da criança em favor de sua integridade física, ou de afastamento de autor de violência, suspensão do poder familiar ou outra medida. No entanto, quando consideramos que as medidas protetivas sociais e de saúde podem ser fator que contribuem para o direito à convivência familiar, ao respeito, à dignidade, acreditamos, com base nos resultados desta pesquisa, que elas necessitam contar com a participação dos sujeitos a quem serão aplicadas no intuito de, verdadeiramente, permitir sua participação na construção de sua própria vida.

*Mais uma vez se destaca a necessidade de flexibilização no processo de cumprimento das medidas, já que a vida em si mesmo é flexível e imprevisível. É possível que uma medida pensada como positiva se mostre insuficiente ou mesmo negativa no decorrer de seu cumprimento. É necessário poder rever, avaliar e mudar se necessário. A medida protetiva não pode ser um fim em si mesmo ou o objetivo final de qualquer intervenção, mas sim os resultados que ela pode produzir e que podem se revelar bem diferentes daqueles que foram idealizados na aplicação da medida.*

## O duplo movimento: mudar e permanecer

*Mas tenho medo do que é novo e tenho medo de viver o que não entendo  
quero sempre ter a garantia de pelo menos estar pensando que entendo,  
não sei me entregar à desorientação.*  
Clarice Lispector

Como se pôde observar, as mudanças descritas no subitem - 4.7.2. *A narrativa dos sujeitos participantes e sua interpretação a respeito das medidas protetivas e de seu percurso na rede* - não foram vivenciadas pelos seis participantes. Apesar de à família de Luíza terem sido aplicadas medidas protetivas, a situação tendeu a permanecer a mesma, com poucas mudanças significativas. Dessa forma, nesta apresentação de resultados destacamos a narrativa da mãe de Luíza que, apesar de se diferenciar daquelas dos outros participantes, apresenta alta relevância e traz importantes contribuições para esta pesquisa. Esclarecemos que a família de Luíza permanece em acompanhamento tendo em vista que ainda se faziam notar os efeitos da violência sexual e de um contexto de vulnerabilidades no final da pesquisa. No decorrer dos nove meses a adolescente chegou a sair várias vezes de casa e com isso ainda se encontrava em situação de risco e a mãe ainda vivenciava sentimentos de culpa e depressão. Apesar da não adesão às várias medidas aplicadas, o atendimento psicológico aplicado à mãe foi mantido graças à vinculação com a psicóloga que se deu de maneira sólida, o que ajudava a amenizar o seu sofrimento e favorecia seu fortalecimento para lidar com a situação. Assim, já que o fim da pesquisa não implicava o fim do acompanhamento, consideramos importante e ético continuar desenvolvendo a ação de acompanhamento da família, com o mesmo objetivo de apoiá-la e de promover a expansão de sua rede social secundária para o pleno exercício de sua cidadania e para se ampliarem as oportunidades de desenvolvimento pessoal.

Os resultados obtidos por meio da narrativa da mãe de Luíza nos colocam frente ao duplo movimento entre mudar e não mudar. Esse movimento pode ser analisado à luz do que diz a abordagem sistêmica quanto ao dilema da mudança vivenciado pelos sistemas humanos e sociais, biológicos, ecológicos ou políticos (Papp, 1992). Segundo Papp, “a mudança não é uma solução única para um problema único, e sim, um dilema a ser resolvido. A mudança exige um preço e faz surgir a questão de quais serão as repercussões para o resto do sistema” (p. 25). A mudança também requer uma contínua redefinição e uma

reestruturação de todos os envolvidos. De acordo com Papp, ela requer a capacidade de assimilar toda nova aprendizagem dentro de padrões habituais e, nesse processo, cada redefinição corre o risco de ser tragada por padrões antigos e conhecidos, podendo ser anulada por eles.

De acordo com Andolfi (1980), a família é um sistema que se adapta às características das diversas fases do seu ciclo de desenvolvimento e às mudanças sociais, buscando a sua continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros. Esse processo, no entanto, se dá através de duas tendências aparentemente contraditórias: tendência homeostática e capacidade de transformação.

Cerveney (1994) define a homeostase na família como

um processo auto-regulador que mantém a estabilidade do sistema e o protege de desvios e mudanças. Em termos familiares, refere-se à tendência da família em manter um certo padrão de relacionamentos e empreender operações para impedir que haja mudanças nesse padrão de relacionamentos já estabelecidos. (p. 25)

E, ainda de acordo com Minuchin (1982), a família é um sistema aberto que funciona no interior de contextos sociais específicos, passando por etapas variadas que necessitam sempre de uma reestruturação. Os sistemas familiares, segundo esse autor, resistem a mudanças, mantendo ao máximo suas configurações transacionais preferidas, com tendência constante a se auto-sustentar. Para Minuchin, a manutenção da continuidade é tarefa essencial e é somente assim que o sentimento de pertencer pode perpetuar-se entre seus membros.

Maturana (1998) afirma que os seres vivos estão continuamente produzindo-se a si mesmos, o que ele denomina como capacidade de autopoiese. Se não houver a conservação de si mesmo, de sua organização, um sistema morre. Dessa forma, fazendo uma correlação entre os sistemas biológicos e os sistemas sociais, Maturana (1998) afirma que estes últimos são constitutivamente conservadores. Segundo esse autor, devido ao caráter conservador de todo sistema, qualquer mudança será resistida. Daí se depreende uma tendência homeostática de qualquer sistema, inclusive o sistema familiar. No entanto, ainda que todo sistema social seja conservador, Maturana afirma que ele se encontra em contínua mudança estrutural e que “o decorrer histórico de qualquer sociedade é sempre o resultado destes dois processos: conservação e variação” (p.71).

Outro fator relacionado ao duplo movimento de mudança e não-mudança pode estar vinculado à transgeracionalidade e repetição de padrões interacionais nas famílias de

geração em geração (Penso & Costa, 2008). Os padrões transacionais regulam o comportamento dos membros de uma família e podem ser mantidos por sistemas de repressão que envolvem as regras universais que governam a organização familiar e as expectativas mútuas dos membros da família (Minuchin, 1998). Assim, o sistema mantém-se a si mesmo, oferecendo resistência e mantendo padrões *preferidos e possíveis*.

Não podemos também deixar de lembrar os mecanismos sociais que tendem a manter as relações sociais em suas estratificações, os valores e crenças, cuja influência mantém a disposição a permanecerem estáveis os papéis e as instituições sociais (Demo, 1998; Gacitúa-Marió & Woolcock, 2005).

Esse duplo movimento pode ser bem ilustrado pela família de Luíza que, apesar de pequenas modificações, manteve padrões relacionais, socioeconômicos e emocionais. Em sua história, Vanessa e Luíza parecem repetir situações e padrões relacionais materno-filial, apesar da tentativa de promover mudanças. A violência sexual perpetrada por padrastos também ocorreu como uma repetição transgeracional. A reação da mãe de Vanessa foi de desproteção, conforme sua narrativa:

*“Porque um dia Viviane, eu falei isso pra (psicóloga), eu contei isso tudo pra ela porque, sabe? E assim eu vivia essa situação, né? De abuso, também era o meu padrasto e assim ele só não conseguiu, eu acho que porque meu irmão mesmo foi que me salvou, né? Mas no caso mesmo, fazer, ia ser mesmo a força, né? E assim, a primeira atitude que eu tive foi de contar pra minha mãe, né? E aí, foi aí que eu fui pras ruas porque ela me condenou, ela me julgou, foi em cima de mim e me expulsou de casa, que eu estava em cima da área dela, eu fui embora, até hoje eu sou magoada com a minha mãe por causa disso, mesmo ela já sendo idosa, mesmo ela já... sabe? Ela tem deficiência e tudo, mas assim, eu não sei, eu não consegui assim ainda perdoar isso ainda, sabe? Que dos filhos adorados dela, eu fui a que ela menos amou, aliás, ela nunca me demonstrou um gesto de carinho, de nada, me desagradou, tudo que eu tenho, era a única filha mulher dela, né? Os outros tudo homem e ela nunca colocou nada, de nada, sobre nada comigo. Ah, fui morar com meu pai, minha madrinha. E eu nunca mais... assim... quis saber dela, guardo isso até hoje, ela me largava aonde ela tinha vontade, então. Mas a primeira atitude, assim, foi de falar pra ela, falei pra ela, eu cheguei nela e falei, né? Mesmo que o resultado não tenha sido agradável. Assim a minha mãe nunca foi mãe mesmo, nunca foi mãe, né?”* (mãe de Luíza)

Na tentativa de mudar e de ser uma mãe diferente, Vanessa estabeleceu outra forma de relação com seus filhos:

*“No meu ponto de vista eu fiz tudo que a Luíza quis, eu faço tudo que os meus filhos querem, eu dei liberdade pra se abrir comigo sobre tudo, não importa, assim, não importa a consequência do assunto, não importa o tema do assunto, entendeu? Eu sempre dei liberdade porque eu fui criada assim, eu fui criada assim pelo meu pai,*

*então porque que eu ia criar os meus filhos diferente, né? Nunca espanquei. Muito pelo contrário, eu sofri muita violência doméstica por causa deles por defender eles e eu acabava levando a pior, então assim, eu fui mãe, né? Então eu acho que pra... não sei o que acontece, eu não sei o que está se passando na cabeça da Luíza, mas na minha cabeça que eu errei. Em algum ponto eu errei, eu não sei se na proteção demais, eu não sei se foi amar demais, se foi na liberdade demais, eu errei, né? Então assim, eu fico me auto julgando porque a gente faz tanto e não recebe assim, né? A devida compreensão, os devidos agradecimentos, né? Eu nunca ouço um obrigado de um filho, nunca houve nada, então é isso, sabe?” (mãe de Luíza)*

No entanto, se por um lado a forma de agir pareceu ter mudado, os conflitos relacionais não. Vanessa considera que sua mágoa em relação à mãe se deve ao fato de nunca ter se sentido amada e por ter sido preterida em relação aos irmãos e ao padrasto, seu agressor sexual. Por outro lado, apesar de tentar estabelecer um padrão diferente com os filhos, os conflitos materno-filiais se repetem em sua relação com Luíza:

*“Aí ela ficou zangada, nesse dia que ela jogou o celular e aí, é, foi aí que ela começou falar, né? Que me odiava, não me suportava mais, né? Que eu tinha que acabar sozinha, que eu era insuportável mesmo, que ela me odiava de coração e aí a noite, depois que as meninas foram embora, né? Depois que a Marina e a Aline foram embora, ela foi pro quarto, disse que ia arrumar as coisas dela e que ia embora, aí eu peguei liguei pra Selma lá no Conselho Tutelar e falei pra Selma, ela foi e pediu pra eu apreender as coisas da Luíza pra ela não sair de casa que ela ia vim pra conversar com ela, aí eu apreendi as coisas dela, tudo a roupa, tudo, levei pro meu quarto e tranquei... Aí ela entrou no bazar pegou uma roupa e simplesmente sumiu.” (mãe de Luíza)*

O papel materno é vivido com culpa, dúvidas e medos e repete o modelo afetivo vivido em seu papel de filha. Nesse sentido, Penso e Neves (2008) argumentam: como ser mãe sem ter sido filha? A ausência de parâmetros para se posicionar como mãe parece ter promovido na relação entre Vanessa e a filha uma relação de amigas. Nessa relação de amizade, a figura materna se perdeu e com ela todo referencial de autoridade e de imposição de limites. Assim, quando Vanessa se posicionava em relação à educação de Luíza, esta rejeitava a atitude materna:

*“Eu não sei o que que realmente a Luíza quer, porque a nossa situação ficou muito crítica, muito crítica mesmo ao ponto da gente ir nos tapa, entendeu? A gente, chegando mesmo a se agredir fisicamente. A gente é, já tava uma situação bem, né? Porque ela, ela já falava que eu me metia na vida dela, né? Que eu me metia com as pessoas que ela escolhia pra ela, entendeu? Mas não era bem assim, porque a Luíza, quando eu ficava sabendo dos relacionamentos da Luíza, praticamente já tinha acabado, ela já tava começando outro, né? Então como era que eu me metia?” (mãe de Luíza)*

Os conflitos no exercício do papel materno tornaram-se mais um motivo de sofrimento para Vanessa que, sem se dar conta, repete em sua relação afetiva com a filha o mesmo padrão vivenciado em sua relação afetiva com a mãe.

*“Quando a gente dá amor demais pra uma pessoa, pra um filho, a gente erra, quando a gente não protege, né? Quando a gente não, quando a gente ama, mas não protege a gente erra duas vezes, mas eu assim... Erra duas vezes, né? Porque aí, né? Vem às críticas, né? Vem às críticas: “Ah, porque que você não protegeu seu filho, sua obrigação era proteger”, né? Então a gente erra duas vezes por isso, né? Mas não, eu acho assim que é só porque eu não enxerguei a situação, né?” (mãe de Luíza)*

Nesse contexto, consideramos ser possível afirmar que, apesar da mudança no padrão comportamental de Vanessa como mãe, buscando ser mais amiga do que sua própria mãe o fora, o padrão relacional conflitivo foi mantido e repetido transgeracionalmente, com a consequente desproteção da filha:

*“Eu achava que era álcool porque a Luíza ela tava se flagelando, ela, ela simplesmente não ligava mais pra é, pra higiene física, entendeu? Então assim, eu comecei a peitar demais eu não sei se foi isso também, né? Comecei falar mais com ela, comecei a conversar mais com ela e falei pra ela, que se ela não me dissesse o que que tava acontecendo, não tinha como eu ajudar. ...Ah, mas eu pedi a sua ajuda? Ia sair com as amiguinhas, né? E assim, frequentava o mesmo lugares, né? As baladas, né? Dos jovens, né? De Baile Funk, e quando voltava ou ela tava cheirando muito álcool ou suja demais. Assim, eu achava muito estranho aquilo, mas quando eu ia conversar com ela, ela me rebatia. Não. Porque muitas vezes eu falei, eu perguntei pra ela né? “Me diz aonde foi? Qual foi o ponto chave, né? Aonde foi que eu erre pra que eu possa me corrigir e te ajudar, se foi pouco a ajuda.” (mãe de Luíza)*

Essa narrativa de Vanessa foi feita decorridos os nove meses da aplicação das medidas protetivas. Ressaltamos que muitas foram as tentativas de inserção e de engajamento de Luíza e de seus familiares em ações de proteção e de promoção de seu desenvolvimento. No entanto, a mudança na situação inicial não foi alcançada plenamente. Luíza permanecia em situação de risco se considerarmos que seus direitos continuavam não sendo efetivados, ainda que se tenham encontrado recursos na rede. Além disso, o quadro acima narrado também é indicativo de situação de risco, tendo em vista que a adolescente continua sem uma rede social primária e secundária estabelecida e atuante para o fortalecimento de suas habilidades e competências pessoais e sociais. Essa situação traz, da mesma forma que nos casos exitosos, algumas considerações importantes sobre as medidas protetivas.

Inicialmente, podemos considerar que *as medidas protetivas não são a única ferramenta para o estabelecimento de mudanças e promoção de saúde física, emocional, social e econômica, mas apenas um elemento no mundo das incertezas que constituem o universo subjetivo humano e nossa relação com o mundo*. Outro fator primordial a ser levado em conta é o tempo de construção subjetiva de cada indivíduo. Apesar de não ser possível, pelo espaço e objetivo deste texto, nos aprofundarmos nos últimos conhecimentos que resgatam o valor do tempo, não podemos deixar de mencionar Prigogine (1996) que, por meio de seus estudos da física, lembra que “o tempo e a realidade estão irredutivelmente ligados. Negar o tempo pode parecer um consolo ou aparecer como o triunfo da razão humana, mas é sempre uma negação da realidade” (p. 197). O tempo, segundo esse autor, ao contrário do que se pensava, é a dimensão fundamental de nossa existência.

No tempo das famílias há que se considerarem as etapas do ciclo de vida familiar e de desenvolvimento, os quais têm grande interferência sobre os conflitos e sua resolução assim como influenciam as relações do sistema familiar (Santos & Costa, 2007). Nesse sentido consideramos que não há como falar em tempo, mas em tempos: tempo de desenvolvimento pessoal, tempo de desenvolvimento das relações, tempo de adaptação, tempo de saturação dos limites e de desejo de mudanças, tempo de mudar, tempo de permanecer o mesmo, tempo da vida. Ainda de acordo com Santos e Costa (2007), necessitamos atentar para as diferenças também entre o sentido de tempo objetivo e o sentido de tempo subjetivo individual – passado, presente e futuro, já que cada indivíduo tem percepções diferentes acerca do tempo e cada indivíduo adota um estilo próprio em sua temporalidade.

No desenvolvimento das ciências, essas diferenças de percepção e de compreensão do tempo estão também presentes:

Na relatividade, o tempo é subjetivo, ou seja, cada um tem o seu tempo próprio, o qual pode ou não coincidir com o do outro. Na física quântica, o tempo é indeterminado e casual, isto é, o tempo real mantém uma relação não determinista com o tempo virtual. Na termodinâmica, nos sistemas desagregadores, o tempo está dirigido irreversivelmente para o futuro. (Santos & Costa, 2007, s/p.)

Nesse sentido, questionamos se essa compreensão poderá ser suficiente para quebrar nossos preconceitos e juízos a respeito das pessoas em condição de vulnerabilidade a quem, não raro, atribuímos a responsabilidade única por sua condição social e pela dificuldade em responder às intervenções realizadas de forma rápida e imediata, isto é, em *nosso* tempo e não no tempo próprio.

A vida de Vanessa e de Luíza nos ensina que uma história de repetições transgeracionais que ocorre no tempo não pode ser rompida ou modificada sem a conjunção e combinação de vários elementos objetivos e subjetivos. Também não pode servir como justificativa ou explicação determinista para sua manutenção ou para que nos calemos e nos isentemos de nosso papel social e profissional de resgate de direitos e de proteção social. A vida está em perpétua construção e a conexão entre ações e resultados não é tão direta quanto gostaríamos de acreditar. Segundo Mlodinow (2009), o êxito resulta tanto de fatores aleatórios quanto de habilidades, preparação e esforço. Assim, para esse autor, a realidade não é um reflexo direto das pessoas ou circunstâncias que as compõem, e sim uma imagem borrada pelos efeitos aleatórios de forças imprevisíveis ou variáveis. É como nos lembra o poeta Manoel de Barros, “*repetir, repetir - até ficar diferente*”

Esses aspectos nos colocam em confronto com nossas possibilidades e com nossas limitações. Mas, se, de um lado, as medidas protetivas se encontram limitadas pelos vários fatores institucionais, políticos, sociais, culturais e individuais e de tempo, consideramos que elas são também uma possibilidade. Esses dois pólos distintos – limitações e possibilidades - podem servir para eliminar nosso senso de poder e ao mesmo tempo reforçar nossa crença de que é possível intervir na promoção da saúde emocional, física e social das pessoas, ainda que ao tempo de cada indivíduo e dentro dos limites de cada possibilidade.

Ainda assim, considerando a percepção das famílias participantes nesta pesquisa sobre as medidas protetivas como ***proteção e possibilidade de mudanças***, não podemos deixar de questionar sua eficácia na promoção da premissa de proteção integral, conforme propõem os vários documentos internacionais de defesa dos direitos da infância e da juventude, nossa Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante notar que as medidas protetivas visam à resolubilidade de uma situação de risco já instalada. Nesse sentido, elas têm seu valor e eficácia como proteção e possibilidade de mudança de uma situação de risco que, se não interrompida, pode resultar em grandes danos para as pessoas implicadas. Podem até mesmo, como nos indicaram as famílias, reforçar sua capacidade de prosseguir e de refazer seus caminhos. No entanto, será possível afirmar que as medidas protetivas podem produzir efeitos em relação aos prejuízos já instalados e sofridos? É possível resgatar o estado inicial de uma criança ou adolescente antes do fato que violou seu direito e sua integridade? É possível apagar ou reverter as marcas que certamente ficaram de uma violação do corpo, da alma, do espírito e da cidadania? É

possível recuperar os prejuízos de anos fora da escola ou de um ensino insuficiente? Será possível resgatar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e social perdidas no tempo?

*Estas perguntas nos colocam diante de um paradoxo: medidas protetivas podem proteger de uma situação ou de um fato de violação, mas não podem se traduzir na proposta de proteção integral. É possível concluir que esta é a grande contribuição que as famílias nos trazem ao participar desta pesquisa, revelar que a proteção tem natureza paradoxal e não ocorre sem um alto custo emocional para os sujeitos a quem se aplica. Também gera alto custo para a sociedade e para o Estado que, ao confundir proteção com proteção integral, permanece violando nossas crianças e adolescentes para depois intervir com a proteção legal.*

Diante dos casos apresentados nesta pesquisa, podemos concluir que a proteção conferida pela aplicação de medidas protetivas não implica proteção integral, embora proteção integral envolva a necessária proteção em relação a uma situação específica de violação de direitos. Para nós, tornou-se claro, durante o desenvolvimento desta pesquisa nos nove meses de relacionamento com as famílias, que proteção integral é conceito a ser aplicado *antes* de qualquer situação de risco. É conceito a ser desenvolvido nas ações da família, do Estado e da sociedade de forma preventiva e não interventiva. Não pode ser uma resposta, mas uma iniciativa. Consideramos que proteção é uma resposta a uma situação que demanda ações específicas. A proteção integral, por sua vez, envolve o desenvolvimento de ações que permitam o acesso a serviços básicos, a oportunidades que promovam o desenvolvimento pessoal, social e profissional de crianças e adolescentes por serem estes *sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento*. **Por essa razão, não podemos deixar de concluir que proteção integral deve ser desenvolvida muito antes da necessidade de proteção legal e, por que não dizer, como forma de se evitar a necessidade de ações interventivas de proteção.** O Estatuto da Criança e do Adolescente é lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, elencando muito antes das medidas protetivas (Arts. 101, 129 e 130), vários outros artigos que visam garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, “assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.” (ECA, Art. 3). *É certo que o entendimento das famílias sobre as medidas protetivas como proteção e como possibilidade de mudanças é coerente com a situação de violência a que estiveram expostas. Porém, ao conhecermos suas histórias, observamos que ações que visam à*

*proteção integral se fizeram necessárias muito antes do que se fizeram as medidas protetivas e o seu não cumprimento contribuiu em grande medida para a sua condição de vulnerabilidade. E, se por um lado, a aplicação das medidas protetivas produziu alguns resultados positivos, as famílias permaneceram alienadas das medidas de proteção integral que não se efetivaram na vida real e cotidiana de suas crianças e adolescentes, notadamente pela ausência do poder público em oferecer as devidas oportunidades e facilidades que lhes facultassem o pleno desenvolvimento.*

#### **4.8. A colagem no fim do acompanhamento**

No fim da pesquisa, decorridos nove meses de acompanhamento, a colagem foi novamente realizada no intuito de permitir a livre expressão dos conteúdos subjetivos e sentimentos dos participantes a respeito de sua trajetória na rede de proteção e garantia de direitos e em relação às medidas protetivas a eles aplicadas. A seguir, apresentamos as colagens, com as respectivas narrativas dos sujeitos que as produziram e suas respectivas interpretações.

##### **4.8.1. Mãe de Giovana**

Por meio de sua colagem, a mãe de Giovana expressou o sentido conferido à relação mantida com esta pesquisadora que a acompanhou durante o período de cerca de nove meses. A imagem representa uma mulher cercada de jovens e crianças, em momento de celebração de alguma vitória, já que a mulher segura na mão erguida um troféu. Abaixo da figura, estão as palavras *amiga* e *pessoal*. Para a mãe de Beatriz, a imagem representa a vitória por ela obtida, por meio do apoio que recebeu. Fala também de uma relação com a profissional que foi de amizade e que a valorizou como pessoa, mas que parece também ter exercido a função de orientar.

# SE VOCÊ CONHECE UM BOM PROFESSOR... LEVANTE A MÃO!



Amiga:

Pessoal

**Figura 8:** Última colagem da mãe de Giovana

Em relação a esse sentido conferido por Liane à relação estabelecida conosco, o filósofo Buber afirma: *todo viver verdadeiro é encontro*. Buscando ressaltar a esfera da inter-relação na existência humana, Hycner (1995) toma como base a filosofia de Buber e sugere que “a existência humana, em seu nível fundamental é inerentemente relacional” (p.23). Para esse autor, a relação verdadeira acontece quando nos voltamos para o outro em sua alteridade, para o reconhecimento da humanidade comum subjacente. Essa relação parece se revelar como elemento de fundamental importância, podendo ocorrer ou não, pois todo encontro requer a disponibilidade das duas pessoas envolvidas. No entanto, quando ela ocorre produz efeitos surpreendentes para ambos os lados, pois como afirma Santos (1999), todo conhecimento é auto-conhecimento e, na medida em que conhecemos o outro nos reconhecemos. E, de acordo com Santos (1999), “a qualidade do conhecimento afere-se

menos pelo que ele controla ou faz funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede e o partilha” (p.54).

Essa relação entre profissional e sujeito, quando ocorre no contexto das instituições sociais, parece favorecer a personificação da instituição, trazendo-a para mais perto do indivíduo e deixando de ser algo etéreo, abstrato e intangível para se tornar algo mais próximo, real e humanizado. Entendemos que só assim se constroem sentidos para as ações co-construídas e compartilhadas, favorecendo a adesão às ações de proteção e a consequente efetividade destas.

#### ***4.8.2. Mãe de Beatriz***

A imagem da mãe de Beatriz representa sua relação de mãe com a filha: uma galinha que tem consigo seus pintinhos bem próximos.



**Figura 9:** Última colagem da mãe de Beatriz – 1ª parte

Apesar de a imagem representá-la em seu papel protetivo, ela ainda considera que não alcançou o “grau de excelência” como mãe protetiva por não ter conseguido proteger a filha no passado:

*“Olha aqui, eu acho que eu ainda não sou essa galinha não, né? Mais (risos) vamos fazer de conta, né? Olha ela carregando o pintinho nas costas dela... Então algo ela quis fazer, uma proteção e tal...Eu posso ter fechado os olhos pra essa proteção no início como eu te falei.”* (mãe de Beatriz)

A segunda imagem representa seu desejo de uma família, desejo alimentado desde a infância:

*“Aqui, foi o meu sonho de infância. Que foi dar um lar, ter um marido, filhos. Infelizmente tive marido pela metade. Pela metade (risos). Não foi lá essas coisas não, né? Então feliz de quem tem o marido completo, pelo menos de segunda à sexta. Sábado é deles (risos). Hoje é como eu me sinto. Sorrindo pouco e olhando mais. Senão a casa vai cair. E tenho certeza que vou chegar a mais. É se hoje, se há cinco anos atrás, seis anos sei lá, eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, eu não teria arrumado marido.”* (mãe de Beatriz)



**Figura 10:** Última colagem da mãe de Beatriz – 2ª parte

Em pesquisa anterior (Santos, 2002), observamos que o sonho de família ideal é socialmente compartilhado. Segundo Mello (1995), em nossa cultura ocidental circula a

ideia de que existe uma família ideal, cujo modelo normativo de organização é o da família nuclear, monogâmica, composta de mãe, pai e filhos. O pai assume o papel de provedor de todas as necessidades da família, a mãe assume o papel daquela que é carinhosa, protetora e cuidadora “infatigável”, tomando para si os cuidados com a casa e com os filhos. Segundo esta mesma autora, esse modelo é veiculado pelos meios de comunicação como o modelo certo, adequado e desejável, tornando-se produto ideológico que é interiorizado e torna-se o fundamento político que permite a atribuição de caráter negativo e estigmatizante a qualquer modelo que fuja a este padrão.

A narrativa de Cecília é coerente com os resultados encontrados na referida pesquisa (Santos, 2002) e demonstra um alto nível de idealização da família, desde a idealização do casamento como uma saída para os problemas e dificuldades enfrentadas em suas famílias de origem, tornando-se a solução idealizada. Nas últimas décadas, no entanto, o modelo familiar tradicional vem se mostrando inapropriado diante das várias formas que a família passou a assumir na sociedade atual. É possível notar que, com o fim de se adequar ao meio sócio-econômico e diminuir o impacto das dificuldades vivenciadas, as pessoas encontram maneiras diferentes daquela tradicional para viver em família (Bilac, 1995; Mello, 1995). Atualmente, na prática, a família moderna foge, em muito, ao modelo tradicional. No entanto, ela continua a ser idealizada e esperada como antes, independente das evidências de que este modelo não mais se aplica a toda família e a qualquer situação.

Bucher (1986) faz notar que “a família, como unidade sistêmica, se apresenta como sendo a base do processo de individuação de seus membros...” (p.17). No entanto, na idealização da família unida, a separação assume um caráter amedrontador e ameaçador. O mito da família perfeita e unida também faz acreditar que é possível manter o controle dos seus membros. O controle parece também ser uma forma de reeditar a experiência do passado. Por exemplo, no lugar do abandono e da desproteção vivida por Cecília, ela se oferece aos filhos como uma mãe sempre presente, super-protetora e super-controladora.

Apesar de ver frustrada essa expectativa, na quarta e na quinta imagem Cecília representa a esperança de voltar a sorrir e de ter melhor oportunidade de trabalho, demonstrando que, apesar de todas as expectativas frustradas e de todo o sofrimento, ela ainda mantém a capacidade de sonhar e de investir em novos projetos de vida. Essa capacidade de resistir mostrou-se elemento fundamental na possibilidade de oferecer proteção a sua filha e ao grupo familiar, revelando, mais uma vez, a importância da união entre recursos internos e recursos externos na promoção e resgate de seu bem-estar.

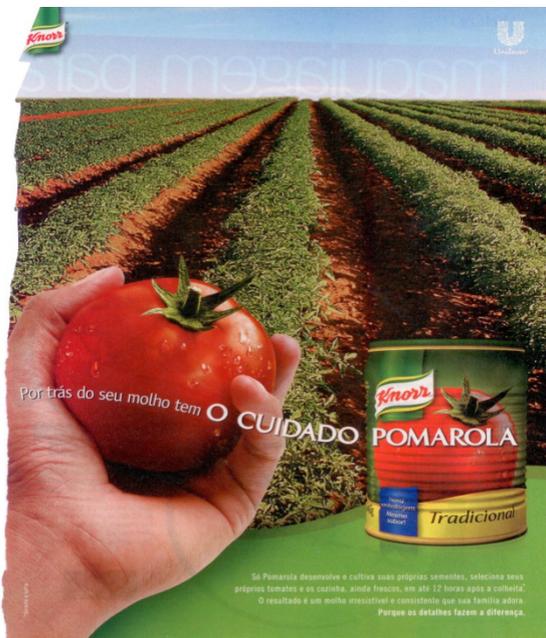
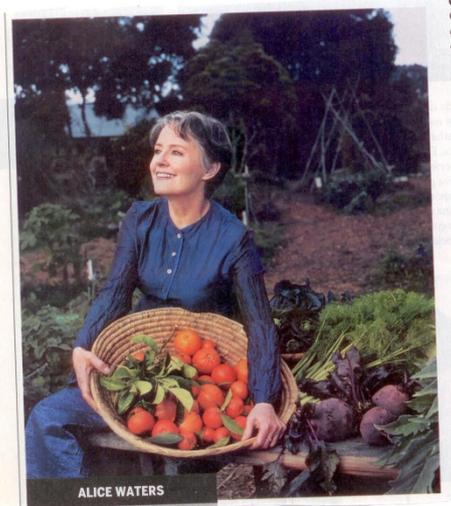
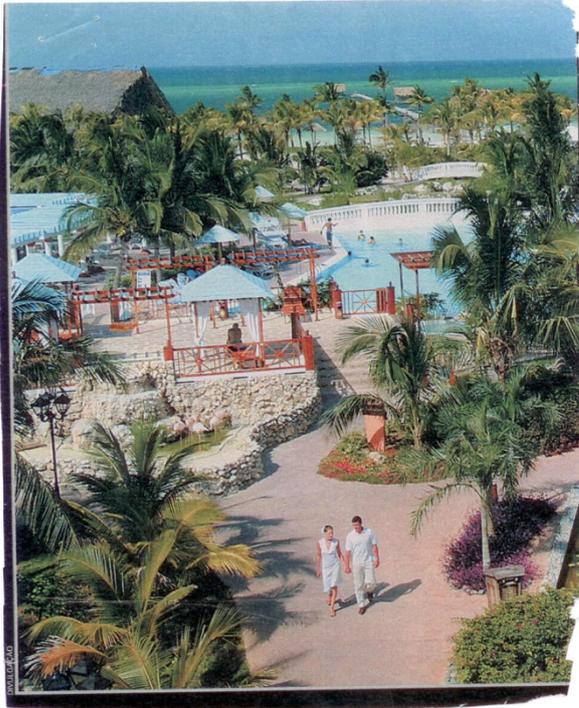


**Figura 11:** Última colagem da mãe de Beatriz – 3ª parte

#### 4.8.3. Pai de Yolanda

A colagem de Geraldo apresenta quatro imagens de pessoas felizes e duas imagens com frutos. Sem falar sobre cada uma em especial, ele descreve o que as imagens representam:

*“É tipo um renascimento, né? Hoje eu posso bater no peito e falar, eu sou transformado, eu sou um novo homem entendeu? Eu tô conseguindo ser um novo homem. Através do tratamento de Deus que tá me ajudando né? De eu tá lendo a bíblia, porque ler a bíblia é muito bom pra mim, é maravilhoso. Então é um renascimento né? É tudo novo né? É uma nova pessoa, um novo ser humano. Eu coloco isso assim, é por isso que eu falava assim... Aquele homem morreu e nasceu outro. (E você se sente realmente feliz hoje?) Totalmente. Eu falei pra você, pra minha felicidade ser plena mesmo é só, eu só tô esperando que Deus me ajude muito lá na audiência, que dê tudo certo entendeu? É só, só tá faltando isso aí pra eu ser completamente feliz porque mesmo com tudo de bom que tem me acontecido eu não tô conseguindo viver. Eu tô trabalhando, tô cumprindo com as minhas obrigações, tô fazendo tudo direitinho, eu evito, eu não saio de casa. Final de semana quando eu vou pra casa da minha mãe na chácara eu fico dentro de casa. Eu não saio, não gosto de festa, não gosto de bar, não gosto de nada. Então eu tô conseguindo tudo isso. Mas a felicidade minha plena mesmo vai ser lá... (O que você acha que vai te trazer felicidade lá?) O que vai me trazer felicidade? É um emprego, é pagar essa pena minha trabalhando, fazendo qualquer coisa, sendo útil de alguma forma e não indo pra tras das grades, entendeu? Mas se não tiver jeito, tudo bem, mas eu peço muito a Deus, todo dia em oração eu peço a Deus qualquer coisa, menos ir preso. (Você sente medo?) Eu tenho medo. Porque como eu já falei, eu já fui estuprado quando criança né? E hoje eu prefiro a morte sabe? Se isso acontecer comigo de novo, porque todo mundo sabe ... eu prefiro morrer. Então se eu for pra lá e for acontecer pode ter certeza que eu vou morrer, não vou aguentar, entendeu? Só disso que eu tenho medo.” (pai de Yolanda)*



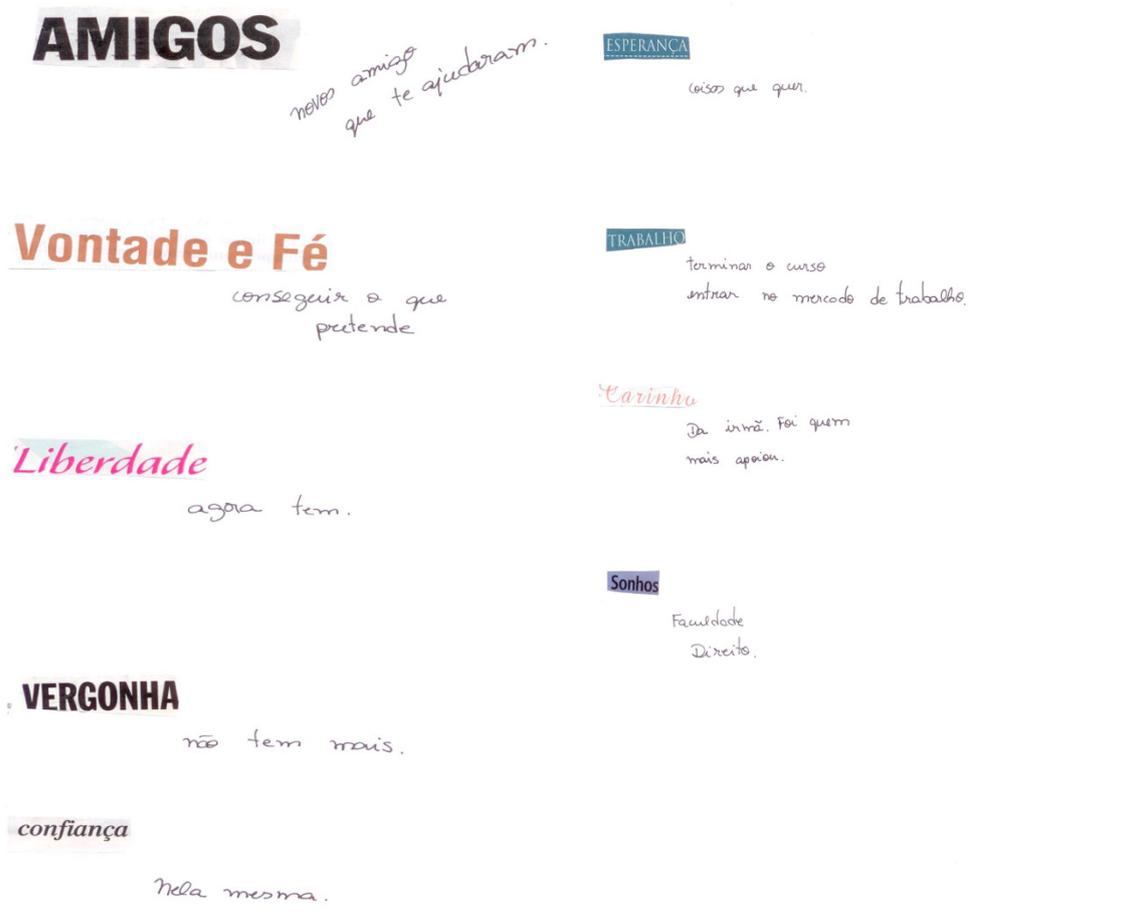
**Figura 12:** Última colagem do pai de Yolanda

Apesar de buscarmos evitar um julgamento moral sobre a narrativa de Geraldo, há dois aspectos que chamam a atenção. Por um lado, ele de fato vivenciou situação de ajuda

que favoreceu melhor compreensão de si mesmo, de suas dificuldades, de seus traumas e suas dores, de reconhecimento da autoria da violência sexual. Essa nova concepção de si mesmo, a possibilidade de se sentir livre de seus “*fantasmas e vozes*” e a possibilidade de viver sua sexualidade em novos relacionamentos podem ter promovido esse sentimento de vitória e de bem-estar. Não podemos esquecer ainda que Geraldo também sofreu perdas e suas imagens podem ser uma projeção de seu desejo de recuperar o que foi perdido.

Por outro lado, a colagem de Geraldo parece demonstrar que ele permanece alienado, sem consciência ou entendimento dos prejuízos que causou à filha e que ainda não haviam sido completamente sanados até o fim da pesquisa e realização da atividade projetiva. Nesse sentido não podemos deixar de questionar: As imagens representam uma vida que se pretende ou uma vida presente? Um sonho ou uma farsa? Em que medida o peso da violência sexual praticada e suas implicações o alcançaram? Em que medida a atitude da filha de idealização de sua imagem paterna contribui para que ele não perceba o impacto de seus atos sobre ela? Em que medida ele contribuiu para a manutenção dessa imagem paradoxal de bom pai e, ao mesmo tempo, de abusador? A essas questões não temos resposta, pois como afirma Sanderson (2005), pouco se sabe sobre os autores de violência sexual e suas dinâmicas internas e relacionais e, por não ser o foco do presente estudo, essas questões não foram abordadas com Geraldo. Fica aqui, portanto, uma sugestão para novas investigações que contemplem os aspectos relacionais, crenças e perspectivas dos autores de violência sexual intrafamiliar.

#### 4.8.4. Ariane



**Figura 13:** Última colagem de Ariane

A colagem de Ariane foi coerente com o modelo da primeira e com seu estilo de discurso: sucinto e objetivo. Ariane utilizou palavras para simbolizar sua experiência e seu sentimento. As palavras encontradas expressam sentimentos de liberdade, de confiança em si mesma, assim como o fim do sentimento de vergonha que, segundo ela, não a incomoda mais.

A colagem também expressa *a importância das novas relações com a rede social* formada no curso de qualificação profissional e com a irmã, de quem se aproximou e recebeu apoio quando deixou a casa da avó materna. Ariane expressa ainda a esperança de uma vida melhor, com projetos de futuro que incluem o curso de direito. Por fim, destaca a compreensão de que ela é elemento fundamental nas mudanças que deseja e nos sonhos que tem. Isso pode ser observado pelo fato de que a esperança de “*ter as coisas que quer*” estão

relacionadas com a oportunidade que teve de se qualificar profissionalmente e com a possibilidade de entrada no mercado de trabalho.

Esclarecemos que as mães de Luíza e de Yolanda solicitaram não fazer a colagem por terem outro compromisso e estarem com pressa no dia da última entrevista. Como foi acordado no início da pesquisa de que elas poderia se recusar a dar continuidade a alguma atividade proposta ou até mesmo à participação na pesquisa, elas foram desobrigadas de realizar a colagem. Por isso, suas colagens não constam desta parte da análise o que, em nosso entendimento, de forma alguma prejudicou o andamento da pesquisa ou a compreensão a que esta se propôs.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA AÇÃO

*Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.  
Antônio Machado*

Segundo Dionne (2007), a ação é sempre mais eficaz do que o discurso e “o desenvolvimento da ciência acontece na ação e pela ação” (p.27). Esse autor considera, então, que a pesquisa-ação provoca uma redução da distância entre a teoria e a prática, convidando o profissional/pesquisador a desenvolver reflexões sistemáticas quanto ao sentido a dar a sua ação e a sua prática. Levamos em conta essa orientação de Dionne (2007) ao decidirmos empreender essa pesquisa conjugada com uma ação e, acreditamos que os resultados alcançados, descritos a seguir, trazem grandes contribuições para as nossas reflexões sobre a proteção e sobre a rede de proteção e garantia de direitos.

No Método de pesquisa objetivamos definir uma estratégia de ação que favorecesse a resolução do problema identificado na *Análise da Situação* (Dionne, 2007), isto é, o não cumprimento de medidas protetivas aplicadas às vítimas de violência sexual e aos seus familiares e a conseqüente falha em garantir a proteção e os direitos violados das crianças, adolescentes e seus familiares. Diante do quadro de sofrimento e prejuízos em vários níveis que pode se instalar tanto pela ocorrência da violência sexual quanto pelas conseqüências da revelação, consideramos que a efetividade da proteção presente nos discursos legais e institucionais necessita de mais do que encaminhamentos para a rede de proteção e garantia de direitos, conforme alerta Faleiros (1998):

desmontar a violência intrafamiliar acarreta, não apenas contar o número de vítimas e encaminhar vitimizados, numa circulação ‘pingue-pongue de um lugar para outro, de um profissional para outro. A mudança de paradigma do tratamento para o paradigma de redes tem como conseqüência a construção da integração estratégica de atores na implementação da garantia de direitos. (p. 50)

Além das questões da fragmentação e desconexão da rede, da ausência de recursos financeiros e humanos nas instituições, da dificuldade de acesso da população aos serviços que existem, não podemos deixar de atentar para o fato de que as próprias famílias, muitas vezes, se sentem desmotivadas e fragilizadas ou não acreditam em uma possibilidade de ajuda (Santos e cols., 2010), o que favorece que não procurem os serviços a que foram encaminhadas. Em outros casos, a violência e o sofrimento já se tornaram naturalizados e são percebidos como uma fatalidade, o que pode minar nos indivíduos a capacidade de

exigir seus direitos ou lutar por mudanças. Assim, a estratégia proposta na pesquisa para enfrentamento desse quadro foi o acompanhamento das famílias por um período de doze meses, tempo que poderia se adequar à necessidade de cada família para menos ou para mais. O acompanhamento para fins desta pesquisa teve a duração de cerca de nove meses, de março a dezembro de 2009, considerando que no fim desse período quatro das cinco famílias se encontravam mais fortalecidas e bem vinculadas às instituições da rede de proteção. A família de Luíza, conforme anteriormente dito, continua sendo acompanhada.

Conforme já exposto, consideramos inicialmente o acompanhamento de acordo com alguns verbetes do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) que define o termo como “estar ou ficar junto com ou junto a (alguém), constantemente ou durante certo tempo” (p.62-63).

“Estar junto com as famílias,” isto é, o acompanhamento se deu por meio de contatos frequentes com elas e com as instituições da rede ou da sociedade civil para favorecer a vinculação daquelas a estas e, com isso, ampliar a rede social das famílias na tentativa de fortalecê-las, empoderá-las e garantir o direito aos devidos atendimentos: psicológico, de saúde física, educação, cultura, esporte, creche, ou outros.

Nesta pesquisa, o acompanhamento foi realizado em relação a pessoas em situação de violência sexual, porém acreditamos que qualquer situação de vulnerabilidade social na qual haja falta de recursos pessoais, estruturais e sociais enseja o acompanhamento temporário de indivíduos ou famílias, conforme pensado pelo legislador quando propôs tal medida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entendendo que o acompanhamento não pode se constituir como mais uma forma de controle da família, propusemos como objetivo geral garantir que os direitos violados fossem resgatados e as condições para o desenvolvimento das crianças e adolescentes fossem satisfatoriamente oferecidas. Passaremos agora à avaliação da ação de acompanhamento e de seus resultados. Conforme aponta (Dionne, 2007), o procedimento de avaliação da ação compreende a análise do caminho percorrido na ação *em relação aos objetivos inicialmente propostos*. O objetivo nessa avaliação é verificarmos se a situação original sofreu mudanças e em que medida, levando em conta que “raramente se obtém uma completa satisfação com relação à situação mudada, visto que esta nunca corresponde perfeitamente à situação desejada no início da intervenção” (p. 64).

Para uma melhor divisão didática da análise dos resultados da ação, iniciaremos pela descrição das atividades do acompanhamento e seus resultados e, posteriormente, a descrição dos objetivos propostos e os resultados alcançados.

*- Atividades planejadas e realizadas*

Conforme descrito no Método, o planejamento inicial previu contatos com uma frequência máxima de um mês com cada família participante com os seguintes objetivos:

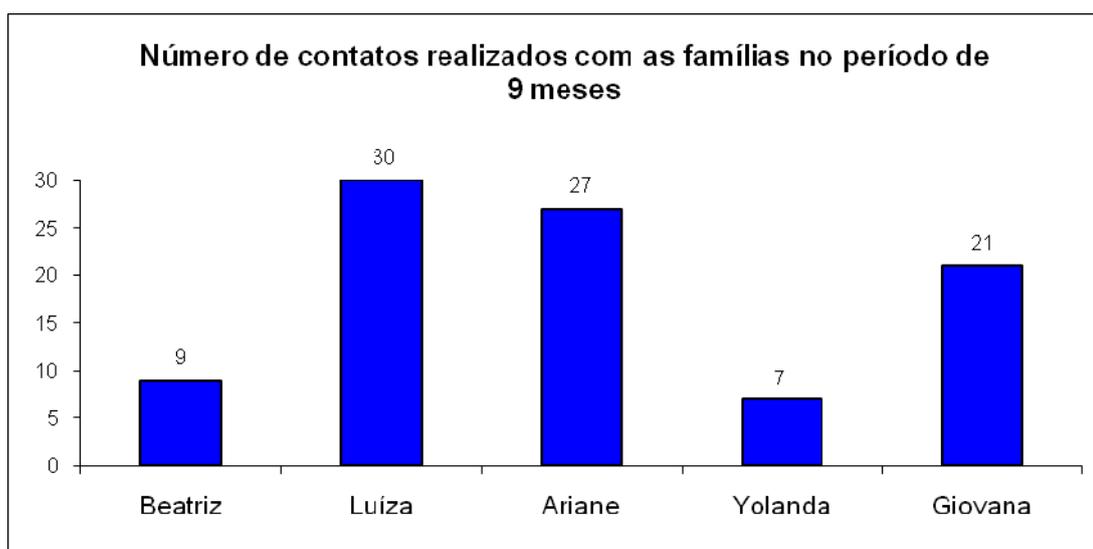
- Conhecimento atualizado da situação da família: uma forma de nos mantermos vinculados às mesmas e de construir uma interação com os sujeitos, favorecendo um espaço de troca e de apoio, e de tomar conhecimento sobre o cumprimento das medidas ou de dificuldades que pudessem estar impedindo o seu cumprimento, tais como falta de contatos com as instituições, falta de recursos financeiros para compra de passagens de ônibus, entre outros e para que alternativas fossem discutidas e encontradas para sanar ou contornar as dificuldades observadas.
- Ampliação e fortalecimento das redes sociais das famílias: os contatos poderiam ser feitos com as mães, pais, adolescentes, outros familiares, sempre ressaltando a importância de sua participação na resolução das dificuldades das famílias. Os contatos também se constituíram uma forma de favorecer a ampliação da rede social secundária, por meio de vinculação a outras instituições, ações e novos relacionamentos que deles surgissem. Por exemplo, uma nova necessidade de “inclusão de um adolescente em atividades no contra-turno escolar” poderia ser facilitada ou favorecida por contatos com a rede e encaminhamento da família, ampliando a participação de mais uma instituição e indivíduos na rede familiar.
- Os contatos também foram previstos como forma de manter a proximidade com as famílias, permitindo a construção de novos significados, novas narrativas e novos enredos e, conseqüentemente, o fortalecimento de suas habilidades internas e autonomia.

Os contatos com as famílias se deram por meio de telefonemas e por encontros. Em algumas ocasiões, os contatos foram realizados por iniciativa da pesquisadora e, em outras, por iniciativa dos sujeitos participantes. O mesmo ocorreu em relação às instituições demandadas para execução das medidas protetivas aplicadas. Segue abaixo a descrição desses contatos que foram analisados: 1) quanto à quantidade de contatos com as famílias no período de nove meses; 2) quanto à iniciativa dos contatos; 3) quanto aos contatos com as

instituições da rede e da sociedade civil e tipos de ações demandadas; 4) quanto à natureza das instituições contatadas; 5) quanto aos resultados alcançados por meio dos contatos com as famílias e com as instituições; 6) quanto ao volume de contatos com as famílias e com as instituições.

*- Quanto à quantidade de contatos*

O quadro apresentado no Anexo IV foi utilizado para registro da quantidade e periodicidade dos contatos e informações deles decorrentes. O número de contatos realizados com cada família e com cada instituição variou de caso para caso, de acordo com as demandas de cada uma e da possibilidade ou dificuldade de acesso às ações e aos serviços necessários. Os contatos foram realizados por meio de telefonemas ou de encontros com as famílias. A seguir, o gráfico representa quantitativamente os resultados obtidos em relação aos contatos realizados com as famílias no período de nove meses.



**Figura 14:** Número de contatos realizados com as famílias no período de nove meses

Esses resultados indicam como podem variar o número de contatos com as diferentes famílias que apresentam demandas e características distintas. Como podemos observar, as famílias que mais requereram contatos foram aquelas com menos recursos pessoais e da rede primária e secundária. A família Luíza demandou contatos mais frequentes tanto pelo grau de fragilidade em que se encontravam a mãe e a filha, quanto pela dificuldade de adesão da adolescente aos recursos encontrados na rede durante o período do acompanhamento. Em segundo lugar, a adolescente Ariane demandou uma maior

quantidade e frequência de contatos por encontrar dificuldades na adaptação ao núcleo familiar da avó materna e por não se adaptar aos serviços encaminhados, tornando-se necessário manter, pelo menos, a vinculação com esta pesquisadora como forma de manter o apoio, um espaço para diálogos e para ajuda. Com os outros três grupos familiares mantivemos contatos menos frequentes, pois as mesmas aderiram aos serviços de que necessitavam e, por meio da vinculação que fizeram com outras instituições e profissionais, foram se fortalecendo e ganhando maior autonomia para resolução de outras dificuldades encontradas. No caso da família Giovana, os contatos foram maiores, pois apesar de mãe e filha também aderirem de forma regular aos serviços por elas demandados, a mãe de Giovana necessitou de ajuda para encontrar tratamento para um problema de saúde que surgiu no período do acompanhamento. A demora no atendimento na rede de saúde pública motivou sua busca por nosso apoio para encontrar uma alternativa de atendimento mais rápido, o que foi conseguido com médico voluntário da sociedade civil, vinculado ao Projeto Rede Solidária Anjos do Amanhã da 1ª VIJ.

A partir desses dados podemos considerar como uma *característica do acompanhamento a necessidade de flexibilidade, destacando que maior atenção acabará sendo conferida a uma ou a outra família, conforme suas características e suas necessidades que, inclusive, poderão mudar durante o processo de acompanhamento*. Esse fato deve ser analisado à luz dos objetivos propostos, pois caso estes sejam atingidos, a quantidade de contatos não poderá ser indicadora de maior ou menor efetividade do acompanhamento.

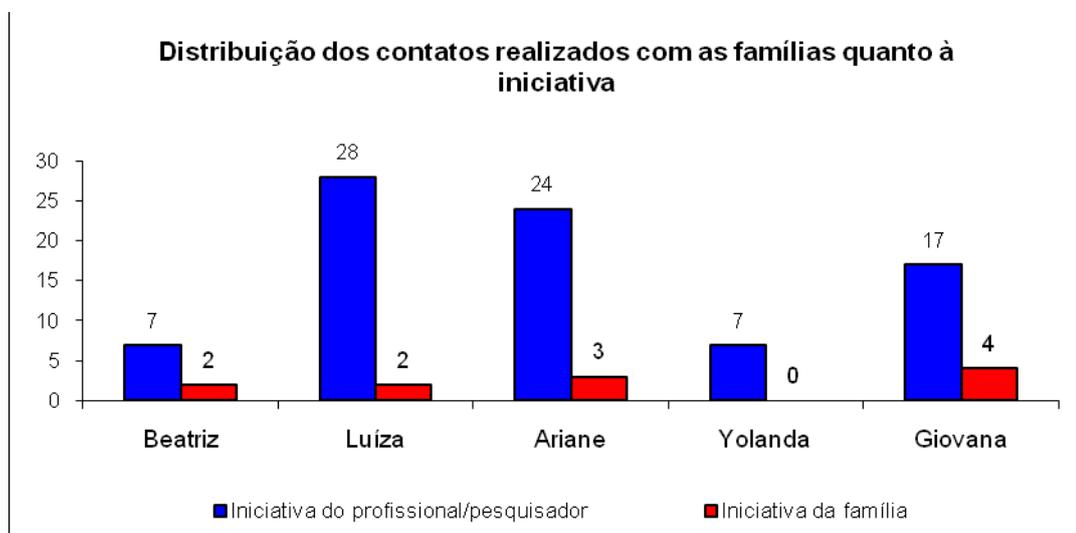
*- Quanto à iniciativa dos contatos*

Como dito anteriormente, os contatos poderiam ser realizados por iniciativa tanto da pessoa que acompanha a família quanto por iniciativa da própria família. A tabela e gráfico abaixo demonstram que as famílias têm menor índice de iniciativa de contatos.

**Tabela 1:** Quantidade de contatos por iniciativa do profissional/pesquisador e da família no período de nove meses

<i>Família</i>	<i>Beatriz</i>	<i>Luíza</i>	<i>Ariane</i>	<i>Yolanda</i>	<i>Giovana</i>	<i>Total de contatos</i>
Quantidade de Contatos por iniciativa do profissional/pesquisador no período de 9 meses	07	28	24	07	17	83

Quantidade de Contatos por iniciativa da família no período de 9 meses	02	02	03	0	04	11
--	----	----	----	---	----	----



**Figura 15:** Total dos contatos com as famílias quanto à iniciativa

Alguns fatores podem ser considerados na compreensão dessa diferença quanto à iniciativa de contatos. Em primeiro lugar, a ação foi proposta por nós, portanto, caberia a nós a iniciativa de começá-la e de mantê-la até que percebêssemos que os objetivos puderam ser alcançados ou caso a família se recusasse a dar continuidade ao acompanhamento. Devemos também considerar que as famílias seguiram vivendo suas vidas, com suas rotinas e com sua atenção voltada para seus próprios recursos, o que, em nosso entendimento, é um aspecto positivo dessa *relação que se caracterizou pelo apoio oferecido e não pela dependência*. Descartamos a possibilidade de que as famílias não tivessem interesse no acompanhamento, pois estas se mostravam felizes ao serem contactadas e, de forma espontânea, compartilhavam suas emoções, insucessos e sucessos, dificuldades e realizações. Também de forma espontânea, muitas vezes, apresentavam novas demandas.

Outro fator a ser considerado nesse contexto são as falhas nas políticas públicas e programas do Estado que no Distrito Federal apresenta deficiência na alocação de recursos financeiros, conforme verificado pelo CEDECA/DF (2009), descontinuidade nos programas e projetos porventura existentes e a execução de projetos de cunho meramente assistencialista. Em uma pesquisa realizada com cinco famílias (Santos e cols., 2010), os resultados revelaram o descrédito e o cansaço que essas falhas podem gerar nas famílias que buscam indefinidamente seus direitos sem, contudo, alcançá-los. Além disso, conforme já

discutido anteriormente, os recursos públicos disponíveis se encontram, na maior parte, fora das comunidades da população que mais os requer, dificultando o acesso desse público a eles. Esses fatores também podem contribuir para uma indisponibilidade das famílias em buscar seus direitos, diminuindo o incentivo para que, por iniciativa própria, possam requerer de sua rede social o devido atendimento.

De outra sorte também, um olhar sobre o aspecto sócio-histórico nos permite observar que a história de interação das cinco famílias com a rede social secundária indica um padrão recorrente de naturalização da não garantia de direitos, de sua condição de vulnerabilidade social e de enfraquecimento ou ruptura dos vínculos sociais. Jodelet (1999) aponta como parte do processo psicossocial dessa condição de privação dos direitos a organização específica, material ou simbólica, de relações interpessoais ou intergrupos. A autora destaca o afastamento, a manutenção de uma distância topológica, a manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social e o não investimento do poder público para inclusão da população segregada como características de uma relação social que resulta na apartação dos indivíduos e, portanto, de não acesso a recursos disponíveis. ***O afastamento e a distância mantida nas relações com a rede secundária, de um lado reforça a condição de vulnerabilidade e o sofrimento dela decorrente, e de outro impede a participação política para fazer valer e exigir seus direitos.***

As cinco famílias, então, seguiram seu viver cotidiano, assumindo o papel de “o substitutivo privado do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos,” conforme afirma Pereira-Pereira (2006, p. 25), tendo elas ou não as devidas condições para isso. Desse contexto podemos inferir mais uma ***característica do acompanhamento temporário de famílias: a necessidade de promover reflexões que desnaturalizem a condição de vulnerabilidade social e de fortalecer a participação cidadã, pois como alerta Demo (1998), as causas da condição de vulnerabilidade social não são de ordem puramente econômica, mas, sobretudo política e historicamente mantida e cultivada.***

Se por um lado entendemos o fortalecimento político dos sujeitos como ação desejável e necessária, não podemos deixar de considerar a ***premente necessidade de remodelagem das políticas de proteção social***, como lembra Pereira-Pereira (2006)

há que se resgatar a política e, com ela, as condições para sua confiabilidade e coerência, as quais se assentam no conhecimento o mais criterioso possível da realidade e no comprometimento público com as legítimas demandas e necessidades sociais reveladas por esse conhecimento. Ou seja, é preciso reinstitucionalizar e reprofissionalizar as políticas de proteção social e levá-las a sério. (p. 40)

- *Quanto aos contatos com as instituições da rede e da sociedade civil e tipos de ações demandadas*

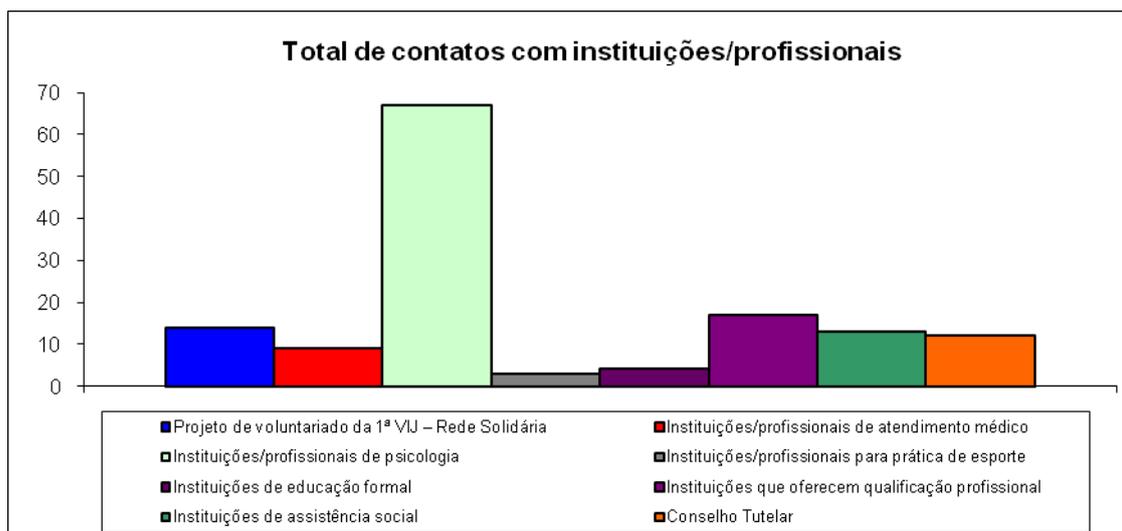
Para alcançar os objetivos da ação de acompanhamento, a realização de contatos com as instituições se mostrou fundamental. A construção de um trabalho em rede revelou-se imprescindível para favorecer a proteção e garantir os atendimentos necessários. Ainda que tenha promovido maior aproximação das famílias, maior conhecimento de suas questões, dificuldades, habilidades e recursos pessoais, o acompanhamento, isto é, estar junto das famílias e apoiá-las, por si só, não traria resultados efetivos, ainda que tenha seu próprio valor. Consideramos que ***a proximidade e o apoio emocional oferecidos durante o acompanhamento podem favorecer um novo modelo de relação social caracterizado pela possibilidade de confiar, pela solidariedade e pelo respeito e são elementos promotores de saúde emocional.*** Porém, são apenas parte dos vários elementos necessários para o bem-estar social e emocional de um indivíduo. Como lembra Jelin (citado por Miotto, 2006) “ninguém nunca é totalmente auto-suficiente, e o bem-estar depende tanto de segurança em relação ao futuro e aos eventos críticos da vida, quanto da possibilidade de contar com uma rede de sustentação para garantir a reprodução cotidiana, social e biológica” (p. 46). Além das necessidades emocionais das famílias de apoio, de amizade e de novos modelos de relações, estas também apresentaram demandas específicas em outras áreas que não poderiam ser deixadas de lado, sob o risco de se anularem inclusive os benefícios da relação de apoio. Além disso, fracassaria também o objetivo de garantir direitos, já que estes estão diretamente relacionados às necessidades apresentadas e à condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, o acompanhamento só pôde se mostrar eficaz nos casos em que as instituições da rede de proteção e da sociedade civil se engajaram no acompanhamento das famílias.

A interação com outros profissionais de outras instituições nos mostrou que ela é necessária para o devido envolvimento de todos – família e profissionais – na efetivação dos serviços e direitos. É possível que alguns questionem a necessidade de interação pessoal, já que a simples comunicação oficial deveria ser suficiente para provocar uma intervenção específica de uma instituição, conforme sua função precípua. Mas a nossa experiência no acompanhamento mostrou que ***a interação pessoal, a possibilidade de apresentar as famílias como sujeitos tornou a interação menos impessoal e mais humanizada. Os casos deixaram de ser casos e tornaram-se o que são: pessoas.***

Assim, foi possível observar que maior conhecimento sobre os fatos e sobre as dinâmicas das pessoas encaminhadas promoveu maior flexibilidade em alguns procedimentos e regras estabelecidas. Como exemplo, podemos citar a situação de Vanessa, mãe de Luíza que, com sintomas de depressão e de Estresse Pós-Traumático, fazendo uso de bebida alcoólica como meio de escape, não compareceu às duas sessões de atendimento psicológico agendadas para ela. A regra da instituição era clara: depois de duas ausências não justificadas a pessoa perde a vaga para atendimento. No entanto, poder falar com a psicóloga responsável e com Vanessa permitiu avaliar a situação e compreender os motivos para as duas faltas que, conforme se poderia erroneamente julgar, não ocorreram por falta de interesse ou de motivação. Em contato com Vanessa, ela informou que foi até o local do atendimento, porém com intensa crise de medo, seguida de choro convulsivo não conseguiu entrar. Em acordo com a psicóloga, sugerimos que fosse realizada uma visita na residência de Vanessa, com o intuito de favorecer a formação de vínculo e inspirar nela a confiança necessária para seu engajamento no tratamento. Como a sugestão não fugia aos propósitos da referida instituição e, sensibilizada com o alto nível de sofrimento de Vanessa, a psicóloga concordou com a sugestão e a visita foi realizada. O sentimento de empatia e de vinculação entre Vanessa e a profissional foi de tal forma intensa que o tratamento teve início, com a participação e disponibilidade total de Vanessa, sem nenhuma falta a partir de então. Segundo informações da psicóloga, o tratamento de Vanessa vem evoluindo de maneira positiva, resultando no fortalecimento da mãe, a despeito de muitas questões ainda a serem resolvidas (se é que é possível resolvermos todas as nossas questões).

É nosso entendimento que o atendimento psicoterapêutico nas situações de violência sexual é de fundamental importância para o resgate da saúde emocional, incremento da auto-estima, estabelecimento de limites e relações saudáveis. No entanto, também entendemos que *outras atividades que promovem o nosso desenvolvimento como pessoa humana e parte integrante de uma sociedade que no processo civilizatório sofre e promove influências tem parcela semelhante de importância. Assim, acreditamos que a arte em suas várias formas e o esporte assumem valor semelhante aos serviços básicos que mantêm a dignidade humana, tais como saúde, educação, alimentação, moradia, afinal “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte... a gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade”* (Titãs). Dessa forma, o incremento da rede social buscou envolver instituições que atuam nessas áreas para oferecer às crianças e aos adolescentes dessas cinco famílias tal possibilidade. A maior dificuldade encontrada foi

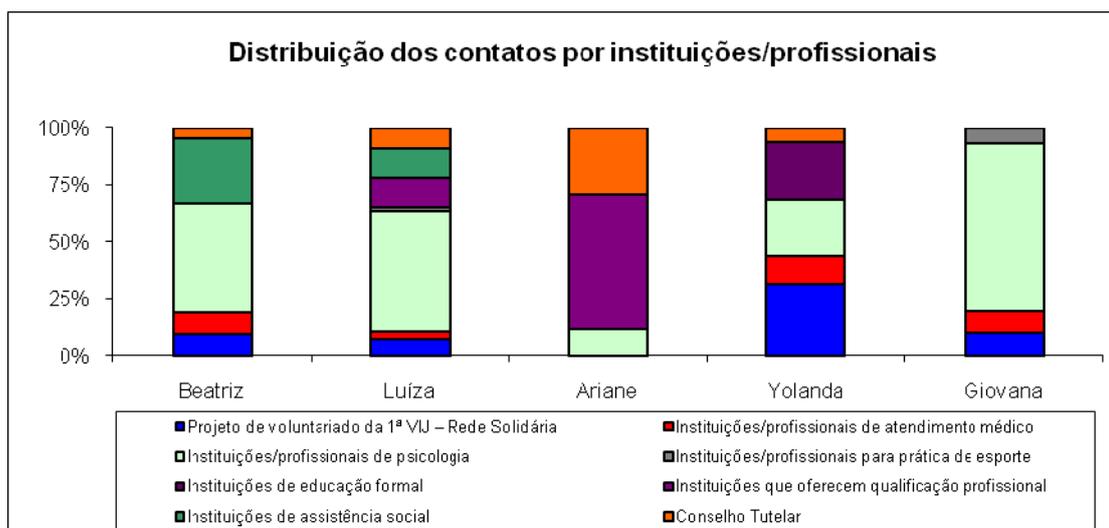
ter acesso a esse tipo de instituição nas próprias comunidades. Como é do conhecimento de todos, o acesso das populações menos favorecidas ao cinema, teatro, música, dança é bastante limitado. Também limitada é a oferta dessas atividades para essas populações. Talvez por isso, como se pode observar no gráfico a seguir, o maior número de contatos foi realizado em função de se conseguir atendimento psicológico.



**Figura 16:** Total de contatos com instituições/profissionais

Analisando os registros dos contatos (Anexo IV), pudemos observar que estes foram feitos na tentativa de encontrarmos um profissional de psicologia voluntário que pudesse oferecer os atendimentos na própria comunidade ou nas proximidades. Isso facilitaria o acesso e a adesão ao tratamento e evitar que essa ação provocasse dificuldades de outra ordem, tais como econômica pelo fato de as famílias não disporem de recursos suficientes para arcar com mais essa despesa. Em dois dos casos, isso não foi possível e houve necessidade de encontrarmos voluntários, mais uma vez na Rede Solidária Anjos do Amanhã, para pagamento do transporte de duas adolescentes. Os contatos com os profissionais também envolveram a troca de informações para melhor evolução do tratamento ou para certificar a continuidade dos atendimentos.

O próximo gráfico destaca os contatos realizados com as instituições para cada família acompanhada.



**Figura 17:** Distribuição dos contatos por instituições/profissionais

Durante o período do acompanhamento, uma das necessidades que despontaram foi a de qualificação profissional para Ariane e Luíza. Ariane já se aproximava dos dezoito anos, idade em que deixa de ser alvo de atenção da rede de proteção e garantia de direitos por alcançar a maioridade civil. Além disso, a necessidade se apresentou pelo fato de Ariane não ter acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e econômico, já que a única atividade que desenvolvia eram os estudos, porém com baixa frequência e pouca motivação. A adolescente demonstrou interesse em fazer um curso de digitação, ao qual se vinculou e que foi importante para incremento da auto-estima, já que ela se percebeu capaz de desenvolver essa habilidade. No entanto, como o curso se limitava apenas à digitação e ela tinha interesse em ampliar seus conhecimentos, depois de meses de estudo informou que o curso já não interessava pelas limitações descritas. Buscamos, então, um curso que oferecesse outras habilidades na área da informática, porém a adolescente não aderiu. Justificou que não conseguiu encontrar o local, por não saber se locomover no Plano Piloto. Tentou encontrar o local no primeiro dia de aula, porém sem sucesso. Na época, uma instituição do terceiro setor deu início a um curso de qualificação profissional, com amplos benefícios, tais como uma bolsa mensal de R\$ 500,00, ticket alimentação e vale-transporte, além de oferecer atenção psicológica, médica e esportes. O curso foi oferecido na própria comunidade da adolescente, fator que consideramos fundamental para a adesão e continuidade da ação. Ariane foi encaminhada por nós e, tendo se submetido a procedimento de avaliação foi aprovada. Atualmente, ela se encontra na fase final do curso com êxito em seu desenvolvimento, assim como nas atividades escolares. A expectativa de Ariane é

encontrar, no final do curso, emprego em que possa exercer a função de recepcionista para o qual vem recebendo qualificação.

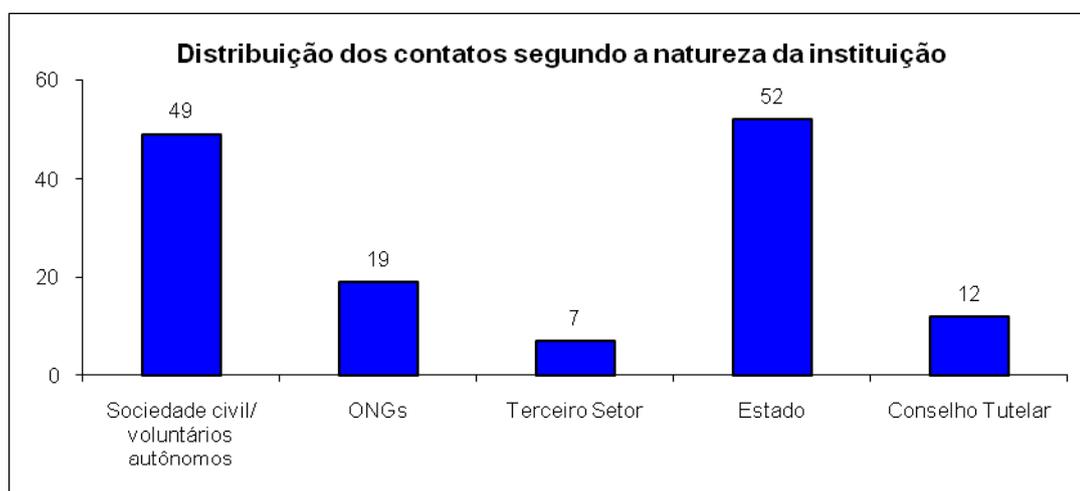
Luíza, por sua vez, não se engajou no curso por não ter sido aprovada nas provas classificatórias. Luíza apresenta considerado déficit de aprendizagem, o que não a impede de exercer atividades curriculares, porém dificulta seu desenvolvimento, provocando atraso no rendimento escolar. Consequentemente, a adolescente tem baixo nível escolar - com dezesseis anos Luíza ainda cursa o 4º ano do ensino fundamental. Tal fator dificulta sua inserção em outros programas que poderiam favorecer seu desenvolvimento educacional e profissional. Até mesmo o curso de cabeleireiro pelo qual ela manifesta interesse tornou-se inviável, pois a adolescente não cumpre os requisitos escolares exigidos pelas instituições que oferecem esse tipo de curso. Cria-se, assim, um círculo vicioso, no qual Luíza não desenvolve habilidades pessoais, cognitivas ou profissionais e o não desenvolvimento destas impedem o acesso a outros meios de formação. Se, por um lado, o nível motivacional de Luíza já é baixo, o insucesso em suas tentativas de inclusão torna-se mais um fator que fundamenta sua baixa auto-estima e o sentimento de que não é capaz, minando ainda mais a motivação para insistir e não desistir dos pequenos alcances que já teve. Nesse ponto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, em um contexto de avanços tecnológicos e científicos, o nível de exigência quanto à qualificação e preparo das pessoas também tem se elevado, tornando cada vez mais distante a possibilidade de inserção de pessoas como Luíza nesse contexto. Ao tempo em que muito se exige pouco se oferece. E as famílias em contexto de vulnerabilidade não dispõem de condições para alcançar ou oferecer a seus filhos esse nível de excelência. O que se pode esperar em um contexto como esse? O crescimento do emprego informal pode ser uma resposta, mas no caso de Luíza, a possibilidade de ser mais facilmente encontrada e presente em sua comunidade é o do tráfico de drogas ou da exploração sexual. Durante o período de acompanhamento, tal saída parece ter sido considerada por Luíza que, durante três meses, saiu de casa, passando a viver em local incerto e sem recursos para se manter. A mãe teve conhecimento de que a adolescente estava fazendo uso de drogas e em condição de exploração sexual. Apesar de, no fim do período de nove meses, Luíza ter retornado para o convívio familiar, sua condição pouco mudou. A adolescente continua aquém dos requisitos necessários para sua inserção em atividades de formação, qualificação, e o círculo vicioso parece ter se fechado.

Ainda assim, Luíza demonstrou ter começado a ter consciência de sua situação, manifestando interesse em dar início a atendimento psicológico e retornar para a escola.

Apesar de observarmos que Luíza tem ciclos variáveis de motivação, não desistimos de vê-la se desenvolver em todas as áreas possíveis, acreditando como Almir Sater e Renato Teixeira que “*cada ser em si carrega o dom de ser capaz de ser feliz.*” Apesar do fim do acompanhamento para fins desta pesquisa, ela continua sendo acompanhada pela equipe do CEREVS/1ª VIJ, pois entendemos que “*é preciso chuva para florir.*”

- *Quanto à natureza das instituições contatadas*

A seguir o gráfico mostra que a maior parte dos contatos foi realizada com instituições do poder público, seguidas pelas instituições da sociedade civil voluntária e, por fim, das organizações não-governamentais.



**Figura 18:** Distribuição dos contatos segundo a natureza da instituição

Como se pode observar, a quantidade de contatos com instituições públicas se assemelha à quantidade de contatos com instituições e profissionais da sociedade civil. Porém, se a quantidade se aproxima, os resultados não. Os serviços demandados pelas famílias não foram encontrados nas instituições públicas, como se poderá observar no próximo quadro, mas sim, por meio de ações da sociedade civil organizada ou voluntária. A ausência do poder público no acompanhamento das cinco famílias se deu pela inexistência de serviços, tais como qualificação profissional, esporte, cultura, ou pela descontinuidade de programas, tal como o vale transporte ou assistência temporária. Em alguns casos, o serviço era oferecido, mas de difícil acesso para as famílias, por exemplo, o atendimento psicológico. A esse respeito, vários autores (Faleiros, 1998; Faleiros & Faleiros, 2001; Habigzang e cols., 2005; Leal, 2006; Santos, 2007; Santos e cols., 2010; Trindade, 2005)

vêm alertando sobre a lacuna que se interpõe entre o discurso legal de proteção e garantia de direitos e a realidade de crianças e adolescentes no Brasil. Apesar de muito já se ter avançado, observamos com base nos resultados desta e de outras pesquisas que a criança e o adolescente ainda não são prioridade absoluta na oferta de serviços básicos, nem há ainda a compreensão de que crianças e adolescentes requerem mais do que pão, leite, escola (nem sempre de boa qualidade) e casa. O desenvolvimento pleno e adequado dessa categoria social requer de toda a sociedade, mas, em especial do Estado, um olhar mais amplo da realidade e a coragem e vontade política de promover ações alternativas garantidoras de direitos. “Mesmo na miséria, eles não estão reduzidos às necessidades biológicas, indicando que não há um patamar em que o homem é animal” (Sawaia, 1999, p. 115). O processo de exclusão afeta o corpo, mas também afeta a alma.

Ao cobrarmos do Estado mais atenção, eficácia e vontade, não estamos, conforme diz Pereira-Pereira (2006), desconsiderando a chamada solidariedade informal. Porém como ressalta a autora,

para além do voluntarismo e da subsidiaridade típica dos arranjos informais de provisão social, há que se resgatar a política, e com ela, as condições para a sua confiabilidade e coerência, as quais se assentam no conhecimento o mais criterioso possível da realidade e no comprometimento público com as legítimas demandas e necessidades sociais reveladas por esse conhecimento. (p. 40)

*- Quanto aos resultados alcançados por meio dos contatos com as famílias e com as instituições*

O quadro a seguir demonstra os resultados alcançados em termos de serviços que puderam ser encontrados e nos quais as famílias poderiam se engajar para atendimento das demandas imediatas e para a promoção de seu desenvolvimento pessoal e social e conseqüente emancipação e empoderamento. Esses dados foram colhidos a partir da análise do formulário de registro de contatos (Anexo IV), no qual foram registrados os contatos realizados e as observações a esse respeito.

**Quadro 21:** Resultados alcançados com o acompanhamento em termos de acesso a ações e serviços e natureza das instituições

Família	Resultados alcançados com o acompanhamento em termos de acesso a ações e serviços	Natureza da instituição que ofereceu a ação
Beatriz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em grupo de atendimento psicossocial (mãe e filhos);</li> <li>• Inclusão das crianças menores em creche na comunidade em que residem;</li> <li>• Inclusão de Beatriz em instituição sócioeducativa;</li> <li>• Atendimento psicológico para a mãe de Beatriz;</li> <li>• Atendimento psicológico para Beatriz;</li> <li>• Atendimento psicológico para o padrasto, autor da violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ONG</li> <li>• Estado</li> <li>• ONG</li> <li>• ONG</li> <li>• ONG</li> </ul>
Luíza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento psicológico para a mãe de Luíza;</li> <li>• Atendimento psicológico para Luíza;</li> <li>• Aulas de capoeira para o irmão de Luíza;</li> <li>• Aulas de vôlei e futebol para o irmão de Luíza;</li> <li>• Aulas de informática para Luíza;</li> <li>• Aulas de manutenção de computador para o irmão de Luíza;</li> <li>• Curso de qualificação profissional para Luíza;</li> <li>• Cheque de ajuda financeira/CRAS</li> <li>• Atividades sócioeducativas para o irmão de Luíza no CRAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado</li> <li>• Estado</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• 3º setor</li> <li>• Estado</li> <li>• Estado</li> </ul>
Ariane	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão em grupo de atendimento psicossocial e orientação sexual;</li> <li>• Curso de informática;</li> <li>• Curso de digitação;</li> <li>• Voluntariado para pagamento das passagens de ônibus para a adolescente;</li> <li>• Curso de qualificação profissional como recepcionista</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ONG</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• 3º setor</li> </ul>
Yolanda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento psicológico para Yolanda;</li> <li>• Atendimento psicológico para o pai de Yolanda, Geraldo;</li> <li>• Atendimento psicológico para a mãe de Yolanda, Eleuza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> </ul>
Giovana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento psicológico para Giovana;</li> <li>• Voluntariado para pagamento das passagens de ônibus para a adolescente;</li> <li>• Atendimento médico para a mãe de Giovana;</li> <li>• Atendimento médico para Giovana;</li> <li>• Voluntariado para pagamento de exame médico da mãe de Giovana</li> <li>• Atendimento psicológico para a mãe de Giovana;</li> <li>• Inclusão no Programa Guarda Mirim;</li> <li>• Inclusão em atividades esportivas: Karatê e vôlei</li> <li>• Inclusão em atividades culturais: dança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Estado</li> <li>• Voluntário</li> <li>• Voluntário</li> </ul>

O fato de termos encontrado na sociedade civil maior respaldo para a eficácia do acompanhamento é para nós motivo de satisfação e, ao mesmo tempo, de desconforto. De satisfação porque, ainda que a sociedade seja ela mesma parte da construção do quadro social de desigualdade, seja pela não distribuição de recursos, pela naturalização da desigualdade, pela discriminação dos excluídos (Abranches, 1985; Demo, 1998; Gacitúa-Marió & Woolcock, 2005; Jodelet, 1999; e outros), ela pode também se sensibilizar em uma ação solidária quando convocada.

Lembramos o sociólogo Betinho que considera a solidariedade como um dos pontos fundamentais do desenvolvimento humano, pois apesar de nos acostumarmos a conviver com a desigualdade cara a cara, ela não deixa de incomodar e de se refletir em nossa vida em sociedade. Segundo Sawaia (1999), a indiferença ou alienação é a negação da realidade e camufla nosso sofrimento ético-político. A solidariedade, por outro lado, faz bem a quem a pratica e a quem a recebe, sendo capaz de transformar pequenas e grandes realidades.

Porém há que se distinguir entre dominação e solidariedade. Nesse sentido, Demo (s/d) chama a atenção para o fato de que os atos de solidariedade devem ser sempre avaliados criticamente. O autor lembra que a ajuda oferecida pode estar comprometida com o exercício do poder sobre a população pretensamente ajudada. Segundo Demo, “o poder é fenômeno manhoso, não pode ser ostensivo e por isso aprende a vender a dominação como ajuda.” E, continua Demo (s/d),

Chamar a solidariedade de questão de justiça basicamente, mas não perceber os efeitos de poder nas relações Norte/Sul, é mostrar-se incapaz de construir propostas a partir dos marginalizados. É desconhecer que os excluídos precisam fundamentalmente da **capacidade de se confrontar**. Solidariedade a partir do centro seria, então, habilidade de fomentar esta competência humana, postando-se a partir da pele dos excluídos. Não pode ser proposta reformista, muito menos funcionalista, mas algo que toque as raízes da pobreza política envolvida. (s/ p.)

Sawaia (1999), por sua vez, destaca a diferença entre piedade e solidariedade, esta última movida pela compaixão. Sawaia distingue esses dois sentimentos, ao afirmar que

a compaixão é sofrimento que nos faz voltar à ação social, pode adquirir um caráter político e unificar os homens em torno de um projeto social. A piedade é a paixão pela compaixão, é sentimento que encontra em si mesmo o seu próprio prazer, aprisionando o homem no seu próprio sentimento. (p. 105)

E nesse mesmo sentido, a autora segue dizendo que toda ação deve emancipar e potencializar. E isso pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades. Citando Espinoza, Sawaia afirma que “a ética só aparece no homem quando ele percebe que o que maior bem faz para seu ser, é um outro ser humano” (p. 114).

Durante o acompanhamento *se destacaram como elementos importantes o sentimento de solidariedade e a afetividade*. Assim, consideramos importante destacar o pensamento de Sawaia (1999), que sugere que

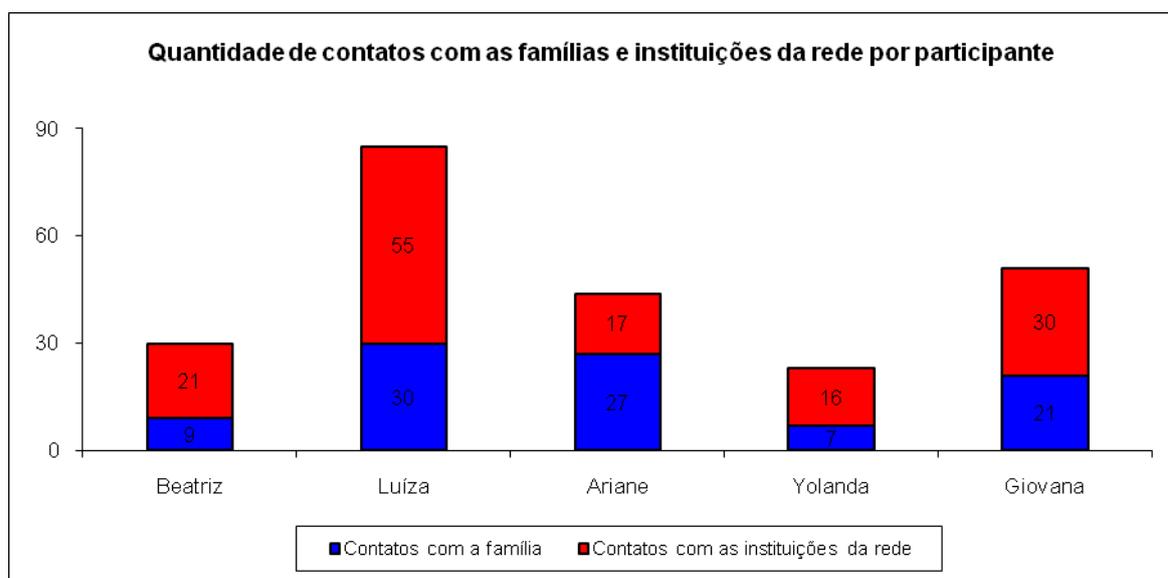
ao se introduzir a afetividade e a ideia de potência de ação na análise da exclusão e da servidão (...) introduz-se também uma concepção de necessidade humana que transcende os vínculos biológicos e as contingências, superando a dicotomia entre

ética e necessidade. O homem da necessidade não é antagônico da ética, e não é preciso superar um patamar mais alto de conforto material para pensar e agir eticamente (...). (p. 114)

Para além de nossa proposta de pesquisa, cumprir o acompanhamento por meio do fortalecimento da legitimidade social de cada um, “alimentando ‘bons encontros’, com profundidade emocional e continuidade no tempo” (Sawaia, 1999, p. 115), é o que torna a responsabilidade social a nossa ética. E, em nossa experiência, quem oferece uma ação voluntária, em geral, é aquele que consegue se vincular afetivamente ao outro, que se percebe parte da sociedade e responsável por fazê-la evoluir.

Por outro lado, ainda que valorizemos a participação solidária da sociedade, o fato de termos encontrado na sociedade civil maior respaldo para a eficácia do acompanhamento é também motivo de desconforto. Observamos que enquanto as ações voluntárias e solidárias tentam cobrir uma lacuna deixada pelo poder público, esta tende a aumentar cada vez mais. Não podemos deixar de concordar com Miotto (2006) que diz que em relação às políticas voltadas para as famílias, a intervenção do Estado “deve ser criticada pela sua ausência, ou mesmo pela sua ineficiência, à medida que não consegue ‘descondicionar’ das leis estritas do mercado, a satisfação das necessidades básicas das famílias” (p. 49). Além disso, entendemos que deve ser criticada porque a ausência do poder público é resultado também da ausência de vontade, de comprometimento, de responsabilidade e de ética política.

- *Quanto ao volume de contatos com as famílias e com as instituições*



**Figura 19:** Quantidade de contatos com as famílias e instituições da rede

Como podemos observar, o maior volume de contatos é direcionado para as instituições em todos os cinco casos. Apesar de arriscamos ser repetitivos, não podemos deixar de enfatizar, novamente, que a ausência do poder público é o fator preponderante sobre esse resultado. O que torna a efetividade do acompanhamento das famílias resultado quase impossível é a falta de instituições públicas e de investimento nas comunidades. A propósito, consideramos que a existência de uma rede social forte, estável e suficiente seria não apenas a possibilidade de atendimento imediato das famílias, como poderia ser também fator de prevenção das várias formas de violência sofridas de que são vítimas e reprodutoras.

Também não podemos deixar de lado a necessidade de ampliação da visão sobre as famílias em situação de vulnerabilidade. A falta de entendimento de que elas requerem mais do que assistência básica ou de ações assistencialistas torna as necessidades um “*poço sem fundo,*” criando a dependência do Estado e promovendo uma vida em sociedade de baixa qualidade e, pior, transformando qualquer possibilidade de emancipação em utopia.

Esse dado também chama a atenção para o fato de que o acompanhamento é tarefa a ser compartilhada por várias instituições da rede de proteção e garantia de direitos. Nesse sentido, gostaríamos de afirmar nossa posição de que a função precípua dos Conselhos Tutelares e dos CREAS indicam que cabe a eles acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidades sociais e de risco. O próprio ECA (1990) atribui essa tarefa e competência ao Conselho Tutelar. E como aos CREAS couberam as funções do Programa Sentinela, entendemos que essa instância é a instituição, por excelência, orientada para essa tarefa. No entanto, não somos a favor de limitar o acompanhamento a essas duas instâncias, em especial, se considerarmos que ao falarmos de rede de proteção e garantia de direitos não podemos tomar como base o modelo (ainda que deficiente) existente no Distrito Federal. Pensar essas questões sistemicamente implica reconhecer que as desigualdades sociais se refletem também na organização dos vários estados Brasileiros e é de conhecimento geral que há estados em que a maioria dos municípios sequer conta com um Conselho Tutelar. Portanto, uma decisão que se aplica eficazmente em um estado pode ser completamente inócuo em outro.

Além disso, acreditamos que os resultados e as características que foram se despontando no decorrer da análise das atividades e resultados do acompanhamento revelam a natureza flexível e de rede do acompanhamento, podendo ser realizado por qualquer profissional da área da assistência social e da psicologia, mas também por profissionais da

área médica, educacional, ou de qualquer outra que tenha como função o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidades. O que se destaca como ponto fundamental é a compreensão de que o acompanhamento deve *cumprir os objetivos propostos de garantia de direitos e ter como base ideológica a compreensão de que ele serve para o fortalecimento das famílias rumo à autonomia e emancipação, por meio da ampliação das redes sociais e de uma participação cidadã na conquista de seus direitos.*

Como forma de enfatizar essas condições para a realização do acompanhamento, passamos à análise dos objetivos propostos.

*- Resultados quanto aos objetivos do acompanhamento*

- Quanto aos **objetivos específicos**:

Os objetivos específicos foram pensados em termos de indicadores e produtos a serem alcançados. A análise dos resultados quanto aos objetivos específicos, portanto, levará em consideração esses dois aspectos:

- Vincular as crianças e/ou adolescentes e sua família a um órgão da rede de proteção e garantia de direitos, neste caso a VIJ, e zelar pelo cumprimento das medidas protetivas judicialmente determinadas.
  - Indicador: manutenção e não interrupção dos contatos entre nós e as cinco famílias participantes da pesquisa durante o período de até doze meses.
  - Produto: contatos frequentes, por telefone ou pessoais, seja por iniciativa nossa ou das pessoas acompanhadas.

Os resultados apresentados na Figura 14 – Número de contatos realizados com as famílias no período de nove meses - apontam para o cumprimento deste objetivo. Durante os nove meses de acompanhamento, os contatos foram mantidos com frequência regular, chegando a uma média de três contatos mensais com a família de Luíza, como exemplo de maior frequência, e de menos de uma vez por mês nos caso de Yolanda e uma vez por mês com a família de Beatriz. Além do número de contatos, consideramos como indicador da vinculação a construção de uma relação sólida entre esta pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. No entanto, esse elemento não pôde ser registrado, uma vez que não foi considerado como foco no planejamento da pesquisa e, portanto, não se constituiu em elemento a ser observado no contexto desta pesquisa.

Podemos considerar que o objetivo traçado de zelar pelo cumprimento das medidas protetivas foi cumprido conforme os resultados apresentados no Quadro 21 – Resultados alcançados com o acompanhamento em termos de acesso a ações e serviços e natureza das instituições.

- Atuar como elemento conector entre a família e os vários pontos da rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.
  - Indicador: existência de contatos com outras instituições para apresentação e indicação das famílias como sujeitos a serem atendidos por elas.
  - Produto: famílias informadas sobre as instituições que deverão atendê-las. Atendimentos feitos às famílias por outras instituições da rede de proteção e garantia de direitos.

Acreditamos que este objetivo foi cumprido, levando-se em conta o Quadro 21- Resultados alcançados com o acompanhamento em termo de acesso a ações e serviços e natureza das instituições. O fato de as famílias não terem conhecimento dos recursos na comunidade a serem procurados, assim como o fato de não encontrarem outras ações além daquelas de assistência social, quando disponíveis, dificulta ou torna inviável a iniciativa das famílias em buscar, por conta própria, o atendimento de suas necessidades. Nesse sentido, consideramos que a mediação entre as famílias e as instituições permitiu encontrar alternativas de atendimento na sociedade civil e favoreceu a vinculação das pessoas nas instituições.

- Promover uma ação articulada, contínua e conexa na garantia da proteção integral às famílias participantes.
  - Indicador: troca de informações sobre os casos atendidos com outros profissionais de outras instituições, dentro dos limites do sigilo ético.
  - Produto: Profissionais informados sobre as ações já desenvolvidas em relação às famílias e sobre as ações ainda a serem desenvolvidas.

Avaliamos que este objetivo foi cumprido, considerando a interação ocorrida entre a pesquisadora e os outros profissionais que atuaram nos casos a que se refere esta pesquisa. Conforme análise dos conteúdos dos contatos registrados (Anexo IV), foi possível constatar a ocorrência de ações complementares tais como visitas dos profissionais às famílias,

mudanças de horários que pudessem viabilizar a continuidade dos atendimentos, outros encaminhamentos realizados quando se deparavam com situações novas. Observamos que nos casos em que as famílias receberam a intervenção de mais de uma instituição, as ações desenvolvidas se complementavam e a interação entre os profissionais ocorreu de forma colaborativa para um mesmo fim. Como exemplos, podemos citar: o atendimento psicossocial em uma ONG que realizou encaminhamentos para o CREAS e informou o fato à 1ª VIJ; a vinculação da profissional de psicologia com a mãe de Luíza realizada com o apoio da pesquisadora e da equipe do CEREVS; a intervenção do Conselho Tutelar no caso de Luíza quando esta deixou o lar; o apoio da Rede Solidária Anjos do Amanhã para encontrar profissional de saúde e a parceria deste profissional no atendimento voluntário dos participantes; o envolvimento dos educadores do SESI/SENAI na condução da formação profissional de Ariane em ação conjunta com a pesquisadora e equipe do CEREVS.

- Promover o engajamento e adesão das famílias às medidas protetivas aplicadas judicialmente.
  - Indicador: verificação do início do atendimento; encaminhamento para outra instituição, caso seja verificada necessidade.
  - Produto: Medida protetiva ou outros encaminhamentos efetivados.

Avaliamos que este objetivo também foi alcançado, porém há aqui dois pontos que merecem ser ressaltados: o tempo e a disponibilidade emocional das pessoas a quem são aplicadas as medidas protetivas. Notemos que as medidas determinadas foram delineadas pelo legislador que as elegeu em lei específica (Lei 8.069/90 ECA) e aplicadas pelo juiz que considerou, a partir de sugestão de profissional de saúde mental, as necessidades das famílias. É certo que as medidas consideram a gravidade das condições de risco e a necessidade de atenção especializada para a garantia dos direitos também elencados na mesma lei. Nos casos aqui analisados, foi possível observar que as medidas judiciais de afastamento do agressor e de visita supervisionada foram cumpridas nos cinco casos, configurando-se 100% de cumprimento. Já o atendimento psicológico não foi cumprido por todos os participantes. Tomemos como exemplo a adolescente Ariane que relatou desconforto emocional por ter que “*ficar na frente de uma pessoa e ficar falando.*” Porém, no momento em que deu início a um relacionamento de namoro surgiu sua demanda pessoal o que a motivou a buscar o atendimento em programa de atendimento psicossocial e orientação sexual. Da mesma forma, a mãe de Giovana não recebeu a medida protetiva, por

se considerar no estudo psicossocial apenas a necessidade da criança. No entanto, no decorrer do acompanhamento, a mãe de Giovana manifestou interesse em receber acompanhamento psicoterapêutico. Podemos concluir que tempo e disponibilidade emocional se inter-relacionam e exercem influência sobre a adesão ou não adesão das famílias às medidas protetivas recebidas. Nesse contexto, podemos inferir que o acompanhamento temporário deve atentar para esses fatores, no intuito de se promoverem a vinculação das pessoas nos atendimentos quando estas manifestarem o interesse, mesmo que o seu tempo não corresponda ao tempo de quem as acompanha.

O quadro a seguir permite lembrar as medidas que foram aplicadas e, em comparação com o Quadro 21 – Resultados alcançados com o acompanhamento em termos de acesso a ações e serviços e natureza das instituições, permite vislumbrar o efetivo cumprimento ou não das medidas protetivas:

**Quadro 22:** Cumprimento ou não cumprimento das medidas protetivas

<b>Família</b>	<b>Medidas protetivas recebidas</b>	<b>Cumprimento ou não cumprimento da medida</b>
Giovana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o afastamento do agressor (ECA, Art. 130)</li> <li>• Atendimento psicoterapêutico para a adolescente (ECA, Art. 101, inciso IV)</li> <li>• Avaliação psicopedagógica (ECA, Art. 101, inciso IV)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida cumprida</li> <li>• Medida cumprida</li> <li>• Medida cumprida</li> </ul>
Yolanda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permanência de Yolanda sob a guarda da avó paterna (ECA, Art. 101, inciso VIII)</li> <li>• Retorno dos contatos supervisionados entre pai e filha (ECA, Art. 101, outras medidas);</li> <li>• Acompanhamento psicoterapêutico para o Sr. Geraldo e Sra. Eleusa (ECA, Art. 129, inciso III);</li> <li>• Acompanhamento terapêutico para Yolanda (ECA, Art. 101, inciso V)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida cumprida até nova determinação judicial que ocorreu durante o acompanhamento, por ter a mãe resolvido as questões estruturais (emprego, moradia) que impediam que ela tivesse a filha consigo.</li> <li>• Medida cumprida</li> <li>• Medida cumprida em relação ao Sr. Geraldo</li> <li>• Medida cumprida</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento do Sr. A da residência comum (ECA, Artigo 130);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida cumprida</li> </ul>
Beatriz		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhamento para tratamento psicológico e/ou psiquiátrico do Sr. Alex e da Sra. Cecília (ECA, Art. 129, inciso III);</li> <li>• Encaminhamento da Sra. Cecília para programa oficial de proteção à família (ECA, Art. 129, inciso I)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida cumprida</li> <li>• Medida não cumprida. A família recebeu apenas uma cesta básica no decorrer dos nove meses de acompanhamento.</li> </ul>
Luíza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão do núcleo familiar em programas de transferência de renda e dos adolescentes em programas socioeducativos (ECA, Art. 101, inciso IV)</li> <li>• Inclusão da adolescente, da mãe e do irmão em tratamento psicológico (ECA, Art. 101, inciso V).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida não cumprida, pela interrupção de programas dessa natureza no CRAS e CREAS da comunidade em que reside a família.</li> <li>• Medida cumprida apenas em relação à mãe de Luíza. A adolescente não aderiu ao tratamento.</li> </ul>
Ariane	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhamento para curso de informática (ECA, Art. 101, Inciso IV)</li> <li>• Inclusão em programas comunitários de orientação sexual, atendimento médico e ginecológico, desenvolvido pelo Projeto <i>O Cravo e a Rosa</i> (ECA, Art. 101, Inciso II);</li> <li>• Inclusão em programa sócio-educativo (ECA, Art. 101, Inciso IV);</li> <li>• Permanência da adolescente sob a responsabilidade da avó materna até atingir a maioridade no ano de 2010 (ECA, Art. 101, Inciso VIII).</li> <li>• Restrição de aproximação do padrasto e da mãe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida cumprida</li> <li>• Medida cumprida (apesar de seu cumprimento ter sido imediato).</li> <li>• Medida não cumprida por falta de programas no CREAS da comunidade</li> <li>• Medida cumprida durante um período do acompanhamento. A adolescente passou a residir com uma irmã mais velha, quando a avó vendeu o imóvel em que residia e se mudou.</li> <li>• Medida cumprida</li> </ul>

Como podemos observar, dezessete medidas protetivas foram aplicadas pelo juízo da 1ª VIJ às cinco famílias. Destas, doze foram devidamente cumpridas, uma foi cumprida parcialmente (o atendimento psicológico da mãe foi iniciado, porém interrompido) e quatro não foram cumpridas, como discutido anteriormente, pela ausência de programas nos CREAS e pela não adesão da adolescente Luíza ao atendimento psicológico.

- Identificar os fatores que impedem ou dificultam o efetivo cumprimento das medidas protetivas.
  - Indicador: Observação e conhecimento de situações inesperadas ou dificuldades das famílias em relação ao cumprimento das medidas protetivas.
  - Produto: Conteúdos problemáticos discutidos com os participantes.

A análise do cumprimento deste objetivo foi feita por meio da apreciação dos registros dos contatos (Anexo IV). Por meio das observações registradas, notamos que os

conteúdos dos contatos envolveram a descrição de dificultadores ou facilitadores no cumprimento das medidas protetivas, assim como as soluções pensadas para cada situação. Como exemplo, podemos citar o fato de Ariane e Giovana não disporem de recursos financeiros para dar início aos atendimentos psicoterapêuticos. A solução encontrada envolveu ação voluntária de membro da Rede Solidária Anjos do Amanhã da 1ª VIJ para “apadrinhamento” da adolescente quanto a essa necessidade. Outro exemplo foi a insatisfação de Ariane quanto ao curso de digitação depois de decorridos dois meses, quando ela se sentiu desmotivada para dar continuidade ao mesmo que se limitava à digitação. Uma solução encontrada foi buscar outro curso que pudesse avançar no ensino de informática.

- Construir alternativas para resolução dos problemas ou dificuldades encontradas no processo de garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas por meio do cumprimento das medidas protetivas.
  - Indicador: Discussão dos problemas apresentados e co-construção de alternativas.
  - Produto: Dificuldades e problemas sanados ou contornados.

Este objetivo tem íntima relação com o objetivo anterior, cujos exemplos expostos atendem os critérios de avaliação do objetivo em pauta e podem ser indicadores de seu cumprimento.

- Diminuir o intervalo de tempo entre a aplicação das medidas protetivas e os atendimentos a serem oferecidos.
  - Indicador: Encaminhamento imediato das famílias para as instituições ou profissionais executores das medidas.
  - Produto: Medidas protetivas cumpridas antes de decorridos doze meses de sua aplicação.

O Quadro 21 – Resultados alcançados com o acompanhamento em termos de acesso a ações e serviços e natureza das instituições - aponta para o devido cumprimento das medidas protetivas aplicadas no período de nove meses de acompanhamento, período em que as famílias foram vinculadas e deram início às várias ações ali descritas. No entanto, temos como exceção o caso de Luíza a quem foi aplicada a medida protetiva de tratamento psicológico, porém sem adesão da adolescente. Também lembramos que à família de Luíza foi aplicada a medida protetiva de inclusão do núcleo familiar em programas de

transferência de renda e dos adolescentes em programas socioeducativos, conforme Art. 101, inciso IV do ECA. No entanto, a medida não foi cumprida, devido à interrupção de programas dessa natureza no CRAS e CREAS da comunidade em que reside a família, naquela época. Quanto ao aspecto da medida que envolve transferência de renda não foi possível encontrar alternativa para seu cumprimento, a não ser encontrar ação voluntária de doações de roupas para que Vanessa pudesse vender no Brechó que tem em sua casa, cujos clientes pertencem a sua comunidade de vizinhos. Como alternativa encontrada para a falta de atividades sócioeducativas, o irmão de Luíza se engajou em atividades esportivas e de luta em instituição que voluntariamente inseriu o adolescente em suas atividades. Luíza deu início a atividade de dança, porém não deu continuidade.

Com base nos resultados até agora apresentados, é possível afirmar que o **objetivo geral** de garantir que os direitos violados fossem resgatados e as condições para o desenvolvimento das crianças e adolescentes fossem satisfatoriamente oferecidas foi cumprido, porém de forma parcial. Avaliamos que, diante da atual estrutura da rede de proteção e garantia de direitos no Distrito Federal, o objetivo geral desta pesquisa é bastante ambicioso e, quiçá, utópico. Se considerarmos os direitos violados na situação de violência sexual, tais como o direito à dignidade, ao respeito, à liberdade, ao desenvolvimento sexual saudável, podemos afirmar que a intervenção legal garantiu a efetivação desses direitos. Porém, ao se considerarem as necessidades das crianças e adolescentes participantes e o seu direito à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura e à primazia no atendimento desses direitos, consideramos que o objetivo geral foi cumprido somente em parte, devido à escassa oferta desses serviços que gera falta de vagas, descontinuidade de programas e projetos iniciados e, principalmente porque essas ações, quando desenvolvidas, são apenas projetos e programas e não leis e regras definidas como políticas públicas estáveis. Assim, cada governo desenvolve ou não, em diferentes medidas, programas e projetos de acesso e de garantia desses direitos, tornando a comunidade mera receptora de serviços assistenciais, impedindo a mobilidade social e mantendo a condição de vulnerabilidades sociais (Moura, 2008). No entanto, consideramos que a participação da sociedade civil favoreceu a vinculação das famílias a serviços que, de outra sorte, não teriam sido acessados.

Outro fator a ser considerado que trouxe impacto sobre o alcance desse objetivo foi a não adesão de Luíza aos atendimentos oferecidos, devido a vários fatores de ordem pessoal, interacional e familiar, como já descrito anteriormente.

Os resultados da ação parecem manter estreita conexão com aqueles da investigação. Poderíamos dizer que o acompanhamento promoveu mudanças no percurso de quatro das cinco famílias participantes na rede de proteção e garantia de direitos e, conseqüentemente, em suas histórias. No entanto, um olhar sistêmico e ecológico impede a leitura de uma relação linear de causa e efeito e conduz a análise para a compreensão de que o acompanhamento configurou-se como *um* elemento potencializador dos recursos, habilidades e competências dos participantes e dos recursos encontrados na rede de proteção e garantia de direitos, quando existentes e atuantes. A partir desse olhar, compreendemos o acompanhamento como ***mais um elemento entre vários que favoreceram a superação das dificuldades e sofrimento das quatro famílias, entre eles as medidas protetivas que, ao serem devidamente cumpridas, propiciaram oportunidades de resgate de direitos violados.***

A compreensão do acompanhamento como um potencializador favorece o entendimento de que o acompanhamento no caso de Luíza não falhou, mas ainda que sem resultados concretos de mudanças positivas em seu desenvolvimento, vem permitindo que a família encontre o apoio necessário para continuar insistindo no bem-estar e no saudável desenvolvimento de Luíza, mesmo quando as dificuldades são maiores. Destacamos aqui a ***interação dinâmica entre o indivíduo, o processo, o contexto e o tempo para a superação de traumas e vulnerabilidades***, conforme proposto por Bronfenbrenner (1996). Além disso, destacamos a importância da ***formação de novos vínculos e da construção de novos modelos de relacionamento, pautados na confiança, no respeito, na afetividade, no interesse genuíno e na dinamização do potencial humano, mesmo quando seus recursos ainda se encontram em construção.***

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O real da vida se dá, nem no princípio e nem no final.  
Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.  
Guimarães Rosa*

Nas três últimas décadas, o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes vem sendo amplamente discutido no âmbito da academia, do poder público e da sociedade civil. A relevância dessa discussão se coloca frente aos efeitos que a violência promove em suas vítimas diretas e indiretas (Azevedo & Guerra, 1988 e 1989; Cantelmo & Costa, 2009; Faleiros, 2000; Ferrari & Vecina, 2002; Furniss, 1993; Lamour, 1997; Perrone & Nannini, 2007; Pinto Júnior, 2005; Rangel, 2006 ; Ravazzola, 2007; Rouyer, 1997; Sanderson, 2005; Santos, 2007; Santos e cols., 2009; Summit, 1983), mas também porque passou a ser entendida como uma violação de direitos que, com base na nova doutrina de proteção integral, reclama uma intervenção imediata de proteção por parte da família, do Estado e da sociedade (Azevedo & Guerra, 1988, 1997; Faleiros & Faleiros, 2001, 2003; Faleiros, 2008, entre outros).

Cabe lembrar que a doutrina da proteção integral concebe a criança como um ser dotado de direitos, os quais não são naturais, mas precisam ser *efetivados*. Os direitos da infância, consagrados na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA – garantem a essa parcela da população “todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições e dignidade” (ECA, Artigo 3). Uma vez enunciados em lei, esses direitos passaram a ser exigíveis e, com isso, podemos acionar o aparato do Estado para que sejam concretizados, pois considerar a criança e o adolescente sujeitos de direitos deve manter estreita relação com a efetivação de leis e de políticas públicas que promovam o seu desenvolvimento e os ponha “a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (ECA, Art. 18).

Em relação à atuação do Estado no enfrentamento da situação de violência sexual, alguns avanços já foram feitos e algumas iniciativas vêm sendo desenvolvidas nos âmbitos do Governo Federal e Estaduais no intuito de prevenir e de combater o fenômeno e de conferir proteção às vítimas (Lopes, Leitão, Leal, Rizotti & Nogueira Neto, 2008; Save the Children Suécia & VIOLES/SER/UnB, 2005). Conforme discutido na revisão bibliográfica

deste texto, podemos destacar a criação das Varas da Infância e da Juventude; dos Conselhos Tutelares; do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR; o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, os serviços de notificação que servem como porta de entrada de denúncias, a proposta de integração das várias agências de governo e a descentralização nos modelos de gestão das políticas de proteção social. Essas iniciativas pautam-se no paradigma da garantia de direitos e da proteção integral e visam executar ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual.

Todas essas ações demonstram compreender que a violência sexual é, inegavelmente, situação que requer ações imediatas de proteção. E o Estatuto da Criança e do Adolescente elenca as ações que se fazem necessárias para essa proteção. Porém, os resultados desta pesquisa revelam que *a violência sexual é, muitas vezes, apenas mais um elemento que compõe um quadro maior de violências e de violações de direitos. Para além de ser uma violação eventual na vida das pessoas, ela pode ser parte de um ciclo repetitivo de violações conjugadas com outras formas de violência, de abandono, de carências múltiplas, de falta de acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento social, entre outras.*

Com suas histórias de vida e por meio das narrativas que expressaram suas crenças, sentimentos e sofrimentos, as famílias participantes desta pesquisa mostraram que *a situação de violência sexual é vivida com inúmeras e complexas contradições, paradoxos, ambiguidades e confusões de sentimentos. Elas nos confirmaram o entendimento de que a violência sexual não é mero ato decorrente de fatores intrapsíquicos e patológicos, mas de uma complexa teia psíquica, emocional, cognitiva, cultural, social, econômica e de valores.*

A violência sexual contra nossas crianças e adolescentes é fenômeno que, como mostraram as famílias, requer ações objetivas imediatas de proteção, tais como acolhimento de denúncia, conhecimento ampliado da situação, aplicação de medidas protetivas para o resgate de direitos violados, programas e ações que possam minimizar os danos sofridos. Porém *é também fenômeno que coloca em questão as certezas e os conceitos formados socialmente e que pode promover a desestruturação psíquica e organizacional de um*

*núcleo familiar, em especial quando conjugadas a dificuldades socioeconômicas e relacionais.*

No início desta pesquisa, nos colocamos algumas questões: como as famílias percebem a proteção integral? Que significados atribuem às medidas protetivas? E como percebem o caminho percorrido na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual? A essas perguntas as famílias nos responderam evidenciando seu desejo e necessidade de proteção. As cinco famílias ***conferiram significado de proteção e possibilidade de mudanças*** às medidas legais e sociais recebidas no seu percurso legal após a revelação do abuso a que estavam submetidas.

Esse significado pode ser compreendido à luz do que elas nos fizeram testemunhar com seus relatos e experiências. As múltiplas carências – de poder e de voz, econômicas, afetivas e relacionais –, a dificuldade de atendimento de suas necessidades básicas e de acesso a oportunidades que lhes permitam o exercício pleno da cidadania e, por fim, a violência sexual a que foram submetidas suas crianças e adolescentes e, em alguns casos as gerações anteriores, caracterizada pelo segredo, pela confusão de papéis e de sentimentos, pela subjugação e pela dominação física ou emocional ***são elementos que tornaram as medidas protetivas, de fato, uma necessidade e uma forma de proteção.***

A violência sexual recorrente, isto é, que ocorre durante um longo período de tempo por reiteradas vezes, confunde e fragiliza as pessoas envolvidas no contexto familiar, produzindo sentimento de culpa, vergonha e de impotência. Nos cinco casos analisados, a intervenção que legitimou ações de proteção pôde, então, ser considerada pelos participantes como uma forma de apoio e um instrumento que lhes capacitaram a lidar com as ameaças ou lhes forneceram o senso de segurança de que sentiam necessidade.

No entanto, apesar de esse resultado responder à pergunta inicial da pesquisa, suas narrativas e experiências deixaram claro que mesmo depois de tomadas as iniciativas protetivas de acolhimento da denúncia e de proteção legal, elas ainda permaneciam em situação de vulnerabilidade social e de intenso sofrimento. ***Portanto, podemos concluir que as ações legais de proteção que visam à interrupção da violência sexual não garantem, necessariamente, a interrupção de outras questões que estão diretamente relacionadas à vivência da violência sexual, mas que não se restringem ao ato em si.*** Conforme demonstrado pelas cinco famílias e apresentado na Discussão dos Resultados da Investigação, ***as demandas apresentadas podem envolver desde questões de saúde mental, emocional e física, conflitos e ambiguidades no exercício de papéis e funções sociais,***

*dificuldades nos relacionamentos familiares, crenças, cultura e valores até aquelas que envolvem o relacionamento profissional e institucional na busca da proteção.* São também essas famílias que apontam para a necessidade de proteção promovida por uma rede de apoio social que dê conta do grau de complexidade da situação que vivenciam e que ofereça um tratamento mais humanizado em seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos.

Por tudo isso, *tornou-se evidente o fato que as medidas protetivas podem trazer a devida proteção, mas são também responsáveis por outras formas de sofrimento, perdas e constrangimentos, cobrando um alto preço das pessoas a quem foram aplicadas no processo de efetivá-las. Também se tornou claro que a proteção porventura oferecida não consegue eliminar as contradições existentes em sua ação ou na própria experiência sexualmente abusiva, portanto, não pode eliminar ou compensar os prejuízos sofridos por todos os envolvidos.*

Se no início desta pesquisa nós tínhamos as perguntas a serem respondidas pelas famílias, no final a situação se inverte. Diante do alto grau de sofrimento e de vulnerabilidades evidenciado pelos participantes e da complexidade dos significados construídos durante a realização desta pesquisa, acreditamos que a maior contribuição deste trabalho está no questionamento que elas nos colocaram: *nós temos de fato a compreensão do que abrange a proteção integral a que nos propomos como sociedade e como Estado? É possível pensar a proteção de forma linear, concebendo-a como questão objetiva e ignorando os aspectos subjetivos e paradoxais das situações a que se aplica? É possível proteger por meio da simples aplicação de instrumentos legais, burocráticos e de encaminhamentos?*

A estas perguntas as próprias famílias também ofereceram a resposta: medidas protetivas não resumem em si mesmas a proteção integral de que dispõe a Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de ser parte dela. As medidas protetivas são medidas de cunho interventivo que visam resgatar direitos violados. Proteção integral, por sua vez, visa garantir e efetivar os direitos de forma que eles, caso venham a ser violados, o sejam apenas excepcionalmente. Proteção em relação a uma situação específica é proteção necessária, porém limitada ao seu objetivo. Proteção integral é, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, um meio que assegura a *todas* as crianças, por lei ou por outros meios, *todas* as oportunidades e facilidades que promovam o seu desenvolvimento em *todos* os âmbitos: físico, mental, moral, espiritual e social. Com base nessa premissa legal, a proteção integral deveria ser condição social de todas as crianças e adolescentes. No entanto,

apesar de regida por lei, a proteção integral ainda não se fez notar na vida das crianças e adolescentes das famílias participantes desta pesquisa e, por que não dizer, da maioria das crianças e adolescentes em nosso país. Esse fato pode ser observado na Discussão dos Resultados da Ação, onde se constata que, apesar de a proteção integral ser dever e papel primordial do Estado, não foi possível inserir os sujeitos em programas de proteção social tanto pela ausência e pela insuficiência, quanto pela dificuldade de acesso àqueles existentes. Essa constatação nos remete ao dizer de Abranches (1985) de que ***a falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar é desproteção.***

Seguindo a orientação teórica sistêmica que orientou esta pesquisa, entendemos as medidas protetivas como parte de um todo – da proteção integral. Responsabilidade a que se obrigou o Estado Brasileiro ao ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança e ao defini-la em Lei própria – ECA. Por isso, torna-se impossível avaliar as medidas protetivas sem observá-las a partir desse contexto mais amplo. No entanto, os resultados aqui apresentados nos indicam que a parte vem sendo tomada pelo todo, impedindo a inserção das crianças e adolescentes no sistema mais amplo de proteção e de garantia de direitos. Assim, as medidas protetivas que deveriam ser paliativas parecem ter se tornado medidas básicas e generalizadas. Essa situação indica um círculo vicioso, pois de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o princípio da proteção integral, na medida em que não se garantem os direitos, eles são, conseqüentemente, violados, e isso vai requerer, portanto, medidas protetivas para sua efetivação. Podemos concluir, com isso, que proteção integral, apesar de conter em seu arcabouço as medidas protetivas, tem natureza diversa destas últimas.

Por sua vez, temos ainda que considerar que ***a proteção exercida por meio da aplicação de medidas protetivas tem, assim como a própria violência sexual, natureza bastante paradoxal. Se por um lado elas trazem a devida e necessária proteção legal, por outro, podem também trazer outras formas de sofrimento.*** Tomemos como exemplo a medida de afastamento do autor da violência sexual do convívio familiar (Art. 130, ECA) que ocorre de forma compulsória, independente do acordo dos responsáveis e, em alguns casos, até mesmo contra sua vontade, interesses ou disponibilidade. As implicações do afastamento do autor do lar podem abranger desde o desenvolvimento pessoal e relacional das pessoas envolvidas por fazer interromper a violência, mas também podem significar maiores conflitos quando os interesses dos adultos não se coadunam com a ordem judicial.

Como, por exemplo, quando o autor é o provedor do sustento familiar ou quando ainda é figura afetivamente representativa para a família. Nesses casos, os conflitos que se instalam nas relações familiares podem envolver de forma nefasta a criança ou adolescente que já foi vítima da violência sexual no jogo de culpa pela ruptura familiar. Não há dúvidas de que essa medida é necessária, pois se tratam de direitos indisponíveis e inadiáveis em seu exercício. Porém, os resultados desta pesquisa revelam que a simples aplicação da medida protetiva prevista em lei nesses casos é reducionista, na medida em que entende que o afastamento do agressor do lar é suficiente para resolver as questões implicadas no contexto da violência sexual (Santos e cols., 2009). Em muitos casos, é preciso atentar para o fato de que o afastamento necessita ser conjugado a outras medidas de proteção social e de saúde mental.

***Outro aspecto ressaltado pelos resultados desta pesquisa foi a continuidade do sofrimento, mesmo depois de recebida a proteção legal. A interrupção da violência sexual não significa o fim do sofrimento que ela gerou ou do sofrimento que já existia e que ela acentuou. Portanto, podemos deduzir que as medidas de proteção oferecem alguma proteção, porém não de forma integral.*** Essa ausência de integralidade das medidas protetivas pode também ser observada nas relações estabelecidas entre as instituições e as famílias durante seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos que ***tanto assumiram significado de proteção quanto de controle.*** De um lado, acreditamos que as intervenções legais e sociais podem trazer benefícios e promover novas significações com relação às situações vivenciadas que muitas vezes são naturalizadas e banalizadas e aceitas como fatalidade (Santos, 2002). De outro, podem se configurar uma simples forma de controle e de poder sobre as pessoas que buscam a proteção. ***Assim, ao mesmo tempo em que a intervenção legal e social protege contra uma forma de violência e contra um terceiro pode promover outras formas de violência, tornando-se a proteção que violenta e que fere.***

De acordo com Houaiss (2001), a palavra proteção significa “cuidado com algo ou alguém mais fraco; aquilo que protege contra um agente exterior” (p. 2317). Essa definição nos orienta a pensar que a proteção é realmente devida e necessária no contexto de violência sexual quando as famílias se encontram fragilizadas. ***Porém, os resultados obtidos nesta pesquisa nos orientam a pensar a fragilidade como a condição a ser modificada e ultrapassada e como elemento em relação ao qual a proteção também deve agir.*** Isto é, passamos a entender que a proteção integral não pode cumprir seu objetivo se se limitar ao

cuidado com alguém ou contra um terceiro e se mantiver os sujeitos a quem se aplica na condição de fragilidade. A manutenção de um quadro de fragilidade pode acarretar um círculo contínuo e ininterrupto de novas violências e violações, tornando a proteção uma necessidade constante e permanente. Manter a fragilidade ou permitir que ela se mantenha é promover a exclusão social. Assim, podemos concluir que ***no contexto de violência sexual, especialmente quando esta vem associada a outras vulnerabilidades sociais, a simples existência de dispositivos legais não garantem a proteção integral. É preciso pensar a proteção como uma forma de cuidar e de proteger contra um agente externo, mas também como uma forma de fortalecer e de empoderar, de tornar os sujeitos autônomos e independentes.*** Para isso, é preciso compromisso do Estado e da sociedade para se promoverem oportunidades de desenvolvimento, de exercício da cidadania pelo *usufruto efetivo* dos seus direitos.

Nessa perspectiva, não podemos deixar de pensar a proteção integral como a união também integral entre os dispositivos legais de proteção, a prestação jurisdicional, as ações de assistência social, de educação, de saúde, de esporte, de lazer, de cultura, de qualificação profissional e de geração de renda, enfim, de ofertas de oportunidades de desenvolvimento pessoal e social que favoreçam e promovam uma vida digna e humanizada. Assim, também não podemos deixar de chamar a atenção do Estado e da sociedade para os resultados apontados nesta pesquisa que revelam a falta de oferta dessas ações – em continuidade, em quantidade e qualidade - que atenda a demanda da população, que contemple e favoreça o desenvolvimento da autonomia e que promova a reversão de uma condição de fragilidade e vulnerabilidades, conforme observado na Discussão dos Resultados da Ação.

***As medidas protetivas também se revelaram ações que não são apenas objetivas. Não se trata apenas de garantir matrícula a uma criança fora da escola, apesar de ser também isso. Também não é o encaminhamento dos pais para atendimento psicológico ou para grupos de orientação que garantirá, por si só, a interrupção de uma condição de violação de direitos e de vulnerabilidade.*** Conforme já amplamente discutido e, segundo vários autores (Demo, 2001; Morin, 1998; Santos, 1999; Thompson, 1995; Vasconcellos, 2002), as questões sociais e relacionais não são de natureza exclusivamente objetivas, mas permeadas pela subjetividade humana. Além disso, estão, na maioria das vezes, vinculadas a outras questões de ordem socioeconômica, demandando mais do que encaminhamentos e determinações legais. ***Com base nessa compreensão, podemos concluir que os termos - proteção, medidas protetivas e proteção integral - se integram e não podem ser separadas.***

*Porém, têm natureza diferenciada e requerem ações diferenciadas.* Entendemos que enquanto a proteção e as medidas protetivas se aplicam em casos extremos de violação de direitos, a proteção integral necessita se tornar condição social para a infância e juventude e existir e acontecer muito antes das medidas protetivas. A proteção integral, isto é, a satisfação dos direitos fundamentais, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, tem estreita relação com os direitos humanos e, em uma sociedade notadamente desigual, torna-se impensável sem o protagonismo do Estado, como afirma Fonseca (s/d)

A importância do Estado surge ainda no quadro dos direitos humanos e os instrumentos internacionais e regionais de tutela desses direitos e de responsabilização do Estado. A governança global focado nos direitos humanos pelos múltiplos pactos e protocolos pelos quais os Estados vão se obrigando, realça fortemente a responsabilidade estatal quanto à observância de um cada vez mais exigente conjunto normativo de proteção, defesa e implementação de direitos. (p. 48)

*No entanto, conforme descrito na Discussão dos Resultados da Ação, uma das maiores limitações encontradas no processo de proteção e garantia de direitos junto às famílias foi a ausência do poder público na oferta de ações em quantidade, qualidade e continuidade que pudessem promover o atendimento de necessidades básicas e o saudável desenvolvimento de crianças e adolescentes que já foram seriamente prejudicadas pelas violências sofridas e pelo grau de exclusão social em que se encontram.* Nesse contexto, na ausência de um Estado solidário e socialmente responsável, destacaram-se as ações solidárias e voluntárias da sociedade civil na oferta de ações alternativas que garantissem o atendimento e inclusão das crianças e adolescentes desta pesquisa. *Os resultados nos revelaram que é viável investir na competência que as famílias possuem para resolução de suas dificuldades, bastando para isso garantir-lhes as devidas oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e recursos e o tempo necessário para integrarem novos pensamentos, novas formas de se relacionar, novas experiências a uma história marcada por violações e violências.*

Ainda assim, apesar de não poderem ser confundidas com o sistema maior de proteção integral, as medidas protetivas, quando de fato efetivadas, se mostraram instrumento de alta relevância para a garantia de proteção e resgate dos direitos violados das cinco famílias acompanhadas. E, para além daqueles aspectos objetivos que as compõem, outras características se evidenciaram na narrativa e experiência dos sujeitos da pesquisa, trazendo novos contrastes e novas cores e formatos da proteção, que *tanto pode ser interpretada como mero instrumento legal ou como meio de fortalecimento e de*

***empoderamento dos sujeitos a quem se aplicam.*** Temos consciência de que estes novos formatos que aos poucos fomos vislumbrando no decorrer desta pesquisa estão diretamente vinculados às nossas posições ideológicas, história, trajetória, valores e emoções, como afirmam os autores Demo (2001), Maturana (1998), (Maturana & Varella, 1997), Morin (1998, 2001), Thompson (1995), Vasconcellos (2005), entre vários outros que nos orientam epistemologicamente. Por isso, considerando que a proteção legal se faz necessária nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e que o lugar e as ações dos agentes de proteção devem sempre ser avaliados de forma criticamente reflexiva, gostaríamos de apresentar as nossas reflexões sobre a proteção a partir do novo olhar que os resultados desta pesquisa nos proporcionaram, levando-os à apreciação de outras interpretações e diálogos, questionamentos e oposições.

### ***6.1. É possível garantir a proteção sem ter um olhar sistêmico e ecológico?***

Esta pesquisa-ação teve como proposta a investigação em relação à percepção das famílias sobre as medidas protetivas aplicadas em uma ***situação específica de violência sexual***. No entanto, apesar dessa condição já apresentar em si mesma uma série de circunstâncias envolvendo a sexualidade, o corpo e as emoções, a dignidade e o respeito que requerem intervenções que possam promover o resgate da saúde e bem-estar emocional e físico, não foi possível focalizá-la de forma isolada. ***Outras questões de várias ordens vieram se somar ao quadro inicial que requereu uma ação de proteção, mostrando-se, em alguns casos, muito mais intensas e prejudiciais do que já havia sido a violência sofrida.***

Essas questões se referiram a vários aspectos da vida dos sujeitos desta pesquisa, desde aqueles subjetivos – com forte carga emocional, até aqueles de ordem econômica com carências múltiplas. ***Nesse sentido, não foi possível compartimentalizar a violência sexual, as relações familiares ou a condição de vulnerabilidade social, mas integrá-las.*** A esse respeito, consideramos importante o que diz Vasconcellos (2002) sobre a necessidade de contextualizarmos as situações abordadas. “Contextualizar é reintegrar o objeto no contexto (...) vê-lo existindo no sistema” (p. 112). Cabe ressaltar que contexto não significa apenas o ambiente, mas também as relações entre todos os elementos envolvidos. Para isso, segundo Vasconcellos, é preciso ampliar o foco e ver sistemas amplos. Porém, focar as relações não pode eliminar os elementos, tão importantes quanto as relações estabelecidas entre eles.

Assim, ampliar o foco para as interligações tem como objetivo apenas evitar a disjunção e compartimentalização, integrando o simples no complexo.

Para Morin (1998), complexo

é o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do *complexus* não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram. (p. 188)

Durante a pesquisa ficou claro o que Morin afirma, que “a realidade antropossocial é multidimensional; ela contém, sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social e uma dimensão biológica, diferentes faces de uma mesma realidade” (p. 189). Esses são aspectos que precisam se distinguir e ser tratados como tais, porém nunca isolados e tornados não-comunicantes. Consideramos que essa compreensão permite abarcar o paradoxo existente nas situações de violência sexual e, principalmente, ressalta a natureza também paradoxal das medidas protetivas nesse contexto e está diretamente vinculada a outro questionamento construído no processo de garantir proteção às famílias, conforme discutido a seguir.

## ***6.2. É possível garantir proteção sem permitir a multiplicação do conhecimento e o exercício interdisciplinar e intersetorial?***

A articulação da parte com o todo nos remete à noção de complementaridade. Compreender os cinco casos das famílias participantes requereu a complementação do conhecimento psicológico com outras formas de conhecimento. Demandou a superação de uma visão centrada no indivíduo e teórica para a agregação de outras formas de concebermos e compreendermos as questões apresentadas. Para Morin (1998), essa superação da dicotomia do conhecimento é a superação do antagonismo e da oposição de ideias, é a via da complementaridade. E é a complementaridade de saberes que permite que noções alternativas possam ser contraditórias e complementares ao mesmo tempo. Pensar que contradições podem ser complementares anula a compreensão linear dos fatos. A esse respeito, Vasconcellos (2002) afirma que tradicionalmente tendemos a excluir e a anular as contradições e paradoxos. No entanto, considerá-los complementares aponta para a possibilidade de que venhamos desenvolver novas formas de pensar, mas principalmente de agir.

Quanto à dicotomia dos saberes, comumente presente em nossa sociedade, Santos (1999) considera que ela se assenta numa concepção mecanicista da natureza que contrapõe os seres vivos e matéria inerte, e o humano e o não-humano. Esse mesmo autor ressalta uma nova forma de conhecer que tende a não ser dualista, que se funda na superação das distinções entre individual e social, entre observador e observado, entre subjetividade e objetividade. Nesse sentido, o acompanhamento revelou que a proteção, para ser efetiva, necessita de um ângulo mais amplo de visão.

Mais uma vez citamos Morin (2001) que alerta:

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. (p. 13)

E, continua esse autor, “a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)” (p. 13). Um dos efeitos dessa separação dos saberes está no enfraquecimento do senso de responsabilidade, bem como o enfraquecimento do sentimento de solidariedade, pois elimina a consciência crítica e totalizante. Atrofia, conforme o autor, “as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos” (p. 15).

No decorrer desta pesquisa, as famílias nos mostraram que é necessário que o profissional seja flexível e vá além da sua especialidade de conhecimento, permitindo-se outros olhares que favoreçam uma maior abrangência da realidade e do outro. Para isso, é necessário que os profissionais de saúde atentem para as questões sociais e contextuais da vida das pessoas, que os assistentes sociais atentem para as questões subjetivas subjacentes às questões sociais, que os juízes e operadores do direito contemplem os aspectos objetivos e subjetivos da lei e das pessoas sob sua jurisdição e que os conselheiros tutelares exerçam seu conhecimento baseado no senso-comum, porém sempre com consciência crítica, característica, aliás, que deve ser de todos nós na busca de uma atuação mais justa e mais ética.

Ainda sobre a complementaridade do conhecimento, entendemos que as ações de proteção precisam atentar para a necessidade de considerar o saber das pessoas acompanhadas, sua participação na construção de seus significados e ressignificações. Como

numa teia cujos laços se interconectam, saber científico e saber da vida precisam se entrelaçar para formar um novo conhecimento e o auto-conhecimento, como ponderamos a seguir.

### ***6.3. É possível garantir a proteção sem incluir o sujeito, seu conhecimento e sua experiência no processo de proteger?***

Segundo Morin (2001), o conhecimento vem se tornando esotérico e anônimo, isto é, formalizado e acessível apenas aos especialistas. É um conhecimento reservado aos “experts,” excluindo o direito do cidadão ao conhecimento. De acordo com esse mesmo autor, o cidadão “tem o direito de adquirir um saber especializado com estudos *ad hoc*, mas é despojado, enquanto cidadão, de qualquer ponto de vista globalizante ou pertinente” (p. 19). Para Morin, esse processo traz um grande retrocesso à democracia, pois enquanto o expert perde a aptidão de conceber o global, o cidadão perde o direito ao conhecimento. Na prática, essa recusa do saber popular influencia as políticas sociais de proteção voltadas para as famílias, conforme aponta Pereira-Pereira (2006). São ações que podem ainda estar marcadas pela ideologia da família patriarcal e nuclear, pelas normas e regras de saúde e higienização, sem levar em conta as especificidades de cada família como ela é em sua realidade diária.

Temos que considerar que o conhecimento e o saber podem se constituir em uma forma de poder, deixando de ser interesse compartilhá-lo. O poder gerado pela posse do conhecimento implica a obediência ou submissão de um ao exercício da autoridade ou do domínio do outro. Quanto mais recursos se têm, mais poder para realizar interesses pessoais ou de classes e, não podemos negar, o conhecimento é um recurso adquirido que confere maior poder ao especialista. Demo (1998) chama a atenção para o fato de que a participação cidadã requer uma maior consciência das pessoas sobre sua condição social, sua cidadania, seus direitos. Eliminá-las dos processos que dizem respeito a decisões sobre sua vida, de assistência e proteção social significa anular sua capacidade cidadã.

***O acompanhamento das cinco famílias participantes desta pesquisa e a experiência diária com famílias revelam que elas dificilmente se submetem a uma ordem, ainda que protetiva, se não participarem da sua determinação, ou se não atribuírem a ela significado positivo e valor.*** Ilustramos esse fato com a experiência de Ariane que se recusou a realizar acompanhamento psicológico, por considerá-lo invasivo. Ou ainda, o fato de Luíza não ter aderido às ações e serviços a ela oferecidos por não se sentir motivada e por

não se encontrar em condição emocional favorável para a realização de projetos. Em contrapartida, o afastamento do autor da violência do lar, medida drástica e sofrida, foi devidamente cumprida por essas cinco famílias, por terem considerado que o afastamento era necessário como medida de proteção às suas crianças e adolescentes. No entanto, diariamente enfrentamos em nosso contexto de trabalho com situações de descumprimento da ordem de afastamento ou de restrição de aproximação porque as famílias não a percebem como medida de proteção, mas como medida invasiva, perda de subsistência, do afeto ou da companhia, entre outros motivos (Santos e cols., 2009).

Ainda no caso da mãe de Beatriz, sua experiência de vida a orienta a ser uma mãe com maior controle sobre a filha. A reconstrução de significados chegou a favorecer um novo olhar sobre a criança, mas não sobre a sua atitude de manter uma imposição rígida de limites como forma de protegê-la. Consideramos que não podemos atribuir erro a essa atitude e crença da mãe, mas compreender que o conhecimento e a experiência que ela tem favorecem essa forma de compreensão e ação. Acreditamos que mudanças somente virão a ocorrer se houver a possibilidade de ressignificação quanto ao seu papel como mãe, quanto ao lugar da filha, e também em relação ao seu contexto de vida marcado por possíveis situações de risco.

O reconhecimento e a valorização da intersubjetividade nos levam a refletir sobre outro aspecto da proteção, como a seguir.

#### ***6.4. É possível garantir a proteção sem reconhecer a intersubjetividade presente na relação entre o agente social da proteção e o indivíduo que requer a proteção?***

Os resultados desta pesquisa nos indicam que a garantia de direitos e ***a efetivação da proteção não ocorrem como um ato isolado, mas constituem-se um processo que requer tempo e investimento nos sujeitos a quem se pretende promover a proteção.*** E é na interação profissional/sujeito e instituição social/sujeito como possibilidade de espaço de trocas contínuas e de construção de significados que esse processo pode se constituir. Para nós ficou claro que as ações de proteção não podem se confundir com a imposição de nossos valores, conceitos e crenças, mas deve promover a construção de novas interpretações da realidade, novos valores e novos rumos, inclusive para os agentes de proteção social.

Durante o desenrolar da pesquisa, observamos que, paulatinamente, as mães, a adolescente e o pai puderam questionar, refletir, discutir e repensar suas questões e suas vidas. E essa possibilidade se refletiu nos resultados expostos na Discussão dos Resultados

da Investigação no *Fim do Acompanhamento*. É comum considerar que a relação profissional-indivíduo seja objetiva e neutra para que cumpra sua função específica e objetiva. No entanto, de acordo com o pensamento sistêmico, essa objetividade e neutralidade não são possíveis, considerando que nossas ações estão eivadas de nossa própria história, nosso conhecimento, valores e ideias. Ainda, conforme Santos (1999) não estamos sujeitos a leis universais, mas somos historicamente condicionados e culturalmente influenciados.

Ainda de acordo com Santos (1999), a ação humana é radicalmente subjetiva; o comportamento humano não pode ser compreendido e muito menos explicado com base nas características exteriores e objetivas, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação muito diferentes. Em consequência disso, Fruggeri (1998) aponta que é preciso compreender o outro a partir do sentido que ele confere às suas ações.

Considerando o nosso contexto de trabalho na justiça, durante a realização de uma pesquisa anterior, os resultados obtidos nos levaram a questionar se:

cabe à Justiça envolver-se com a subjetividade humana. Não deveria ela ater-se apenas aos fatos? A estas perguntas respondo com outras perguntas que vêm sendo feitas desde a era pré-socrática até os dias de hoje: há um fato que seja estático? Há uma realidade absoluta, não está esta em transformação constante? É possível conhecer as coisas tais como são em si? Que fato pode ser tomado de forma isolada, fora do contexto onde foi gerado, sem os atores que o ajudaram a construir, sem os significados que ele assume? (Santos, 2002, pp. 77-78)

Vários autores (Anderson & Goolishian, 1998; Gergen, 1998; Hoffman, 1998; Maturana, 1998; Morin, 1998; Santos, 1999; Thompson, 1995) argumentam que “os seres humanos são parte da história, e não apenas observadores ou espectadores dela...” (Thompson, 1995, p. 360) e são “sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor” (p.358).

***É possível afirmar então a necessidade de mudança profissional, de uma postura de poder e saber sobre a vida dos sujeitos para uma ação que visa à recuperação reflexiva destes indivíduos de seu próprio poder, promovendo sua competência, habilidades e possibilidades.*** Talvez, possamos ilustrar esta afirmação usando a figura de um pai que autoriza e propicia condições para que o filho use toda sua capacidade de autonomia, individuação e responsabilidade por sua própria vida, evoluindo da posição de dependência para a posição de criatividade, autogerência e liberdade (Santos, 2002).

Mais uma vez, esse aspecto nos leva irremediavelmente a outro: quais devem ser os objetivos da proteção?

### ***6.5. É possível garantir proteção sem empoderar, fortalecer e promover a autonomia dos indivíduos?***

Segundo alguns autores (Abranches, 1985; Demo, 1998; Gacitúa-Marió & Woolcock, 2005; Leal, 2006; Mioto, 2006; Moura, 2008; Pereira-Pereira, 2006; Schwartzman & Reis, 2005) as políticas de assistência e de proteção social, são geralmente marcadas por práticas assistencialistas e compensatórias que em nada promovem o empoderamento ou a autonomia dos sujeitos assistidos. Ao contrário, aumentam a dependência de assistência externa. Esse fato pode ser claramente observado no Distrito Federal que não dispõe de programas estáveis – quanto ao tempo de sua duração e na continuidade da oferta. Os “assistidos” também se tornam dependentes de programas assistencialistas pela ausência de programas de qualificação profissional, ou pela escassez de acesso da população adulta e jovem a cursos que permitam a inserção em um mercado cada vez mais altamente tecnológico. Além disso, as políticas desenvolvidas nem sempre são desenvolvidas com a participação dos próprios sujeitos a quem serão dirigidas o que gera políticas que não contemplam a real necessidade das famílias para sua emancipação.

Nesse sentido, Moura (2008) alerta que os projetos voltados para a comunidade precisam ter clareza de um requisito básico antes de qualquer intervenção e estratégia de ‘empoderamento’ de comunidades vulneráveis: entender que tais comunidades possuem saberes acerca de seus problemas, de seu ambiente social, da extensão de sua pobreza; das dimensões de suas vulnerabilidades e da qualidade de seus recursos. (p. 12)

Moura (2008) desenvolve sua argumentação, afirmando que frequentemente os interventores desconhecem a situação da população atendida, seus sonhos, seus processos comunitários e, conseqüentemente, compreendem de forma equivocada o impacto das barreiras encontradas pela comunidade. É importante compreender a definição do termo empoderamento, pois, segundo Moura (2008), o termo pode até mesmo servir às elites dominantes como estratégia de mitigação da realidade social e de não enfrentamento de problemas e conflitos. Empoderamento, segundo essa autora,

trata de trazer pessoas que estão do lado de fora do processo de tomada de decisões para o lado de dentro. Essa abordagem enfatiza o acesso às estruturas políticas de decisões socioeconômicas bem como a maximização das oportunidades disponíveis a despeito das barreiras nas estruturas sociais. (p. 25)

Trata-se também de promover a expansão da consciência individual e grupal e o exercício de habilidades e competências que geram confiança na gestão de problemas nos diversos âmbitos da vida. A partir dessa concepção, não há como negar que o empoderamento gera riscos políticos, pois, como afirma Moura (2008), a capacitação do ser político leva o indivíduo a executar ações conscientes e organizadas, “denunciando a ausência das instituições de proteção social ou sua presença fragmentada e incompetente, incapaz de produzir impacto na qualidade de vida dos cidadãos” (p. 26).

Moura apresenta didaticamente a ideia de que o processo de empoderamento se dá no campo ideológico – auxiliando o indivíduo a perceber as crenças ocultas das muitas falas que reproduzem dinâmicas opressoras; e no campo metodológico – utilização de ferramentas de mobilização social e estratégias para resolução de problemas que estão diretamente relacionadas à capacidade de consciência e reconhecimento da existência dos problemas e habilidades para sua resolução.

Entendemos que o empoderamento deve ser um dos objetivos da proteção com o intuito de promover a saída das famílias da condição de vulnerabilidades e sua entrada no campo da cidadania não tutelada, mas exercida como direito. ***O empoderamento é um processo de ampliação de uma consciência crítica, de fazer com que as pessoas se tornem sujeitos de sua própria vida e, por fim, de uma postura mais ativa e participativa pela qual os sujeitos assumem suas responsabilidades em relação às várias esferas da vida, mas também de se reconhecer cidadão e exigir fazer valer seus direitos.***

***Esse aspecto da proteção requer investimento do profissional, das políticas de proteção social, das intervenções institucionais.*** Não é tarefa fácil, como nos mostraram as famílias participantes desta pesquisa que, apesar de serem continuamente informadas sobre seus direitos, atribuíram significado de ajuda às medidas protetivas e à realização desses direitos.

Além disso, as medidas protetivas se revelaram um instrumento potencializador dos recursos, habilidades e competências dos indivíduos e dos recursos existentes na rede. Nos casos em que estes recursos pessoais e institucionais estiveram presentes e puderam ser fortalecidos, os resultados alcançados foram positivos. No caso de Luíza em que observamos a ausência desses recursos tanto pela falta de uma rede primária e secundária forte e estável quanto pelos recursos internos que no processo de viver dessa família não foram construídos, observamos uma maior dificuldade em obter resultados significativos.

Assim, concluímos que as ações de proteção devem primar por distinguir e potencializar qualquer recurso, habilidade e competência das famílias, indivíduos e rede.

Consideramos que essa não pode ser tarefa de um ou outro profissional, mas um padrão de atuação de todo profissional, seja ele servidor público, voluntário ou da sociedade civil. *É preciso ter consciência de que qualquer ação ou intervenção é permeada por ideologias e há que se ter cuidado para não permitir que ela seja concebida e realizada como um favor ou uma ajuda, mas como o cumprimento de um dever do Estado e da sociedade de fazer valer os direitos de sujeitos cidadãos que a eles não têm acesso.* Aqui se destaca a importância de que a proteção também não seja responsabilidade de uma ou outra instituição, de um ou de outro profissional, mas de toda a rede de proteção e garantia de direitos, conforme discuto a seguir.

#### **6.6. É possível garantir a proteção sem a mobilização e ampliação das redes sociais primárias e secundárias das famílias?**

A proteção integral é ideal a ser alcançado e para isso não bastam leis, é preciso efetivá-las, pois *enquanto se mantiverem os fatores de vulnerabilidade permanece a condição de desproteção.* A previsão de direitos fundamentais é um grande avanço que não podemos deixar de valorizar. *Porém não é suficiente para modificar a realidade e diminuir a lacuna existente entre a realidade e a proteção integral a que se propõe.* Conforme aponta Pereira-Pereira (2006), “o Estado tem que se tornar partícipe, notadamente naquilo que só ele tem como prerrogativa – a garantia de direitos” (p. 40). Essa compreensão coloca o Estado como agente, por excelência, responsável por materializar os direitos fundamentais com o desenvolvimento de políticas públicas necessárias.

Rocha e Sardinha Pinto (2008) afirmam que os direitos sociais requerem, para a sua execução, uma intervenção ativa do Estado que deve ser *prolongada no tempo.* Segundo esses autores, os direitos sociais não podem ser atribuídos ao indivíduo, mas exigem permanente ação do Estado pela realização de programas sociais. Levando em conta nosso contexto de desenvolvimento socioeconômico, podemos considerar que, enquanto inexisterem políticas públicas de proteção social em quantidade e qualidade, os direitos fundamentais estarão ameaçados. Ou enquanto prevalecerem as políticas de cunho assistencialista que, de acordo com Miotto (2008), se assentam no mercado e na família como dois canais naturais de satisfação das necessidades dos cidadãos, permanecerá o quadro de não efetivação de direitos. É preciso, portanto, fazer com que as importantes

alterações ocorridas nas leis de proteção à infância sejam incorporadas nos programas e políticas de proteção social.

Nesta pesquisa ficou claro o fato de que a criança e o adolescente não assumem lugar prioritário nas ações do Governo do Distrito Federal (CEDECA, 2009). ***O fato de as famílias não encontrarem recursos para o desenvolvimento pessoal e social e para o resgate de direitos na rede pública tornou-se evidente durante o acompanhamento das famílias, como se pode observar na Discussão dos Resultados da Ação.*** Apesar do preceito constitucional de que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, *com absoluta prioridade*, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, o governo do Distrito Federal tem falhado em cumprir sua parcela de responsabilidade. Nesse sentido não seria demais afirmar que a ausência de ações que favoreçam a efetividade desses direitos submete as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual à negligência do próprio Estado.

***Nossa compreensão de que a proteção somente pode ocorrer por meio de um trabalho complementar e de que ele é tarefa a ser compartilhada por várias agências toma como base o entendimento de que o fenômeno da violência sexual é bastante complexo para ser abordado por apenas uma área do conhecimento ou para que uma instituição consiga, sozinha, abarcar os vários aspectos que o caracterizam. Além disso, toma como base o entendimento de que a ampliação da rede social de um indivíduo é fator de fortalecimento e de rompimento da condição de vulnerabilidade.*** Conforme destaca Sanicola (2008), a vulnerabilidade pode ser atenuada pelo aumento de recursos de uma pessoa, na medida em que ela consegue ampliar em quantidade e qualidade o seu capital de relações. ***Portanto, atuar na proteção implica mobilizar as redes que cercam os indivíduos, pois a realidade humana é caracterizada por trocas e isso vai além da própria família. No momento em que as famílias podem fazer uso dos recursos comunitários, ela deixa a condição de dependência e se torna sujeito no processo de fazer valer seus direitos, mas para isso, é necessária a existência de recursos na comunidade.***

Porém destacamos, com base nos resultados desta pesquisa, que ***um trabalho de promoção e ampliação da rede social de pessoas a quem se dirigem ações de proteção não pode se configurar numa metodologia de encaminhamentos apenas. É importante considerar que o profissional deve se dirigir tanto à pessoa quanto ao seu ambiente institucional, como elemento que conecta e que vincula os recursos disponíveis com as***

*famílias em situação de vulnerabilidade.* É necessário integrar o conjunto de oportunidades e de recursos, produzindo concatenações de relações que precisam se tornar significativas (Sanicola, 2008). O papel do profissional nesse contexto é o de construir uma rede para a pessoa, de acordo com as características e necessidades identificadas. Essa construção e ampliação da rede devem contribuir para a construção da autonomia das pessoas a quem se dirigem as ações de proteção, uma vez que amplia seu acesso a serviços básicos e recursos para seu desenvolvimento.

#### **6.7. É possível garantir a proteção restringindo-se a ações de controle social, ou deve se aliar a maximização de oportunidades de desenvolvimento pessoal e social?**

Uma compreensão bioecológica do desenvolvimento humano, conforme proposto por Bronfenbrenner (1996), nos remete ao fato de que ele ocorre em processo, numa acomodação progressiva entre o indivíduo que é um ser ativo e as propriedades dos ambientes mais próximos e mais amplos em que a pessoa vive. Portanto, são componentes do desenvolvimento o processo, a pessoa, *o contexto* e o tempo. Não é nosso objetivo nos aprofundarmos nas questões do desenvolvimento humano, mas apenas de ***pontuarmos a importância das experiências culturais presentes no cotidiano de uma pessoa. Entendemos que a possibilidade de participação na vida cultural e artística de uma sociedade é fator tão relevante no processo de desenvolvimento de um indivíduo quanto as questões biológicas, físicas e psicológicas.*** Com base nesse pressuposto consideramos que ações de esporte, cultura e lazer são tão importantes na construção de recursos e habilidades pessoais como são a educação formal, a saúde, e outros serviços básicos.

Morin (2001) ressalta essa importância e é a partir de suas reflexões que chamamos a atenção para o fato de que a proteção deve sempre buscar promover oportunidades de acesso à cultura em suas várias formas. De acordo com Morin, o ser humano é revelado em sua complexidade de ser ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural.

O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais. O que há de mais biológico – o sexo, o nascimento, a morte – é, também, o que há de mais impregnado de cultura. (Morin, 2001, p. 40)

Daí, o conceito de que o homem tem dupla entrada, continua o mesmo autor, uma entrada biofísica e uma entrada psicossociocultural, uma remetendo a outra. Com base nessa condição humana, Morin (2001) destaca a contribuição da cultura e da arte no desenvolvimento e no processo de nos tornarmos humanos. A linguagem, segundo ele, na

forma literária e poética nos leva diretamente ao caráter mais original da condição humana por nos distinguir da condição animal. Conforme Morin, o romance e o cinema nos oferecem o que é invisível nas ciências humanas, porque mantêm “os caracteres existenciais, subjetivos, afetivos do ser humano, que vive suas paixões, seus amores, seus ódios, seus envolvimento, seus delírios, suas felicidades, suas infelicidades, com boa e má sorte, enganos, traições, imprevistos, destino, fatalidade...” (Morin, 2001, p. 44). É a arte que põe à mostra as relações do ser humano com o outro, com a sociedade, com o mundo. E, continua o autor, “pelo poder da linguagem, a poesia nos põe em comunicação com o mistério, que está além do dizível” (p.45).

*Arte, palavra, música, e todas as formas culturais de expressão são instrumentos de desenvolvimento humano, pois evocam a capacidade reflexiva sobre todos os aspectos da vida e faz convergir a pluralidade da existência humana.* A arte nos ensina a viver e a transformar as informações em conhecimento e transformar o conhecimento em sapiência (Morin, 2001). A cultura fornece os conhecimentos, valores e símbolos que orientam as vidas humanas. É, portanto, uma preparação para a vida, de expressão das relações com o outro, das emoções e de descoberta e reconhecimento da vida subjetiva.

É com base nessas considerações e na resposta criativa e reflexiva de várias crianças e adolescentes, quando inseridas em um contexto de desenvolvimento da palavra e da arte, que destacamos a importância de que a cultura e o esporte deixem de ser acessíveis apenas a uma pequena parcela mais bem favorecida da população e passe a ser ação desenvolvida e compartilhada igualitária e justamente.

Da mesma forma, destacamos a importância de inclusão das crianças e adolescentes no mundo tecnológico como forma de evitarmos que suas condições estruturais e a consequente exclusão dessa nova forma de conhecimento dêem continuidade às posições e às estratificações de classe numa sociedade cada vez mais tecnológica.

#### ***6.8. É possível garantir a proteção com soluções generalizadas e estanques?***

Conforme a análise dos resultados da ação demonstrou, a proteção deve levar em consideração o tempo e a disponibilidade emocional das pessoas a quem são aplicadas as medidas protetivas. Notemos que as medidas determinadas foram delineadas pelo legislador que as elegeu em lei específica (Lei 8.069/90 ECA) e aplicadas pelo juiz que considerou, a partir de sugestão de profissional de saúde mental, as necessidades das famílias. É certo que as medidas consideram a gravidade das condições de risco e a necessidade de atenção

especializada para a garantia dos direitos também elencados na mesma lei. Nos casos aqui analisados, foi possível observar que as medidas judiciais de afastamento do agressor e de visita supervisionada foram cumpridas nos cinco casos, configurando-se 100% de cumprimento. Já o atendimento psicológico não foi cumprido por todos os participantes. Tomemos como exemplo a adolescente Ariane que relatou desconforto emocional por ter que “*ficar na frente de uma pessoa e ficar falando.*” Porém, no momento em que deu início a um relacionamento de namoro surgiu sua demanda pessoal o que a motivou a buscar o atendimento em programa de atendimento psicossocial e orientação sexual. Da mesma forma, a mãe de Giovana não recebeu a medida protetiva, por se considerar no estudo psicossocial apenas a necessidade da criança. No entanto, no decorrer do acompanhamento, a mãe de Giovana manifestou interesse em receber acompanhamento psicoterapêutico. ***Podemos concluir que tempo e disponibilidade emocional se inter-relacionam e exercem influência sobre a adesão ou não adesão das famílias às medidas protetivas recebidas.*** Nesse contexto, podemos inferir que ações de proteção devem atentar para esses fatores, no intuito de se promoverem a vinculação das pessoas nos atendimentos quando estas manifestarem o interesse, mesmo que o seu tempo não corresponda ao tempo de quem as acompanha.

Outro fator que se mostrou fundamental foi a necessidade de aproximação do profissional com outros profissionais da rede, o que requer flexibilidade para reconhecermos as diferentes competências, habilidades e recursos disponíveis. Além disso, destacamos a atitude da profissional de psicologia que, de forma flexível, deixou seu contexto de consultório, aproximando-se de Vanessa, mãe de uma das adolescentes, se deslocando de seu local de trabalho numa visita domiciliar. No caso em questão, esse movimento contribuiu de forma significativa para que seu trabalho posterior de atendimento clínico pudesse alcançar resultados positivos na vida de Vanessa. ***Não estamos tratando aqui de substituir formas de atuação por outras, mas de inclusão de outras formas de compreensão, de atuação e de relação com o outro. Os exemplos mencionados não se tratam de novos modelos, mas de novas possibilidades a serem consideradas em cada caso específico, o que somente pode ocorrer se houver flexibilidade por parte de quem acompanha uma pessoa que se encontra em processo constante e contínuo de mudanças.***

***6.9. É possível garantir a proteção sem a formação de vínculo, sem afetividade, empatia, respeito, solidariedade e responsabilidade ética?***

Para abordarmos esse aspecto da afetividade no processo de garantir proteção, tomamos como base as reflexões de Vasconcellos (2005) e de Maturana e Varela (1997). Segundo esses autores, na história da evolução humana, essa condição se configurou com o conversar e a conversação é um emaranhado do linguajar com o emocionar. São nas nossas conversações que se constitui o cultural e quando falamos de valores estamos falando de interagir e de conviver, formas de relação fundadas na emoção do amor. Para Maturana e Varela o amor é um fenômeno biológico e é o amor que funda o social.

Para Vasconcellos (2002), a afetividade é uma forma de conviver, é uma forma de se relacionar e só pode ser aprendida na convivência. “Valores ou se vivem ou se negam no viver” (p. 86). E essa aprendizagem é possível, segundo essa autora, porque o amor é biologicamente enraizado, somos naturalmente amorosos e, por isso, sofremos quando não nos comportamos de forma não amorosa. “Negar o outro gera sofrimento. O amor é um fenômeno biológico, e a negação do outro contradiz nossa biologia: a origem do homo sapiens se deu por meio da cooperação” (p. 87).

Maturana (1998) divide os sistemas de convivência em: sistemas sociais, sistemas de trabalho e sistemas de poder. No primeiro – sistemas sociais – a emoção presente é o amor, o que implica a aceitação do outro, a confiança e o respeito mútuo. No sistema do trabalho, a convivência se dá pela obrigação e por compromisso. E, por fim, nos sistemas de poder, pode se distinguir a negação do outro, o engano e a manipulação. Podemos inferir, a partir desse ponto de vista, que o acompanhamento que de início se dá pelo trabalho, pela obrigação e pelo compromisso, logo se torna uma relação social, pois implica participação no sofrimento do outro, nas dores, nas alegrias, nas expectativas e sonhos.

Com base nessa premissa, entendemos que garantia de proteção só pode ser ação continuada e só pode se realizar quando se constrói um vínculo entre as duas ou mais pessoas envolvidas. E essa vinculação, por sua vez, só pode ocorrer quando nos reconhecemos no outro e vice-versa, quando a capacidade de empatia nos permite compreender emocionalmente o outro e nos identificar, como seres humanos que somos, com a mesma condição de vulnerabilidade humana. ***E é essa capacidade que nos compele a respeitar sua dor, suas dificuldades, inseguranças e indecisões e, por isso mesmo, sermos solidários e afetivos,*** sempre lembrando que

a solidariedade é uma forma específica de saber que se conquista sobre o colonialismo. O colonialismo consiste na ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto. A solidariedade é o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado de nos tornarmos capazes de

reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade. (Santos, 2000, p. 85)

*São esses elementos presentes em nossa relação com as famílias que nos impedem de realizarmos julgamentos descontextualizados e de reproduzirmos narrativas que discriminam, estratificam ou que exigem do outro uma reação que não dão conta de produzir. São também esses elementos que permitem uma maior aproximação com as famílias, não como casos a serem resolvidos, mas como pessoas em sofrimento, cujo resgate dos direitos é responsabilidade nossa – sociedade e Estado.* Nesse sentido, Morin (1998) alerta: “responsabilidade é noção humanística ética que só tem sentido para o sujeito consciente” (p.117). *Assim, concluímos que o aspecto da afetividade está diretamente relacionado à nossa consciência social, ética e cidadã e no reconhecimento de nossa igual condição humana em relação àqueles a quem dirigimos nossas ações.*

Ao elencarmos essas reflexões sobre a proteção, que foram construídas em estreita conexão com o processo de investigação e de ação proposto nesta pesquisa, não consideramos que encerramos nessa descrição todas as possibilidades de interpretação e de reinterpretação da proteção a ser efetivada pela aplicação de medidas protetivas. *Compreendemos que as medidas protetivas se mostraram instrumento legal viável, mas não se constituem a solução definitiva para as dificuldades que encontramos na responsabilidade diária de garantir proteção e resgate de direitos. Seria demasiadamente ingênuo e pretensioso considerarmos a proteção como conceito fechado e algo pronto e não apenas como um caminho que continuará a se constituir no processo de garantir proteção às famílias - diferentes famílias, diferentes caminhos, diferentes processos.*

Também seria ingênuo considerar que as medidas protetivas podem trazer resultados efetivos sem considerá-las como parte de um todo maior que envolve outros saberes, outras instituições, outros profissionais, “Outros.” Por essa razão, mais uma vez destacamos a necessidade de integração do conhecimento e a importância de que a rede possa contar com uma estrutura eficiente de instituições públicas e de políticas sociais que ofereçam o devido suporte para a complexa e contraditória tarefa de garantir proteção e resgate de direitos.

No trajeto percorrido com as famílias, aprendemos a lidar com nossas frustrações, pois mudanças ocorrem de forma gradativa e sutil, às vezes de forma imperceptível, mas sempre de forma significativa. Aprendemos também que nossa compreensão de proteção não pode se confundir com salvação. *As famílias em situação de violência sexual ou*

*submetidas a outras formas de fragilização não necessitam ser salvas, mas resgatar sua dignidade e cidadania.*

Aprendemos ainda que *atuar como agentes de proteção traz grandes riscos, pois é fácil assumir uma postura de saber e de poder sobre pessoas fragilizadas, mas isso não se mostra produtivo, menos ainda transformador.* A possibilidade de transformação está em não nos omitirmos, mas de forma equilibrada, agirmos em co-autoria com o outro, poeta de sua própria vida.

Com esta pesquisa ressaltamos a gravidade do contexto da violência sexual e seus efeitos na vida das pessoas envolvidas tanto por sua ocorrência como pelas consequências da revelação. Destacamos também o contexto de uma rede tão fragilizada pela ausência e negligência do poder público em realizar e concretizar os meios necessários para mudança desse quadro quanto as famílias que dela demandam ações de proteção. Porém, estamos certos de que muitas alternativas vêm sendo construídas e desenvolvidas, cujos resultados e características em muito podem contribuir para a construção de uma rede de proteção e garantia de direitos mais efetiva.

Nossas cinco famílias confirmam o dizer de Santos (1999) de que nosso conhecimento é limitado e influenciado por nossa história, nossos valores e por ideologias, e que, portanto, nossas intervenções também serão assim limitadas. Tanto Santos quanto os sujeitos desta pesquisa nos ensinam que é preciso que nós – Estado e sociedade, indivíduos e grupos – repensemos a nossa prática e o que está por detrás dela. Em que medida queremos e podemos proteger? Em que medida estamos, de fato, promovendo ações que permitam que a proteção seja apenas uma necessidade eventual, um apoio temporário, e não uma condição de dependência? Fica aqui uma sugestão para futuras pesquisas, pois é preciso que avaliemos as várias intervenções em seus diversos âmbitos de forma a sermos capazes de responder essas questões, de destacarmos o que vem produzindo resultados de cidadania e de promovermos novas alternativas de intervenções a serem compartilhadas para a co-construção de um saber e de uma prática mais humanizada e justa. Afinal, se nosso conhecimento é limitado, ele também nunca será acabado e, como mudam as circunstâncias pessoais e sociais a todo momento, assim deve mudar nossa compreensão sobre elas.

Com base nos resultados obtidos no processo de investigação desta pesquisa, podemos considerar que o objetivo proposto de acessar a compreensão e significados que as famílias atribuem a essas medidas e ao percurso que realizam na rede de proteção e garantia de direitos foi devidamente alcançado. No processo de investigação, de interpretação e de

reinterpretação dos dados, tornamo-nos testemunhas de suas experiências e dores, de seus desejos e expectativas frustradas, mas também de sua força, competências e habilidades e de sua esperança de mudanças positivas. Tornamo-nos também testemunhas da falta de acesso e de usufruto dessas famílias de direitos básicos e da ausência de oportunidades que lhes favoreçam melhores condições de vida e que promovam o saudável desenvolvimento pessoal e social de suas crianças e adolescentes. Esperamos que a nossa contribuição venha a ser a de perturbar, de alertar e advertir indivíduos, sociedade, Estado e a nós mesmos contra a indiferença em relação às necessidades, complexidades, paradoxos e diferentes realidades das famílias em situação de violência sexual. E, acima de tudo, contra a complacência, omissão e negligência diante das suas histórias que nos perturbam e que colocam em evidência o longo caminho que ainda temos que percorrer na garantia de direitos e de proteção integral, já que direitos não devem apenas ser proclamados, mas efetivados continuamente, tarefa complexa a ser diariamente aprendida, como diz o texto poético de Fernando Sabino, que usamos para concluir este trabalho, ainda que ele esteja longe de ser acabado.

*De tudo, ficaram três coisas: A certeza de que estamos sempre começando. A certeza de que precisamos continuar. A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar. Portanto devemos: Fazer da interrupção, um caminho novo. Da queda, um passo de dança. Do medo, uma escada. Do sonho, uma ponte. Da procura, um encontro.*

## 6. REFERÊNCIAS

- Abranches, S. H. (1985). *Os despossuídos: Crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ABRAPIA (s/d). *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro*. Recuperado em 02 de novembro, 2008, de <http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc98.pdf>
- Abreu, M. & Martinez, A. F. (1996). Olhares sobre a criança no Brasil: Perspectivas históricas. Em I. Rizzini (Org.), *Olhares sobre a criança no Brasil, séculos XIX e XX* (pp. 19-37). Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula.
- Alencar, A. V. A. N. & Rangel, L.C.B. (Orgs.). (1986). *Constituições do Brasil: 1824, 1891, 1934, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal.
- Alencar, A. V. A. N. (1984). *Código de menores: Lei 6.697/79, comparações, anotações, histórico, informações*. Brasília: Senado Federal.
- Amaro, S. (2003). *Crianças vítimas de violência: Das sombras do sofrimento à genealogia de resistência*. Porto Alegre: AGE/EDIPUCRS.
- Amendola, M. F. (2004). Mães que choram: Avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. Em M. C. C. A. Prado (Coord.), *O mosaico da violência* (pp. 103-170). São Paulo: Vetor.
- Andersen, T. (1998). Reflexões sobre a reflexão com as famílias. Em S. McNamee, & K. J. Gergen (Org.), *A terapia como construção social* (pp. 69-85). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Anderson, H. & Goolishian, H. (1998). O cliente é o especialista: A abordagem terapêutica do não-saber. Em S. McNamee, & K. J. Gergen (Orgs.), *A terapia como construção social* (pp. 34-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M. (1980). *Terapia familiar*. Lisboa: Vega.
- Araújo, J. G. (1998). Casa e valores: espaços e dimensões da violência. Em D. D. de Oliveira, E. C. Geraldês & R. B. Lima (Orgs.), *Primavera já partiu* (pp.145-154). Brasília: MNDH.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em estudo, Maringá*, 7(2), 3-11.

- Arcelo, A. A. B. (2008). A história dos sistemas de pensamento e as condições de possibilidade do discurso dos direitos humanos no Brasil hoje. Em F. H. U. Pereira & M. T. F. Dias (Orgs.), *Cidadania e inclusão social. Estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin* .(pp. 25-34). Belo Horizonte: Editora Forum.
- Arendt, H. (1979). *As Origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Documentário.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2 ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência sexual intrafamiliar: É possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Azevedo, M. A. (1993). Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp. 25-47). São Paulo: Cortez.
- Azevedo, M. A. (2007). *Ponta do iceberg*. Recuperado em 02 de novembro, 2008 de <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1988). *Pele de asno não é só história... Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (Orgs.). (1989). *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Azevedo, M.A., & Guerra, V. N. A. (1997). *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Badinter, E. (1985). *O mito do amor materno. Um amor a ser conquistado* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Balier, C. (1997). Psicopatologia dos autores de delitos sexuais contra crianças. Em M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (Pp. 115-120). São Paulo: Summus.
- Barbier, R. (2007). *Pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Barbosa, H. (1999). Abuso e exploração sexual de crianças: Origens, causas, prevenção e atendimento no Brasil. Em *Inocência em perigo: Abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. Textos apresentados no Encontro de Especialistas promovido pela UNESCO em Paris, 18 e 19 de janeiro de 1999. Rio de Janeiro: Garamond.
- Barbosa, M. A. M, Nunes, C. B & Moura, L. B. A. (2008). A comunidade e a resiliência familiar frente às diversidades. Em L. B. A. Moura (Ed.). *Empoderamento comunitário*.

- Uma proposta de enfrentamento das vulnerabilidades* (pp. 175-189). Brasília: Letras Livres.
- Bertalanffy, L. Von (1975). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Biasoli-Alves, Z. M. (1998). A pesquisa em psicologia: Análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. Em G. Romanelli, & Z.M. Biasoli-Alves (Org.), *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa* (pp. 135-157). Ribeirão Preto: USP.
- Bilac, E. D. (1995). Família: Algumas inquietações. Em M. C. B. Carvalho (Org.), *A Família contemporânea em Debate* (pp. 29-38). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Boscolo, L. (2000). A evolução do modelo sistêmico – Da cibernética de primeira ordem à cibernética de segunda ordem. Em M. Elkaim (Org.), *Terapia familiar em transformação* (pp. 92-96). São Paulo: Summus.
- Brasil (2002). *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Ministério da Justiça/SEDH/DCA.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bucher, J. F. (1986). Mitos, segredos e ritos na família II: Uma perspectiva intergeracional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1, (2), 1-13.
- Butler, S. (1979). *A conspiração do silêncio: O trauma do incesto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cantelmo, C. A. & Costa, L. F. (2009). Gênero e relação de proteção nos crimes de violência sexual infantil. *Nova Perspectiva Sistêmica, Rio de Janeiro, N. 35, 82-93*.
- Capra, F. (2004). *A teia da vida* (9ª Ed). São Paulo: Editora Cultrix.
- Capra, F. (2006). *O ponto de mutação* (26ª edição). São Paulo: Editora Cultrix.
- Cardoso, C. L. & Féres-Carneiro, T. (2008). Sobre a família: com a palavra, a comunidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(2), Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Recuperado em 11 de março, 2010, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v8n2/v8n2a25.pdf>
- Carneiro, T. F., Costa, L. F., & Penso, M. A. (1992). Reorganizações familiares: As possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8, Suplemento, 495-503.

- Cavalcante, F. G & Minayo, M. C. S. (2004). Organizadores psíquicos e suicídio: Retratos de uma autópsia psicossocial. Em M. C. C. A. Prado (Org.), *O mosaico da violência*. (pp. 371-431). São Paulo: Vetor.
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CEDECA/DF (Org.). (2009). *18 anos do ECA: Um olhar da Sociedade Civil sobre o Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal – OCA DF 2008*. Brasília.
- Cervený, C. (1994). *A família como modelo: Desconstruindo a patologia*. São Paulo: Editora Psy II.
- Chartier, L. J.P. (1997). Crianças e adolescentes agressores sexuais. Em Marceline Gabel (org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 103-114). São Paulo: Summus.
- Cirillo, S. e Di Blasio, P. (1991). *Niños maltratados*. Buenos Aires: Paidós
- Cohen, C. (1997). O incesto. Em M. A. Azevedo e V. N. Guerra (Orgs.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp. 211-225). São Paulo: Cortez.
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2004). *Colóquio sobre o sistema de notificação em violência sexual contra criança e adolescente: Relatório final*. Brasília: Abaré.
- CONANDA (2001). *Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência. 2001-2005*. Ministério da Justiça/CONANDA.
- Convenção sobre os Direitos da Criança. 1989.
- Costa, A. T. M. (2004). Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque. *Sociedade e Estado, Brasília*, 19(1), 121-150. Recuperado em 29 de janeiro, 2010, de <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a08.pdf> Acessado em 29/01/2010.
- Costa, J. F. (1979). *Ordem médica e norma familiar* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 21(2):417-425. Recuperado em 04 de março, 2010, de [http://www.violenciamulher.org.br/artigo\\_CSP\\_soniakaren.pdf](http://www.violenciamulher.org.br/artigo_CSP_soniakaren.pdf)
- Davidoff, L. L. (1983). *Introdução à psicologia*. São Paulo: MCGraw-Hill do Brasil.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos*. São Paulo: Papirus.

- Demo, P. (s/d). *Solidariedade pelo avesso: Pedagogia como efeito de poder*. Recuperado em 06 de abril, 2010, de <http://www.senac.br/BTS/281/boltec281a.htm>
- Demo, P. (1998). *O charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados.
- DeSouza, E. , Baldwin, J. R. & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia. Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 13(3). Recuperado em 29 de janeiro, 2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300016&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300016&script=sci_arttext&tlng=es)
- Dionne, H. (2007). *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Liber Livro Editora.
- DSM IV. *Diagnostic and Statistical Manual of mental disorders* (1994). Washington: American Psychological Association. Recuperado em 28 de janeiro, 2010, de [http://www.psicologia.com.pt/instrumentos/dsm\\_cid/dsm.php](http://www.psicologia.com.pt/instrumentos/dsm_cid/dsm.php) Acessado em 28/01/2010.
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Faleiros, E. T. (Org.) (2003). *O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (dês)caminhos da denúncia*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Recuperado em 01 de novembro, 2008, de [http://www.cecria.org.br/pub/livro\\_repensando\\_os\\_conceitos\\_eva\\_publicacoes.pdf](http://www.cecria.org.br/pub/livro_repensando_os_conceitos_eva_publicacoes.pdf)
- Faleiros, V. P. & Faleiros, E.T.S (2001). *Circuito e curtos-circuitos: Atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal*. São Paulo: Veras Editora.
- Faleiros, V. P. (1998). A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. *Ser Social, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília*, (2), Jan-Jun, 37-56.
- Faleiros, V. P. (2008). Para o abuso e desenvolver a proteção. Em L.F. Costa & h. G. D. Lima (Orgs.), *Abuso Sexual. A Justiça interrompe a violência* (pp. 159-167). Brasília: Liber Livro Editora.
- Faleiros, V. P. (Ed.) (2000). *Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Avaliando os resultados e projetando o futuro*. Brasília: UNICEF/CECRIA/AMENCAR.

- Ferrari, D. C.A. & Vecina, T.C.C (Org.). (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática*. São Paulo: Ágora.
- Fonseca, P. H. (s/d). A tutela estatal dos direitos e a necessidade do Estado socialmente responsável. Recuperado em 29 de abril, 2010, de <http://www.ccj.ufpb.br/primafacie/prima/artigos/n7/tutela.pdf>
- Forward, S. & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Fruggeri, L. (1998). O Processo terapêutico como construção social da mudança. Em S. McNamee & K. J. Gergen (Org.), *A terapia como construção social* (pp. 51-65). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fuks, L. B. (2005). *Abuso sexual de crianças na família: Reflexões psicanalíticas*. Em J. R. Volnovich (Org.), *Abuso sexual na infância*, (pp. 13-32). Rio de Janeiro: Lacerda.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gacitúa-Marió, E. & Woolcock, M. (Orgs.). (2005). *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília: Ipea: Banco Mundial.
- Gergen, K. J. & Kaye, J. (1998). Além da narrativa na negociação do sentido terapêutico. Em S. McNamee & K. J. Gergen (Org.). *A terapia como construção social* (pp. 201-222). Porto Alegre: Artes Médicas.
- González-Rey, F. (1999). *La investigación cualitativa en psicología: Rumbos y desafíos*. São Paulo: Educ.
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Caso do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (3), 341-348. Recuperado em 10 de junho, 2010, de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20118/000508003.pdf?sequence=1>
- Hamon, H. (1997). Abordagem sistêmica do tratamento sociojudiciário da criança vítima de abusos intrafamiliares. Em Marceline Gabel (org.). *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 174-187). São Paulo: Summus.
- Hiebert-Murphy, D. (1998). Emotional distress among mothers whose children have been sexually abused: the role of a history of child sexual abuse, social support, and coping. *Child Abuse & Neglect*, 22 (5), 423-435. Recuperado em 08 de dezembro, 2009,

de

[http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=ArticleListURL&\\_method=list&\\_ArticleListID=1365563213&view=c&\\_acct=C000050221&\\_version=1&\\_urlVersion=0&\\_userid=10&md5=a0cf2e9bb5d398d53b1719ae65b893a6](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleListURL&_method=list&_ArticleListID=1365563213&view=c&_acct=C000050221&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=a0cf2e9bb5d398d53b1719ae65b893a6)

- Hoffman, L. (1998). Uma postura reflexiva para a terapia de família. . Em S. McNamee & K. J. Gergen (Org.), *A terapia como construção social* (pp. 13-33). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Houaiss, A. & Villar, M.S. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hycner, R. (1995). *De pessoa a pessoa: Psicoterapia dialógica*. São Paulo: Summus.
- Jablonski, B. (1991). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Agir.
- Jodelet, D. (1999). Os processos psicossociais da exclusão. Em B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes. Pp. 53-66.
- Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: Uma visão ecológica. Em AMENCAR (Org.), *Violência doméstica*. Brasília: Unicef, pp. 32-42.
- Lamour, M. (1997). Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. Em Marceline Gabel (org.). *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 43-60). São Paulo: Summus.
- Langdon, E. J. (1993). O dito e o não-dito: Reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. *Estudos Feministas*, 1(1), 155-158.
- Leal, M. C. (2006). O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais. Em M. A. Sales, M.C. Matos & M. C. Leal (Orgs.). *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos* (pp. 147-166). São Paulo: Cortez.
- Lemos, A. H. C., Dubeux, V. J. C. & Soares Pinto, M. C. (2009). Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(2), Rio de Janeiro. Recuperado em 15 de março, 2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512009000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512009000200012)
- Lopes, M. H. C., Leitão, E. M., Leal, M. L., Rizotti, M. L. A. & Nogueira Neto, W. (2008). *Políticas intersetoriais integradas*. Artigo apresentado como tema no III Congresso Mundial de Enfrentamento Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado na cidade do

- Rio de Janeiro/Brasil de 25 a 28 de novembro de 2008. Recuperado em 20 de abril, 2010, de <http://vsites.unb.br/ih/dss/gp/site/violes/artigos/Políticas%20Intersectoriais%20Integradas.pdf>
- Lopes, O. A. (2006). *Responsabilidade jurídica – horizontes, teoria e linguagem*. São Paulo: Quartier Latin.
- Madanes, C. (1997). *Sexo, amor e violência. Estratégias para a transformação*. Campinas: Editorial Psy.
- Maldonado, M. T. (1989). *Maternidade e paternidade*. Petrópolis: Vozes
- Martinho, C. (2003). *Redes. Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Recuperado em 27 de outubro, 2008, de [http://www.wwf.org.br/natureza\\_Brasileira/meio\\_ambiente\\_Brasil/educacao/educacao\\_pub/index.cfm?uNewsID=3960](http://www.wwf.org.br/natureza_Brasileira/meio_ambiente_Brasil/educacao/educacao_pub/index.cfm?uNewsID=3960)
- Maturana, H. & Varela F. (1997). *De máquinas e seres vivos: Autopoiese – A organização do vivo* (3ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Maturana, H. (1998). *Da biologia à psicologia* (3 ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- McNamee, S. (1998). A reconstrução da identidade: A construção comum da crise. Em S. McNamee & K. J. Gergen (Org.), *A terapia como construção social* (pp. 223-238). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mello, S. L. (1995). Família: Perspectiva teórica e observação factual. Em M. C. B. Carvalho (Org.), *A Família contemporânea em Debate* (pp. 51-60). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Minayo, M. C. S (Org.) (1994). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (2006). Cadernos de atenção básica. N.º 19, Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF. Recuperado em 29 de janeiro, 2010, de [http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/abcd19.pdf](http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd19.pdf)
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mioto, R. C. T. (2006). Novas propostas e velhos princípios: A assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. Em M. A. Sales, M.C. Matos & M. C. Leal (Orgs.). *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos* (pp. 25-42). São Paulo: Cortez.

- Mlodinow, L. (2009). *O andar do bêbado: Como o acaso determina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Morin, E. (1998). *Ciência com consciência* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2001). *A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Moura, A. S. & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. Recuperado em 29 de janeiro, 2010, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psicousf/v13n1/v13n1a11.pdf>
- Moura, L. B. A. (2008). A comunidade e o desafio do empoderamento. Em L. B. A. Moura (Ed.). *Empoderamento comunitário. Uma proposta de enfrentamento das vulnerabilidades* (pp. 23-48). Brasília: Letras Livres.
- Moura, M. L. S. & Ferreira, M. C. (2005). *Projetos de pesquisa: Elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EduERJ.
- Nunes, B. F. (2003). *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Padilha, C. C. (2008). Quando o pai vira réu por alegação de abandono afetivo. Em L.M.T. de Brito (Org.). *Famílias e separações: Perspectivas da psicologia jurídica* (pp. 187-218). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Papp, P. (1992). *O processo de mudança. Uma abordagem prática à terapia sistêmica da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Penso, M. A. & Costa, L.F. (Orgs.). (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. Em M. A. Penso & L.F. Costa (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 123-142). São Paulo: Summus.
- Pereira-Pereira, P. A. (2006). Mudanças estruturais, política social e papel de família: Crítica ao pluralismo de bem-estar. Em M. A. Sales, M.C. Matos & M. C. Leal (Orgs.), *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos* (pp. 25-42). São Paulo: Cortez.
- Perrone, R. & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia. Un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós.
- Pinto Júnior, A. A. (2005). *Violência sexual doméstica contra meninos: Um estudo fenomenológico*. São Paulo: Vetor.

- Plaza Pinto, J. (2004). Os gêneros do corpo: para começar a entender. Em E. Gonçalves (Org.), *Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências* (pp. 33-44). Goiânia: Grupo Transas do Corpo.
- Postman, N. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Prigogine, I. (1996). *O fim das certezas: Tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Rangel, P. C. (2006). *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Juruá.
- Rauter, C. (2001). *Notas sobre o tratamento das pessoas atingidas pela violência institucionalizada*. Recuperado em 30 de janeiro, 2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722001000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200002&lng=en&nrm=iso)
- Ravazzola, M. C. (1997). *Histórias infames: Los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H. & Moraes, C. L. (1999). *Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de proposta de ação*. Recuperado em 04 de março, 2010 de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100009&script=sci_arttext)
- Rizzini, I. (1997). *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR/Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: AMAIS.
- Rocha, M. H. N. & Sardinha Pinto, L. M. R. (2008). Poder judiciário e inclusão social: Considerações acerca do papel do controle judicial das políticas públicas para a efetividade dos direitos sociais. Em F. H. U. Pereira & M. T. F. Dias (Orgs.), *Cidadania e inclusão social. Estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin* (pp. 171-186). Belo Horizonte: Editora Fórum.
- Rouyer, M. (1997). As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo. Em Marceline Gabel (org.). *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 62-71). São Paulo: Summus.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Sanicola, L. (2008). *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. São Paulo: Veras Editora.
- Santos, B. S. (2008). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais para uma ecologia de saberes. Em F. H. U. Pereira & M. T. F. Dias (Orgs.), *Cidadania e inclusão*

- social. Estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin* (pp. 73-102). Belo Horizonte; Editora Fórum.
- Santos, B. S. (1999). *Um discurso sobre as Ciências* (11ª ed.). Porto Alegre: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2000). *Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, Vol. 1. Porto Alegre: Edições Afrontamento.
- Santos, J. B. & Santos, M. S. C. (2008). Família monoparental Brasileira. *Revista Jurídica, Brasília*, 10(92), 1-30. Recuperado em 11 de março, 2010, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbo\\_sa\\_Rev92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbo_sa_Rev92.pdf)
- Santos, M. R. R. & Costa, L. F. (2007). O tempo na trajetória das famílias que buscam a justiça. *Revista do Departamento de Psicologia UFF*, 19(1), 111-126. Recuperado em 27 de abril, 2010 de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-80232007000100009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-80232007000100009&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Santos, S. S. & Dell'Aglio, D. D. (2008). *Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência*. Recuperado em 18 de março, 2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&pid=S0103-166X2008000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&pid=S0103-166X2008000400014)
- Santos, V. A. (2002). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: O papel da Justiça na construção e reconstrução de significados*. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília.
- Santos, V. A. (2007). *Violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal*. Recuperado em 29 de janeiro, 2010, de [http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/vij\\_artigos.asp](http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/vij_artigos.asp)
- Santos, V. A.; Costa, L. F. & Granjeiro, I.A.L. (2009). Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida? *Psico/Faculdade de Psicologia da PUCRS*, 40(4), 516-524.
- Santos, V. A; Costa, L.F. & Silva, A. X. (2010). *As medidas protetivas segundo a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente e na perspectiva de cinco famílias em situação de violência sexual contra suas crianças e adolescentes*. Recuperado em junho, 2010, de [http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/vij\\_artigos.asp](http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/vij_artigos.asp)
- Sarmiento (s/d). *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. Recuperado em 25 de março, 2010, de [http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf)

- Save the Children (2006). *Programação baseada nos direitos da criança. Como focar os direitos na programação. Um manual para os membros da Aliança Internacional* (2ª ed.). Save the Children. Rio de Janeiro.
- Save the Children Suécia e VIOLES/SER/UnB (2005). *Estudo analítico do enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil – ESCCA. Período 1996-2004*. Rio de Janeiro: Save the Children Suécia.
- Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. Em B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes. Pp. 97-118.
- Scalon, M. C. & Cano, I. (2005). Legitimação e aceitação: Como os Brasileiros sobrevivem às desigualdades. Em E. Gacitúa-Marió & M. Woolcock (Orgs.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil* (pp. 113-132). Brasília: Ipea: Banco Mundial.
- Schwartzman, S. & Reis, E.P. (2005). Probreza e exclusão. Em E. Gacitúa-Marió & M. Woolcock (Orgs.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil* (pp. 1147-180). Brasília: Ipea: Banco Mundial.
- Silva, M.A.S., Vecina, T. C. C & Equipe do CNRVV (2002). Mapeando a violência contra crianças e adolescentes. Em D. C. A. Ferrari e T. C. C. Vecina (Org.). *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (277-297). São Paulo: Ágora.
- Soihet, R. (1997). Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, 5(1), 7-29.
- Summit, R. C. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child Abuse & Neglect*, N. 7, pp. 177-193.
- Thiollent, M. (2007). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- Trindade, E. (2005). *As meninas da esquina. Diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Valderrutén, M. C. C. (2008). Vozes tuteladas, cidadanias esquivas: Imagens discursivas de crianças e adolescentes no Brasil e na Colômbia. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC*, 42(1 e 2), 111-138.
- Vargas, B. (2008). Sobre segurança pública, violência, Sherlock Holmes e Capitão Nascimento. Em F. H. U. Pereira & M. T. F. Dias (Orgs.), *Cidadania e inclusão social. Estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin* (pp. 65-71).

Belo Horizonte; Editora Fórum.

Vasconcellos, M. J. E. (1995). *Terapia familiar sistêmica: Bases cibernéticas*. Campinas: Workshopsy.

Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento Sistêmico. O Novo Paradigma da Ciência*. Campinas: Papirus.

Wanderley, M. B. (1999). Refletindo sobre as noções de exclusão. Em B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16-26). Petrópolis: Editora Vozes.

Weber, M. (1922/2004). *Economia e Sociedade*. Brasília: EdUnB.

## **ANEXOS**

## ANEXO I



Universidade de Brasília  
Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas – CEP/IH

### ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes:  
Como as Famílias Percebem a Proteção e a Garantia de Direitos

Pesquisador Responsável: Viviane Amaral dos Santos

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes: Como as Famílias Percebem a Proteção e a Garantia de Direitos”, analisado na Reunião Ordinária de 28 de abril de 2009.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 27 de março de 2009.

Prof. Dra. Debora Diniz  
Coordenadora do CEP/IH

## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### ***Pesquisa***

Violência sexual contra crianças e adolescentes: construindo caminhos e conexões para garantia da proteção integral.

#### ***Coordenador***

Viviane Amaral dos Santos

#### ***Natureza da pesquisa***

Você e sua família são convidados a participar dessa pesquisa, que tem por finalidade apreender e compreender o sentido que as medidas protetivas adquirem para as famílias, avaliar o percurso das famílias participantes na rede de proteção e garantia de direitos durante o cumprimento das medidas protetivas determinadas judicialmente. A rede de proteção e garantia de direitos é composta pelas instituições judiciais, de atendimento social, de saúde, de educação, entre outras.

#### ***Envolvimento na pesquisa***

Ao participar desse estudo, vocês deverão participar de duas entrevistas e duas colagens. As entrevistas poderão ser realizadas em sua residência ou em local a ser acordado. Cada encontro deverá durar 1 hora, aproximadamente. Além disso, durante seu percurso na rede de proteção e garantia de direitos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, vocês serão acompanhados por esta profissional e pesquisadora. O objetivo do acompanhamento é garantir que as medidas protetivas aplicadas a vocês de fato sejam cumpridas e os direitos violados na situação de violência sexual sejam resgatados.

Vocês têm a liberdade de não participar e podem abandonar o projeto em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Sempre que quiserem, vocês poderão solicitar mais informações sobre qualquer aspecto da pesquisa. Para isto, entre em contato com a coordenadora por meio do telefone: 3348-6715 (à tarde).

#### ***Sobre as entrevistas***

As entrevistas serão pré-agendadas e requererão informações básicas quanto às medidas protetivas, aos encaminhamentos realizados, as dificuldades e sucessos, expectativas e sentimentos vivenciados nesse processo de garantia de proteção integral da criança ou adolescente. Por se tratar de uma pesquisa-ação, a pesquisadora poderá intervir junto às instituições da rede, demandando os serviços que se mostrarem necessários para o efetivo cumprimento das medidas protetivas aplicadas pelo Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

***Riscos e desconforto***

A participação nessa pesquisa não traz complicações ou desconforto de qualquer espécie. Os procedimentos utilizados seguem as normas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/1990) e não oferecem risco à integridade física, psíquica ou moral dos participantes.

***Confidencialidade***

Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. Os relatos de pesquisa serão identificados com um código ou nomes fictícios, e não com os nomes reais dos participantes. Com a sua autorização, os dados serão utilizados para fins de ensino e durante encontros de debate científico, sempre preservando a identidade de todos os participantes.

***Benefícios***

Participando da pesquisa, vocês não terão nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que esse estudo nos ofereça informações importantes a respeito da aplicação e cumprimento das medidas protetivas no Brasil e a respeito das políticas públicas desenvolvidas em relação às vítimas de violência sexual. Essas informações poderão ser utilizadas em benefício de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.

***Pagamento***

Vocês não terão nenhum tipo de despesa por participar dessa pesquisa. Também nada será pago por sua participação.

**Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.**

**Nome dos participantes:**

---

---

---

---

**Local e Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do responsável pela criança/adolescente:** \_\_\_\_\_

**Coordenadora do projeto:** \_\_\_\_\_

ANEXO III

**QUADRO DE DADOS BÁSICOS DA PESQUISA DOCUMENTAL**

Processo Nº :

Nº Relatório:

Data relat:

Profissionais responsáveis pelo estudo psicossocial:

Acompanhado por:

<b>Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual</b>							
Endereço: 							
	Nome	Sexo	Idade (anos)	Responsável (eis)	Relacionamento com agressor	Escolaridade	Consequências observadas no estudo
1							

<b>Configuração familiar da(s) Criança(s)/Adolescente(s) envolvido(s) em situação de violência sexual</b>								
Endereço: 								
	Nome	Sexo	Idade (anos)	Parentesco	Profissão	Escolaridade	Renda Antes revel	Renda Pós-revel
1								

<b>Configuração da situação de violência sexual</b>						
	Nome da vítima	Tipo de violência sexual	Local em que foi perpetrada	Tempo de duração do abuso (meses)	Outras violências (física, psicológica, estrutural)	Ameaças (reais, implícitas)
1						

**Observações**

<b>Configuração da intervenção judicial e da rede de proteção e garantia de direitos</b>			
Período que ocorreu a violência sexual (mês/ano)		Intervalo de tempo de ocorrência do abuso (meses):	
Porta de entrada da denúncia			
Mês/ano da denúncia		Intervalo de tempo entre o início do abuso até a denúncia:	
Mês/ano de entrada na VIJ		Intervalo de tempo entre a denúncia e autuação de PE:	
Mês/ano da avaliação psicossocial		Intervalo de tempo entre denúncia e relatório psicossocial:	
Medidas Protetivas determinadas judicialmente		Data do despacho	Data do Ofício do cartório
Instituições da rede de proteção para cumprimento das medidas			

ANEXO IV

**QUADRO DE REGISTRO DOS CONTATOS COM A FAMÍLIA/INSTITUIÇÕES**

<b>Contatos com as instituições da rede de proteção integral</b>				
Família/Instituição:				
Pessoa de contato:				
Endereço: 				
Data do contato	Iniciativa do contato	Cumprimento da Medida Sim/Não/Parcialmente	Conteúdo do contato/evolução do caso/ Justificativa do não cumprimento	Procedimentos/ Observações